UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

WILLIAN MANCINI VIEIRA

O PRINCIPADO DE CLÁUDIO:
Uma reflexão sobre as relações de poder através das representações numismáticas

Mariana
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

WILLIAN MANCINI VIEIRA

O PRINCIPADO DE CLÁUDIO:

Uma reflexão sobre as relações de poder através das representações numismáticas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História.

Área de concentração Poder e Linguagem, linha de pesquisa Ideias, Linguagem e Historiografia.

Orientador: Prof. Dr. FÁBIO FAVERSANI

Mariana
2018

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

V657o Vieira, Willian Mancini.
O principado de Cláudio [manuscrito]: uma reflexão sobre as relações de poder através das representações numismáticas. / Willian Mancini Vieira. - 2018.
225 f.: il.: color..

Orientador: Prof. Dr. Fábio Faversani.
Tese (Doutorado). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.
Área de Concentração: História.

1. Numismática. 2. Claudio, Imperador de Roma, 10 A.C.-54 D.C.. 3. Roma - história. I. Faversani, Fábio. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 93/94

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana De Oliveira - SIAPE: 1.937.800

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTORIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Willian Mancini Vieira

O principado de Cláudio: uma reflexão sobre as relações de poder através das representações numismáticas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História

Aprovada em 27 de novembro de 2018.

Membros da banca

Dr. Fábio Faversani - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Fábio Duarte Joly - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Bruno Tadeu Salles - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Ygor Belchior Klain - (Universidade Estadual de Feira de Santana)
Dr. Bruno Tadeu Salles - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Fábio Faversani, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 30/07/2021

Documento assinado eletronicamente por **Fabio Faversani**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/07/2021, às 20:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Luisa Rauter Pereira**, **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**, em 12/08/2021, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0200696** e o código CRC **F3270CAC**.

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: 3135579406 - www.ufop.br

Dedico este trabalho à minha esposa, Laura, ao meu filho, Heitor, e à minha mãe, Maria Helena, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, por poder realizar este trabalho em uma época em que o Brasil incentivou de forma muito positiva os estudos e as pesquisas nas Universidades Federais e que várias pessoas conseguiram gozar do privilégio de poderem fazer uma pós-graduação. Agradeço à CAPES, pelo fornecimento da bolsa que tanto me auxiliou nos meus estudos.

Estendo este agradecimento à Universidade Federal de Ouro Preto, pelos quatorze anos em que estive vinculado a ela, seja durante a graduação, seja como funcionário ou como pós-graduando. Sempre encontrei, neste ambiente, algo que me motivasse a crescer tanto o lado estudante como o lado humano. Tenho o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) como um divisor de águas em minha vida, onde, desde meu ingresso, amadureci, tive vontade de conhecer mais sobre o mundo, conheci amores, luta, dor e tantas outras emoções que são indescritíveis.

Não poderia esquecer de agradecer ao meu orientador, Dr. Fábio Faversani, que, ao longo desses quatorze anos, foi uma das figuras mais emblemáticas para mim. Sem ele, possivelmente, não teria andado por todo esse caminho. Agradeço aos colegas de LEIR, que, durante anos, me proporcionaram ótimos diálogos, muitas vezes me ajudando a adquirir uma perspectiva diferenciada sobre os problemas de minha pesquisa. Sinto, e continuarei a sentir, falta das várias conversas às tardes. Amplio minha gratificação ao Dr. Fábio Duarte Joly, Dr. Bruno Tadeu Salles, Dr. Ygor Belchior Klain e Dr. Artur Costrino, por aceitarem o convite para comporem a banca examinadora.

Agradeço à minha família e aos amigos que, de alguma forma, me ajudaram a concretizar este trabalho. Declaro minha gratidão à minha esposa Laura, que, com muita compreensão e carinho, soube lidar com os diversos momentos de nervosismo e ausência para concluir esta pesquisa, além de me presentear com a alegria dos meus dias mais cansativos, meu filho, Heitor.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que me apoiaram e também àqueles que duvidaram de mim, já que me deram forças para eu acreditar mais em mim e prosseguir batalhando.

MANCINI, Willian, Vieira. **O Principado de Cláudio:** uma reflexão sobre as relações de poder através das representações numismáticas./ Willian Mancini Vieira. – 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar as representações numismáticas, em especial do Principado de Cláudio, com finalidade de refletir sobre as relações de poder no início do Principado em Roma. Para tal análise foram escolhidas as moedas imperiais, que na teoria, eram cunhadas por ordem do centro do poder no mundo romano. Através dessas moedas será possível analisar o crescimento da personificação e da centralização em torno do imperador e da *Domus Caesaris.* Por se tratar em alguns momentos da análise de imagens também será possível analisar a formação e concretização de uma linguagem imagética nessas representações numismáticas, que estabelecia, desta forma, características a um determinado governo, neste caso o Principado de Cláudio (41 – 54). A escolha desse período se deve à tumultuosa ascensão desse *Princeps* ao poder, em que forças opostas, presentes no Senado, se articulavam para tomar o poder e quem sabe retornar a República. Assim, o modo como Cláudio escolhe ser representado nas moedas, indica uma forma de construção de poder frente a esta oposição, ou controle sobre a mesma.

Palavras-chave: Imperador Cláudio. Numismática. Imagem. Império Romano. Representação.

MANCINI, Willian, Vieira. **O Principado de Cláudio:** uma reflexão sobre as relações de poder através das representações numismáticas./ Willian Mancini Vieira. – 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

ABSTRACT

The presente thesis has the purpose analyses numismatics representations, in particular in Principate of Claudius, with the objective to reflect about the power relations at the beginning of the Principate in Rome. For this analysiswere chosen imperial coins, which in theory, were minted by order of the center of power in the Roman world. Through these coins it will be possible analyse the growth of personification and centralization of power around emperor and *Domus Caesaris*. Because it is treated in some moments of the image analys, it will also be possible enquire the formation and concretizationf an imaginary language in these numismatic representations which established, in this way, characteristics to a certain government, in this case Principate of Claudius (41 – 54). The choice for this period is due to the tumultuos rise of this *Princeps* to power, in which opposing forces, present in Senate, were articulated to take power and maybe return to the Republic. Thus, the way how Claudius choosed to be represented in coins indicates a form of power bulding in the face of this opposition, or control over it.

Keywords: Emperor Claudius. Numismatic. Image, Roman Empire. Representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - RRC 480/7b. Denário de prata, cunhado em 44 a.C. Anverso com a efígie laureada de César. Reverso: L BVCA, com Vênus sentada no cadeira magistral segurando em uma das mãos um cetro e na outra uma representação da Vitória. 35

Figura 2 - Cômodo como Hércules. Capitoline Museums, Rome. 43

Figura 3 - RRC 413/1: Denário de prata. Traz no anverso um busto de Vesta, usando um diadema e véu no anverso, à direita encontra-se um prato, à esquerda a letra S; e no reverso traz uma pessoa votando soltando uma tábula com a marca V dentro da cista 67

Figura 4 - RRC 416: Denário de prata. Anverso: busto de Bonus Eventus acompanhado da inscrição LIBO BON•EVENT. Reverso: representação do Puteal Scribonni decorado com duas liras e uma guirlanda. Mais a representação de um martelo acompanhado da inscrição PVTEAL SCRIBON 67

Figura 5 - RRC 417. Denário de prata. Traz no anverso uma representação da Concórdia com véu e diadema, seguida da legenda PAVLLVS•LEPIDVS CONCORD. No reverso há a do Puteal Scribonni decorado com duas liras e uma guirlanda. Além disso, há a representação de um martelo acompanhado da inscrição PVTEAL SCRIBON LIBO 69

Figura 6 - RRC 415. Denário de prata. Traz no anverso uma representação da Concórdia com véu e diadema, seguida da legenda PAVLLVS•LEPIDVS CONCORDIA. O reverso traz uma representação de uma figura em toga (provavelmente, Lépido Paulo) à esquerda da imagem, um troféu militar à direita e, no centro, três cativos: o rei Perseu da Macedônia e seus dois filhos, acompanhando a legenda TER PAVLLVS 70

Figura 7 - RRC 419. Denário de prata. No anverso há a representação de uma figura feminina com diadema, possivelmente uma divindade sem legenda. No reverso há a representação de um cavaleiro (possivelmente o monetalis anterior) carregando um troféu sobre o ombro, circundada pela inscrição [M·L]EPIDVS AN·XV·PR[·H·O·C·S] 70

Figura 8 - RRC 418. Denário de prata. O anverso traz a representação de uma estátua – possivelmente – de Mercúrio, à esquerda da estátua se encontra uma coroa de louros e à direita um prato. No reverso há a representação de uma patera e faca, circundadas por uma coroa de louro, juntamente com a inscrição M·PISO·M·F FRVGI 71

Figura 9 - RRC 426/4a. Denário de Prata. O anverso traz uma representação do busto de Hércules usando a pele de um leão, acompanhada da legenda S C FAUSTUS. No reverso há representação de um globo circundado por três guirlandas e uma coroa de flores de espigas de trigo e de um aplustre 72

Figura 10 - RRC 425. Denário de prata. Traz no anverso a efígie de Anco Márcio (quarto rei de Roma) usando um diadema e com um lituu e a inscrição ANCVS. No reverso, há a representação do aqueduto Acqua Marcia, no qual há estátuas equestres. Aos pés dos cavalos encontram-se flores e, no interior dos arcos, a inscrição PHILIPPVS AQVA MAR 73

Figura 11 - RRC 433/2. Denário de prata. O anverso traz a efígie de Lúcio Júnio Bruto e a inscrição BRVTVS. No anverso observa-se a efígie de C. Servílio Ahala e a inscrição AHALA. 74

Figura 12 - RRC 434. Denário de prata. O anverso traz a efígie de Sula e a inscrição SVLLA•COS. O reverso traz a efígie de Quinto Pompeio Rufo e a inscrição RVFVS•COS Q•POM•RVFI 74

Figura 13 - RRC 435. Denário de prata. O anverso traz a representação da deusa Roma, usando um elmo coríntio com plumas dos dois lados, e sobre seu ombros se encontra uma lança, acompanhada da inscrição MESSAL•F. No reverso da moeda há a representação de uma cadeira curule, além de um cetro e um diadema, acompanhada da inscrição PATRE·COS S C. 75

Figura 14 - RRC 437/2a. Denário de prata. O anverso traz a efígie de Caio Célio Caldo e a representação de um estandarte com a sigla IHS e, abaixo de seu queixo, a representação de um javali, apontando para o momento em que esteve no governo da Gália. O anverso traz a representação de uma tábula onde Caio Célio Caldo prepara um epulum. Há, também, um troféu com escudo macedônico, decorado com carnyx (?), e o escudo oval, decorado com um trovão, acompanhado da inscrição L·CALDVS / VIIVIR·EPVL CCALDVS IMP·A·X CALDVS·IIIVIR espalhada ao redor da representação 76

Figura 15 - RRC 443. Denário de prata. No anverso a moeda traz representações de objetos ligados aos ofícios pontificais, como cucullus (capuz), aspergillum (utensílio utilizado para polvilhar líquidos sagrados), fascio e apex (goro de couro utilizado pelos flâmines). No reverso há a representação de um elefante pisoteando uma serpente, acompanhado da inscrição CAESAR 78

Figura 16 - RRC 452/2. Denário de prata. No anverso, traz uma representação feminina, que pode ser Vênus ou Vesta, com uma guirlanda e um diadema, acompanhado da inscrição LII. O reverso traz um troféu (possivelmente da Gália), um escudo gaulês e um carnyx. Há, ainda, a representação de um fascio, acompanhado da inscrição CAESAR..... 79

Figura 17 - RRC 448. Denário de prata. O anverso traz uma figura feminina (provavelmente Vesta ou Vênus) usando uma guirlanda de carvalho e diadema. No anverso, têm-se a representação da vitória, com um troféu (provavelmente gaulês) que deixa repousar sobre o ombro, enquanto, na direita, carrega um caduceus acompanhada da inscrição L·HOSTILIVS SASERNA 80

Figura 18 - RRC 447. Denário de prata. O anverso traz um busto terminal de Júpiter usando um diadema, acompanhado da inscrição VARRO•PRO•Q. No reverso, encontra-se a representação de um cetro ao centro, à esquerda um golfinho e à direita uma águia, acompanhados da inscrição MAGN·PRO / COS 80

Figura 19 - RRC 445/2. Denário de Prata. O anverso traz a representação de Apolo juntamente com a inscrição L•LENT•C•MARC COS. No anverso, observa-se uma representação de Júpiter, segurando, em sua mão direita, um raio e, na esquerda, uma águia. À esquerda, observa-se, ainda, uma estrela e a inscrição Q e um altar ornamentado com guirlandas 81

Figura 20 - RRC 446. Denário de prata. No anverso traz o busto do rei Numa Pompilio, com barba e utilizando um diadema e a inscrição NVMA. No anverso observa-se a representação de uma proa de um navio romano e a inscrição MAGN PRO•COS 82

Figura 21 - RRC 441. Denário de prata. No anverso, observa-se o busto de Saturno com uma harpa sobre seu ombro e a inscrição NERI•Q•VRB. No reverso, a moeda traz a representação de uma águia legionária ao centro. À esquerda, temos um manípulo de hastati e, à direita, um manípulo de príncipes, acompanhadas das inscrições L·LENT C·MARC CO S 82

Figura 22 - RRC 449. Denário de prata. O anverso traz a representação da máscara mortuária de Pansa com barba, acompanhada da inscrição PANSA. No reverso, observa-se a representação de uma estátua coroada de Júpiter, sentada, segurando uma patera na mão direita e um cetro na esquerda. Em torno, a inscrição C·VIBIVS·C·F·C·N IOVIS·AXVR..... 83

Figura 23 - RRC 440. Denário de prata. O anverso apresenta o busto da Fortuna do Povo romano usando um diadema, acompanhado da inscrição FORT P•R. No reverso, observa-se um ramo de palmeira sobreposto a um caduceus, acima, uma coroa de flores e, em ambos os lados, a inscrição Q·SICINIVS III·VIR 84

Figura 24 - RRC 480/2b. Denário de prata. O anverso traz a efígie laureada de César e um lituus curvado à esquerda, juntamente com a inscrição CAESAR.DICT.QVART. O conteúdo do reverso traz a representação de Juno Sospita em uma biga, segurando as rédeas, com um escudo na mão esquerda e uma lança na direita, e a inscrição M.METTIVS 88

Figura 25 - RRC 480/3. Denário de Prata. No anverso, observa-se a efígie laureada de César, e, em um segundo, plano um lituus e um culullus, juntamente com a inscrição CAESAR•IMP. No reverso, há uma representação de Vênus segurando a Vitória em sua mão direita, enquanto seu braço esquerdo repousa sobre um escudo, que possui um globo gravado, juntamente com a inscrição M·METTIVS 89

Figura 26 - RRC 480/4. Denário de prata. O anverso traz a efígie de César usando corona aurea e, atrás de sua efígie, uma meia lua juntamente com a inscrição CAESAR IMP M. O reverso contém a representação de Vênus com Nike (Vitória) em sua mão esquerda e um cetro na direita, com a inscrição L AEMILIVS BVCA..... 90

Figura 27 - RRC 480/6. Denário de prata. O anverso traz a efígie laureada de César junto à legenda CAESAR DICT PERPETVO. No reverso, tem-se a representação de fasces entrecruzados ao centro. À esquerda dessa imagem, um machado, à direita, luvas e, abaixo, mãos dadas se cumprimentando, juntamente à legenda L.BUCA..... 91

Figura 28 - RRC 480/13. Denário de prata. O anverso traz uma efígie laureada e velada de César junto à inscrição CAESAR DICT.PERPETVO. No anverso, vê-se Vênus segurando, em sua mão direita, a Vitória e um cetro na esquerda. Ao fim do cetro, repousa um escudo, acrescido da inscrição P.SERVILLIVS MACER 91

Figura 29 - RRC 480/19. Denário de prata. O anverso apresenta a efígie de César velada e laureada juntamente com a inscrição CAESAR PARENS.PATRIAE. No reverso, observa-se como único elemento as legendas dispostas em duas cruzes de forma perpendicular A.A.A.F.F e C·COSSVTIVS MARIDIANVS 92

Figura 30 - RRC 480/21. Denário de prata. O anverso traz um templo de estilo tétrico, com suas portas fechadas, com um globo acima da trave, rodeada pela inscrição CLEMENTIAE CAESARIS. No reverso, tem-se um desultor – uma espécie de acrobata que se apresentava nos circos romanos fazendo números com cavalos ou bigas; à esquerda dessa representação,

visualiza-se um ramo de palmeira e uma guirlanda, além da inscrição P·SEPVLLIVS MACER 93

Figura 31 - RRC 490/2. Aurus de ouro. O anverso traz a efígie de César com uma coroa de louros e a inscrição C CAESAR COS PONT AVG. No reverso, é possível observar efígie de Augusto e a inscrição C CAESAR D[ICT P]ERP PONT MAX 97

Figura 32 - RIC 154. Dupôndio de bronze. Cunhado entre 20 e 10 a.C. No anverso, as efígies de Agripa com a coroa rostral e Augusto usando uma coroa de louro, acompanhados pela legenda IMP DIVI F. O reverso traz um crocodilo preso a um ramo de palma com um laço na ponta e a legenda COL NEM..... 111

Figura 33 - RIC Augustus 206. Denário de prata cunhado entre 9 – 8 a.C. No anverso, traz a efígie laureada de Augusto seguida da legenda CAESAR AVGVTVS DIVI F PATER PATRIAE. No reverso, a representação dos dois meninos, Caio César e Lúcio César, com uma de suas mãos repousando sobre um escudo e lanças. Há, também um lituus e um simpulum, além da legenda AVGVSTI F COS DESIG PRIC IVVENT C L CAESARES. 113

Figura 34 - RIC Augustus 199. Denário de prata, cunhado entre 9 – 8 a.C. O anverso traz a efígie laureada de Augusto, acompanhada da legenda AVGVSTVS DIVI F. No reverso, tem-se Caio César galopando e a presença de estandartes de legiões, em conjunto com a inscrição C CAES AVGVS F..... 113

Figura 35 - RIC Augustus 405. Denário de prata, cunhado em 13 a.C. O anverso traz a efígie de Augusto acompanhada da inscrição AVGVSTVS DIVI F. No reverso é possível observar as efígies de Júlia, Caio e Lúcio centralizadas em uma guirlanda e acompanhadas da inscrição C MARIVS TRO IIIVIR..... 113

Figura 36 - RIC Augustus 221. Aureus de ouro cunhado entre 13 e 14 d.C. O anverso traz a efígie laureada de Augusto com a legenda CAESAR AVGVSTVS DIVI F PATER PATRIAE. No reverso, tem-se Tibério em uma quadriga triunfal, segurando em sua mão esquerda um cetro militar e, na direita, um ramo de louro, juntamente à inscrição TI CAESAR AVG F TR POT XV 117

Figura 37 - RIC Augustus 226. Denário de prata cunhado entre 13 e 14 d.C. O anverso traz a efígie laureada de Augusto e a legenda CAESAR AVGVSTVS DIVI F PATER PATRIAE. No reverso, observa-se a efígie de Tibério acompanhada da legenda TI CAESAR AVG F TR POT XV 118

Figura 38 - RIC Augustus 470. As de bronze cunhado entre 8 e 12 d.C. O anverso traz a efígie de Tibério acompanhada da legenda TI CAESAR AVGVST F IMPERATOR V. No reverso, é observada a sigla S C e, rodeando esta sigla, a legenda PONTIFEX TRIBVN POTESTATE XII 118

Figura 39 - RIC Tiberius 24. Aureus de ouro cunhado em 14 d.C. O anverso traz a efígie de Tibério junto da legenda TI CAESAR DIVI AVG F AVGVSTVS. No reverso observa-se a efígie de Augusto com estrela acima, e a legenda DIVOS AVGVST DIVI F..... 119

Figura 40 - RIC Tiberius 26. Denário de prata cunhado em 16. O anverso traz a efígie laureada de Tibério e a inscrição TI CAESAR DIVI AVG F AVGVSTVS. No anverso, o simulacro de Lívia como Pax sentada em uma cadeira. Em uma das mãos, ela segura um ramo e, na outra, um cetro, além da inscrição PONTIF MAXIM..... 120

Figura 41 - RIC Tiberius39. Dupôndio de bronze cunhado em 16. O anverso traz a efígie laureada de Tibério e a inscrição TI CAESAR DIVI AVG F AVGVST IMP VIII. No reverso, observa-se o busto de Tibério rodeado por coroas de pétalas e louros junto à inscrição MODERATIONI S C 120

Figura 42 - RIC Tiberius38. Dupondius de bronze, cunhado entre 16 e 22. O anverso traz a efígie laureada de Tibério acompanhada da legenda TI CAESAR DIVI AVG F AVG IMP VIII. No reverso, observa-se o busto de Tibério ao centro de um escudo cerimonial, tendo como legenda posicionada acima CLEMENTIAE, ao dos lado S C 124

Figura 43 - RIC Tiberius48. Sestércio de bronze, cunhado entre 21 e 22. O anverso traz a representação de Tibério sentada em uma cadeira cúrule, segurando uma patera e um cetro, acompanhado da legenda CIVITATIBVS ASIAE RESTITVTIS. No reverso, observa-se apenas a sigla S C, circundada pela legenda TI CAESAR DIVI AVG F AVGVSTVS P M TR POT XXIIII 125

Figura 44 - RIC I Tiberius 43. As de bronze, cunhado entre 21 e 22. O anverso traz a efígie de Druso acompanhada da legenda DRVSVS CAESAR TI AVG F DIVI AVG N. No reverso, observa-se a sigla S C, circundada pela legenda PONTIF TRIBVN POTEST INTER 126

Figura 45 - RIC I Tiberius 42. Sestércio de bronze, cunhado entre 21 e 22. O anverso traz duas cornucópias cruzadas com as éfigies de dois jovens, Gemelo e – supostamente – Calígula, e um caduceu entre eles. No reverso, observa-se a legenda DRVSVS CAESAR TI AVG F DIVI AVG N PONT TR POT II envolvendo a sigla S C 127

Figura 46 - RIC I Gaius, 2. Denário de Prata, cunhado entre 37 e 38. O anverso traz a efígie de Calígula sem qualquer ornamento, acompanhada da seguinte legenda C CAESAR AVG GERM P M TR POT COS. No reverso, observa-se a efígie de Augusto juntamente a duas estrelas. 129

Figura 47 - RIC I Gaius5. Aureus Quinariusde ouro, cunhado entre 37 e 38. Traz no anverso a efígie de Calígula acompanhada da legenda C CAESAR AVG GERMANICVS. No reverso, observa-se a representação da Vitória sentada sobre um globo. Ela segura um ramo com as duas mãos, e tem asas nas costas. Acompanha a legenda P M TR POT COS 129

Figura 48 - RIC I Gaius, 8. Denários de Prata, cunhado entre 37 e 38. Traz no anverso a efígie de Calígula sem nenhum ornamento, acompanhado da legenda C CAESAR AVG GERM P M TR POT. No reverso, a efígie de Agripina I com uma trança por trás da cabeça e a legenda AGRIPPINA MAT C CAES AVG GERM 130

Figura 49 - RIC I Gaius, 12. Denário de Prata, cunhado entre 37 e 38. Traz no anverso a efígie de Calígula sem nenhum ornamento, acompanhado da legenda C CAESAR AVG GERM P M TR POT. No reverso, observa-se a efígie de Germânico e a legenda GERMANICVS CAES P C CAES AVG GERM 131

Figura 50 - RIC I Gaius10. Denário de Prata, cunhado em 37. Traz no anverso a efígie de Calígula juntamente com a legenda C CAESAR AVG GERM P M TR POT. No reverso, observa-se a efígie de Augusto, usando uma coroa radial agregada à legenda DIVVS AVG PATER PATRIAE 133

Figura 51 - RIC I Gaius19. Denário de Prata, cunhado entre 37 e 38. Traz no anverso a efígie laureada de Calígula junto à legenda C CAESAR AVG GERM P M TR POT. No reverso, observa-se uma coroa cívica com a legenda S P Q R PP OB CS 134

Figura 52 - RIC I Gaius32. Sestécio de bronze, cunhado entre 36 e 37. Traz no anverso a efígie laureada de Calígula e a inscrição C CAESAR AVG GERMANICVS PON M TR POT. O reverso traz Calígula com toga e sem adornos na cabeça em cima de uma plataforma. Com a mão direita estendida, se posiciona a frente de cinco soldados com elmos, escudos e parazonia. Dois carregam estandartes de legiões. Às suas costa, encontra-se uma cadeira curule. Por fim, a legenda ADLOCVT COH.....136

Figura 53 - RIC I Gaius33. Sestércio de bronze cunhado entre 37 e 38. Traz no anverso a efígie laureada de Calígula acompanhada da seguinte legenda C CAESAR AVG GERMANICVS PON M TR POT. No reverso, as três irmãs do imperador, cada uma sendo simulacro de uma virtude. À esquerda, Agripina, simulando a SECURITAS, que repousa uma cornucópia sobre uma coluna e mantém a mão esquerda sobre o ombro de Drusila. Esta representa a CONCORDIA e segura uma patera e uma cornucópia. À direita, Júlia, representando a FORTUNA, que segura um leme e uma cornucópia. Por fim, as legendas AGRIPPINA DRVSILLA IVLIA SC 137

Figura 54 - RIC Augustus 132. Anverso: efígie de Augusto sem ornamentação e a legenda SPQR IMP CAESARI AVG COS XI TR POT VI. Reverso: arco triunfal com uma quadriga e figuras carregando o estandarte de águia das legiões e um arco. Por fim, a legenda CIVIB ET SIGN MILIT A PART RECVPER.....140

Figura 55 - RIC Augustus 174. Anverso: efígie de Augusto com a legenda DIVI F AVGVSTVS. Reverso: Capricórnio e um globo entre suas patas e a legenda IMP XI.....142

Figura 56 - RIC I Claudius 1. Quadrante de bronze cunhado em 41. O anverso traz a efígie laureada de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG P M TR P IMP. No reverso, tem-se a representação do Altar da Paz, em posição central, erigido em Lugdunum em louvor a Augusto em 10 a.C. Também é possível observar figuras estilizadas nos flancos, além de coroas e a representação de Vitórias sobre colunas. Por fim, a legenda ROM ET AVG 162

Figura 57 - RIC I Claudius 3. Aureus de ouro. Cunhado entre 41 e 42. Traz no anverso a efígie laureada de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVD CAESAR AVG P M TR P. No reverso, observa-se, ao centro, um arco triunfal com uma estátua equestre no topo e dois troféus nas extremidades. Na trave desse arco, há a legenda DE GERMANIS 163

Figura 58 - RIC I Claudius 69. Aureus de ouro, cunhado entre 41 e 45. No anverso, tem-se a efígie laureada de Druso com a legenda NERO CLAVDIVS DRVSVS GERMANICVS IMP. O reverso traz o arco triunfal com uma estátua equestre no centro do topo e dois troféus nas extremidades. Na trave desse arco, há a legenda DE GERM. Ao lado dos troféus, há cativos sentados aos pés e lanças em pé 164

Figura 59 - RIC I Claudius 73. Aureus de ouro, cunhado entre 41 e 45. No anverso, a efígie laureada de Druso com a legenda NERO CLAVDIVS DRVSVS GERMANICVS IMP. O reverso traz pares de escudos oblongos, dois pares de lanças e um par de trompetes. Todos cruzados entre si. Ao centro, uma flâmula de legião, que passa a sensação de estar em movimento. Por fim, a legenda DE GE R MA NIS.....164

Figura 60 - RIC I Claudius 93. Sestércio de bronze cunhado entre 41 e 50. No anverso, observa-se a efígie de Druso acompanhada da legenda NERO CLAVDIVS DRVSVS GERMANICVS IMP. O reverso traz uma representação de Cláudio sentado em uma cadeira curul. Em sua mão

direita está um ramo de oliveira, enquanto em seus pés são observados escudos, lanças e outros equipamentos de legionários. Há, ainda, a legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG P M TR P IMP S C 165

Figura 61 - RIC I Gaius 32. Sestércio de bronze, cunhado entre 37-38. O anverso traz a efígie laureada de Calígula acompanhada da legenda C CAESAR AVG GERMANICVS PON M TR POT. No reverso, observa-se a representação de Calígula em roupas civis, em uma palanque discursando para as legiões (direita), e soldados com estandartes, escudos e gládios ouvindo a fala do imperador (esquerda). Acompanha a legenda ADLOCVT COH 166

Figura 62 - RIC I Claudius 98. Sestércio de bronze, cunhado entre 41 e 50. No anverso, há a efígie laureada de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG P M TR P IMP. No reverso, observa-se a representação do arco triunfal dedicado a Druso. No topo, temos uma estátua equestre entre dois troféus e, na trave do arco, a legenda NERO CLAVDIVS DRVSVS GERMAN IMP. Nas extremidades da moeda encontra-se a sigla S C 167

Figura 63 - RIC I Claudius 65. Aureus de ouro cunhado entre 41 e 45. Traz no anverso a efígie de Antonia, ornada por uma coroa (estilo espiga) e o cabelo é organizado em uma longa trança na parte traseira da cabeça, acompanhada da legenda ANTONIA AVGVSTA. No reverso, observa-se Antonia como simulacro da Constantia em pé e voltada para frente, segura uma cornucópia na mão esquerda e uma tocha na direita. A inscrição presente nessa moeda é CONSTANTIAE AVGVSTI..... 168

Figura 64 - RIC I Claudius 68. Denário de prata, cunhado entre 41 e 45. Traz no anverso a efígie de Antonia, ornada por uma coroa (estilo espiga) e o cabelo trançado na parte traseira da cabeça, acompanhada da legenda ANTONIA AVGVSTA. No reverso, observa-se duas longas tochas acesas e ligadas por uma fita, acompanhadas das legendas SACERDOS DIVI AVGVSTI .. 171

Figura 65 - RIC I Claudius 92. Dupôndio de bronze, cunhada entre 41 e 50. O anverso traz a efígie de Antonia com uma longa trança na parte de trás da cabeça, acompanhada da legenda ANTONIA AVGVSTA. No reverso, observa-se a representação Cláudio, com a cabeça coberta e utilizando toga. Com sua mão direita, segura um simpulum e, com a esquerda, uma patera. Acompanha a legenda S C..... 172

Figura 66 - RIC I Claudius 7. Aureus de ouro, cunhado entre 41 e 42. O anverso traz a efígie laureada de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVD CAESAR AVG P M TR P. No reverso, observa-se o acampamento pretoriano, com um soldado em pé com uma lança na mão. Em frente a ele, há uma águia legionária e, atrás, muros fortificados. No frontão desse acampamento, a legenda IMPER RECEPT 173

Figura 67 - RIC I Claudius 12. Denário de prata, cunhado entre 41 e 42. O anverso traz a efígie do imperador acompanhada da legenda T CLAVD CAESAR AVG PM TR P. No reverso, observa-se Cláudio, vestido com toga, cumprimentando com um aperto de mão, um soldado pretoriano que segura um escudo e o estandarte de águia da legião. Acompanha a legenda PRAETOR RECEPT 173

Figura 68 - RIC I Claudius 6. Denário de prata, cunhado entre 41 e 42. O anverso traz a efígie laureada de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVD CAESAR AVG P M TR P. No reverso, observa-se uma grande coroa de louros e, no centro dessa coroa, a legenda EX SC OB CIVES SERVATOS..... 176

Figura 69 - RIC I Claudius 9: Aureus de ouro, cunhado entre 41e 42. No anverso, a efígie de Cláudio com coroa de louros e inscrição T CLAVD CAESAR AVG P M TR P. No reverso, Pax andando rumo a direita, segurando um caduceus frente a uma serpente, e a inscrição PACI AVGVSTAE 176

Figura 70 - RIC I Aug 121 – Anverso: Efígie de Augusto sem ornamentos e a inscrição AVGVST. Reverso: Vitória com o pé direito sobre o globo, segurando uma tocha e um ramo de palma 178

Figura 71 - RIC I Aug 268 – Anverso: Efígie de Augusto sem ornamentos. Reverso: Vitória voltada para frente e olhando para a esquerda sobre o globo. Em uma mão segura uma guirlanda e, na outra, um vexillum. Acompanha a inscrição IMP CAESAR 179

Figura 72 - Vagi 585 – Anverso: Quinarius cunhado entre 41 – 42. Efígie de Cláudio com coroa de louros e a inscrição TI CLAVD CAESAR AVG P M TR P. Reverso: Vitória voando, segurando, em sua mão esquerda, um escudo com a inscrição OB CI..... 179

Figura 73 - RIC I Claudius 97. As de bronze, cunhado entre 51 e 50. O anverso traz a efígie de Cláudio, acompanhada da legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG P M TR P IMP. No reverso, observa-se a representação da Libertas, uma figura desnuda, segurando, em sua mão direita, um pileus, acompanhada da legenda S C LIBERTAS AVGVSTA 180

Figura 74 - RIC I Claudius 99. Sestércio de bronze, cunhado entre 41 e 50. O anverso traz a efígie laureada de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG P M TR P IMP P P. No reverso, observa-se a representação da Spes (Esperança), com vestes rasgadas, segurando, em sua mão direita, uma flor. Acompanha a legenda SPES AVGVSTA 181

Figura 75 - RIC I Claudius 94. Dupôndio cunhado possivelmente em 41-45. Anverso: Efígie de Cláudio com a legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG P M TR P IMP. Reverso: Antônia como simulacro de Ceres velada e drapeada, sentada em um trono, mais a legenda CERES AVGVSTA S C 182

Figura 76 - RIC I Claudius 100. As de bronze cunhado entre 41 e 50. O anverso traz a efígie de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG P M TR P IMP. No reverso, observa-se Minerva como deusa da guerra e da paz, segurando uma lança com a mão direita e um escudo com a mão esquerda e com um elmo na cabeça, acompanhada da legenda S C.. 183

Figura 77 - RIC I Claudius 34. Denário de prata, cunhado entre 46 e 47. O anverso traz a efígie laureada de Cláudio, acompanhada da legenda TI CLAVD CAESAR AVG P M TR P VI IMP XI. No reverso, observa-se um arco triunfal, com a inscrição DE BRITANN na trave. No topo, uma estátua equestre de Cláudio e, em ambos os lados, troféus e espólios de guerra 184

Figura 78 - RIC I Claudius 122. Didrachma de prata, cunhado entre 46 e 47. O anverso traz a efígie laureada de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG GERM P M TR P. No reverso, observa-se a representação do imperador conduzindo uma quadriga, segurando uma cetro tripé com um águia no topo. Abaixo dessa representação, encontra-se a legenda DE BRITANNIS 185

Figura 79 - RIC I Claudius 101: Dupôndio de Bronze cunhado em 41 – 42. Anverso: Efigie de Augusto com uma coroa radiada e a legenda DIVUS AVGVSTVS S C. Reverso: Lívia sentada em um trono ramos de grãos e uma longa tocha. Acompanha a legenda LIVIA AVGVSTA 186

Figura 80 - ANEXO 87 - Sear 1573: Denário de Prata cunhado em 39 a.C. Anverso: Efígie de Augusto e a inscrição CAESAR IMP. Reverso: Caduceus alado e a inscrição ANTONIO IMP 188

Figura 81 - RIC I Claudius 124. Didrachma de Prata cunhado antes de 48. Anverso: efígie de Messalina com cachos de cabelos até o pescoço e uma trança, com a legenda MESSALLINA AVGVSTA. Reverso: Os três filhos de Cláudio. Ao centro, Britânico, à esquerda, Otávia, que está de mãos dadas a ele, e, à direita, Antônia, que segura uma cornucópia. Acompanha a legenda OCTAVIA BRITANNICVS ANTONIA 189

Figura 82 - Camafeu com Cláudio, Messalina, Britânico e Otávia. Hauge Cameo 190

Figura 83 - RIC I Claudius 84. Quadrante de bronze cunhado em 41. Anverso: Um modius de três pernas e a legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG. Reverso: A sigla S C envolta pela legenda PON M TR P IMP COS DES IT 192

Figura 84 - RIC I Claudius 85. Quadrante de bronze cunhado em 41. Anverso: Mão direita segurando uma balança e um par de escalas, e, embaixo, a sigla PNR, além da legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG. Reverso: A sigla S C envolta pela legenda PON M TR P IMP COS DES IT 192

Figura 85 - Cláudio coroado pelo Senado e por Agripina. Sebasteion de Aphrodisias. New York University Excavation at Aphrodisias (Institute of Fine Arts, New York) 196

Figura 86 - RIC I Claudius 80. Aureus de ouro, cunhado em 50. Anverso: Efígie laureada de Cláudio e a legenda TI CLAVD CAESAR AVG GERM P M TRIB POT P P. Reverso: Efígie de Agripina com coroa tipo espiga, cabelos longos com um coque atrás, e a legenda AGRIPPINAE AVGVSTAE 197

Figura 87 - RIC I Claudius 103. Sestércio cunhado em 50-54. Anverso: Efígie de Agripina II com coque na parte de trás e a legenda AGRIPPINA AVG GERMANICI F CAESARIS AVG. Reverso: Carpentum 197

Figura 88 - RIC I Claudius 117. Cistophorus de prata cunhado em 50-51. Anverso: Efígie laureada de Cláudio e a legenda TI CLAVD CAESAR AVG P M TR P X IMP XIIX. Reverso: Efígie de Agripina II, cabelo trançado e com cachos, e a legenda AGRIPPINA AVGVSTA CAESARIS AVG 198

Figura 89 - RIC I Claudius 119. Cistophorus de prata. Anverso: Efígies conjugadas de Cláudio (laureada) e Agripina II e a legenda TI CLAVD CAES AVG AGRIPP AVGVSTA. Reverso: Estátua de culto à Diana Efesia com a legenda DIANA EPHESIA 198

Figura 90 - Gemma Claudia: Camafeu de ônix, apresenta a imago de Cláudio como Júliter, sobrepondo à efígie de Agrippina II, à esquerda. À direita, apresenta a efígie de Germânico sobrepondo à de Agripina I. No centro, uma águia, representando o divino e o poder sobre as legiões de Roma. Kunsthistorisches Museum, Vienna, Austria 199

Figura 91 - RIC I Claudius 102. Sestércio de Bronze cunhado em 50-54. Anverso: Efígie de Agripina I com longa trança e a legenda AGRIPPINA M F GERMANICI CAESARIS. Reverso: Apenas a legenda S C TI CLAVDIVS CAESAR AVG GERM P M TR P IMP P P 200

Figura 92 - RIC I Claudius 106. As de bronze cunhado em 50-54. Anverso: Efígie de Germânico e a legenda GERMANICVS CAESAR TI AVG F DIVI AVG N. Reverso: Apenas a legenda S C TI CLAVDIVS CAESAR AVG GERM P M TR P IMP P P 200

Figura 93 - BMC Claudius 226. Sestércio de bronze cunhado 50-54. Anverso: Efígie de Britânico e a legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG F BRITANNICVS. Reverso: Representação de Marte com uma lança e escudo e a legenda S C 202

Figura 94 - RIC I Claudius 75. Denário de Prata cunhado em 50 – 54. Anverso: Efígie de Agripina II com uma coroa tipo espiga e uma trança na parte de trás, mais a legenda AGRIPPINAE AVGVSTAE. Reverso: Efígie de Nero e a legenda NERO CLAVD CAES DRVSVS GERM PRINC IVVENT 203

Figura 95 - RIC I Claudius 76. Aureus de ouro cunhado em 50 – 54. Anverso: Efígie de Nero e a legenda NERO CLAVD CAES DRVSVS GERM PRINC IIVENT. Reverso: Um simpulum sobre um tripus e lituus sobre uma patera, mais a legenda SACERD COOPT IN OMN CONL SVPRA NVM EX SC 203

Figura 96 - RIC I Claudius 79. Denário de prata cunhado em 51 – 54. Anverso: Efígie de Nero e a legenda NERONI CLAVDIO DRVSO GERM COS DESIGN. Reverso: Escudo com a legenda EQVESTER OR DO PRINCIPI IVVENT 204

Figura 97 - RIC I Claudius 83. Denário de prata. Cunhado em 51 – 54. Anverso: Efígie laureada de Cláudio e a legenda TI CLAVDIVS CAESAR GERM TRIB POT P P. Reverso: Efígie de Nero e a legenda NERO CLAVD CAES DRVSVS GERM PRINC IVVENT 205

Figura 98 - RIC I Claudius 121. Cistophorus de prata. Cunhado em 51 – 54. Anverso: Efígie de Nero e a legenda NERONI CLAVD CAES DRVSO GERM. Reverso: Escudo envolto por uma coroa de louros e a legenda COS DES PRINCI IVVENT 205

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 20

1 IMAGEM E MEMÓRIA NO IMAGINÁRIO NUMISMÁTICO ROMANO 31

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O SENADO ROMANO, SEUS MEMBROS E AS CUNHAGENS DE MOEDAS DE 63 A.C AO SEGUNDO TRIUNVIRATO 52

3 A FORMAÇÃO DA *DOMUS CAESARIS* AUGUSTANA: CONSOLIDAÇÃO DO PODER E REPRESENTAÇÕES NUMISMÁTICAS 100

4 NUMISMÁTICA DO PRINCIPADO DE CLÁUDIO 151

CONCLUSÃO 210

REFERÊNCIAS 217

INTRODUÇÃO

Essa tese tem o objetivo de analisar como se desenvolveu o processo de construção das imagens dos imperadores no mundo romano dentro das representações numismáticas. Tal trabalho é um complemento do estudo iniciado por mim ainda na graduação e no mestrado, no qual busquei investigar os elementos narrativos utilizados por autores da Antiguidade – Sêneca, Tácito e Suetônio – para criar uma imagem depreciada do imperador Cláudio.

Este estudo, entretanto, parte do polo contrário e visa analisar como o próprio Cláudio buscou se representar. Como as obras escritas pelo imperador se perderam, o caminho utilizado para encaminhar esta pesquisa foi o da análise da numismática imperial do período. Desse modo, seria possível estabelecer quais elementos eram desejável ao centro de poder, representado por Cláudio, seus partidários e a *Domus Caesaris*, no ato de se montar uma imagem positiva sobre o governo, bem como possibilitaria notar as permanências e alternâncias de elementos em relação a seus antecessores.

Tal pesquisa pode incentivar o interesse pelos estudos sobre o Imperador Cláudio, que, desde os anos 30 até hoje, têm crescido, sendo notável uma mudança na abordagem acerca da importância e representação deste imperador. Para citar alguns destes estudos, temos Momigliano, que escreve nos anos 1930, Scramuzza, em 1940, Levick, em 1990, e, por último, Osgood, em 2010. Esta historiografia contempla abordagens deste imperador tanto no seu aspecto pessoal, apresentando sua personalidade, seu perfil psicológico e a relação com os demais estratos sociais e com a *Domus Caesaris*, quanto sobre o seu governo, analisando a relação entre Cláudio e o Senado, as obras realizadas e a administração dos setores chaves do funcionamento da administração imperial. Osgood, em especial, se dedica a estabelecer um diálogo entre representações artísticas, de diversas formas, desse imperador com as fontes escritas. Devido a isso, já fornece um olhar diferenciado sobre este principado, apresentando elementos de questões centrais na formação do poder e abandonando temas exaustivamente debatidos pela historiografia, como o poder de libertos no governo claudiano, por exemplo. Aqui, são trabalhadas as representações numismáticas por terem uma origem que colabora para se chegar a uma visão diferenciada em relação às fontes. Esse tipo de fonte fornece ao historiador uma origem, um tempo determinado, além de ser uma fonte comum aos demais imperadores, porque todos eles realizavam cunhagens e tentavam empregar alguns artifícios imagéticos nas representações numismáticas.

Durante a graduação, comecei a me envolver com os estudos sobre Império Romano. Em um primeiro momento, interessei-me pelo modo como as fontes literárias representavam os

imperadores romanos, no modo como o uso de determinados elementos possibilitavam a criação de uma imagem de um imperador tido como bom, como mau ou inapto. Às vezes, a mesma característica ou ato apresentado de forma diferente resultava em um julgamento distinto sobre determinado governante. E, em uma disciplina sobre Sêneca, me deparei com a obra *Apocolcyntosis:* uma sátira utilizada para ridicularizar a imagem do imperador Cláudio, ao mesmo tempo em que tinha o objetivo de enaltecer o sucessor Nero. Decidi, então, mapear os elementos – símbolos – utilizados por Sêneca para compor a imagem negativa desse imperador.

No mestrado, decidi ampliar o *corpus* documental, mapeando e entendo a composição da imagem claudiana em Tácito e Suetônio. Com isso, pude perceber permanências e alternâncias entre diferentes épocas e estilos literárias desses três autores. Entretanto, nesse caso, cada um tinha sua motivação ao escrever sobre o imperador Cláudio, sendo que os dois últimos, de certo modo, tinham suas imagens contaminadas pelos elementos presentes na imagem do primeiro. Eu poderia ter seguido adiante, me aprofundando em outras fontes literárias, como Josefo ou Dio Cássio, mas, ao ver os panfletos políticos, fui estimulado a tentar entender a formação da imagem a partir do próprio Cláudio, estando este no centro do poder.

Na falta de uma composição literária própria desse autor que tenha chegado até nós, decidi pelo uso das moedas por diversos motivos. Primeiro, porque, no período de Cláudio, a moeda já assumira um tom personalista dos imperadores romanos, trazendo uma "autorrepresentação" desse imperador, as virtudes pelas quais gostaria que ele e seu governo fossem reconhecidos, os seus feitos e até mesmo um projeto de sucessão imperial no final de seu reinado. Outro ponto que me motivou por trabalhar com esse tipo de fonte foi a diversidade de material: mesmo trabalhando com os chamados cunhados imperiais – aqueles indicados pelos imperadores ou pelo Senado –, há cerca de cento e trinta cunhos, aproximadamente, algo que permite estudar do início ao fim desse principado. Por fim, também é relevante o dinamismo que esse tipo de material possuía no mundo romano, uma vez que, ao contrário de estátuas, afrescos e grandes monumentos, a moeda circulava e permanecia na sociedade romana, atingindo diversos públicos em diferentes épocas, ganhando um caráter documental e monumental ao mesmo tempo.

Os estudos sobre a História de Roma no mundo tem levado cada vez mais em consideração a cultura material, porém, não se pode dizer que o mesmo ocorre com semelhante intensidade no Brasil. O uso de fontes materiais para o estudo de determinados temas da história romana e de seu Império é ainda incipiente entre nós. Isto pode ser explicado, em muito, pela falta de acesso a certos recursos, tais como: catálogos de moedas, estudos epigráficos, estudo

de estatuária romana e estudos de imagens em geral. No Brasil, geralmente, a História romana e, principalmente, do Império tem como foco fundamental a cidade de Roma, tomando como fontes a literatura, relatos de historiadores, satiristas, filósofos e biógrafos, delimitando a cronologia do estudo de acordo com a obra estudada pelo historiador.

No entanto, estudos sobre fontes materiais já se mostraram eficientes em evidenciar outros campos que, infelizmente, as fontes literárias não fornecem informações. Por exemplo: a representação dos provinciais dentro desse Império de status global; ou a manifestação da plebe na cidade de Roma e outros grandes povoados do Império; a forma como os bárbaros se representavam e vislumbravam os romanos (estudo oposto ao que Tácito teria feito na obra *Germania*); e o modo como o imaginário político do Imperador e da *Domus Caesaris* teria criado, em diferentes momentos, figuras inspirativas dentro da mentalidade do povo do Império Romano, já que, em muitos casos, a imagem criada pela *Domus* Imperial era transmitida a todos os cantos do Império a fim de manifestar seu poder[1].

Barbara Levick, em sua obra *Claudius* (1990), afirmava que o modelo político seguido por Cláudio se inspirava mais em César do que em Augusto. Esse apontamento me fez levantar algumas reflexões sobre se seria possível realizar de fato esta aproximação, principalmente quando se pensava no plano imagético. Então, tornou-se necessário refletir acerca do desenvolvimento e da construção de imagens nos governos antecessores a Cláudio para reconhecer se haveria uma quebra no legado de Augusto a partir de Cláudio. Paralelo a isto, o Principado de Cláudio representa um momento ímpar, já que, desde de Augusto, nunca havia ocorrido a formulação de uma *Domus Caesaris* sem a influência do plano sucessório que vinha sendo utilizado de Augusto para Tibério e deste para Calígula.

Ao iniciar meus estudos para a realização deste trabalho, acabei esbarrando em outra questão: como entender a dinâmica dessas representações com o Senado romano, uma vez que esta instituição também possuía o poder para cunhar moedas e gerar uma representação própria do período ou mesmo do imperador em questão? O entendimento dessa dinâmica entre imperador e Senado também é um tema profundamente discutido ao longo da historiografia, sendo que um olhar sobre esse tipo de fonte poderia fornecer uma perspectiva diferenciada à discussão.

---

[1] Cf. ANTIQUEIRA, Moisés. *O escudo da virtude e a ideologia do Principado augustano*. Fênix (Uberlândia), v. 5, p. VI. 2008. Este autor trabalha com a ideia de que Augusto, com base em um escudo com quatro virtudes em suas inscrições, afixado às portas do Senados, teria estabelecido aquelas como as virtudes que regeriam seu governo. Ver também: OSGOOD, Josiah. *Claudius Caesar*: Image and Power in The Early Empire. Cambridge University Press, 2010; e ZANKER. P. *The Power of Images in The Age of Augustus*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1988.

Desse modo, a ideia defendida é a de que as representações numismáticas fornecem novos elementos para entender o Principado de Cláudio por essa ótica, uma vez que elas proporcionam uma imagem idealizada do centro de poder para o governante, bem como ajudam a entender o dinamismo da relação entre imperador e Senado. O resgate de figuras presentes na *Domus Caesaris* foi utilizado como forma de legitimar o governante, tendo alguns elementos a função de passar ideias e vontades do imperador, entre outros fatores.

Aplico as teorias apresentadas por Roger Chartier na obra *A História Cultural: entre práticas e representações* (1990). Neste trabalho, o autor elucida como o estudo das representações favorece as pesquisas das Ciências Sociais e, evidentemente, da História, auxiliando na captação das diferentes realidades sociais que norteiam as fontes com as quais trabalhei. Para Chartier (1990), é essencial que identifiquemos o modo como é construído, pensado, dado a ler os diferentes lugares e momentos dentro da realidade social.

Quando se volta para a vida social, toma-se como objetos as formas e os motivos para a sua representação e procura-se ter como pensamento a análise do trabalho de representação das classificações e das exceções que constituem as configurações sociais e conceituais de um dado espaço e tempo. No entanto, o que devemos refletir sobre o sentido que estas representações tomam é o que Chartier (1990) analisa como História Cultural:

> As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 1990, p. 17).

Para o autor, compreendemos melhor uma obra e a intenção do autor quando levamos em consideração o contexto no qual o seu trabalho fora produzido e, por este motivo, devemos ter em mente o processo de civilização. Este possibilita ao historiador seguir do discurso ao fato, indagando a fonte como simples instrumento de mediação e também como testemunho de uma realidade. Mesmo que as representações busquem a universalidade, devemos recordar que elas são determinadas predominantemente pelos grupos que as forjam.

Aplicando esses conceitos de Chartier (1990) à nossa pesquisa, tendo como ponto de análise o Principado de Cláudio, constatamos que há, o desenvolvimento de uma imagem favorável do governo do imperador, que teria ascendido em meio a uma crise política, marcada pelo assassinato de Calígula em 41. Todavia, para entender esses elementos característicos, é

preciso nortear alguns conceitos e ideias que estão presentes neste trabalho e que colaboraram para a formulação da tese.

O primeiro ponto a ser desenvolvido seria um olhar para as moedas e seus elementos como uma arte utilitária, uma vez que elas servem como veículos para propagar elementos imagéticos ideológicos de pessoas presentes no poder. Como coloca Paulo Martins (2011), as interpretações sobre esse tipo de material podem ser múltiplas, entretanto, pode-se pensar em uma interpretação esperada ao se colocar determinados elementos em uma cunhagem numismática.

A imagem na moeda não possui apenas uma ligação com o tempo em que ela é cunhada, mas também com o passado e com o futuro. A imagem se liga ao passado, pois ela carregava uma herança imagética, uma vez que utilizava elementos comuns da cultura romana para passar uma mensagem aos visualizadores das moedas. Também é notável o resgate de alguns fatos passados ligados a indivíduos presentes nas moedas, com a intenção de enaltecer ou legitimar sua influência e poder em Roma. Isso somente é possível quando se leva em conta o conceito de memória coletiva de Le Goff, presente na obra *História e Memória* (1990), como artifício comum das sociedades clássicas.

Assim, pensando por este lado, a moeda assume um caráter memorável e documentável ao mesmo tempo. Outro conceito utilizado por Le Goff (1990) e que auxilia a entender o papel das moedas e seus elementos na análise desse período é o de memória artificial, que se desenvolve através de processos mnemotécnicos, e que ajudam os indivíduos a recontextualizar dados visuais.

Tais conceitos levantados por Le Goff têm como base ideias já apresentadas em obras da Antiguidade, como Cícero, que argumenta que o artista deve se preocupar – aquele que cria uma *imago* – em utilizar elementos de modo que se torne natural a fixação da imagem na mente do indivíduo que a visualize. Outro pensador da Antiguidade que também serve como base para estes conceitos utilizados por Le Goff é Quintiliano (1989), que associa a criação da memória a um processo que recorre a tudo o que já foi dito sobre determinado objeto e transmite os elementos desejáveis à imaginação. A arte da memória se beneficia da estruturação de lugares de memória, permitindo a amplitude de análise e contemplação dos detalhes a serem visualizados na memória. Ou seja, para Quintiliano, é um processo conjunto entre as escolhas corretas de símbolos e a organização adequada dos lugares de memória, onde cada símbolo atinge sua funcionalidade correta, correspondente apenas àquele lugar.

Há ainda a ideia de Filóstrato, que aproxima memória e representação, e acredita que cabe ao autor a indução de uma interpretação que seja próxima a desejada por ele. Tal processo

acabou ficando evidente, pelo aspecto político, quando se reflete sobre a composição de *effigies* e *repraesentationes*. Esses dois conceitos somados ao de *simulacrum* são essenciais quando se pensa nas composições das emissões numismáticas, e são comuns à linguagem dos autores gregos e romanos, sendo ideias vigentes na sociedade naquele instante. A construção de todo esse processo de ideias e conceitos que visam entender a construção de imagens na sociedade é o assunto da primeira metade do Capítulo 1.

Na segunda metade, há um pequeno resumo de como as transformações políticas afetaram as representações numismáticas desde o início da República até o advento do Principado com Augusto. Tais transformações indicam um caminhar em que a personificação da política romana se intensifica, principalmente nos períodos de Pompeu e César.

A numismática republicana, como reflexo dessas mudanças sociais, se inicia reverenciando a cidade de Roma e sua cultura. Entretanto, a liberdade dos *monetales*, responsáveis pelas cunhagens de moedas, para, gradualmente, inserirem ideias próprias nas moedas vai tornando as representações numismáticas cada vez mais personificadas. Além de nomes, surgem representações de fatos passados que resgatam memórias de membros ilustres desses *monetales*. Assim, as emissões numismáticas passaram a adquirir um caráter propagandístico dos grandes feitos familiares de magistrados romanos.

A polarização da política romana entre Pompeu e César intensificou esse processo de personificação das representações numismáticas. Esse é o ponto discutido no segundo capítulo desta tese, mostrando como essa personificação se desenvolveu próximo aos anos 60 a.C. até a morte de César e o advento de Augusto. A escolha por esse período histórico deve-se ao fato de que é a primeira vez que a política romana gera uma polarização a ponto de ser refletida nas representações numismáticas. Partidários de Pompeu e de César utilizaram a moeda como forma de propagar feitos realizados por uma dessas personagens, para legitimar seu poder.

Entretanto, a construção imagética não é algo que acontecia de forma isolada nas representações numismáticas. Era um processo que se estendia às várias esferas da sociedade romana. Cada vez mais, Pompeu e César gozavam de honrarias, muitas delas simbólicas, que moldavam uma linguagem imagética relativa ao poder e que acabaria por se perpetuar ao longo dos próximos governos. Ou seja, para entender as representações de Pompeu e César nas moedas, é necessário conhecer o contexto histórico em que isso ocorre. Consequentemente, também há a preocupação de relatar o desenvolvimento das carreiras desses dois políticos a partir da década de 60 a.C.

O surgimento do Triunvirato, com o acréscimo de Crasso, fez com que os partidários de Pompeu e César intensificassem cada vez mais essa propaganda dos dois. Não obstante, isso

ocorria em meio a uma República, sendo o papel do Senado também importante para compreender a composição desse poder imagético, uma vez que essas honras, na maior parte das vezes, não são autoproclamadas, mas, sim, oferecidas por ele. Esse período é marcado por profundas dissidências internas no Senado, o que permitia que esses triúnviros acumulassem cada vez mais poderes, além do suporte que tinham de outros magistrados próximos a eles. A articulação dos membros do Triunvirato foi um mecanismo necessário para a manutenção do poder e para controlar a oposição senatorial, já que não podemos enxergar o Senado como um corpo homogêneo.

Esse poder imagético se apresenta nas esferas públicas e nas privadas, que, apesar de tênues, suas diferenças são presentes e funcionam de forma distinta em Roma. O financiamento de obras públicas por parte desses políticos permitia a inserção de elementos pessoais nesses espaços, como é o caso do Teatro de Pompeu, citado no Capítulo 2, onde a imagem desse político foi enaltecida de forma intensa.

Por fim, com o final da guerra civil e a hegemonia de César, fundaram-se as bases para a personificação total das representações numismáticas, com o início das cunhagens de efígies do governante ainda vivo. O poder de César acabou sendo refletido sobre o modo como os governantes do mundo romano passaram a ser representados e, mesmo após sua morte, esses elementos permaneceram e foram alvos de disputa entre Marco Antônio e Otávio.

O terceiro capítulo visa debater como essas representações numismáticas foram desenvolvidas ao longo dos primeiros governos do Principado, anteriores a Cláudio, quando é possível analisar a formação de uma linguagem imagética desse regime, que lhe permitia representar elementos capazes de passar a noção de estabilidade, paz, poder e controle dos imperadores sobre o povo romano. Ao mesmo tempo, apresento as relações entre Senado e imperador no decorrer desses governos para entender o desenvolvimento dessa instituição ao longo do início do Principado e como pôde auxiliar as ações dos senadores até o momento da ascensão de Cláudio.

Desse modo, abria-se a possibilidade de estudar, neste plano imagético, como funciona a dinâmica do Senado e do imperador, bem como o desenvolvimento de uma *domus Caesaris*, que se torna presente a partir de Augusto e que fornece um suporte diferenciado às ações do imperador, além da ambição da perpetuidade do poder dentro de uma mesma família.

Por fim, o último capítulo entra, de fato, na análise da numismática claudiana, na qual começo falando especificamente da ascensão de Cláudio em meio a uma forte oposição senatorial. Ao longo do capítulo, divido a numismática em dois momentos: i) momento da ascensão de Cláudio, em que o imperador buscou alcançar a legitimidade e estabilidade de seu

governo, buscando entender como ele pode ter usado as imagens presentes nas moedas para passar estas ideias; ii) momento em que as forças já estão bem definidas e o imperador já gozava de certa estabilidade, quando a questão da sucessão imperial começou a fazer parte desse contexto das representações numismáticas.

Neste capítulo, são apresentados os principais cunhos do principado claudiano, bem como os elementos que os compõem, demonstrando como se articulam na formação de uma linguagem imagética própria do Império. Relacionado a isso, apresento, também, a postura do Senado em relação às moedas cunhadas por esta instituição, discutindo como elas se aproximam das representações formuladas pelo imperador e pela *Domus Caesaris,* ou até mesmo ressaltando os momentos em que ela apresenta uma linguagem própria, apontando de que modo isso representa uma relação de oposição ou não com o imperador.

Alguns questionamentos norteiam este capítulo: quem dirige o Império, especialmente, quais os papéis desempenhados pelo imperador e sua casa e pelo Senado e magistrados neste governo? Nas moedas, por exemplo, temos a presença bastante extensiva de legendas como SPQR / P P / OB S C. Através dessa menção P P (*Pater Patriae*), poderíamos relacionar à questão da cidadania a estrangeiros, pois, neste período, foi quando ocorreu a primeira menção deste título a Cláudio, reforçando a posição da pessoa do Imperador no governo imperial (TAC. *Ann*. XI, 25). Por outro lado, as referências à anuência do Senado para cunhagens, pelo uso das legendas SPQR e OB S C, apontam justamente para esse olhar zeloso de Cláudio para com a situação do Senado. Ou seja, a numismática nos oferece outra visão sobre esse tipo de questão, sobretudo, uma perspectiva contemporânea ao próprio Principado de Cláudio. Este é um problema muito presente nos debates sobre o principado de Cláudio, governante acusado de desconsiderar o Senado e de se permitir governar por suas mulheres e libertos. Mas como este problema aparece nas moedas? Como se constitui uma *imago* do poder imperial nesses objetos? É o poder de um homem (ou de suas mulheres e libertos) ou o poder das mulheres que aparece articulado e integrado a uma estável casa aristocrática governante? E qual o significado disto, se pensamos nas acusações das fontes literárias contra o poder pessoal dos imperadores? É o poder de uma aristocracia que governa através de instituições, como o Senado e as magistraturas, e que tem na casa imperial o exemplo mais bem acabado de poder aristocrático? Qual o papel dos exércitos na constituição desta *imago* do poder de Cláudio? Que peso tem o resultado concreto e material das ações administrativas do imperador (como obras cívicas ou religiosas e de infraestrutura) na constituição de sua *imago*? Como se percebe, há um amplo universo para se pensar como era a *imago* de Cláudio produzida nas moedas, somando àquilo que já estudamos nas fontes literárias e na historiografia moderna.

Um aspecto chave para discutir sobre as representações numismáticas do Principado de Cláudio é a presença marcante de uma *Domus Caesaris* nas moedas do período claudiano. Quanto a este ponto, ganha relevância a formação de uma dinastia desde Augusto, não somente representando um poder pessoal, mas o poder de uma família, de uma *Domus* (casa) dominante frente às demais. As moedas trazem uma série de elementos dessa família que possuem sua simbologia dentro do imaginário político. As moedas destacam, por exemplo, os elos que ligam esta casa e Augusto, passando pelos pai e mãe de Cláudio, além da apresentação das duas imperatrizes (Messalina e Agripina) e dos prováveis sucessores ao trono imperial (Britânico e Nero).

Quando se analisa as moedas considerando esse debate estabelecido por Winterling, na obra *Politics and Society in Imperial Rome* (2009), com apoio na leitura de Mommsen sobre a definição da corte em Roma com uma perspectiva do direito constitucional, é possível observar que: dentre os dois lados da corte apresentados na citação, o que se mostra representado nas moedas é o segundo. Principalmente os parentes ganham destaque, uma vez que compartilham das honras oficiais do Estado e precisam ser conhecidos por todo o *populus*. É necessário que estas pessoas sejam apresentadas de alguma maneira, sendo as moedas um excelente meio para cumprir esta função.

Diante desse apontamento, também fica evidente o motivo pelo qual os escravos foram mantidos fora das representações numismáticas, apesar de, por vezes, alcançarem honras até mesmo no Senado[2]. Eles estariam classificados como a parte da estrutura *Domus Caesaris*, e, em teoria, compartilham do prestígio da casa, porém, não estão entre os amigos que fazem parte do conselho imperial ou dos parentes, Eles são patrimônios da *Domus*, e a grandeza da mesma passava pela valorização do *patrimonium*. Mais adiante, nesse mesmo debate, Winterling (2009) também cita o prefeito da Guarda Pretoriana, membro muito comum na corte e nos círculos de decisão do Imperador, mas que não gozava da mesma honra atingida pelos familiares.

Seguindo com esse debate sobre a terminologia usada para definir as pessoas que seguem ao redor do imperador, faz-se necessário apontar o estudo de Richard Saller. Em sua obra *Patriarchy, Property and Death in the Roman Family* (1997), o autor apresenta o fato de as famílias romanas serem representadas nas artes visuais, o que gerava uma série de consequências para o mundo real em que a família e a casa existiam. Essas consequências eram a exteriozação e a apresentação das pessoas que tinham acesso ao poder emanado da casa. Roma é uma sociedade que tem forte ligação com as artes visuais. Somente uma minoria tinha acesso

[2] Um exemplo deste fato é o caso de Palas, que fora honrado com honras de questura e pretoria pelo Imperador e pelo Senado (SUE. *Cl*. XXVIII, 1).

às artes escritas e, portanto, ao recorrer às artes visuais para representar a *Domus* e, por consequência, os membros da família que a compõe, pretendia-se atingir a universalidade do público.

Tendo em vista as definições de Winterling e de Saller sobre as pessoas que rodeiam do imperador e que são favorecidas pela influência que emana da *Domus Caesaris*, para este estudo de numismática, torna-se mais adequado estar atento à distinção que comporta os usos do termo *domus*. Como fora dito anteriormente, não se observam representados nas moedas membros que não pertençam aos laços familiares propriamente ditos, do *princeps*. Desta maneira, se predominam, nas fontes literárias, menções à *domus* imperial, enquanto, nas moedas, é a família que tem proeminência.

Com isto, passo para outro aspecto fundamental de nossa pesquisa: o caráter oficial de nossa fonte principal. Nas palavras de Howgego, em sua obra *Ancient History From Coins* (2001, p. 70): "As moedas apresentam o que é desejável ao regime". A cunhagem de moedas age como uma sistemática e deliberada "apresentação" do regime imperial. Os estudos numismáticos nos apresentam que muitas dessas representações nas moedas eram, na verdade, contra-ataque a ações no âmbito político, ou um diálogo com as outras formas de mídia existentes em Roma. No entender de Howgego (2001), a onipresença dos retratos imperiais nas moedas era parte essencial do simbolismo do poder do Imperador e, muitas vezes, serviam como exemplo estilístico para que fossem copiados por outros habitantes do vasto Império. Para isso, é necessário o entendimento das mensagens veiculadas nas moedas por todos.

Assim, segundo Howgego (2001, p. 77), há o uso de uma linguagem comum: "As linguagens visual e verbal da ideologia imperial são usadas (deliberadamente ou não) para construir imagens do Imperador e do Império, e precisam ser entendidas no contexto no qual tais conceitos são incorporados na sociedade". É possível ir além: não se trata somente de mostrar a onipresença do Imperador, mas também de toda uma *familia*. Assim, o que está em jogo é o ideal do governo por uma *Domus*, e não de um poder pessoal, como estabelecido desde Augusto[3].

[3] Nos inserindo no debate existente sobre a constituição do poder imperial, no qual outros pesquisadores se dedicaram à pesquisa. O estudo de Syme (2002) apresenta Augusto, primeiro imperador de Roma, construindo uma dinastia a partir de sua família e amigos mais próximos, reservando, a estes, postos chaves na administração do Império. Já Winterling (2009) apresenta, em sua pesquisa, a formação, ao longo de toda a primeira fase do Principado, de uma *aula*, que proporcionava que os membros da sociedade romana tivessem um acesso diferenciado ao Imperador e ao poder que este posto emanava. A tese de Faversani (2001) discute que o Principado seria formado de uma parte institucional (Senado, exército) e uma parte orgânica (*amicitia*, a existência de uma família de maior destaque e maior acesso ao poder que as demais, clientela), que precisava justamente das instituições para ser legitimada. Já Wallace-Hadrill (1996) apresenta a estrutura da corte imperial como a alegoria do sistema solar, de onde o poder emana do centro de poder (Imperador) para os demais setores da sociedade. Conforme a proximidade ao centro do poder, maior seria o acesso a este. Cf. SYME, R. *Roman Revolution* Oxford

Sendo assim, existindo a centralidade no exercício e na transmissão de poder, torna-se interessante analisar como essa *Domus Caesaris* e a alternância de membros são representadas nas moedas no período de Cláudio, bem como outros fatos marcantes desse principado que também ganharam representação nesses objetos, como a ascensão ao poder, a relação do Imperador com o Senado e o papel das províncias e dos provinciais, os indivíduos que aparecem nas cunhagens e as relações entre eles,, além dos feitos imperiais (como a conquista da Bretanha). Através deste tópico, creio que será possível elaborar um universo amplo o bastante para compreender a *imago* de Cláudio é construída nas moedas.

Cabe a ressalva que foram consultados alguns catálogos de voltes, os quais serão mencionados unicamente por meio das siglas elencadas a seguir[4]:

- BMC: *The Coins of the Roman Empire in the Britsh Museum*. Um catálogo que complementa o RIC;
- COHEN: Catálogo feito pelo estudioso francês Henri Cohen e que traz uma numeração diferenciada em relação ao RIC. Esse catálogo fora produzido sem o recurso das fotografias, por este motivo, conta com ilustrações das moedas de cada imperador;
- CRAWFORD ou RRC: *Roman Republican Coinage.* Catálogo atribuído ao estudioso Michael Crawford;
- RIC: *Roman Imperial Coinage*, produzido em Londres. Material base para estudo das moedas imperiais, onde há a separação das moedas entre imperador, sendo que, para cada imperador, separa-se as cunhagens por ano, material e autoridade representada nas moedas. Nesse catálogo, também há detalhes sobre as oficinas de cunhagem ativas em cada imperador;
- SEAR: *Roman Coins and Their Values*, de autoria de David Sear. Apresenta dados com base em materiais coletados por colecionadores e estudiosos;
- VAGI: *Coinage and History of the Roman Empire*, de autoria de Davi Vagi. Possui informações de coleções particulares e de pesquisadores ao redor do mundo.

University Press, 2002; Cf. WINTERLING, Aloys. *Politics and society in Imperial Rome*. Malden: Wiley-Blackwell, 2009; Cf. FAVERSANI, Fábio. *A Sociedade em Sêneca*. São Paulo, Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), 2001; Cf. WALLACE-HADRILL. The imperial court. In: BOWMAN, A. K.; CHAMPLIN, E.; LINTOTT, A. (eds.). *The Cambridge Ancient History*. v. 10: The Augustan Empire, 43 B.C. - A.D. 69. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 283-308.

[4] Cf. SAYLES, W. *Ancient Coins Collecting III*: The Roman World – Politics and Propaganda. s/l, Krause Publications, 2007. p.46 – 47.

1 IMAGEM E MEMÓRIA NO IMAGINÁRIO NUMISMÁTICO ROMANO

Quando se visualiza uma moeda e, principalmente, o que está inserido nela, tende-se a pensar na relevância que aqueles símbolos possuem e, quando se trata de uma pessoa no conjunto numismático, é inevitável pensar na importância daquele indivíduo para a sociedade e para a História. Por esse pensamento, é imprescindível que os símbolos inscritos em uma fonte material alcance o maior número de espectadores que consigam codificar os elementos presentes nesta fonte material. Mas como pensar isso numa sociedade tão plural como a Roma do século I? Uma sociedade que tem povos cujas culturas locais se mostram distantes das culturais centrais de Roma e Itália, ou mesmo da própria Grécia, berço do pensamento ocidental e grande referência para aquele período.

É possível, como coloca Paulo Martins, em sua obra *Imagem e Poder: considerações sobre a representação de Otávio Augusto* (2011), que haja múltiplas interpretações sobre cada elemento em determinada fonte material, neste caso, na moeda. Porém, do mesmo jeito que podemos refletir sobre a sua interpretação, a moeda pode ser observada como uma arte utilitária, cujo propósito seja executar uma propaganda das pessoas presentes no poder. Neste caso, é possível pensar não nas interpretações sobre os símbolos presentes nas moedas, mas qual interpretação era objetivada. Ou seja, indagar qual era a interpretação desejada por um imperador (ou pessoa ligada a esse) ao cunhar determinado elemento nas moedas, sendo esta uma dentro das possíveis leituras.

Assim, qualquer análise desse tipo deve partir de duas premissas. A primeira diz que, para remontar esta intenção, seria necessário o uso de terminologias coetâneas ao período em que as moedas eram cunhadas, ou mesmo de períodos anteriores a este ato para não recorrer ao erro do anacronismo histórico. A segunda é a de que não se deve abstrair o contexto histórico em que tais moedas eram cunhadas – neste caso, os primeiros anos do Principado –, que, além de possuir o Imperador como elemento central, também possui uma série de forças adjacentes que complementam a estrutura de poder na Roma Imperial (MARTINS, 2011).

Não se deve centrar em apenas um polo de poder quando o assunto é a Roma Imperial do século I, mas, sim, considerar outros três polos: a *Domus Caesaris,* o Senado, ambos centralizados em Roma, e as províncias, mais precisamente os governos provinciais, que acabam representando ramificações desse poder centralizado na Itália.

Estudar o poder de uma única perspectiva não possibilitaria entender o alcance do mesmo:

> Na verdade, o poder em Roma, como em qualquer outra sociedade, não deve ser visto apenas por cima, fechado em si mesmo; antes, deve ser observado em seus prolongamentos, sua penetração em instituições, corporificando-se em técnicas e munindo-se de instrumentos de intervenção material que atingem até a mais ínfima camada da *societas* (MARTINS, 2011, p. 35).

Assim, pode-se pensar, então, as imagens remetendo ou influenciando em três tempos distintos: passado, presente e futuro. Para tal, é necessário ter em mente o conceito de memória coletiva e memória artificial, bem como o modo pelo qual é possível construí-las. A memória coletiva seria um importante instrumento de controle de poder por parte dos grupos dominantes. Se, anteriormente, foi dito que há múltiplas interpretações em cima de uma imagem, a intenção de fazer com que uma se manifeste como dominante frente às outras é exercida graças à utilização da memória coletiva. Para Le Goff, em *História e Memória* (1990), o início da memória coletiva vem da necessidade de sociedades antigas explicarem seus mitos fundadores, o poder de determinadas famílias e ritos religiosos.

Ou seja, para ele, o processo de simbolização permitiu às sociedades clássicas configurarem a memória coletiva para atingir um duplo progresso. O primeiro, de caráter comemorativo, visava tornar algum evento memorável. Dessa forma, a memória assume a forma de uma inscrição, o que acabou por suscitar, nos tempos modernos, o desenvolvimento de ciências que auxiliassem a História, como a Epigrafia. O segundo progresso seria de caráter documental, visando fornecer informações para os indivíduos, independente do espaço e do tempo, permitindo, assim, uma memorização do evento.

Tratando da questão da "memória artificial", Le Goff (1990) explicou que seria um segundo estágio da memória coletiva, que, através de processos mnemotécnicos (processos que visem estimular a memorização), permitia ao indivíduo uma nova aptidão intelectual, de tal forma que começou a surgir uma lista de palavras, símbolos, de conceitos, gestos e de operações que criam certa ordem, permitindo, assim, descontextualizar e "recontextualizar" dados verbais e mesmo visuais. O primeiro autor a fazer uso desses recursos teria sido Simônides (556 a.C. – 468 a.C.), mas quem melhor detalhou o funcionamento desse processo foi Cícero, na obra diálogo dos Oradores, que chega a tratar o autor grego como "inventor da arte da memória". Assim, Cícero descreve da seguinte forma o processo mnemotécnico de Simônides:

> Portanto, aqueles que cultivam essa faculdade da inteligência devem escolher determinados lugares e colocá-los as imagens das coisas que você quer se lembrar, de modo que a ordem dos lugares preserve a ordem das coisas, e eles são lembrados por estas imagens, valendo-nos lugares como as máscaras mortuárias, simulacros, assim como palavras [...] Considero Simônides, ou quem foi o inventor desta arte, que definira que a forma mais eficaz de

> memorização em nossas mentes era que fosse transmitido e impressos através dos sentidos, e, principalmente, pela visão: daí deduzir que o que você ouve ou pensa, poderia mais facilmente ser mantido quando penetrasse com a recomendação dos olhos; de modo que uma determinada imagem, semelhança ou figura lembravam coisas escondidas e julgamentos distantes da visão, de modo que o que não poderia abraçá-las reteríamos os pensamentos, por assim dizer, com os olhos. Com estas formas e corpos, como acontece com todos os outros que estão ao alcance da vista, eles alertam e excitam a nossa memória; mas é necessário para colocar em algum lugar das imagens, porque o corpo sem o lugar não é inteligível. Eu digo, então, não me debruçar sobre coisas conhecidas e vulgares, que muitos lugares têm de ser separados por intervalos curtos, e, imagens brilhantes fortes que ferem o humor que possam surgir. Esse poder vai dar o hábito e exercício; consequentemente, a conversão de tais palavras, e mutação dos casos, ou a transferência de espécies de género, e representam a imagem de uma palavra um pensamento completo, como um pintor, que, com a variedade de modos conhecidos distinguir lugares (CÍC. *De ora*. LXXXVI - LXXXVII. Tradução do autor)[5].

Desta forma, Cícero explica que o método usado por Simônides pretende que a memorização deve se valer, primeiramente, do posicionamento das coisas em um lugar específico – aqui se faz o uso da definição de lugar presente na obra Retórica a Herênio: "aquilo que foi encerrado pela natureza ou pelo homem em um espaço pequeno inteira e distintamente de modo que possamos facilmente percebê-los e abarcá-los com a memória natural" (*Rhet. Her*., 3, 29). Depois, deve-se fazer um uso correto dos sentidos, pois eles acabam resgatando as lembranças e julgamentos que fazemos de determinada imagem. Para Cícero, o sentido que melhor se encaixa nesse processo seria a visão. A imagem na moeda age justamente nesse sentido de estimular uma memorização inata na mente humana, gerando um julgamento sobre tal fato ou memória, e até mesmo estimulando elementos que não são aparentes ao simples olhar, ou seja, advindo de uma interpretação.

Le Goff (1990) ainda destaca que, para o contexto romano, três obras trazem a mnemotecnia grega e acabaram por se constituir na teoria clássica da memória artificial, ou,

[5] Do original: Itaque eis, qui hanc partem ingeni exercerent, locos esse capiendos et ea, quae memoria tenere vellent effingenda animo atque in eis locis conlocanda; sic fore, ut ordinem rerum locorum ordo conservaret, res autem ipsas rerum effigies notaret atque ut locis pro cera, simulacris pro litteris uteremur [...]Vidit enim hoc prudenter sive Simonides sive alius quis invenit, ea maxime animis effingi nostris, quae essent a sensu tradita atque impressa; acerrimum autem ex omnibus nostris sensibus esse sensum videndi; qua re facillime animo teneri posse ea, quae perciperentur auribus aut cogitatione, si etiam commendatione oculorum animis traderentur; ut res caecas et ab aspectus iudicio remotas conformatio quaedam et imago et figura ita notaret, ut ea, quae cogitando complecti vix possemus, intuendo quasi teneremus. [358] His autem formis atque corporibus, sicut omnibus, quae sub aspectum veniunt, [admonetur memoria nostra atque excitatur;] sede opus est, etenim corpus intellegi sine loco non potest. Qua re ne in re nota et pervulgata multus et insolens sim, locis est utendum multis, inlustribus? explicatis, modicis intervallis; imaginibus autem agentibus, acribus, insignitis, quae occurrere celeriterque percutere animum possint; quam facultatem et exercitatio dabit, ex qua consuetudo gignitur, et similium verborum conversa et immutata casibus aut traducta ex parte ad genus notatio et unius verbi imagine totius sententiae informatio pictoris cuiusdam summi ratione et modo formarum varietate locos distinguentis.

como os próprios romanos a designavam, memória artificiosa. A primeira delas seria Retórica a Herênio. Nela, o autor considera que a memória artificial seria aquela que é consolidada através de uma indução e de um método perceptível. Assim, é aponta-se que é preciso exercer um julgamento de quais elementos devem ser necessários para que haja o estímulo da memorização, já que o autor considera que as ações cotidianas, por exemplo, não estimulam tanto nossos sentidos a ponto de estimular uma memorização. E ainda complementa dizendo que o que se pretende é representar o que é excepcional, para, assim, ativar a faculdade da memorização. Desse modo, é definido tal processo na obra:

> Devemos, pois, constituir imagens daquele tipo capaz de aderir à memória por mais tempo. Isso ocorrerá se estabelecermos similitudes marcadas o máximo possível, se não colocarmos imagens vagas, ou em grande inúmero, mas que tenham alguma ação [...]. As mesmas coisas de que nos lembramos facilmente quando verdadeiras, também lembraremos sem dificuldades quando forem forjadas e cuidadosamente marcadas. Porém, será necessário fazer o seguinte: repassar rapidamente, em pensamento, o primeiro lugar de cada série repetidas vezes, para reavivar as imagens (*Rhet. Her*., 3, 37. Tradução do autor)[6].

Pensando especificamente na moeda e tendo em vista esse ponto específico do texto da Retórica a Herênio, a habilidade que forja uma memória através da imagem seria o objeto principal dos diversos símbolos empregados pelos governantes desde César, para, assim então, criar a denominada memória artificiosa. Um exemplo disso é o uso das imagens de Vênus para atribuir uma origem divina à sua família.

Em alguns denários (Figura 1), juntamente com efígie laureada de César – que por si só já indicam um caráter de imortal, também apresentam o caráter da dignidade pró-consular, e através de passagens de Dio Cássio (Dio Cass. XLIII) e Suetônio (Suet. *Iul.*) que teria sido uma exigência do próprio César o uso contínuo da coroa de louros (e por consequência a representação perpétua de sua imagem com a mesma) – no anverso trazem no reverso a imagem de Vênus sentada numa cadeira de magistrado, além de segurar um cetro (símbolo da dignidade imperial que era investida ao cônsul, além de estar ligado ao caráter de autoridade divina, graças a ligação desse elemento com Júpiter), segura com outra mão uma representação da Vitória. Ou seja, a memória que tal imagem pode tentar passar a seu espectador está além da sua ligação divina com Vênus, mas também os poderes acumulados por César já no período da Ditadura

[6] Do original: Imagines igitur nos in eo genere constituere oportebit, quod genus in memoria diutissime potest haerere. Id accidet, si quam maxime notatas similitudines constituemus; si non multas nec vagas, sed aliquid agentes imagines ponemus; si egregiam pulcritudinem aut unicam turpitudinem eis adtribuemus [...] Nam, quas res <veras> facile meminerimus, easdem fictas et diligenter notatas meminisse non difficile est. Sed illud facere oportebit, ut identidem primos quosque locos imaginum renovandarum causa celeriter animo pervagemus.

Perpétua. Quando analisamos a soma dos símbolos presentes na imagem temos como resultado o tamanho do poder visado na memorização.

Figura 1 - RRC 480/7b. Denário de prata, cunhado em 44 a.C. Anverso com a efígie laureada de César. Reverso: L BVCA, com Vênus sentada no cadeira magistral segurando em uma das mãos um cetro e na outra uma representação da Vitória.

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-480.7b.

Já na obra Sobre a Oratória, de Cícero, a apresentação da mnemotécnica é iniciada com a explicação da importância dos lugares para a montagem de uma memória a ser utilizada pelo orador. Para o escritor romano, o uso correto dos lugares é facilmente desempenhado por pessoas versadas e que possuem a qualidade de ouvir e aprender. É uma capacidade que deve ser exercitada sempre. Para isso, essas pessoas devem saber, primeiramente, identificar a natureza das coisas, para, depois, exercer um julgamento retórico, que viria a constituir o cerne da causa. Sobre a fabricação de discursos que visam à memorização, Cícero complementa:

> Eu terminei o que eu tinha a dizer, diz Antônio; se for provado que não na variedade infinita de homens e vezes, mas nos princípios da natureza e gerais reside a dúvida e controvérsia; e o gênero não são apenas em números limitados, mas muito poucos, de modo que qualquer que seja o tema do discurso, aqueles que são estudiosos da oratória podem facilmente construí-los, operá-los e ornar com palavras e frases por toda as partes do discurso. As palavras serão oferecidas naturalmente, e sempre será feliz, se nascerem desde o cerne da questão. Mas se você quer saber realmente o que eu acho (como eu não me atrevo a dizer, mas a minha opinião e julgamento), eu digo que devemos trazer para a discussão todo este arsenal de princípios e argumentos universais, e não examinar cada edição cada lugar comum e tirar disso provas. Isso é fácil a todos que, depois de algum estudo e com prática e devida atenção às coisas; mas sempre pensei na relevância que os princípios e locais capitais de que resultam as provas para todo o discurso. Tudo isso é a obra de arte, observada e personalizada: depois de conhecer a memorizar onde caçar, nada

> lhe escapa, e quanto se pertence ao assunto, se reuni e cai em nosso poder, se temos alguma prática de negócios (CÍC. *De ora*. I, 34. Tradução do autor)[7].

Ainda que a obra de Cícero trate propriamente da figura do orador, ou seja, um uso de palavras, é permitido pensar a figura do artista com os mesmos artifícios do orador no ato de montar uma obra de arte ou uma representação material. Embora muitos não consigam percorrer todo o processo inventivo, o que o artista traz à tona são elementos que, localizados em lugares comuns, despertam os reconhecimentos de tais elementos e, consequentemente, sua a memorização pelos indivíduos.

No que diz respeito às definições mnemotécnicas de Cícero são apresentados três processos para a criação. São eles: raciocínio rápido, um método correto (também chamado como a arte) e diligência. Na opinião de Cícero, esta última é a mais importante, pois, através dela, as demais seriam alcançadas de maneira eficiente. Mais adiante, Cícero retorna para o assunto do uso correto de lugares comuns. Falando sobre como proceder em causas jurídicas, o autor, mais uma vez, fornece um bom material para se pensar nas representações artísticas e, por consequência, as numismáticas. O texto apresenta a seguinte proposição:

> Impresso na mente esses lugares comuns, e recorrendo a eles sempre que surgir uma nova questão, não haverá nada que possa se esconder do orador, em disputas judiciais e discursos. Se você também consegue expressar o que quer demonstrar, e se move e atrai as mentes daqueles que o ouvem, nada lhe faltará quanto à eloquência. Vimos que, de forma alguma, é suficiente a invenção se não porque foi inventada. E isso deve ter variedade, para que o ouvinte não saiba o artifício ou não gere fadiga com a repetição de coisas muito semelhantes. Às vezes é conveniente propor ajustes, e dar provas da proposição, e às vezes tomar as suas consequências, e outros abandoná-los e passar para outro assunto (CÍC. *De ora*. I, 41. Tradução do autor)[8].

---

[7] Do original: "Huius quidem loci, quem modo sum exorsus, hic est finis," inquit Antonius; "quoniam intellegeretur non in hominum innumerabilibus personis neque in infinita temporum varietate, sed in generum causis atque naturis omnia sita esse, quae in dubium vocarentur, genera autem esse definita non solum numero, sed etiam paucitate, ut eam materiem orationis, quae cuiusque esset generis, studiosi qui essent dicendi, omnibus locis discriptam, instructam ornatamque comprehenderent, rebus dico et sententiis. [146] Ea vi sua verba parient, quae semper satis ornata mihi quidem videri solent, si eius modi sunt, ut ea res ipsa peperisse videatur; ac si verum quaeritis, quod mihi quidem videatur - nihil enim aliud adfirmare possum nisi sententiam et opinionem meam - hoc instrumentum causarum et generum universorum in forum deferre debemus neque, ut quaeque res delata ad nos erit, tum denique scrutari locos, ex quibus argumenta ervamus; quae quidem omnibus, qui ea mediocriter modo considerarint, studio adhibito et usu pertractata esse possunt; sed tamen animus referendus est ad ea capita et ad illos, quos saepe iam appellavi, locos, ex quibus omnia ad omnem orationem inventa ducuntur. [147] Atque hoc totum est sive artis sive animadversionis sive consuetudinis nosse regiones, intra quas venere et pervestiges, quod quaeras: ubi eum locum omnem cogitatione saepseris, si modo usum rerum percallueris, nihil te effugiet atque omne, quod erit in re, occurret atque incidet.

[8] Do original: Hic igitur locis in mente et cogitatione defixis et in omni re ad dicendum posita excitatis, nihil erit quod oratorem effugere possit non modo in forensibus disceptationibus, sed omnino in ullo genere dicendi. [176] Si vero adsequetur, ut talis videatur, qualem se videri velit et animos eorum ita adficiat, apud quos aget, ut eos quocumque velit vel trahere vel rapere possit nihil profecto praeterea ad dicendum requiret. Iam illud videmus nequaquam satis esse reperire quid dicas, nisi id inventum tractare possis; [177] tractatio autem varia esse debet,

Mudando o foco do orador para o artista, avalia-se que também é necessário que ele tenha clareza para demonstrar os elementos de sua obra, de modo que isso seja fixado na mente do receptor. Outro ponto citado por Cícero é a necessidade de uma variação dos elementos, para que não haja fadiga por parte dos ouvintes. No caso das moedas, pode-se imaginar que, quanto maior a variedades de cunhos por parte de um *Princeps*, maior o fascínio deixado na mente daqueles que serão receptores de sua imagem. Afinal, novas imagens tendem a ser entendidas como novas mensagens, novos discursos, entretanto, pertencentes a um mesmo lugar comum. Vale lembrar que, em alguns momentos, tais cunhagens por parte da *Domus Caesaris* tendem a dialogar com a cunhagem de outras instâncias de poder: o Senado de Roma e as províncias, apesar de movido em sentido oposto.

A segunda obra mencionada por Le Goff (1990) seria de Quintiliano. Ao se fazer uma leitura da obra *Institutos da Oratória*, a partir do capítulo 2 do livro XI, há um debate sobre os modos como a memória é construída e como ela deve ser exercitada. Para Quintiliano, a memória funciona olhando para o futuro, mas recorrentemente buscando elementos do passado, de tal modo que, ao se construir um discurso, deve-se preocupar não somente com o que será dito, mas também com aquilo que já foi dito. Ainda nesse pensamento, o autor define que "seja o que foi descoberto, deposita por algum misterioso processo no cofre da memória, que atua como um agente transmissor que entrega o que recebeu da imaginação" (QUINT. *Inst*. XI, 2, 2-3).

Assim, o autor continua falando de como é impressionante a capacidade de ação da memória, enfatizando o quanto se torna algo essencial para a oratória, centro de suas discussões na obra como um todo. Para definir a memória e os modos de sua construção, Quintiliano perpassa por Platão, ao citar que a memória se perde em partes quando a materializamos na forma escrita, e por Simônides, reforçando a necessidade de se construir os lugares da memória, de modo que o processo mnemotécnico seja construído de forma clara. Assim, a arte da memória se beneficia de uma organização dos lugares de memória, permitindo que os detalhes sejam visualizados e contemplados sem nenhum impedimento.

Quintiliano tenta mostrar o processo de construção da memória em alguns passos:

> E, sem dúvida, a primeira tarefa é garantir que não haverá atraso em encontrar qualquer detalhe, uma vez que uma ideia que é conduzida pela associação a alguma outra ideia requer para ser fixada na mente com mais do que a certeza

ne aut cognoscat artem qui audiat aut defetigetur similitudinis satietate: proponi oportet quid adferas et qua re ita sit ostendere; ex eisdem illis locis interdum concludere, relinquere alias alioque transire; saepe non proponere ac ratione ipsa adferenda quid proponendum fuerit, declarare; si cui quid simile dicas, prius ut simile [dicas] confirmes, deinde quod agitur, adiunga

> comum. O próximo passo é distinguir algo que foi escrito ou meramente pensado por algum símbolo particular que servirá para mover a memória. Este símbolo pode ter referência ao sujeito como um todo, pode, por exemplo, ser retirado de navegação, guerra, etc, ou pode, por outro lado, ser encontrado em uma palavra particular. (Pois mesmo nos casos de esquecimento uma única palavra servirá para restaurar a memória). No entanto, suponhamos que o símbolo seja extraído da navegação, como, por exemplo, uma âncora; ou da guerra, como, por exemplo, alguma arma. Estes símbolos são, então, dispostos como se segue. O primeiro pensamento é colocado, por assim dizer, no pátio; O segundo, digamos, na sala de estar; O restante é colocado em boa ordem ao redor do implúvio e confiado não apenas a quartos e salas, mas até mesmo ao cuidado de estátuas e similares (QUINT. *Inst*. XI, 2, 18-20. Tradução do autor)[9].

O que se mostra interessante é como Quintiliano apresenta os símbolos como fatores que delimitam o processo mnemotécnico. Ou seja, não basta existir um símbolo que traga à memória a *imago* de alguém, ou somente um lugar de memória bem organizado, mas uma ação conjunta: escolha correta de símbolos, assim como uma organização eficiente dos lugares de memória, em que cada símbolo deve ser encaixado em um determinado lugar. Para o autor, todos os símbolos estão ligados, por isso os define como "dançarinos de mãos dadas", então, ao buscar um pela mente, acabamos resgatando outro na sequência.

Quintiliano explica que os lugares devem ser selecionados em um número excepcional, organizados de modo claro, sem que estejam distantes uns dos outros. Já os símbolos devem ser posicionados rapidamente, de modo curto e distinto, para que a mente consiga os acessar rapidamente. Dessa forma, qualquer discurso que recorrerá à memória deve dividi-lo em seções curtas e limitadas, com poucos elementos para que o processo de resgate de uma memória não se perca. Ao mesmo tempo, ele não sabe dizer qual seria o limite (pelo tamanho e pela quantidade) para os símbolos e para os lugares em um discurso, mas que tais limites são necessários.

No entanto, o autor destaca que nem todas as mentes funcionam do mesmo modo, assim, influenciando de modo direto a memorização. Além da parte dedicada à mnemotécnica, ele tenta aproximar os processos de produção da oratória aos processos para se fazer uma pintura ou uma escultura.

---

[9] Do original: Et primus hic labor est, non haerere in occursu: plus enim quam firma debet esse memoria quae aliam memoriam adiuvet. tum quae scripserunt vel cogitatione complectuntur [et] aliquo signo quo moneantur notant, quod esse vel ex re tota potest, ut de navigatione, militia, vel ex verbo aliquo: nam etiam excidentes unius admonitione verbi in memoriam reponuntur. Sit autem signum navigationis ut ancora, militiae ut aliquid ex armis. Haec ita digerunt: primum sensum [bello cum] vestibulo quasi adsignant, secundum (puta) atrio, tum inpluvia circumeunt, nec cubiculis modo aut exhedris, sed statuis etiam similibusque per ordinem committunt.

Dessa forma, o questionamento feito no início deste capítulo sobre a bagagem cultural que os indivíduos deveriam possuir para interpretarem as imagens presentes nas moedas e se seria possível padronizar uma recepção sobre estas mesmas imagens parece ser cada vez mais difícil de ser respondido. Porém, o que se confirma é que existem dispositivos mnemotécnicos para o resgate de algumas interpretações na mente do receptor, daí a necessidade de se estudar a pretensão do emissor, e não a interpretação do receptor.

Falando propriamente das questões de imagem para os romanos, talvez o maior expoente seja Filóstrato, com sua obra *Imagem*. Já no proêmio de seu livro, o autor tenta igualar as obras materiais aos poemas e ainda afirma que a pintura e as demais artes plásticas podem ser vistas como uma imitação da natureza. Ao longo de todo seu trabalho, faz o uso da *descriptio* (ou *ekphrasis*) para mostrar o processo de construção de algumas obras de arte em uma galeria. Seu método consiste em um uso rebuscado da retórica para apontar toda a descrição da obra de arte. Sobre o mestre na arte da representação, o autor deixa claro que este deve saber bem como interpretar a natureza humana e conhecer técnicas que lhe permitam reproduzi-la na arte:

> Para quem deve ser um verdadeiro mestre da arte deve ter um bom conhecimento da natureza humana, ele deve ser capaz de discernir os sinais do caráter dos homens, mesmo quando eles estão em silêncio, e o que é revelado no estado das bochechas e a expressão dos olhos e do caráter das sobrancelhas e, para colocar brevemente o assunto, o que tem a ver com a mente. Se for competente nesses assuntos, ele compreenderá cada traço e sua mão interpretará com êxito a história individual de cada pessoa - que um homem é louco, talvez, ou irritado, ou pensativo, ou feliz, ou impulsivo, ou no amor, e uma palavra, irá pintar em cada caso as características apropriadas (PHILOST. *Imag*. Proêmio, 5 – 15).

Ao falar sobre a arte da pintura, Filóstrato trata a fisiognomonia como uma técnica fundamental para as representações de pessoas nas artes plásticas. Através do olhar do artista e de sua representação, características do indivíduo – mentais e comportamentais – são externadas para o espectador percebê-las. Far-se-á um comentário mais específico sobre essa técnica quando começarmos analisar as moedas romanas dos primeiros principados e de Cláudio.

Ou seja, memória e a representação através de imagens podem caminhar juntas, sendo que cabe ao autor induzir em maior ou menor grau o quanto e se o receptor dessas imagens poderá constituir um processo de interpretação. A isso, podemos classificar como uma função política dessa arte. Há de se pensar que nem sempre a arte de se retratar pessoas nas moedas esteve presente nas cunhagens romanas. É preciso considerar que o momento chave seria o final

da República, mais precisamente o período de César como ponto fundamental para que *repraesentationes* e *effigies* fossem ornadas com grandes técnicas, a ponto de tornar o ato de retratar uma grande arte "política".

Ainda nessa preocupação de se teorizar o uso de imagens como característica de um poder central, faz-se necessário focar nos significados de seus três elementos presentes nas moedas – *repraesentationes, effigies* e *simulacrum* – e de suas raízes e derivados. Ao tratar desse estudo, não se pode se afastar do grande trabalho realizado por Paulo Martins (2011) acerca das imagens de Augusto no fim da República e no início do Principado. Através do estudo desses conceitos, poderemos, enfim, estabelecer uma possibilidade de ver as moedas como documentos e como monumentos, pensadas em três momentos distintos: passado presente e futuro.

Começando pelo verbo *repraesentare*, dos quatro significados apresentados, são dois os que mais podem ser contextualizados com as imagens das moedas: "trazer de volta, mostrar, exibir" e "trazer à mente" (MARTINS, 2011). O primeiro significado aqui enfatizado se aproxima da ação da interpretação, ou seja, resgatar elementos da memória que permitam interpretar a imagem no presente. Além disso, há o uso como exibição, algo que facilmente associamos à visão. O segundo significado tem relação direta com a memória e a intenção é o resgate parcial ou integral de uma memória que traga consigo sentimentos e afeições. Ou seja, ao exercer a prática do *repraesentare*, pretende-se envolver carismas e sentimentos para fortalecer a imagem. O substantivo *repraesentatio* carrega consigo as mesmas características do seu verbo. Aqui, segundo as terminologias utilizadas por Le Goff (1990), se encaixa a questão da moeda vista como monumento.

De acordo com Le Goff (1990), *monumentum* pode ser compreendido como tudo aquilo que evoca o passado com o objetivo de se perpetuar uma recordação. Para o mundo romano, especificamente, adquiriu o sentido de algo que seja digno de uma comemoração. Analisando este sentido, alinha-se as moedas a uma comemoração, algo que mereça ser perpetuado, pois visa à eternidade da recordação dos feitos de um governante através do uso da arte.

Ainda estabelecendo a ligação entre o conceito de *monumentum* e as moedas, se seguirmos a filologia das palavras, ambas partem do verbo *monere* (fazer recordar). Deste verbo, deriva a palavra *moneta*, título dado à imagem e ao templo de Juno no Capitólio. Juno é caracterizada como deusa da memória. Ela e seu templo, que funcionou, no início das cunhagens de moedas em Roma, como casa das moedas, foram tidos como protetores das finanças.

Outros autores compactuam com essa ideia das moedas romanas serem vistas como um monumento. Segundo o artigo de Meadows e Williams (2001), desde a Renascença Italiana, com estudo de antiquaristas, no século XV, já se percebia que as moedas traziam, em seu corpo, elementos de destaque na sociedade romana – em especial, relacionados aos imperadores. O artigo ainda cita que as moedas trazem um aspecto de uma propagação de uma memória:

> Nós diríamos que a percepção do Renascimento sobre a importância do Renascimento das moedas romanas estava essencialmente correta, e que a homenagem, a criação de um *monumentum*, é a categoria cultural adequada dentro da qual a interpretar os novos desenvolvimentos tipologia da moeda do final do século II a.C.: **não propaganda, pelo menos no sentido de circulação de uma mensagem política, mas a propagação de uma espécie diferente, o da memória e os *res gestae* (e no final da República as *imagines* de ancestrais também) da família a qual os *monetales* pertenciam** (MEADOWS; WILLIAMS, 2001, p. 42. Grifos do autor).

Quando se pensa na moeda ligando-se ao passado, trata-se da análise do que os símbolos nela contidos podem nos remeter a um passado, e a qual(is) passado(s) pode-se ter acesso via uma investigação iconográfica. Desse modo, fala-se de memória, podendo influenciar a imagem do presente. Seria um resgate de um elemento do passado para consolidar uma ação no futuro.

O segundo conceito, *effigies*, procede do verbo *fingere.* Dos três significados apresentados por Paulo Martins (2011), o que mais se encaixa no papel sócio-político das moedas seria o de "moldar, esculpir, reproduzir traços característicos". No entanto, cabe ainda um segundo uso dentro desse mesmo sentido, que é o de "imaginar, inventar e fingir", os quais o autor classifica como próprios dos mecanismos mentais, mas que, no entanto, se afastam do uso material. Ou seja, a melhor definição do verbo *fingere* para as moedas seria mesmo o de reprodução de traços característicos. Assim, os processos de se "criar" uma imagem não seria contemplado por este verbo para as moedas. Neste caso, outro conceito ou verbo torna-se mais apropriados.

Por sua vez, o verbo *effingere* parece ser limitado ao sentido de retratar ou representar. Mas adiante, Paulo Martins (2011) nos informa que o verbo *effingere* também está ligado ao sentido de "construção de uma imagem". Tomando este sentido como parâmetro, pode-se pensar em uma "imagem desejável" através de um processo de construção de uma imagem. Isso justificaria a existência de imagens nas moedas, como um Augusto sempre jovem, mesmo quando já tinha 77 anos ou nos anos que antecederam sua morte. Ou seja, tratava-se da

construção da imagem de uma pessoa que pretendia demonstrar vigor e juventude para comandar o vasto Império Romano.

> *Effingere* é mais do que mera representação, é construção da imagem – que contém características específicas do representado, sem as quais é impossível discernir se alguém é "A" ou "B". É justamente a partir da ação desse verbo que se obtém a *euidentia*, descrição acumulativa de características físicas e anímicas próprias do objeto modelo, que pressupõe um testemunho visual simultâneo, obtido para objetos ausentes (passados, presentes ou futuros) (MARTINS, 2011, p. 120).

O que se observa de comum entre estes verbos e substantivos latinos é a necessidade de expressar características específicas do representado. É por esta característica que se pode pensar na moeda como um documento. A palavra *documentum* tem como origem o verbo *docere* (ensinar, instruir) e, com o passar do tempo, seu sentido seguiu para uma linguagem legislativa, adquirindo o sentido de prova (LE GOFF, 1990). Podemos pensar que, em um primeiro momento, as moedas agem como documentos porque visam instruir e servir como prova de feitos, mensagens dos governantes, além das características específicas dos governantes, neste caso, os imperadores romanos.

Ainda pensando um modo para se compreender como os romanos viam as imagens, cabe um destaque para o verbo *simulare* e o seu substantivo derivado *simulacrum.* O verbo tem ligação com o sentido de representar algo que não existe, algo que não seja fidedigno. Não se trata de representar algo que seja fantasioso, mas de criar algo novo e não verdadeiro, e que permita algum resultado (desejável) dessa simulação. O substantivo *simulacrum*, em todas as suas ações na literatura latina, está vinculado a um caráter divino. Segundo Paulo Martins (2011), pode-se vislumbrar os *simulacra* como "figuração divina ou figuração humana metaforizada divinamente". Mesmo que não tenha fundamento na realidade, o *simulacrum* possui o efeito de predicar algo que seja verdadeiro. No mundo romano, sobretudo entre as representações de imperadores, conseguimos vislumbrar muito bem ações desse tipo. Um bom exemplo disso é Cômodo como simulacro de Hércules (Figura 2).

Figura 2 - Cômodo como Hércules. Capitoline Museums, Rome.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B3modo#/media/File:Commodus_Musei_Capitolini_MC1120.jpg

Qualquer um desses elementos – ou todos eles – elencados anteriormente são utilizados nas imagens numismáticas. Há ainda mais um elemento que merece relevância, já que este pode aparecer ao longo dos próximos capítulos: *imago*. Este termo carregado de vários usos ao longo da literatura latina no decorrer dos séculos. Os significados que merecem um destaque maior são dois: um mais direto, que está ligado à aparência (quando tem relação com um indivíduo), bustos, estátuas, pinturas – ou seja, à personificação –, e um segundo, ligado à imagem como ideia, algo construído na mente (mais uma vez algo que, talvez, não seja real, mas que ainda pode estar dentro da esfera do verdadeiro). Ainda pode ser visto como uma imitação, passando a ideia de algo que tenha alguma semelhança ou apenas aproximações com o original (ou real). Todas estas ideias estão presentes nas moedas e cada qual pode representar uma ação das pessoas responsáveis por inserir imagens nelas.

Há de se ter em mente que é necessário compreender a dicotomia existente entre descrição e representação. A descrição está sempre implicada em "ontologia específica", refletindo sobre um mundo composto por elementos únicos e identificáveis, aos quais se pode atribuir elementos tipicamente verdadeiros. Já para o caso da representação, não é possível ficar ligado a conceitos como verdadeiro ou falso. É o que aponta F. Ankersmit (2012, p. 187), quando reflete sobre as representações em textos históricos:

> Ali, ambas as operações estão sempre inextricavelmente ligadas uma a outra. Isso também explica por que não podemos falar da verdade ou falsidade proposicional das representações (como as encontradas em retratos ou livros de história) [...]. O resultado é que não se pode dizer se essa linguagem (a representação) é verdadeira ou falsa. Se não puder, no entanto, resistir a tentação de fazê-lo, quais provas poderiam apoiar suas reivindicações de verdade ou falsidade? Apresso-me a acrescentar que certamente isso não significa que nenhum argumento racional possa ser dado como motivo pelo qual devemos preferir uma representação (por exemplo, da Revolução Francesa) em lugar de outra.

Arkersmit (2012) confere aos conceitos de atribuição e referência uma aproximação aparentemente total – segundo a opinião do autor – entre os conceitos de descrição e representação. Sua tese é a de que, na descrição verdadeira, atribuição e referência são feitas de forma separadas, cada uma constituindo um passo do processo. Já a representação consegue executar ambos os processos de uma única vez. Como resultado, aponta:

> Ambas, a descrição e representação poderiam ser reduzidas a referência e à atribuição. E como consequência, a partir da perspectiva da referência, não haveria diferenças lógicas interessantes entre um representado (isto é, o que é representado por uma representação), por um lado, e aquilo que uma descrição verdadeira é verdade de, pelo outro (ARKERSMIT, 2012, 187-188).

Elencados todos estes conceitos e suas relações, pode-se seguir em direção às questões relacionadas à imagem, poder e numismática. Inicialmente, seria oportuno sintetizar alguns argumentos de C. Howgego (1995) sobre o diferencial do estudo das moedas em relação às fontes literárias. A começar, o historiador deixa claro que não podemos comparar as fontes literárias com as numismáticas, já que, em muitos momentos, devido à necessidade de alta interpretação para extrair das moedas as intenções relacionadas à vida política, o resultado se torna não tão nítido como o das fontes literárias. No entanto, Howgego destaca alguns pontos pelos quais as moedas podem fornecer uma nova perspectiva: em períodos de autocracia – como o Estado Imperial Romano –, elas são consideradas como um *corpus* de fontes oficiais e, por vezes, podem servir como um apoio às parcas fontes literárias desse mesmo *corpus* e aos monumentos que sobreviveram até hoje para análise.

À medida que as fontes literárias focam sua análise, de forma efetiva, sobre curtos períodos, as moedas podem fornecer informações sobre longos períodos e, por vezes, até mesmo carregar certa identidade geográfica consigo; apresentam a possibilidade de um estudo comparativo de tipologia das cunhagens de moedas que, em diversas vezes, é impossível de se verificar nas fontes literárias; e, geralmente, possuem um caráter contemporâneo ao que é

representado nas moedas, ao modo de que as fontes históricas podem apresentar um descompasso maior com o momento histórico, facilitando a possibilidade de uma representação "contaminada" por outros fatos.

É fundamental compreender alguns passos sobre a relação entre as imagem nas moedas e poder. O primeiro passo deve ser vislumbrado pelo processo da evolução das cunhagens em Roma. De maneira extremamente sintética, pode-se resumir as primeiras cunhagens romanas fazendo apenas referência à cidade – história e mitologia – e às suas divindades. É praticamente o *topos* dos primeiros dois séculos de cunhagem do denário: a religião e a cidade. Com algumas exceções, como quando algum general obtinha uma importante vitória para a cidade, não se via representações pessoais nas moedas romanas. A isso pode ser atribuído o fato das cunhagens de modas serem, inicialmente, um monopólio do Senado de Roma, que indicava, também, uma equidade de poder entre todos os aristocratas que faziam parte desta instituição e das demais magistraturas.

Alterações nesse cenário seriam vistas somente no último século da República, quando as mudanças sociais no Império acarretaram mudanças, também, no poder e em todas as suas ramificações. As transformações passaram a ser sentidas a partir das grandes expansões territoriais, da profissionalização do exército e da grande concentração de poder por parte dos generais, quando a sociedade romana passou a refletir um poder pessoal. Por consequência, as moedas também foram, aos poucos, trazendo consigo um aspecto pessoal em suas composições. O primeiro passo foi a inserção no corpo das moedas de referência aos *monetales*, responsáveis pelas cunhagens no final da República. Não traziam somente as iniciais do nome do indivíduo, mas alguma representação de algo que remetesse a sua família, o que teria ocorrido por volta de 130 a.C. (MEADOWS; WILLIAMS *apud* CLARK, 2007).

Isso se deve ao caráter da sociedade romana, altamente ligado à imagem, ao visual. Isso é o que afirma H. Flower (2004 *apud* BARBOSA, 2014, p. 22) em seus estudos sobre as máscaras mortuárias romanas:

> Em um artigo mais recente, a mesma autora define a cultura romana como sendo, de muitas formas, a "cultura do espetáculo": o espetáculo estava no centro da política e na compreensão da identidade da comunidade. Era uma cultura visual do "ver" e "ser visto", em que não bastava ter realizado algo, era necessário representar-se desta forma e ser admirado pelo restante da comunidade enquanto o fazia (FLOWER, 2004, p. 322). As representações monetárias combinam estas duas características de uma forma própria. O espaço das moedas seria mais um no qual se poderia "ser visto" juntamente com seus antepassados ilustres e os valores colocados em prática por sua *gens*.

Desta forma, as moedas, vistas também como representações artísticas, foram sendo apropriadas por indivíduos ligados ao Estado romano, de modo a utilizá-la como forma de poder. Assim, o Estado obtém o monopólio da composição das imagens, como enfatiza Bourdieu (1989, p. 275-276):

> O Estado impões o princípio de visão e de divisão legítimo em matéria de representação figurada do mundo, o *nomos* artístico que rege a produção de imagens legítimas (por meio da produção de produtores legitimados para produzirem estas figurações). Este princípio é, ele próprio, uma dimensão do princípio fundamental de visão e de divisão legítimo que o Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima, tem o poder de impor universalmente nos limites de sua alçada. O monopólio da nomeação - ato de designação criadora que faz existir aquilo que ela designa em conformidade com a sua designação.

Esse controle legítimo da violência, pontuado por Pierre Bourdieu, teria levado as cunhagens romanas ao patamar seguinte: progressivamente, estas moedas foram deixando de representar a *pólis* romana e o Estado Romano, adquirindo um caráter pessoal, as personificações totais das moedas, com a inserção de efígies de generais romanos, que, com frequência, foram acumulando mais riquezas, influência e poder na sociedade romana, que continuava com os processos de expansão, em especial no período do Triunvirato. E, assim, chega-se ao período de César, onde há a massificação desse processo.

Apesar de a personificação de pessoas ser algo extremamente comum em Roma – anterior ao fato de César ter sua efígie cunhada em moedas –, sobretudo em máscaras mortuárias, busto e estátuas, a aplicação disso nas moedas representou uma revolução por esta luta de poder imagético no Império Romano. Há de se dizer que, até o ano de 44 a.C., não teve nenhuma moeda que trouxe cunhada a efígie de César, o que não inviabilizou sua influência nas cunhagens, já que é possível observar algumas remetendo aos seus triunfos nas Guerras Gálica e sua patrona, a deusa Vênus. Somente com a ação dos *quattuorviri monetales* é que se observa o surgimento das efígies de César nas moedas. Ou seja, ainda neste momento, predomina a ação de terceiros para que as moedas adquirissem uma personificação do estadista.

Uma gama de fatores podem justificar as ações desses *monetales*, sendo o clientelismo e a *adulatio* dois dos mais prováveis, mas o que se observa é a não restrição à ação desses magistrados, até porque é necessário o aval da instituição maior: o Senado. Uma passagem de Dio Cássio (XLIV, 4) é utilizada muitas vezes para ilustrar e comprovar o momento em que o Senado permitiu que a efígie de César começasse a circular nas moedas. Nesse episódio narrado por Dio Cássio, a data não é tão importante quanto o fato de o Senado sancionar tal ação. Ou

seja, nesse momento, é possível observar dois elementos: primeiro, o poder (*potestas*) do Senado de Roma, ainda possuindo o monopólio das cunhagens romanas; contudo, observa-se, também, uma subserviência do Senado à autoridade de César (*auctoritas*), algo explorado na obra *Politics and Society in Imperial Rome*, de Aloys Wintreling (2009), permitindo que ele tivesse sua efígie cunhada nas moedas.

Dessa forma, não se tratava de uma simples efígie, mas de uma com muita representação, que carregava consigo as aspirações de um poder supremo. O elemento que melhor indica tal imaginário é o diadema utilizado por César. Ele não se assemelha nem a dos antigos reis helênicos e nem mesmo aos utilizados posteriormente pelos imperadores romanos. Composto por flores – ele passa a imagem de triunfador. Cabe apontar que a cultura retratista grega teve enorme influência para montar a imagem de César, principalmente pelo uso de técnicas de fisiognomia.

Após Ácio, os *monetales* mais uma vez acabam reaparecendo nas moedas, mas o predomínio ainda será dos líderes políticos, em especial aqueles com proximidade ao imperador.

> A autoridade para a cunhagem no período triunviral era presumivelmente tão irregular quanto os outros artifícios constitucionais, mas com a demonstração de um retorno à legalidade republicana em 23 a.C. os *triunviri monetales* novamente foram nomeados nas moedas. Neste período a cunhagem de metais preciosos refletiam as pretensões de ambos, *monetales* e do imperador. As referências às famílias dos *monetales* persistiram por não mais do que poucos anos, e os nomes dos *monetales* desapareceram da moeda de metal precioso em 11 a.C., e de metal de base em 4 a.C. Esse fenômeno pode ser facilmente compreendido no contexto da crescente monopolização pelo imperador e sua família de formas significativas de exibição pública, particularmente em Roma (Wallace-Hadrill, 1986). Os nomes de indivíduos não ligados à família imperial continuaram a aparecer na cunhagem provincial romana, embora retrato desse tipo tenha desaparecido sob Cláudio (HOWGEGO, 1995, p. 69).

Ou seja, as moedas foram recorrentemente adquirindo um caráter pessoal e sua característica pública foi se perdendo ao longo das últimas décadas da república e início do Principado. Ainda, pode-se estabelecer o Principado de Cláudio como um dos mais envolvidos nessa dinâmica, pelo controle imagético ao suprimir o nome de particulares – não ligados à *Domus Caesaris* – das moedas a partir de seu governo. C. Howgego (1995) aponta que, quando se olha apenas para as moedas, é possível perceber que elas podem representar uma fonte importante para a política romana, em especial a partir das ditaduras militares, passando pela autocracia de César e seguindo todo o Principado. Para este autor, excluindo outros tipos de fontes, seria possível, graças às moedas, montar uma cronologia do poder político em Roma, de forma diferenciada da que convencionalmente é utilizada nos estudos sobre essa sociedade.

Quando são analisados os cunhos, observa-se uma tendência cada vez mais forte da temática militar em oposição à civil desde os tempos de Augusto, com uma alta gama de variação dos cunhos ao longo de cada Principado. Isso contraria a tendência apresentada por Wallace-Hadril, no artigo *Civilis Princeps*: *Between Citizen and King* (1982), de que os imperadores a partir de Augusto foram mais representados exercendo suas funções como civis do que militares.

A reestruturação do poder em Roma teria gerado uma nova burocracia nas cunhagens dessas moedas. Além dos *triumviri monetales* e dos *auro argento aero flando feriundo*, os cargos da administração imperial também foram posicionados nestes ofícios, tais como os *procuratores monetae*. Estudos de S. Demougin apontam que esta função foi ocupada tanto por libertos como até mesmo por escravos nos primeiros séculos do Principado. Durante os tempos de Domiciano, é observada a presença de funcionários equestres nas cunhagens realizadas no Capitólio. Já na obra *Work, Labour and Professions in the Roman World* (2016), de Seth Bernard, no capítulo dedicado aos ofícios imperiais, há a menção de que os *procuratores monetae* eram responsáveis apenas no que tangia as cunhagens provinciais, estando as cunhagens imperiais restritas ao *a rationibus*.

Então, podemos pensar da seguinte forma: os *triumviri montelaes* estavam restritos a cunhagens autorizadas pelo Senado de Roma, e *auro argento flando flando feriundo* e o *a rationibus* seriam responsáveis pelas cunhagens de moedas autorizadas pelos imperadores. Neste momento, surge uma questão a ser avaliada: o "diálogo imagético" entre essas duas esferas, ou seja, o modo com qual se observava a presença de elementos semelhantes em ambas as representações. Esta pode ser uma questão pertinente para entender a estruturação do poder em Roma, tendo em vista estas duas esferas.

Retomando a questão que envolve a memória e as moedas, é importante salientar que a disputa imagética não se restringe apenas à *Domus Caesaris* e Senado, pois as novas moedas que entravam em circulação dividiam espaço com as antigas, já que não era uma prática muito recorrente do Senado (ou mesmo do imperador) recolher as moedas anteriores e substituí-las pelas novas. Com exceções – geralmente associadas a uma *damnatio memoriae* –, as novas moedas dividiam espaço com as antigas, o que poderia ser visto até como um ponto negativo ao caráter de persuasão em sua intenção e efeito. No entanto, isso nunca deixou de influenciar a existência de uma ampla temática política existente nas moedas imperiais.

Devido ao cuidado observado na composição das representações imperiais, é impossível dizer que não era esperado um efeito determinante na divulgação dessas *imagines*. Ao pautar a atenção aos aspectos mnemotécnicos, as representações dos imperadores nas

moedas sempre eram carregadas de um grande cuidado, um bem maior do que é observado nos camafeus na esfera particular. Isso porque, associado ao culto imperial e à ereção de estátuas dos imperadores em locais públicos, as imagens nas moedas se tornaram uma importante manifestação física do poder, transmitido da República para o Principado. Por isso, Howgego (1995) não acredita em um falta de impacto dessas representações, até mesmo na moda, e mesmo que as fontes literárias acabem deixando estes tipos de informações sem muita clareza, quando se recorre- a um segundo tipo de fonte material, é possível aproximar-se de todos os elementos presentes nas representações numismáticas. Troféus, monumentos, simbologias entre outras coisas são observados na joalheria romana.

Analisando as moedas romanas, também há outro elemento que nos permite vislumbrar a ideia de uma representação mais próxima ao desejável – ou pelo menos nos oferece uma orientação para tal – pelas autoridades imperiais: a legenda. Associada à personificação dos cunhos políticos, as legendas se tornaram um elemento vital na composição das moedas. Elas foram se tornando cada vez mais simples e padronizadas, tais como as das estátuas, e, por consequência, mais acessíveis ao entendimento público. O conjunto entre o desenvolvimento de uma alta linguagem visual e de uma linguagem verbal acessível e simplificada mostra-se como a mais complexa expressão da ideologia imperial.

Em muitos casos – quando é possível –, ao se comparar fontes literárias oficiais, tais como discursos imperiais, com as moedas pode-se estabelecer uma relação entre essas *imagines* dos discursos com as *imagines* visuais e literárias contidas nas moedas. Um ótimo exemplo para visualizar esta relação é quando se analisa o *Res Gestae* do Divino Augusto com as emissões numismáticas desse principado. Além da representação de alguns elementos em ambos os contextos, tais como a captura do Egito, o título de Pai da Pátria e os jogos seculares, a mesma linguagem verbal é utilizada. Isso faz com que a hipótese de que a autoria desses cunhos era de responsabilidade do próprio imperador ou mesmo de pessoas próximas a ele seja cada vez mais consistente.

É fundamental discutir sobre a língua utilizada nas cunhagens, afinal, estamos analisando um Império com uma grande pluralidade cultural e, mesmo que se escolha a divisão tradicional entre Oriente Grego e Ocidente Latino, ainda há uma série de questões a serem levantadas, como nos afirma A. H. M. Jones, em sua obra *Economia Romana* (1984, p. 83), ao tratar das moedas romanas:

> Sem dúvida, elas foram explicitamente destinadas a serem veículos de propaganda, embora você corra o risco de exagerar a sua importância. As

> legendas em latim não tinha nenhum significado para a metade oriental do império, onde todos os que sabiam ler e escrever apenas conhecia o grego. Nas províncias ocidentais a maior parte da população, que falava céltico, ibérico, cartaginês ou várias línguas ilíricas, ela não influenciava. As classes educadas, por outro lado, tinha alguma base para ler que duas ou três palavras em um denário. Seria de algum interesse se numismatas pudessem tatear com certeza, com base na mesma documentação de moedas, sobre as alternativas possíveis que se apresenta a situação, a que classes foram dirigidas as propagandas em moedas. Eles (os numismatas) podem correr o risco de uma hipótese de que um bom número de legendas foi feito para o benefício do exército, uma vez que a maior parte das moedas deve ter sido cunhada para pagar as tropas, e os soldados eram, no geral, bem capaz de ler o latim suficiente para entender a legenda, mas não tanto educado para ler a maioria das coisas, exceto que as com temáticas militares.

Mais uma vez, o que se percebe é que a questão de um público-alvo cria um problema quase que intransponível para quem optar por estudar este tipo de fonte. Por este caminho, parece mais razoável mostrar o processo de construção das legendas nas moedas, compondo, assim, uma *imago*. Talvez, por esse caminho, seja possível vislumbrar um modo de a mensagem chegar na moeda contemplando, um pouco, cada setor dessa sociedade. Entretanto, afirmar que cada romano ou setor dessa sociedade entendia as legendas seria ousado demais.

O mesmo pode-se afirmar sobre os aspectos visuais dessas moedas. As moedas acabam refletindo, de alguma forma, uma mentalidade de determinado período, ou, ao menos, a mentalidade do funcionário responsável pela ação. Entretanto, o que acaba dificultando definir qual o caminho tomado para essa atitude se dá pela total ausência de evidências literárias entre os autores do período. Assim, surgem questões como se a cunhagem é considerada um privilégio de Estados, ou como sujeitos e comunidades políticas foram autorizados pelos seus governantes para emitir moedas, ou como acontece na fase final da república e nas províncias romanas no início do Império. Essas respostas ajudariam a compreender qual mentalidade é representada nas moedas. Jones (1984) apenas cita alguns poucos documentos que nos fornecem poucos dados sobre a composição das moedas ou destinos específicos[10].

O que favorece a concepção de que o processo de produção de uma imagem literal e visual era feito de modo extremamente analítico – e que visasse a um fácil entendimento – é que, em muitos casos, observam-se moedas imperiais sendo cunhadas nas províncias. Muitas vezes, estas moedas trazem elementos análogos aos que são postulados nas moedas de bronze, geralmente cunhadas para atender a uma demanda local. Se o simbolismo da moeda local

[10] Em sua obra, o autor cita pelo menos quatro documentos dos tempos do Império: um decreto em Atenas; um decreto da cidade de Olbia, que regula uso da moeda local e a troca por moedas estrangeiras; uma cláusula de um acordo entre soldados e civis das cidades de Smirne e Magnesia; e uma cláusula na carta de Antioco VII ao sumo sacerdote hebreu Simôn.

permanece na moeda imperial, existe a possibilidade de que, nos dias de hoje, entenda-se que a repetição de elementos favorece a compreensão de uma imagem imperial. Sendo assim, o processo de formação de uma memória coletiva não ficaria apenas restrito aos meios de Roma ou da Itália, mas aconteceria de forma sistemática também nas províncias.

Portanto, o que se pode constatar é que as moedas podem oferecer um olhar diferenciado sobre determinados períodos históricos, com uma nova perspectiva. Sendo passível de uma questão sem resposta, este estudo não visa buscar a interpretação que os setores da sociedade romana tiveram das imagens cunhadas por Cláudio e pelos outros polos de poder em seu período. O que se espera alcançar é uma concepção de uma nova forma de ver o Principado de Cláudio: um período de "restauração do Principado".

Se, antes, Augusto se postulava como o "restaurador da *Res Publica*", o Principado Claudiano – depois da crise sucessória – veio para resgatar valores presentes em todos os outros antecessores, incluindo César, mas sem deixar de exercer uma renovação das imagens a seu tempo. Não obstante, ainda há de se relacionar os demais polos de poder neste processo.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O SENADO ROMANO, SEUS MEMBROS E AS CUNHAGENS DE MOEDAS DE 63 A.C AO SEGUNDO TRIUNVIRATO

Antes de entender como se estruturou a numismática de César, Augusto e seus sucessores, é necessário reforçar a ideia de que as moedas não estão dissociadas de seus momentos históricos e acabam sendo influenciadas pelos polos de poder da sociedade romana. Sendo assim, para compreender a imagem de César e dos demais, é necessário entender quais são estes polos de poder e como eles se comportavam naquele período.

Muito embora o período aqui destacado seja o de César, ressalta-se que Roma vivia uma crise política anterior à ditadura cesarista. Como dito anteriormente, as transformações na sociedade romana, desde as Guerras Púnicas, acabaram gerando uma percepção que se repete nas fontes acerca de uma decadência moral entre aqueles que eram aptos a governar. Em seu capítulo dedicado ao Senado na fase final da República, T. P. Wiseman (2008) inicia citando o ritual típico de purificação da cidade, oferecido pelos censores nos tempos de Sula. O *lustrum* anterior tinha sido realizado em 85 a.C. e, neste, 64 senadores foram expulsos dessa instituição. Por si só, isso já denota uma mudança na mentalidade romana, se aproximando da ideia de uma crise política associada, também, à intensificação da percepção de uma crise moral que servia para o expurgo regular de membros da aristocracia.

Uma das consequências da Guerra Púnica foi a extensão da cidadania romana às outras cidades da Itália, que, associada ao fato de que a remessa de riquezas para Roma era maior a cada dia e que as fronteiras do Império se consolidavam, gerou um número muito alto de postulantes às magistraturas, que tinham, além da grande concorrência, um amplo eleitorado para tentar conquistar. Ou seja, cada vez mais, a política romana se mostrava mais complexa e seus meios mais difíceis de serem controlados.

Essa riqueza que seguia para Roma acabava favorecendo diretamente a classe senatorial. Mesmo que a lei romana limitasse a posse de terras preferencialmente para o território italiano, os senadores acabavam contornando esta restrição utilizando a ligação com seus libertos. Dessa forma, poderiam adquirir grandes extensões de terras nas províncias em nome de seus libertos e recolher os lucros que essas forneciam (WISEMAN, 2008). Neste momento, as exportações de grãos das províncias para a Itália passavam a ser um negócio muito lucrativo. Tal processo também é observado quando se analisa a relação de rendas de comércio e empréstimos e a classe senatorial: o papel dos libertos é de fundamental importância para o crescimento das riquezas de senadores romanos para essas atividades.

Há de se valorizar também a questão das honras, principalmente quando se trata de comando em províncias e de conquistas militares. Em 85 a.C., existia alguns pontos de interesses para estes senadores romanos, sobretudo no Oriente, onde já havia grandes impérios consolidados e muitas riquezas. Isso despertava o interesse dos senadores por essas honras, sendo as disputas pelas mesmas algo extremamente presente na sociedade romana. Estudos como o de J. E. Lendon (2001) demonstram como este era um elemento frequente dentro da hierarquização social de Roma:

> No entanto, a classificação por honra era enfática - os aristocratas estavam inclinados a pensar primeiro - e tendiam a considerar outros métodos. Para enfrentar a necessidade de estabelecer a ordem de classificação dos homens com uma variedade de reivindicações de pé, a mente antiga tendia a converter suas reivindicações em uma moeda comum: a honra (LENSON, 2001, p. 34).

Desta forma, Lendon (2001) destaca que existiam até outros métodos para se hierarquizar a sociedade romana, mas nenhum que fosse tão predominante no pensamento dos indivíduos como as honras obtidas. E, no cenário que se apresenta a partir de 85 a.C., onde a concorrência pelas magistraturas se mostrava cada vez mais intensa, é que estas honras teriam um papel ainda maior na manutenção do poder político. Um novo corpo surgiria neste momento, disputando alguma dessas honras com os senadores. Um corpo de pessoas cuja fortuna advinha justamente desse comércio provincial, citado anteriormente, e que, aos poucos, foram entrando no cenário sociopolítico do Império: os equestres (WISEMAN, 2008).

Então, foi nesse momento em que as lutas por influência política se tornavam mais constantes que homens que acumulavam cada vez mais riqueza e poderes através da política ou do exército surgiram. Era uma política que definia seu apontamento para um monopólio do poder por parte de algumas pessoas, muitas vezes notada pelos próprios romanos, e que anos depois teriam frutos como César e Pompeu. Sobre este processo, Wiseman (2008, p. 334) disserta sobre como isso encaminhou para a ascensão de líderes como Pompeu, quando este teria ganhado amplos poderes para combater os piratas no Mediterrâneo:

> Dar tais poderes a um homem equivaleria a estabelecer uma monarquia. Pisão, o cônsul, declarou no Senado que aqueles que agiam como Rômulo deviam esperar o destino de Rômulo (uma das versões de sua lenda, dizia que ele tinha sido despedaçado como um tirano). Foram os eventos de 133 a.C que ocorreram novamente, com Piso no papel de Nasica? Alguns senadores de fato atacaram Gabinius como se fosse matá-lo, mas ele saiu a tempo, e a população enfurecida invadiu o Senado.

Este mesmo Pompeu sempre se apresentava aos olhos do povo de Roma como alguém que não vislumbrava as disputas das honras, no entanto, esta *imago* passada ao povo não se refletia em suas ações. Anos depois, em 63 a.C., a situação de Pompeu já estava consolidada: neste ano, o Senado teria lhe concedido a honra de utilizar uma coroa de ouro em todos jogos públicos, a toga pretexta no teatro e uma toga triunfal borda no Circo. Todos estes símbolos, além de serem caracterizados como algo que se relacionava às honras, são extremamente visuais e serviam para destacar Pompeu dentre a multidão, principalmente em locais públicos. Além disso, tais símbolos eram tipicamente da monarquia romana na época de Tarquínio Prisco e de seus sucessores, e até este momento haviam sido negados – durante a República – aos indivíduos, com exceção daqueles que estivessem em situação de triunfo (WISEMAN, 2008).

Pompeu consegue que essa honraria lhe fosse permitida a cada ocasião pública de festividades. Tais símbolos acabam não sendo apenas uma materialização de seu poder na forma visual, mas, ao se remeter a honrarias visuais de uma monarquia, aproxima-se de um poder antes desfrutado apenas por uma pessoa na sociedade romana. E, ao mesmo tempo em que resgatava essa memória na sociedade romana, já que tais símbolos poderiam estar em desuso, mas jamais desaparecidos do imaginário romano, se destacar frente aos demais concorrentes pelas honras públicas. Neste caso específico, a *imago* passada é a de um triunfador, o salvador de Roma.

De todo este processo, cabe ressaltar que há uma subserviência do Senado, mas à vontade do povo. As honras a Pompeu não são votadas simplesmente porque os senadores querem, mas porque viam no reconhecimento de Pompeu um modo de agradar ao povo romano e, ao mesmo tempo, se ligar a Pompeu, que, entre esse mesmo povo, via seu poder crescendo. Ou seja, isso ainda fazia parte do intenso jogo político de Roma, sendo que, cada vez mais, Pompeu e seus partidários fizeram uso do povo como instrumento de manobra para exigirem mais poder do Senado (WISEMAN, 2008).

Eventos como a conspiração de Catilina (63 a.C.) só acabaram demonstrando ao povo a necessidade de um líder forte e presente, como Pompeu, frente à corrupção e à ineficiência do Senado, que, por sua vez, via sua impopularidade crescendo e, como arma de combate, tentava persuadir o povo através da distribuição de grãos (WISEMAN, 2008).

No fim desse ano, Pompeu retornou a Roma e, em uma decisão chave, decidiu por desmobilizar seu exército e somente entrar na cidade em triunfo. A importância dessa ação se dá pelo fato de Pompeu decidir não desviar totalmente do jogo político que, naquele momento, era recorrente.

Outra ação esperada era a ação militar, visando dar concretude a um eminente poder autocrático. Porém, esta estratégia de Pompeu somente é possível de ser realizada graças às riquezas acumuladas de suas campanhas no Oriente. Dio Cássio enfatiza em sua obra o quanto isso teria sido de grande destaque entre as consequências da campanha de Pompeu, além do grande apoio obtido de reis no Oriente:

> Ele tinha enorme poder tanto no mar quanto na terra; Ele havia se abastecido com uma grande riqueza dos cativos; Ele fez inúmeros potentados e reis seus amigos; E ele manteve praticamente todas as comunidades que ele governou bem dispostas através dos benefícios conferidos; E, por isso, ele poderia ter ocupado a Itália e ganhou para si todo o poder romano, uma vez que a maioria o teria aceitado voluntariamente, e se alguém tivesse resistido, eles certamente teriam capitulado através da fraqueza, mas ele não escolheu fazer isso (DIO CASS., XXXVII, 20, 1-6).

Por optar por esta via, Pompeu esteve limitado durante muito tempo a esse jogo político de obter apoio junto a senadores e eleger seus partidários para defender sua causa. No entanto, no aspecto imagético, sua *imago* destoava dos demais membros da República Romana. Um pouco disso pode ser conhecido graças ao relato de Plutarco, em sua obra *Vidas Paralelas*. Ele descreve desse modo o terceiro triunfo de Pompeu:

> A grandeza de seu triunfo, apesar de ter sido dividido em dois dias não foi suficiente, pois, muitos dos objetos que decoravam passaram por ele sem serem vistos, objetos que podiam estar em outra pompa e ornamento iguais. Em cartazes que estavam transitando estavam as nações que ele havia triunfado por escrito, sendo estas: Ponto, Armênia, Capadócia, Paflagônia, Média, Cólquida, os iberos, os albaneses, Síria, Cilícia, Mesopotâmia, as regiões da Fenícia e Palestina, a Judeia Saudita, piratas em todos os lugares derrotados por terra e por mar, e também fortes tomados, que giravam em torno de um mil; as cidades, que eram muito pouco menos de novecentos; navios piratas, oitocentos e cidades repovoadas, que eram trinta e nove. Ele tinha, sobre tudo isso, por escrito que as receitas da república eram anteriormente cinquenta milhões de dracmas, e os países que tinham conquistado montou 80.500.000. E moedas cunhadas em ouro e joias de prata tinham entrado no Erário no valor de vinte mil talentos, não incluindo o que foi dado aos soldados, dos quais pelo menos haviam recebido mil e quinhentos dracmas. Cativos eram apresentados sob pompa, além dos chefes e líderes dos piratas, foram o filho de Tigranes, rei da Armênia, com sua esposa e filha; a esposa do próprio Tigranes, Zózimo; o rei dos judeus, Aristobulo; uma irmã de Mitridates, com cinco filhos e algumas mulheres citas; reféns do albaneses e ibéricos e o rei de Comagena, e eventualmente muitos troféus, como muitos em número como eram as batalhas ele tinha ganho, e para si mesmo e seus tenentes. A coisa mais importante para a sua glória, e que nenhum romano tinha conquistado antes dele, foi o fato de ela ser a terceira em uma parte diferente do mundo; porque outros tinham chegado antes terceira vitória; mas ele, depois de ter ganho a primeiro na África, a segunda na Europa e a terceira

> na Ásia, parecia que de alguma forma suas três vitórias tinha coberto toda a Terra (PLUT. *Vit*. Tomo V, XLV).

Além disso, como descreve Dio Cássio (DIO CASS. XXXVII, 23), Pompeu não esteve disposto a aceitar nenhuma honra que não fosse oficial, ou seja, daqueles que o premiavam em particular ou lhe faziam pensando nas relativas posições de inferioridade e superioridade entre ambos ou simplesmente pela *adulatio*.

Diante de todo esse cenário, a coroa de ouro torna-se algo que complementa essa grandiosidade de Pompeu frente ao muito disputado jogo político em Roma. Nesse contexto, já havia outras pessoas que não concorriam em glórias e na importância da imagem com Pompeu, mas se apoiavam na esteira destas. O Primeiro Triunvirato – formado por Pompeu, César e Crasso – seria uma resposta às limitações impostas e à diminuição da autoridade senatorial, uma capitulação. Em outras palavras, seria o início do processo autocrático. Wiseman (2008, p. 367) afirma que todo esse contexto de Pompeu foi preponderante para a derrocada do sistema republicano em Roma:

> O que aconteceu com as grandes esperanças do lustro de 69, ao programa de reforma através do tribunato? Em primeiro lugar, os chamados populares não conseguiram manter a iniciativa ideológica. O nadir da causa popular foi o momento em que a ideia de liberdade popular foi invocada para frustrar uma acusação para que um patrício riquinho pudesse ser livre para saquear uma província rica. Em segundo lugar, a oligarquia sulana era tenaz de seu poder, tirando pleno proveito da ausência de Pompeu e vivendo com sucesso parte de sua imagem de avareza e corrupção. Graças a Catão, isso quase poderia ser associado com uma antiga virtude cívica. Em terceiro lugar, e mais fundamentalmente, a própria estrutura da própria República foi forçada além de sua capacidade de sobrevivência. O censo de 70-69 dobrou o tamanho do corpo cidadão. As conquistas de Pompeu duplicaram o tamanho do império de Roma. Com três novos reinos a governar como províncias e a glória sem precedentes da realização de Pompeu como um objetivo para a ambição emuladora, os prêmios de sucesso na competição política não poderiam depender do voto livre de um eleitorado muito grande, tornando-se difícil controlar a significância do legítimo. Os constantes escândalos de suborno dos anos sessenta mostram muito claramente que a constituição republicana estava rapidamente se tornando inviável.

César, ao entrar de fato nesse jogo político e se tornar um concorrente à altura de Pompeu, buscou, primeiramente, obter o clamor do povo. Dessa forma, suas primeiras ações no consulado de 59 a.C. visaram especificamente a uma aproximação com o povo romano. Pompeu e César, em um primeiro momento, não eram colocados como rivais, mas, sim, como aliados contra o Senado (WISEMAN, 2008). Dessa forma, muitas decisões que teriam influência sobre toda a sociedade romana eram, de fato, tomadas apenas pelos dois, e contando

com seus partidários, mesmo no Senado. Não que não houvesse ressentimentos ou inimizade, seja tanto pelas disputas pessoais entre ambos, além de Crasso, ou por suas posições políticas. Mas, principalmente, César vislumbrou nessa associação uma forma de prosperar em meio às limitações ainda presentes na República romana. A mente por trás da formação do Triunvirato foi César, que sabia que o poder de Crasso e Pompeu permitiria a ele próprio obter suas glórias (TATUM, 2008).

César sempre teve visão de como usar o povo a seu favor e ele soube bem como colocar a sua visão em prática (SUET. *Iul*. XI), em momentos como quando era *curule aedile* dando jogos que acabaram marcando a população por seu esplendor em 65. O que faltava a César era certamente as glórias militares de uma campanha e a riqueza proveniente dessas. Assim Dio Cássio o descreveu sobre a sua ansiedade por glórias militares:

> Ele estava ansioso pela glória, imitando Pompeu e seus outros predecessores que, em um momento ou outro, tinham grande poder e suas aspirações eram pequenas; Na verdade, ele esperava, se ele deveria, no momento, conseguir alguma coisa, for escolhido imediatamente como Cônsul e mostrar realizações poderosas. Ele foi especialmente encorajado nesta esperança pelo fato de que, quando em Gades, quando questor, ele sonhara com a relação sexual com sua mãe e tinha sido informado com os videntes que ele deveria desfrutar de grande poder. Por isso, ao contemplar uma semelhança com Alexandre dedicou no templo de Hércules, ele gemeu em voz alta, lamentando que ele ainda não tivesse feito nenhuma grande ação (DIO CASS. XXXVII, 52, 1-2).

Tal é a verdade que um dos maiores temores do Senado naqueles tempos era que César obtivesse o comando militar de uma província, como aconteceu com a Gália Cisalpina.

> O Senado, que tentou evitar que César detivesse uma província real, agora queria levá-lo o mais longe possível - ou não se atreveu a se opor à sua vontade. A Gália Transalpina, com uma legião extra, foi adicionada a seu comando por decreto senatorial, sob proposta de Pompeu (WISEMAN, 2008, p. 374).

O Triunvirato foi um período em que, dominando a política de Roma – através de postos chaves de comando ou de influência –, havia a preparação para, em algum momento, terem que enfrentar e derrubar seus oponentes. Dio Cássio nos traz essa observação quanto aos anseios e suspeitas que cada um dos triúnviros possuía em relação a si e aos demais membros (DIO CASS. XXXVII, 56, 1-5). Esta união não se limitava apenas aos três, mas se estendia a seus partidários, o que acabava tornando sua força extremamente elevada dentro do jogo político romano, bem como as consequências de um conflito entre eles bem mais amplas do que um mero choque entre indivíduos. Em alguns momentos, pelos relatos de fontes como Dio

Cássio, percebe-se que os três possuíam uma *auctoritas* diferenciada para o povo romano – algo que a antiga classe senatorial não estava preparada para combater:

> César não dirigiu suas perguntas a outros magistrados, temendo que alguns deles também pudessem se opor a ele; mas ele convocou Pompeu e Crasso, que embora fossem cidadãos particulares, pediu para que expressassem suas opiniões sobre a medida. Isso não era porque ele não conhecia a opinião de ambos, pois todos os seus interesses estavam em comum; mas ele ao realizar tal proposta honrou esses homens, chamando-os como conselheiros sobre a lei, e embora não estivessem ocupados, e também para assustar os outros, garantindo a adesão de homens que eram reconhecidamente os principais na cidade da época e tinham a maior influência sobre todos. Por este mesmo movimento, também, ele agradaria a população, dando provas de que eles não estavam lutando por nenhum fim anormal ou injusto, mas por objetos que esses líderes estavam dispostos a aprovar e a louvar (DIO CASS. XXXVIII, 4, 4-6).

Pelo apontamento anterior feito por Wiseman (2008), é notório que o Senado, durante o triunvirato, não sabia como agir diante de tamanha demonstração de poder apresentada pelos triúnviros, e, ao que se apresenta, a única importância para a antiga classe senatorial era manter seu status, não importando quais honrarias tivesse que ceder. Ainda assim, não se pode afirmar que não houvesse uma oposição, afinal, uma figura como Catão não pode passar despercebida pelo olhar da História se se entender como a disputa por poder em Roma se desenvolveu nos últimos anos da República. E não menos importante seria entender o papel de Cícero nesse processo. Catão representava os *optimates* e seus valores pessoais ainda estavam ligados àquela aristocracia antiga, que não tinha se entregado aos luxos e vícios trazidos pela expansão do império. No entanto, faltava-lhe o que César e Pompeu tinham – as características típicas de um estadista, além do apoio popular –, o que lhe valia uma série de derrotas frente a esse grupo.

> Mas, este Catão pertenceu à família dos Porcii e imitava o grande Catão, exceto que ele tinha desfrutado de uma educação grega melhor que a do anterior. Ele promoveu diligentemente os interesses da plebe, e não admirava ninguém, mas estava completamente dedicado ao bem comum. Receoso sobre o poder ilimitado, odiava alguém que crescia acima de seus companheiros, mas amou qualquer um dos povos comuns com complacência por sua fraqueza. Ele estava se tornando o amigo das pessoas, como ninguém, e se entregava à franqueza em favor do direito, mesmo quando envolvesse perigo. No entanto, ele fez tudo isso não com vista ao poder, à glória ou a qualquer honra, mas apenas por uma vida de independência, livre da ditadura dos tiranos. Tal era a natureza do homem que agora pela primeira vez se apresentava e se opunha às medidas em consideração, não por hostilidade a Pompeu, mas porque eram contrárias ao precedente (DIO CASS. XXXVII, 22, 1-4).

Cícero, por sua vez, transitava entre os dois grupos. Por ser o primeiro de sua família a ser um senador (ao que podemos chamar de homem novo), não estava completamente dentro do grupo dos *optimates*, como Catão, que tinha uma linhagem bem anterior, mas também não tinha uma forte presença entre os *populares*. Tanto isso pode ser considerado uma verdade que Cícero somente conseguiu obter um consulado na ausência de Pompeu. Contudo, através da análise feita por Wiseman (2008) o que se observa entre os senadores era que todos desejavam o poder assumido pelos três, e mesmo os poucos que tentavam agir como Catão, o faziam visando obter para si aquelas honram que os três alcançavam.

A ausência de César durante o período em que esteve em campanha na Gália poderia ter contribuído para o retorno do poder do Senado, já que, nesta esfera, até mesmo Cícero conseguiu retornar a Roma depois de ter sido exilado e Catão havia voltado do Oriente. Entretanto, mais uma vez as dissidências internas do Senado de Roma se mostravam mais fortes do que a tentativa de união. Por outro lado, os triúnviros conseguiam se articular muito bem, inclusive na tentativa de Crasso e Pompeu assumirem o consulado ao mesmo tempo, dando relativa tranquilidade para que César continuasse sua campanha na Gália, pelo menos por um tempo. O modo como agiram Pompeu e Crasso, articulando-se para alcançar os postos consulares, gerou entre os senadores uma sensação de medo, como descreveu Dio Cássio (DIO CASS. XXXIX, 31 – 32).

Durante o tempo em que esteve na Gália, César sempre esteve atento aos fatos correntes em Roma. Clódio, seu legado em Roma naquela ocasião, conseguiu dominar bem a oposição senatorial, mantendo a força do triunvirato por um tempo. Uma das primeiras ações de Clódio foi afastar Catão de Roma:

> A notícia de Roma foi muito satisfatória. Clódio tinha rearranjado o negócio de Chipre. O reino de Ptolomeu seria assumido, não em 57 por Gabínio como procônsul da Cilícia, mas imediatamente, por um comissário especial com poderes pretorianos *ad hoc*. O comissário não era outro senão o próprio Catão, e o Senado havia endossado a escolha. Uma nova lei sobre as províncias consulares retornou a Cilícia ao status pretoriano e compensou Gabínio com a Síria, uma província onde ele lutou com Pompeu e que oferecia oportunidades de ação rentável contra os partos ou no Egito. Catão era um homem honesto, e trazia de volta cada centavo do tesouro do rei; mas a aceitação de um comando extraordinário, como os de Pompeu nos anos setenta, legitimados por uma lei de Clódio, cujo tribunato só era válido se os atos de César como cônsul fossem válidos, deixaram a oposição a César e a Pompeu sem uma perna para se manter em pé. César escreveu calorosamente a Clódio felicitando-o por seu golpe (WISEMAN, 2008, p. 384).

No entanto, esse controle dos triúnviros sobre a oposição senatorial dependia do acordo entre as partes. Contudo, a busca pelas honras pessoais, muitas vezes, fez com que tal

aliança fosse abalada, como foi o caso em que Clódio conseguiu desagradar e humilhar Pompeu diante da questão da libertação de um refém de guerra de um rei oriental, na época de Pompeu em 58 a.C. Mesmo estando à distância, César fazia questão de mostrar os feitos de sua campanha, exaltando o que estava fazendo em nome do povo de Roma (WISEMAN, 2008).

Pompeu, em contrapartida, ainda estava ligado ao lado político da disputa por poder em Roma e o que a historiografia nos mostra é a ideia de que, assim como César, Pompeu também conseguia fazer grande uso do povo contra seus adversários no Senado (WOOLF, 2012). Isso fica perceptível no episódio em que ele consegue mobilizar todos grandes proprietários de terras de outras cidades da Itália para ganhar uma votação na assembleia em nome do retorno de Cícero, ação conhecida e apoiada por César. Ou seja, Pompeu continuava controlando a massa urbana em Roma, enquanto César continuava os encantando com os relatos de suas conquistas na Gália. O Senado, mais uma vez desarticulado, mesmo não concordando com o rumo das ações, não possuía meios de se interpor contra as ações de César e Pompeu (WISEMAN, 2008).

Se César criava uma *imago* de grande militar, Pompeu consolidava aquela apresentada ao público em 61 a.C. Em 55 a.C., seria finalizado o teatro custeado por Pompeu. A arquitetura do lugar se mostrou praticamente uma ode aos seus triunfos, sendo descrito da seguinte forma:

> As recompensas da conquista e da expansão do império foram exibidas dramaticamente nos magníficos jogos que Pompeu realizou em setembro, quando dedicou o grande complexo de teatro iniciado após o seu triunfo em 61. Conspícua entre as estátuas em seu enorme pórtico estava uma do próprio Pompeu, como o mestre do mundo, cercado pelas catorze nações que ele conquistara (WISEMAN, 2008, p. 400).

Uma parte desse jogo imagético em Roma deve também ser entendida pelas esferas público e privadas, ou melhor, pela tênue fronteira existente entre elas. Como o teatro foi uma obra de Pompeu para a cidade de Roma, ele pôde, ali, expressar a sua *imago* sem nenhuma intervenção externa. No entanto, este é um espaço de acesso público, onde está a estátua de Pompeu como “mestre do mundo” (WISEMAN, 2008). Pompeu é um privado que promove sua posição central não só no universo público romano, mas no mundo, produzindo um elemento inigualável na construção do poder imagético. Todos os privados utilizavam de imagens, inclusive estátuas, para promover sua posição destacada. Contudo, Pompeu coloca a difusão de sua própria imagem em um patamar que parecia inalcançável para todos os demais.

Em contrapartida, como explica Suetônio, César não permaneceu apenas moldando sua *imago* através de seus comentários de campanhas. Para rivalizar com as ações de Pompeu, César utilizou dos seus despojos de guerra antes mesmo de retornar à Roma:

> Ele começou um fórum com o produto de seus despojos, cujo terreno custou mais de cem milhões de sestércios. Ele anunciou um combate de gladiadores e uma festa para as pessoas em memória de sua filha, uma coisa sem precedentes. Para aumentar a expectativa desses eventos no mais alto grau possível, ele tinha o material para o banquete preparado em parte por sua própria casa, embora ele tivesse deixado os contratos para os mercados. Ele ordenou que sempre que famosos gladiadores lutassem sem ganhar o favor do povo, eles deveriam ser resgatados pela força e guardados para ele. Ele teve os novatos treinados, não em uma escola de gladiadores por profissionais, mas em casas particulares de cavaleiros romanos e até mesmo por senadores que eram habilidosos em armas, implorando fervorosamente, como é mostrado por suas próprias cartas, dar aos recrutas atenção individual e inspecionar pessoalmente seus exercícios. Ele dobrou o salário das legiões por todos os tempos. Sempre que o grão era abundante, ele distribuiu-os sem tempo ou medida, e de vez em quando deu a cada homem um escravo entre os cativos (SUET. *Iul.*, 26).

As ações de César não estavam restritas apenas à cidade de Roma, mas também abrangiam as províncias ou monarquias aliadas, onde, além de prestar auxílio militar, custeava a construção de suntuosos monumentos públicos, mesmo sem receber permissão do Senado para isso (SUET., *Iul.*, 28). O Senado – quando analisado como instituição – acabou votando graças a César diante de sua vitória em Alésia, permitindo que ele concorresse ao consulado, mesmo estando ausente de Roma em 54 a.C, o que mostra que o poder dos triúnviros continuava forte.

Enquanto César colhia os frutos de sua vitória, criando uma *imago* de conquistador, Pompeu – por suas atitudes políticas em Roma – vinha sendo considerado um reformador da política romana, afastando em larga medida a corrupção presente entre os magistrados há muito tempo. Como Wiseman (2008, p. 413) define, um verdadeiro "médico do Estado". Entretanto, de acordo com o mesmo autor, estas *imagines* estavam suscetíveis a um perigo muito comum em Roma: os boatos. Em especial, a de César, por estar distante e em uma situação de guerra, com as notícias sendo tão incertas quanto os reais fatos. Wiseman (2008, p. 415) apresenta isso em uma possível correspondência recebida por Cícero (neste momento na Ásia) sobre o que estaria acontecendo a César em 51 a.C.:

> No que diz respeito a César, rumores chegam em abundância sobre ele [...]. Dizia que ele perdera sua cavalaria (o que eu acho certamente uma fabricação), outro que a Sétima Legião tomou uma paliçada e que o próprio César está sob

> cerco nas terras dos Bellovaci, cortado do resto do seu exército. Mas nada ainda está confirmado, e até mesmo esses relatórios não confirmados não são divulgados em geral, mas vendidos como um segredo aberto entre uma pequena coterie - você sabe quem.

A guerra civil que resulta da crescente rivalidade entre Pompeu e César fez com que as cunhagens de ambos os lados formassem um universo imagético riquíssimo para o estudo da numismática romano-republicana, mas a mudança mais significativa só ocorreria na ditadura de César, como será trabalhado adiante. Entretanto, até se chegar a esse ponto, houve muita disputa imagética entre ambos. O discurso usado era sempre o mesmo, como afirma Dio Cássio (DIO CASS. XLI, 17, 2-3), alegando que todas as ações – mesmo que despóticas – eram tratadas como de interesse público frente a um inimigo da República. Neste primeiro momento, a grande maioria do Senado, inclusive Cícero, minimizava sua oposição a Pompeu e o apoiava, pois acreditava que sua causa possuía mais justiça que a de César (DIO CASS. XLI, 18). Neste ponto, o Senado tentava se mostrar como um corpo coeso e demonstrar que, mesmo fora de Roma, carregava consigo a autoridade da República.

Mais uma vez, é necessário salientar como os relatos de César fizeram que sua *imago* obtivesse uma considerável relevância nesse ambiente da guerra civil em Roma. Apesar das imprecisões nas datações, o que permanece é o caráter propagandístico que tal ato adquiriu, como afirma a historiadora Elizabeth Rawson (2008, p. 425):

> Se o relato de César sobre esses eventos não é totalmente verdadeiro, é um documento de propaganda fascinante. É lamentável que não saibamos exatamente quando foi escrito ou publicado. Alguns supõem que todo o *Bellum Civile* foi escrito em 47, onde ele se interrompe a estadia de César em Alexandria, outros que parte, pelo menos, data do final de 49. Alguns pensam que a publicação foi póstuma. É provável que os leitores previstos sejam de um número amplo. De qualquer modo, César usa detalhes com brilho familiar para dar a impressão, justificada ou não, que a sua *res gestae* tenha causado tanta impressão na Itália que mesmo Auximum, de quem Pompeu era patrono, lhe abriu os portões, enquanto Cingulum recebia suas forças, embora devesse sua existência como um município a Labieno, que havia ido ao Senado imediatamente após o cruzamento do Rubicão. Suetônio revela que os agentes de César haviam estado ocupados e generosos, tanto na Itália como em Roma e nas províncias nos últimos anos, enquanto a grande influência de Pompeu na Picenum levará inimigos para ele lá.

Após cruzar o Rubicão, dando início a uma guerra civil contra Pompeu em 49 a.C., César marcha para Roma, que é deixada por seu rival em companhia da maioria dos senadores. A minoria do Senado que permaneceu na cidade de Roma e que se juntou a César dava-lhe uma autoridade sem limites, a ponto de ele recusar permanecer muito tempo como ditador, já que as

forças das armas lhe davam esse poder mais da que a força do desejo do Senado (WISEMAN, 2008). Ou seja, uma característica que se observaria muito no Principado já estava presente e praticamente concretizada naquele momento: a força das armas, que outrora fora do Senado, quando passou a ser posse de alguns generais, se mostrou um instrumento de poder mais importante que a autoridade senatorial.

A divisão observada nos magistrados romanos durante a guerra civil entre Pompeu e César se caracteriza, também, como mais um fator que desestabilizaria o poder de Senado. Apesar de manter as aparências de um funcionamento normal da República, Dio Cássio relata claramente que, em 48 a.C., o Senado se dividia entre aqueles que permaneceram na cidade e que apoiavam César e os que abandoaram Roma e seguiram Pompeu. Os que permaneceram na cidade realizaram eleições para ocupar outras magistraturas administrativas e para levar à frente os assuntos internos. Em contrapartida, os que seguiram Pompeu não realizaram tal ato, mas nomearam em caráter emergencial alguns indivíduos para ocupar determinadas magistraturas (como proquestor e propretor). Mas, a conclusão tirada pelo historiador grego era de que aquilo tudo era um pano de fundo para o poder supremo de Pompeu e César.

> No ano seguinte, os romanos tinham dois conjuntos de magistrados, ao contrário do costume, e uma poderosa batalha era travada. O povo da cidade escolhera como cônsules César e Públio Sérvio, juntamente com os pretores e todos os outros oficiais exigidos por lei. Os que estavam em Tessalônica não haviam feito tais nomeações, embora tivessem, segundo alguns relatos, cerca de duzentas pessoas do Senado e também os cônsules e apropriado um pequeno pedaço de terra para os augúrios, a fim de que estes parecessem ocorrer sob alguma forma de lei, de modo que eles considerassem as pessoas e toda a cidade como presente lá. Eles não haviam nomeado novos magistrados, porque os cônsules não haviam proposto a *lex curiata*; em vez disso, empregavam os mesmos funcionários de antes, apenas mudando seus nomes e chamando alguns procônsules, outros propretores e outros proquestores. Porque se mantinham zelosos com os precedentes, embora tivessem pegado em armas contra sua terra mãe e a tivessem abandonada, e estavam ansiosos para que os atos tornados necessários pelas exigências da situação não viessem todos a violar a exigência estrita da lei. No entanto, esses homens mencionados eram os magistrados das duas partes apenas no nome, enquanto na realidade eram Pompeu e César que eram supremos; por uma questão de boa reputação, eles possuíam os títulos legais do procônsul e do cônsul respectivamente, mas seus atos não eram aqueles que esses ofícios permitiam, mas o que eles mesmos desejavam (DIO CASS. XLI, 43).

Neste mesmo ano, aqueles que estão presentes com Pompeu lhe concedem, mais uma vez, o título de *imperator*, porém, Dio Cássio destaca que tal título, naquele momento, não teria rendido a Pompeu qualquer motivo de orgulho, em especial pelo modo como sua vitória teria sido obtida frente a cidadãos romanos. Sobre a possibilidade de considerar o relato de Dio

Cássio uma base para se entender uma avaliação da atitude senatorial para aquela época, podemos considerar esta uma instituição desestruturada diante dos acontecimentos do período. Logicamente, é necessário enxergar o relato de Dio Cássio e o de Suetônio como posteriores ao acontecimento, ambos carregados com o julgamento de seu tempo, em que a ordem imperial prevalecia sobre a ordem senatorial. Desta forma, o relato das fontes nos apresentam, neste período, um Senado quase inexistente, com o poder sendo exercido por dois homens, Pompeu e César, e seus partidários. Ao olhar do historiador e do biógrafo, estas teriam sido as raízes para o que aconteceria nos séculos seguintes.

Dio Cássio, antes de falar sobre o episódio de Farsália, destaca como o resto do Império assistia ao confronto de maneira passiva, sabendo que deste sairia aquele que teria o poder supremo (DIO CASS. XLI, 56). Ou seja, na perspectiva de Dio Cássio, um historiador que já vive uma realidade imperial, de governo autocrático, não havia nenhuma possibilidade do poder do Senado ser recobrado a partir daqueles eventos.

Como se sabe, o final desse episódio da guerra Civil entre Pompeu e César acaba sendo a vitória do segundo. Mas, antes de adentrar o período de poder supremo de César e em como isto viria a ter uma influência decisiva sobre a numismática cesariana e de seus sucessores, torna-se necessário analisar como a numismática desse período se comportou. Cabe ressaltar que, neste momento, o Senado – através de seus magistrados eleitos – possuía o direito de decidir o que devia ser cunhado nas moedas em Roma e nas oficinas provinciais por ordem do Senado.

Quando analisamos as cunhagens republicanas entre os anos de 63 a 48 a.C., podemos traçar um padrão que indica se já neste período é possível observar este processo de perda do poder imagético do Senado e o favorecimento de indivíduos que obtiveram poder através das glórias militares. O primeiro dado a ser apresentado são os responsáveis pelas cunhagens no período indicado: entre os anos de 63 – 48 a.C. soma-se um total de trinta e oito indivíduos que se ocuparam do ofício de *monetales*. Segue a lista com nomes, os anos e local em que os *monetales* cunharam moedas[11]:

1 - L. Fúrio Broccho: 63 - Roma

2 - L. Cássio Longino: 63/55 - Roma

3 - Escribonio Libão: 62 - Roma

[11] Informação retirada do site: http://www.britishmuseum.org/research/publications/online_research_catalogues/-rrc/roman_republicre_coins/roman_republican_moneyers.aspx. Acesso em: 25/07/2017.

4 - Emilio Lépido: 62/61 - Roma

5 - M. Púpio Pisão Frugi: 61 - Roma

6 - Plautio Hypsaeo: 60/58 - Roma

7 - Córnelio Lêntulo Marcelino: 59/50 - Espanha e Antíoquia

8 - Nônio Sufenas: 59 - Roma

9 - Emilio Escauro: 58 - Roma

10 - Consídio Noniano: 57 - Roma

11 - C. Servílio: 57 - Roma

12 - C. Mêmmio: 56 - Roma

13 - Cornélio Sula Fausto - Roma

14 - Márcio Filipo A. Plautio: 55 - Roma

15 - A. Plautio: 55 - Roma

16 - Cn. Plâncio: 55 - Roma

17 - Licíno Crasso: 55 - Roma

18 - Fonteio Capito: 55 - Roma

19 - Q. Cássio Longíno: 55 - Roma

20 - Junio (ou Cépio) Brutus: 54 - Roma

21 - Pompeu Rufo: 54 - Roma

22 - Valério Messala: 53 - Roma

23 - L. Vinícius: 52 - Roma

24 - Coelio Caldo: 51 - Roma

25 - Ser. Sulpício: 51 - Roma

26 - Júlio César: 49/48 - em campanha

27 - C. Copônio: 49 - em campanha com Pompeu

28 - Cláudio Marcelo: 49 - Apolônia Mordaieum e Ásia em campanha com Pompeu

29 - Cn. Pisão: 49 - em campanha com Pompeu

30 - Cornélio Lêntulo Crus: 49 - em campanha com Pompeu

31 - Pompeu Magno: 49 - em campanha

32 - Mn. Acilius: 49 - Roma

33 - Cn Nério: 49 - Roma

34 - Q. Sicínio: 49 - Roma

35 - Varrão PRO Q: 49 - em campanha com Pompeu

36 - Junio Brutus Albino: 48 - Roma

37 - Víbio Pansa Cétroniano: 48 - Roma

38 - Hostílio Saserna: 48 - Roma

Algumas informações são evidenciadas nesta lista. Primeiramente, alguns indivíduos assumem a função de magistrado por mais de uma vez: Cássio Longino, Plautio Hypsaeo, Córnelio Lêntulo Marcelino e Júlio César. Outro ponto é que a maior parte das cunhagens foi realizada em Roma, mas a informação relevante são aquelas que não são cunhadas em Roma. Com exceção das cunhagens feitas por Córnelio Lêntulo Marcelino –na Espanha ou Antíoquia –, os demais *monetales*, quando cunharam moedas fora de Roma, fizeram em campanha durante as guerras civis. Esse processo acaba evidenciando que cunhar moedas durante as campanhas militares era um fator importante.

A partir dessa lista, pode-se fazer alguns exercícios analíticos. Em primeiro lugar, analisar quais desses indivíduos assumem alguma relevância política em Roma, ou tornam-se partidários de um dos triúnviros no decorrer dos anos. Em consequência disso, cabe analisar os cunhos realizados por cada um desses indivíduos. Assim, seria possível analisar se estes magistrados, fazendo o uso de imagens com alguma autorização do Senado, constroem poderes pessoais ou se continuam com os valores antigos das primeiras cunhagens republicanas. E, por fim, um último exercício é julgar até que ponto esse cunhos representam os ideais da classe senatorial ou se elas, de fato, mostram um caráter personalista de poder.

Dos 38 *monetales*, o primeiro a ser destacado é Lúcio Cássio Longino, que esteve com este ofício em 63 e, depois disso, exerce a magistratura de prôconsul. Ele se mostra partidário de César, tomando a frente de algumas batalhas durante a guerra civil contra esse triúnviro. O fato de ele se portar como partidário, nesse momento, poderia apontar nele uma tendência a acreditar numa personificação do poder através da figura de César.

A moeda cunhada por este Lúcio Longino traz um busto de Vesta, usando um diadema e véu no anverso. À direita encontra-se um prato, à esquerda a letra S e, no reverso, traz uma pessoa votando, soltando uma tábula com a marca V dentro da *cista* (Figura 3). Fazendo uma análise iconográfica dessa moeda pelo seu anverso, o primeiro elemento destacado é a divindade. Ao cunhar Vesta, o *monetalis* pode ter a intenção de qualificar um momento de conquistas com a pureza representada por esta divindade. Ao trazer essa mesma divindade com um diadema, podemos tratar tal elemento como consagração e, também, como identificação. Assim, o diadema capta tanto as virtudes do céu como as da divindade que a usa.

Figura 3 - RRC 413/1: Denário de prata. Traz no anverso um busto de Vesta, usando um diadema e véu no anverso, à direita encontra-se um prato, à esquerda a letra S; e no reverso traz uma pessoa votando soltando uma tábula com a marca V dentro da cista

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-413.1.

No reverso, a moeda traz um magistrado deixando seu voto em uma cesta. No que diz respeito à letra "V" inserida no voto segurado pelo magistrado, nenhum dicionário sobre moedas ou símbolos traz alguma definição satisfatória. A inscrição – apenas presente no reverso –faz menção somente ao *monetalis*.

Não é possível aproximar tal moeda a Pompeu ou César, no entanto, talvez interprete-se que, ao representar Vesta com um diadema, tenta se fazer alusão à honraria de Pompeu, que usava uma coroa de ouro durante jogos e eventos públicos, já que tal moeda é cunhada neste mesmo momento histórico. Mas nada disso é certo.

O segundo indivíduo a ser destacado é Escribonio Libão, um dos *monetales* de 62, e que, posterior a isso, se tornou almirante partidário de Pompeu na Grécia. Sua moeda (Figura 4) é um ótimo exemplo da autopromoção a qual os *monetales* tiveram acesso no final da República.

Figura 4 - RRC 416: Denário de prata. Anverso: busto de Bonus Eventus acompanhado da inscrição LIBO BON•EVENT. Reverso: representação do Puteal Scribonni decorado com duas liras e uma guirlanda. Mais a representação de um martelo acompanhado da inscrição PVTEAL SCRIBON

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-416.1a

A moeda de sua autoria traz no anverso uma representação de *Bonus Eventus*, divindade romana responsável por consequências boas ou ruins em eventos da vida romana, tais como liberdade ou escravidão, paz ou guerra, além de estar ligada à agricultura, acompanhada da legenda LIBO BON·EVENT. A cunhagem da divindade *Bonus Eventus* até parece com uma característica comum à gens dos Escribonianos, ou seja, esse tipo de cunhagem já era realizada por outros *monetales* da mesma gens, o que por si só poderia caracterizar como atitude de usar a moeda como forma de realizar uma autopromoção. Mas, o reverso deixa ainda mais clara a intenção desse *monetalis*, trazendo a representação do *Puteal Scribonianum*. É uma obra realizada em Roma, na localidade do *comitium* (assembleia popular em Roma), onde, próximo a uma estátua, havia um poço e, no fundo desse poço, um altar no qual estava depositada uma pedra de aço. O poço tinha o nome de *Puteus*. Sobre esse poço foi colocada uma proteção, chamada de *Puteal*. Quando o local caiu em ruína, os Escriboniani e, principalmente, Libo foram ordenados pelo Senado a restaurar o lugar. A representação no anverso da moeda é o resultado final dessa obra. O historiador Michael Harlan, em sua obra *Roman Republican moneyers and their coins 63 BC – 49 49* BC (1995), enfatiza que, além desse significado citado, o cunho do *Puteal Escribonianum* remeteria a um contexto político, pois, na época da cunhagem da moeda, Roma passava por uma grave crise de crédito. O monumento em questão estava relacionado a um dos locais onde os agiotas realizavam seus negócios. A interpretação deste para a cunhagem é que Escriboniano Libão, ao apresentar o Puteal, posicionou-se contra Catilina na intenção de cancelar todas as dívidas (HARLAN, 1995). Ou seja, tratava-se mais de uma mensagem política do que simplesmente um resgate de valores familiares.

A moeda apresenta o *Puteal* ornado com duas liras, uma guirlanda e um martelo. A lira pode ter dois significados nessa representação: o primeiro é o de uma inspiração poética e musical; já o segundo sentido estaria relacionado a uma representação de um altar mitológico unindo céu e terra, mais ligado à criação do instrumento, significação que adquire maior relevância, levando-se em conta o significado do segundo símbolo, a guirlanda, vinculada a um sinal de graças aos deuses nos rituais de sacrifício. Por fim, temos o martelo que está ligado à atividade formadora ou demiúrgica. Junto a esta simbologia, acompanha a seguinte legenda: PVTEAL SCRIBON (STEVENSON, 1964, p. 670-671).

Essa moeda se assemelha muito com o que viria a ocorrer posteriormente com as moedas imperiais, utilizando-se de monumentos ligados aos imperadores romanos para realizarem uma autopromoção de seus atos. Há ainda uma segunda moeda (Figura 5), que traz o mesmo reverso, mas com a representação da Concórdia em seu anverso, para simbolizar uma

relação entre Paulo Lépido e seu irmão adotivo, Marcus Lépido, acompanhada da legenda PAVLLVS·LEPIDVS CONCORD.

Figura 5 - RRC 417. Denário de prata. Traz no anverso uma representação da Concórdia com véu e diadema, seguida da legenda PAVLLVS•LEPIDVS CONCORD. No reverso há a do Puteal Scribonni decorado com duas liras e uma guirlanda. Além disso, há a representação de um martelo acompanhado da inscrição PVTEAL SCRIBON LIBO

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-417.1a

O mesmo processo pode ser observado com outro *monetalis*, Emílio Paulo Lépido, que, em 61, também acabou cunhando duas moedas quando ocupou tal posto. Na primeira (Figura 6), a moeda traz no seu anverso a mesma representação da Concórdia apontada anteriormente. No reverso, aponta para um contexto de conquistas militares, apresentando uma representação de uma figura em toga (provavelmente, Lépido Paulo) à esquerda da imagem, um troféu militar à direita e, no centro, três cativos: o rei Perseu da Macedônia e seus dois filhos, seguidos da legenda TER PAVLLVS. O que é interessante notar é que, apesar da moeda estar presente em um contexto militar, a figura de Lépido Paulo está usando toga. Causa estranheza porque, nesse momento, os feitos militares e a realização do triunfo eram mais abertos na fase republicana, ao contrário do que podia ser observado na fase imperial. Ao mesmo tempo, não podemos considerar isso como produto do processo em que Wallace-Hadrill teria apontado como de afastamento dos imperadores dos feitos militares para se apresentarem mais como civis. Pode-se concluir que o papel civil não deixa de ter importância, mesmo reconhecendo que o universo militar ganha cada vez mais predominância para a promoção dos aristocratas.

Figura 6 - RRC 415. Denário de prata. Traz no anverso uma representação da Concórdia com véu e diadema, seguida da legenda PAVLLVS•LEPIDVS CONCORDIA. O reverso traz uma representação de uma figura em toga (provavelmente, Lépido Paulo) à esquerda da imagem, um troféu militar à direita e, no centro, três cativos: o rei Perseu da Macedônia e seus dois filhos, acompanhando a legenda TER PAVLLVS

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-415.1

Em outra moeda (Figura 7), agora pertencendo a Marcos Emílio Lépido, observamos, no anverso, uma representação de uma figura feminina com diadema, possivelmente a representação divina de Roma, mas sem legenda que auxilie na sua identificação. No reverso, há a representação de um cavaleiro, um ancestral homônimo desse *monetalis* carregando um troféu sobre o ombro, circundada pela inscrição [M·L]EPIDVS AN·XV·PR[·H·O·C·S], algo que pode ser traduzido com o sentido de que Marcos Lépido, ainda em idade pueril, partiu para a batalha, matou um guerreiro e salvou um cidadão (HARLAN, 1995). Se a moeda anterior destacava a representação de um indivíduo de toga, ainda que em um contexto militar, nessa moeda, o aspecto totalmente militar é o que prevalece na representação numismática.

Figura 7 - RRC 419. Denário de prata. No anverso há a representação de uma figura feminina com diadema, possivelmente uma divindade sem legenda. No reverso há a representação de um cavaleiro (possivelmente o monetalis anterior) carregando um troféu sobre o ombro, circundada pela inscrição [M·L]EPIDVS AN·XV·PR[·H·O·C·S]

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-419.1a

Outra personagem que teria assumido o posto de *monetalis* e ganhado alguma relevância na história romana foi Marco Púpio Pisão Frugi, que, antes de assumir o consulado, em 61, teria sido tenente de Pompeu. O exercício dessa magistratura teria ocorrido no intervalo desses dois pontos de sua vida. A moeda (Figura 8) cunhada por ele traz no anverso a representação de uma estátua – possivelmente – de Mercúrio. À esquerda da estátua, encontra-se uma coroa de louros e, à direita, um prato. Nesse contexto, a estátua de Mercúrio poderia estar associada a um determinado tempo ou às características dessa divindade. Pautando-se pelas virtudes, podemos dizer que tal divindade representa a inteligência industriosa e realizadora, além do patronato dos comerciantes. A coroa de louros, como já fora dito anteriormente, é um modo de aproximar um homenageado com as virtudes da divindade ornada. Já a patera pode nos oferecer uma ligação com os rituais de sacrifício. Ou seja, a representação desse anverso pode remeter a um sacerdócio, ou simplesmente uma devoção a esta divindade por parte do *monetalis*. Patera e a faca são utilizadas em rituais de sacrifício aos deuses romanos, o que pode levar a interpretar, simbolicamente, uma esperança na vitória de Pompeu contra os piratas. Junto a esses elementos, encontra-se a legenda M·PISO·M·F FRVGI.

Figura 8 - RRC 418. Denário de prata. O anverso traz a representação de uma estátua – possivelmente – de Mercúrio, à esquerda da estátua se encontra uma coroa de louros e à direita um prato. No reverso há a representação de uma patera e faca, circundadas por uma coroa de louro, juntamente com a inscrição M·PISO·M·F FRVGI

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-418.1

Cornélio Sula Fausto, filho do ditador Sula, também viria a ser um dos *monetales* de 56 que ganhou certa relevância na política romana, sendo partidário de Pompeu e comandando tropas na Macedônia. Sua ligação com Pompeu precedia a própria guerra civil, já que Fausto era seu genro. Durante o tempo em que foi *monetalis*, cunhou uma moeda (Figura 9) que traz, no anverso, a representação de Hércules com a pele de leão. Sempre que a representação de Hércules é utilizada, pensa-se que a pessoa responsável pela cunhagem queria evocar para si as

virtudes do próprio semideus. Entretanto, o ponto mais relevante do anverso dessa moeda está na sua legenda: S C FAUSTUS. As moedas apontadas até então não traziam mais consigo qualquer referência ao Senado, o que caracterizava uma perda do uso da imagem por parte dessa instituição.

Figura 9 - RRC 426/4a. Denário de Prata. O anverso traz uma representação do busto de Hércules usando a pele de um leão, acompanhada da legenda S C FAUSTUS. No reverso há representação de um globo circundado por três guirlandas e uma coroa de flores de espigas de trigo e de um aplustre

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-426.4a

Não se pode dizer que esta moeda corresponda ao mesmo processo das moedas que surgiriam anos mais tarde, durante as cunhagens imperiais, em que a sigla S C era uma mera formalidade, já que o controle quase total das cunhagens advinha do imperador, o que torna esta moeda de Fausto um instrumento de reflexão e compreensão de como o uso da imagem numismática deixou de ser algo que representava o povo romano – simbolizado especialmente pelo Senado – e passou a representar um poder pessoal, onde a S C torna-se apenas um elemento vazio, muitas vezes sem uma explicação lógica.

No reverso, observa-se a representação de um globo circundado por três guirlandas e uma coroa de flores. Há, ainda, a representação de espigas de trigo e de um *aplustre*. Esta é uma moeda que parece fazer referência a Pompeu e seus feitos, principalmente quando pensamos no que é representado em cada elemento das moedas. As guirlandas podem representar as vitórias de Pompeu em cada ponto do Império – Europa, África e Ásia –, já o *aplustre*, sua vitória contra os piratas. A espiga de trigo representaria a prosperidade advinda das vitórias pompeianas.

Neste período, acaba sendo comum utilizar-se de feitos dos antepassados para enaltecer o próprio indivíduo responsável pela cunhagem das moedas, como foi o caso de Lúcio Márcio Felipo, cônsul e *monetalis* em 56. Apesar de estar ligado à família de César por matrimônio desde 60, não se tornou partidário nem da causa de César nem da de Pompeu.

A moeda (Figura 10) cunhada por ele remete a um dos ancestrais mais famosos de sua família: o pretor Quinto Márcio. No anverso, além de trazer uma efígie do rei, há, também, a representação de um *lituus*, instrumento ligado às celebrações augurais, e que, neste caso, remete ao fato de esse pretor ter restaurado as instituições religiosas dos tempos de Numa Pompílio. O reverso traz, como referência dos feitos desse rei, o aqueduto *Acqua Marcia*. Segundo o relato do historiador Frontinus, o *acqua Marcia* também teria envolvido as ações de outros antepassados de Márcio Felipo:

> Cento e vinte e sete anos depois, que é no seiscentos e oitavo ano da fundação da cidade, no consulado de Sérvio Sulpício Galba e Lúcio Aurélio Cotta, quando as condutas do *Acqua Appia* e do Anio Velho estavam vazando em decorrência do tempo, e a água também estava sendo desviada ilegalmente por indivíduos, o Senado encomendou a Márcio, que naquele momento administrava as leis como pretor entre cidadãos, para reclamar e reparar essas condutas. E como o crescimento da cidade era visto para exigir uma oferta de água mais abundante, o próprio homem foi intimado pelo Senado de levar para a cidade outras águas, tanto quanto pudesse [...]. Ele restaurou os canais antigos e trouxe um terceiro suprimento, mais saudável do que estes, [...] que se chama Marcia depois do homem que o apresentou. Lemos em Fenestella que 180.000.000 sestércios foram concedidos a Márcio por essas obras, e como o prazo de sua precessão não era suficiente para a conclusão da empresa, foi prorrogado por um segundo ano (FRONT. *Aq*. 7).

Figura 10 - RRC 425. Denário de prata. Traz no anverso a efígie de Anco Márcio (quarto rei de Roma) usando um diadema e com um lituu e a inscrição ANCVS. No reverso, há a representação do aqueduto Acqua Marcia, no qual há estátuas equestres. Aos pés dos cavalos encontram-se flores e, no interior dos arcos, a inscrição PHILIPPVS AQVA MAR

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-425.1

Mesmo processo é observado em outro *monetalis*, Júnio Bruto. No período aqui abordado, cunhou uma moeda (Figura 11) em que traz dois antepassados com grande destaque para a história de Roma. No anverso, observa-se a efígie de Lúcio Júnio Bruto, que teria sido um dos responsáveis pela queda dos Tarquínios e pelo início da República. No anverso, observa-se a efígie de Servílio Ahala, patrício que teria salvado a república romana da

conspiração de Espúrio Mélio. Esse resgate da ancestralidade de Júnio Bruto assegurava a ele um posto de importância dentro do cenário político romano, como de fato ocorreu quando ele apoiou Pompeu na Guerra Civil, ou quando foi peça-chave na conspiração e assassinato de César, sendo perseguido por Marco Antônio e Otávio.

Figura 11 - RRC 433/2. Denário de prata. O anverso traz a efígie de Lúcio Júnio Bruto e a inscrição BRVTVS. No anverso observa-se a efígie de C. Servílio Ahala e a inscrição AHALA.

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-433.2

Nos relatos de Dio Cassio (XL, 45), Pompeio Rufo, que, no período de 54, teria sido *monetalis*, caiu em desgraça em Roma, tendo sua causa tratada por Pompeu neste instante. Anterior a isso, nada foi mencionado por este historiador sobre as ações de Rufo. Este tinha certa importância política à medida que foi neto de Sula, e, na sua emissão numismática, o estabelecimento dessa ligação com o antigo ditador se fez mostrar. Na moeda em questão (Figura 12), o anverso traz a efígie de Sula, ditador romano de um período anterior ao abordado, e o anverso faz menção ao pai, Quinto Pompeio Rufo, que fora partidário de Sila e auxiliado na divisão do consulado em 88.

Figura 12 - RRC 434. Denário de prata. O anverso traz a efígie de Sula e a inscrição SVLLA•COS. O reverso traz a efígie de Quinto Pompeio Rufo e a inscrição RVFVS•COS Q•POM•RVFI

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-434.1

Já Marco Valério Messala Barbalo Apiano parece ter usado as moedas como forma de realizar uma propaganda das ações do pai, Valério Messala Rufo, eleito cônsul em 53, mesma ocasião em que o filho se tornou um *monetalis*. Nessa emissão (Figura 13) em seu nome, no anverso, há o resgate das primeiras emissões numismáticas do denário, em que o principal objeto de representações das moedas era Roma. Na representação desta moeda, há menção à deusa Roma, fazendo uso de um elmo coríntio, símbolo de invulnerabilidade e potência, ornado com plumas, que aqui pode ser visto tanto como um símbolo de elevação celeste quanto de suprema autoridade. Ainda nessa representação, observa-se uma lança repousando sobre o ombro da deusa, e, neste caso, esse atributo carregaria consigo algo ligado à honra e, ao mesmo tempo, à repressão (controle). No entanto, o reverso faz total alusão ao posto consular ocupado pelo pai, representado pela cadeira curule, o cetro e mesmo o diadema. Também é notável o fato de que esta moeda traz consigo a sigla S C na inscrição. Após 53, não temos, pelo menos nos relatos de Dio Cássio, envolvimento deste Marco Valério Messala em nenhum dos dois lados da guerra civil[12], apenas voltando a figurar com alguma relevância em 32 a.C. É importante notar como as moedas podiam servir como forma de estabelecer ligações familiares dentro de Roma, já que este artificio, posteriormente, seria usado por Augusto e seus sucessores para estabelecer a sucessão imperial. Esta atitude está associada com a inserção do candidato a cargos de importância dentro da futura estrutura imperial de governo.

Figura 13 - RRC 435. Denário de prata. O anverso traz a representação da deusa Roma, usando um elmo coríntio com plumas dos dois lados, e sobre seu ombros se encontra uma lança, acompanhada da inscrição MESSAL•F. No reverso da moeda há a representação de uma cadeira curule, além de um cetro e um diadema, acompanhada da inscrição PATRE·COS S C.

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-435.1

[12] A última vez que esse Valério Messala é citado por Dio Cássio é no livro XL logo no início do capítulo 45, onde ele fala que esse Valério Messala fora apontado cônsul.

Em 53, também temos entre os *IIIviri monetales* Célio Caldo, que tem como grande inspiração numismática o resgate de feitos de seus antepassados. Neste caso, trata-se de um homônimo que teria sido o primeiro político da família, ainda no final do século II a.C., inclusive sendo responsável pela articulação da *Lex Tabellaria* (lei sobre o registro de votos e decisões judiciárias em tábulas).

A forma como Célio Caldo resolveu emular seu antepassado foi representando-o na moeda (Figura 14), em primeiro lugar no anverso. A efígie de Caio Célio Caldo está acrescida de outros dois elementos. O primeiro é um estandarte de legião com a sigla IHS, que remeteria ao comando de legiões possivelmente na Hispania, cargo que este Caio Célio Caldo teria ocupado. O segundo elemento – o javali – faz alusão à Gália, principalmente representando um caráter militar, local possível de algum feito em combate desse indivíduo.

No anverso, a representação torna-se mais complexa, dando o destaque para uma tábula, que, neste contexto, estaria representando sua ação a favor da aprovação da *Lex Tabellaria*. Ainda no anverso dessa moeda, encontram-se dois escudos: um ornado com um *carnys* (instrumento de sopro utilizado em batalhas, de origem celta) e outro de origem macedônica, ornado com um raio, o que pode acabar indicando alguma ação desse Caio Célio Caldo também nas províncias orientais.

Figura 14 - RRC 437/2a. Denário de prata. O anverso traz a efígie de Caio Célio Caldo e a representação de um estandarte com a sigla IHS e, abaixo de seu queixo, a representação de um javali, apontando para o momento em que esteve no governo da Gália. O anverso traz a representação de uma tábula onde Caio Célio Caldo prepara um epulum. Há, também, um troféu com escudo macedônico, decorado com carnyx (?), e o escudo oval, decorado com um trovão, acompanhado da inscrição L·CALDVS / VIIVIR·EPVL CCALDVS IMP·A·X CALDVS·IIIVIR espalhada ao redor da representação

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-437.2a

Até este momento, o que se observa nas cunhagens romanas, mesmo que associada a futuros partidários de César ou Pompeu em outro momento, são as premissas do que viria a ocorrer nas cunhagens imperiais: a autopromoção de atos já realizados ou o resgate da importância dos ancestrais. Nestas moedas, temos tanto a monumentalização de algo realizado, para que se mantivesse na memória para a posteridade, como a divulgação de algo já ocorrido. No entanto, esses *monetales* ainda estão distantes do ponto mais alto que aquele *cursus honorum* lhes podia oferecer, neste caso, o consulado. A promoção, em termos mais pessoais, não é do próprio emissor da moeda, mas de um antepassado que tenha alcançado maior projeção. Neste sentido, a promoção do indivíduo através das moedas sempre se dá por meio da unidade sociopolítica mais ampla representada pela família. Ou seja, ainda há um respeito pela estrutura republicana, mesmo que ela seja percebida apenas nisso, pois o que acaba predominando na análise geral dessas moedas é a prevalência de um caráter personalista a cada ano que avança o período de 63 a 49.

O denário de prata, que outrora fora o símbolo máximo de Roma, da cidade e dos feitos alcançados por ela, cada vez mais migrou para atender necessidades pessoais e, aparentemente, tudo sob o consentimento do Senado, que, neste período, é apresentado como foco de corrupção e de subserviência a grandes líderes militares, como Pompeu e Crasso.

A fase seguinte é propriamente o período da Guerra civil entre Pompeu e César, quando uma das características marcantes é o fato de que alguns dos *monetales* acompanharam Pompeu e César em suas campanhas, cunhando moedas em locais próximos aos confrontos e que, possivelmente, foram utilizadas para pagar as tropas. Estas moedas também poderiam transmitir uma mensagem adiante, devido à circulação pelos locais onde as tropas passavam e nas cidades estavam localizados os principais mercados, como Roma, naturalmente.

A primeira análise deve ser feita nos dois principais nomes desse período: César e Pompeu. César utilizou o ofício de *monetalis* em duas oportunidades durante a Guerra Civil. Em 49, cunhou um denário (Figura 15) que podia estar diretamente ligado ao fato de ser flâmine dial – alto sacerdote de Júpiter –, o que pode remeter ao passado, quando, em 83 a.C., Sula revogou a condição sacerdotal de César. Já no anverso, temos a representação de um elefante pisoteando uma serpente. Os dois animais representam características díspares e, nesse jogo político, cada um poderia estar representando um lado na Guerra Civil.

Figura 15 - RRC 443. Denário de prata. No anverso a moeda traz representações de objetos ligados aos ofícios pontificais, como cucullus (capuz), aspergillum (utensílio utilizado para polvilhar líquidos sagrados), fascio e apex (goro de couro utilizado pelos flâmines). No reverso há a representação de um elefante pisoteando uma serpente, acompanhado da inscrição CAESAR

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-443.1

A representação de um elefante, segundo o verbete do Dicionário de Símbolos de Chevalier e Gheerbrant (2016), estaria ligada a alguns significados para este momento histórico. Neste caso, poderia se tratar da representação do poder régio, força, prosperidade, longevidade e sabedoria. Cabe apontar que o elefante também era utilizado como uma eficiente arma no exército romano. Em contrapartida, o dragão, na cultura ocidental, sempre esteve ligado ao aspecto negativo, sendo símbolo do mal e das tendências demoníacas. Devido a sua semelhança, o dragão representado na moeda de César remete um pouco à serpente, que, na mitologia greco-romana, se insere em diversos mitos como o de Tifão.

César, então, naquele momento, se postava com o poder, a força e prosperidade, combatendo o mal. Ou seja, um simbolismo que, graças à cultura popular, poderia ser – ao menos, em parte – entendida pelas pessoas da época. Ao mesmo tempo, quando a moeda faz uso de símbolos que remetem ao ofício de *pontifex maximus*, passa a tratar da defesa da *dignitas* de César, então, o contexto geral da cunhagem trata da religião e da legitimidade de seu poder.

Em 48, ainda dentro do contexto da Guerra Civil contra Pompeu, cunhou mais uma quantidade de denários (Figura 16) que se inseria na categoria da autopromoção de seus atos, neste caso, sua vitória na Gália e, também, de sua suposta ascendência divina ligada à Vênus. Essa temática da ascendência divina de César acabou se tornando um *topos* dentro da representação artística referente a este político, caso a representação feminina se refira à Vênus. Se estiver fazendo referência a Vesta, contudo, representaria uma disciplina e pureza das ações. Em ambos os casos, César buscava expor tais virtudes como símbolos de sua própria virtude (TATUM, 2008).

Já a representação do anverso é mais clara, remetendo à conquista militar de César na Gália. Cabe ressaltar que, até o momento da cunhagem dessa moeda, não havia sido realizado o triunfo em honra a César. Por este fato, na visão de César, seria necessário divulgar e monumentalizar seu feito, visto que, dentro de uma guerra, isso seria uma forma de propagar suas ações e, ao mesmo tempo, imortalizar sua conquista.

Figura 16 - RRC 452/2. Denário de prata. No anverso, traz uma representação feminina, que pode ser Vênus ou Vesta, com uma guirlanda e um diadema, acompanhado da inscrição LII. O reverso traz um troféu (possivelmente da Gália), um escudo gaulês e um carnyx. Há, ainda, a representação de um fascio, acompanhado da inscrição CAESAR

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-452.2

A monumentalização, empregada aqui por César e já apresentada no capítulo anterior, viria a ser algo recorrente na numismática imperial. Se, no caso de César, apresenta o conquistador da Gália para a eternidade, na época imperial, além das conquistas militares, foram estabelecidos feitos, ações e até construções que ajudaram a formar uma documentação, e, posteriormente, uma memória coletiva e cuidadosamente construída sobre os imperadores a partir de Augusto.

Há um outro *monetalis* partidário de César que estabelece um diálogo com as representações numismáticas cesaristas. Trata-se de Hostílio Saserna, que, em 48, cunhou uma série de denários (Figura 17) de prata e que fazem clara alusão à vitória de César na Gália. No anverso desse denário, está representada a divindade Vitória carregando um *caduceus*, símbolo de boa conduta e moral equilibrada: "o bastão representa o poder, as duas serpentes, a prudência, as asas, a diligência, e o capacete, os pensamentos elevados. Todavia, neste caso não ultrapassa de modo algum o nível do emblemático" (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2016, p. 161). Vê-se, também, um troféu, supostamente seria gaulês.

Figura 17 - RRC 448. Denário de prata. O anverso traz uma figura feminina (provavelmente Vesta ou Vênus) usando uma guirlanda de carvalho e diadema. No anverso, têm-se a representação da vitória, com um troféu (provavelmente gaulês) que deixa repousar sobre o ombro, enquanto, na direita, carrega um caduceus acompanhada da inscrição L·HOSTILIVS SASERNA

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-448.1a

Pompeu, por sua vez, utilizou-se do ofício de *monetalis* apenas em uma ocasião, em 49, cunhando um denário (Figura 18) de prata. O anverso traz um busto terminal de Júpiter usando um diadema. No entanto, o reverso desta moeda torna-se mais expressivo, já que traz uma série de representações. O cetro, como dito anteriormente, tem atribuições de poder divino e de governo. O golfinho, à esquerda, é símbolo de regeneração, sabedoria, prudência, além de ser considerado o senhor da navegação. Assim, estaria aludindo às glórias marítimas de Pompeu. Já a águia, além de ser símbolo das legiões romanas, também tem seu significado ligado à realeza, mensageira da vontade dos deuses – neste contexto específico, por estar localizada à direita do conjunto numismático, é representante de bom agouro –, simbolizando as vitórias territoriais de Pompeu, além de um caráter divino sobre seus atos.

Figura 18 - RRC 447. Denário de prata. O anverso traz um busto terminal de Júpiter usando um diadema, acompanhado da inscrição VARRO•PRO•Q. No reverso, encontra-se a representação de um cetro ao centro, à esquerda um golfinho e à direita uma águia, acompanhados da inscrição MAGN·PRO / COS

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-447.1a

Junto a Pompeu, estiveram outros magistrados que desempenharam o ofício de *monetalis* enquanto suas tropas se deslocavam. Algumas cunhagens são significativas para este contexto, como o denário (Figura 19) cunhado por Cláudio Marcelo, que também foi cônsul em 49. Em especial, o anverso dessa moeda dialoga com a moeda de Pompeu citada anteriormente, tanto por trazer a figura de Júpiter como pela presença da águia – que, apesar de estar presente na mão esquerda de Júpiter, posta-se à direita da imagem.

Figura 19 - RRC 445/2. Denário de Prata. O anverso traz a representação de Apolo juntamente com a inscrição L•LENT•C•MARC COS. No anverso, observa-se uma representação de Júpiter, segurando, em sua mão direita, um raio e, na esquerda, uma águia. À esquerda, observa-se, ainda, uma estrela e a inscrição Q e um altar ornamentado com guirlandas

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-445.2

Isso permite a reflexão de que, se não havia uma imposição sobre o que os partidários de Pompeu deveriam cunhar, havia minimamente o bom senso de estabelecer uma iconografia em comum, ou com, pelos menos, alguns elementos em comum, de tal modo que fosse possível associar o *monetalis* a um determinado lado na Guerra Civil, mesmo que a cunhagem não apresentasse a imagem de Pompeu ou seu nome.

Cneo Pisão foi outro *monetalis* que esteve em campanha com Pompeu. Em um denário (Figura 20) cunhado em 49, há, também, o resgate do elemento naval dentro dessa iconografia pompeiana. No anverso, a moeda traz um busto de Numa Pompílio, segundo rei de Roma, que, além das leis e reformas religiosas, foi responsável por um extenso período de paz. Acrescentou-se, na moeda, o atributo da barba – concedendo, assim, um total de virilidade, coragem e sabedoria – e do diadema. O reverso resgata o tema naval, representando uma proa, elemento que poderia estar demonstrando as vitórias navais de Pompeu, assim como a representação da chegada de Saturno à Itália, após ter sido exilado por Júpiter. Ao resgatar essa divindade, é

possível imaginar que também seria algo comparado ao que fora a figura de Numa Pompílio, organizador e civilizador da sociedade, até mesmo com a criação de leis.

Figura 20 - RRC 446. Denário de prata. No anverso traz o busto do rei Numa Pompilio, com barba e utilizando um diadema e a inscrição NVMA. No anverso observa-se a representação de uma proa de um navio romano e a inscrição MAGN PRO•COS

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-446.1

Ainda nesse processo de indicar moedas de partidários de Pompeu, temos o caso do *monetalis* Cneo Nério, que exerceu o ofício em 49 em Roma. Apesar de não estar em campanha ao lado de Pompeu, cunhou moedas em alusão aos seus partidários deste triúnviro, trazendo nessas moedas a mesma iconografia utilizada por aqueles *monetales* que acompanhavam este general. Em um denário de prata (Figura 21), há, no anverso, a representação de Saturno, já discutida anteriormente. Já o anverso traz uma série de símbolos das legiões e a alusão a dois cônsules, Lúcio Lêntulo e Cláudio Marcelo, que acabaram seguindo Pompeu para a Grécia durante a Guerra Civil. Ou seja, mesmo sem citar Pompeu, Nério acaba se alinhando ao partido pompeiano.

Figura 21 - RRC 441. Denário de prata. No anverso, observa-se o busto de Saturno com uma harpa sobre seu ombro e a inscrição NERI•Q•VRB. No reverso, a moeda traz a representação de uma águia legionária ao centro. À esquerda, temos um manípulo de hastati e, à direita, um manípulo de príncipes, acompanhadas das inscrições L·LENT C·MARC CO S

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-441.1

Até este momento, o que se pode observar é que o caráter personalista das moedas no final da República vai se tornando cada vez mais intenso. Se, no começo do período analisado (63), o que prevalece é uma forma de representação numismática que, em muitos momentos, favorece a autopromoção do *monetalis*, no final do período (48), o que é apontado nas moedas é o emparelhamento com um dos lados da Guerra Civil. Isso é possível de ser observado graças a uma correspondência entre a iconografia usada pelos *monetales*.

Cabe destacar que os partidários de César, no início da Guerra Civil, eram minoria e tinham por característica serem "homens novos", ou seja, sem uma grande tradição dentro do jogo republicano. Ao contrário de Pompeu, que tinha os *principes viri* como partidários, estes que carregavam uma herança de antepassados com grandes feitos republicanos (RAWSON, 2008). Uma exceção seria o caso de Víbio Pansa, *monetalis* em 48, que recorre a uma autopromoção, fazendo uso de sua família através da representação de uma máscara mortuária (Figura 22). Isso poderia justificar a ausência de *monetales* junto a César ou o fato de, até mesmo aqueles que demonstram serem seus partidários não fazerem uso do recurso da ancestralidade para realizar uma autopromoção, enquanto que a numismática por parte dos pompeianos traz uma riqueza maior de informação visual, distribuída em um número maior de cunhos.

Figura 22 - RRC 449. Denário de prata. O anverso traz a representação da máscara mortuária de Pansa com barba, acompanhada da inscrição PANSA. No reverso, observa-se a representação de uma estátua coroada de Júpiter, sentada, segurando uma patera na mão direita e um cetro na esquerda. Em torno, a inscrição C·VIBIVS·C·F·C·N IOVIS·AXVR

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-449.1a

É interessante notar, também, o papel dos magistrados que, aparentemente, se postaram como neutros, como Cícero, mas que quase não fizeram uso desse ofício para expressar seus posicionamentos. Talvez, o único indivíduo que tenha optado por seguir tal ação seja Quinto Sicínio (Figura 23).

Figura 23 - RRC 440. Denário de prata. O anverso apresenta o busto da Fortuna do Povo romano usando um diadema, acompanhado da inscrição FORT P•R. No reverso, observa-se um ramo de palmeira sobreposto a um caduceus, acima, uma coroa de flores e, em ambos os lados, a inscrição Q·SICINIVS III·VIR

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-440.1

Após derrotar Pompeu, seus seguidores e aqueles que continuavam a fazer campanha contra seu poder, César se voltou para uma remodelagem do Senado, nomeando uma série de veteranos de suas legiões e até mesmo de regiões periféricas da Itália para ocupar este conselho. Com esse domínio do Senado, César pode focar no domínio da situação imagética em Roma:

> César tinha feito os preparativos já em 54 para as melhorias financiadas pelo saque gaulês - o *Saepta Iulia*, um excelente espaço de mármore para fins de votação no *Campus Martius*, e o *Forum Iulium*, ao norte do antigo Fórum, assim como a *Basilica Iulia* voltada para o fórum original tinha como objetivo fornecer mais espaço para tribunais. Esses prédios não foram terminados durante a vida de César, mas em 46, no dia seguinte ao seu último triunfo, ele conseguiu dedicar o *Forum Iulium* e o templo de mármore a antepassada de sua família, *Venus Genetrix*, que o protegeu; uma estátua de si mesmo a cavalo estava em frente ao edifício, que continha valiosas obras de arte, de modo que, como muitos templos, também funcionavam como um museu. César também foi autorizado pelo Senado a criar uma nova câmara do Senado, a *Curia Iulia*, para substituir o antigo reconstruído por Fausto Sula (após o funeral de Clódio), mas recentemente queimado novamente. A nova casa do senado deveria estar em ângulo reto para o novo Fórum de César, enquanto no local do antigo estava planejado ser eregido um templo para Felicitas. Templos para *Concordia* e *Clementia Caesaris*, também foram eleitos. Os dois primeiros, como as últimas, qualidades comemoradas associadas a César. Como era habitual, o nome do construtor seria proeminente em todos os seus edifícios; Na verdade, em 46, o Senado decretou que o nome de César deveria substituir o de Catúlo no templo capitolino. Assim, César impôs sua presença no coração de Roma, e em todo ato público de sua vida, o cidadão romano deveria ser lembrado dele (RAWSON, 2008, p. 454).

Foi um desejo de César tornar Roma um centro das artes liberais, influenciado pela cultura grega. Voltando para o domínio estabelecido por ele, duas de suas imposições podem ser avaliadas como base para se entender a posterior estrutura imperial que se forma em Roma. A primeira foi uma presença mais constante das tropas militares para evitar tumultos, o que indica uma militarização maior da política romana. A segunda é o desencorajamento à extravagância por parte dos ricos, a fim de evitar uma concorrência com os próprios atos de César, já que estes possuíam um caráter político.

Isso não quer dizer que, dentro do Senado, não houvesse oposição a estas manobras de César. Cícero continuava a se portar contra o poder absoluto cesarista, resistindo no que diz respeito ao excesso de honras votadas a favor de seu oponente. Esta oposição poderia contribuir para criar um mal-estar à imagem de César, o que, de certa, forma indicaria que este não possuía controle político total sobre o Senado. Ao mesmo tempo, o Senado tentava se desvincular da figura de César, concedendo autonomia sobre como ele poderia lidar com os pompeianos (RAWSON, 2008).

Nota-se, também, que uma série de rituais imagéticos são concedidos a César, como o direito estar montado em um cavalo branco em seus triunfos (honra pela qual apenas Camilo, no século IV a.C., havia sido agraciado), o direito de se sentar entre os cônsules e o de presidir todos os jogos (RAWSON, 2008).

De certa forma, mesmo empreendendo uma política conciliatória com o Senado, tornou-se impopular entre boa parte de seus membros na medida em que as algumas de suas decisões contradiziam o corpo mais tradicional dessa instituição, como o regresso de exilados condenados de forma justa e a instalação de Cleópatra em Roma no final de 46 a.C. Sobre o retorno de exilados, Noreña (2009) argumenta que pode ser entendido como certa manipulação do Senado, como quando Cícero foi o intermediador do regresso de Cláudio Marcelo:

> Aceitando francamente que César, na cúspide da vitória total nas guerras civis de 49 a 45 a.C, estava em posição de dominar o mundo romano, Cícero tenta canalizar esse poder nos interesses da comunidade como um todo. Ele primeiro louva a César por ter perdoado seu inimigo Cláudio Marcelo, e depois o convida a realizar não menos tarefa do que a restauração de toda a comunidade (especialmente 27-9). Cícero baseia sua estratégia retórica em parte em uma celebração das virtudes de César, especialmente *clementia* ("misericórdia") e *sapientia* (1, 9, 18-19), e em parte em um apelo prolongado ao desejo de César pela glória imortal, que não viria de suas vitórias militares passadas, compartilhadas, como eram, com Fortuna e com os soldados, mas sim através da sua futura restauração da comunidade, que apenas César poderia realizar (7, 11, 28-9). É uma mistura complexa de elogios, centrada não em realizações, mas em caráter e prescrição (S. Braund, 1998). Para Cícero, então, a questão não era mais a forma que a comunidade deveria tomar

> - de fato, o próprio César está intimamente identificado com a comunidade em várias passagens (21, 22, 25, 32) -, mas como a nova forma representada pela ditadura de César deveria operar. Os requisitos genéricos do *Pro Marcello* (documento em que se encontra esses pedidos a César) e, acima de tudo, as exigências políticas dos tempos explicam esta mudança de perspectiva da de República (NOREÑA, 2009, p. 270).

Cabe destacar que este momento em que Cícero faz estes pedidos e que César traz de regresso alguns exilados ainda era marcado pela Guerra Civil, pois ainda existiam pompeianos e anti-cesaristas abertamente presentes no corpo político romano. Passar uma imagem de *clementia*, de certa forma, desqualificaria o discurso apresentado por aqueles que se opunham a César. O que também corroborava para a prevalência de uma imagem de clemente era o apoio popular de César e que outros anteriores a ele – como Mário e Sula – não conseguiram atingir. César conseguiu, pelo que se percebe através da leitura da biografia escrita por Plutarco, ser mais político que o primeiro e mais amável que o segundo. O fato de o Senado conceder a César uma série de privilégios imagéticos só contribuíram para reforçar seu poder junto às camadas populares. Lembrando que, desde o início do período aqui apresentado, o poder visual vinha se intensificando cada vez mais.

Em 45, após as vitórias sobre os pompeianos na Espanha, mais honras de caráter visual são produzidas para César, como o direito do traje de triunfo e uma coroa de louros em qualquer jogo, além do controle sobre o *aerarium*, o que possibilitou a ele colocar seus escravos – e possivelmente libertos – na função de cunhar moedas. Assim, a propaganda cesarista pode funcionar de maneira mais ampla. Dio Cássio, vivendo em uma época afastada dos fatos da época de César e já ciente das transformações que seu governo tinha desencadeado, condenou os senadores pela política do próprio César. Para este historiador, César esteve envolvido em um jogo arriscado em que a lógica da aceitação de tais honras desmedidas, e que despertavam a inveja de muitos senadores, poderia gerar um desgaste e a não aceitação, criando uma animosidade em um Senado em que o ditador visava manter a estabilidade:

> É verdade que César errou em todos os momentos, aceitando algumas das honras, eleitas e acreditando que ele realmente as merecia. No entanto, esses (senadores) foram os mais culpados que, depois de começarem a honrá-lo como ele merecia, o levaram e o culparam pelas medidas que tinham passado. Ele não ousou, é claro, afastar-se de todas, por medo de ser considerado desdenhoso, e, novamente, poderia estar seguro em aceitá-las. Por excessiva honra e louvor, rendia até os homens mais modestos presumidos, especialmente se parecem ser concedidas com sinceridade (DIO CASS. XLIV, 3).

Entre as cunhagens de 48 e 44, período no qual lhe foi concedido o direito de administrar o *aerarium*, algumas foram de autoria de César, que continuam dialogando com as moedas cunhadas anteriormente: ou remetem ao ofício de *flamen* – que, posteriormente, também faria referência ao ofício de *pontifex maximus* – ou remetem à sua vitória na Gália. Também há uma referência à Vênus.

Em dezembro de 44 a.C., através de um *senatus consultum*, César passou a ser, oficialmente, o primeiro estadista romano a ter sua efígie cunhada em uma moeda ainda em vida. Tal ato nortearia toda a cunhagem romana subsequente. Imediatamente, em obediência ao decreto do Senado, moedas com a efígie de César usando a *corona aurea* no anverso e Vênus – a patrona da *gens Iulia* (como citado anteriormente) – no reverso começaram a circular. Mas quem era esse Senado de Roma nos tempos de César? Qual relação tinha com ele para dar tamanha honraria a ele – e que depois viria a se tornar uma das principais facetas do poder dos imperadores romanos?

Woytek (2012) aponta para dois aspectos dessa cunhagem da fase cesarista. O primeiro é que estas cunhagens eram fortemente influenciadas pelas moedas das monarquias helenísticas, até mesmo na sua composição: trazendo a efígie do soberano em um dos lados da moeda e a representação por inteiro da divindade protetora do mesmo.

O segundo ponto destacado por Woytek (2012) é que a cunhagem de moedas com a efígie do ditador vivo pode ter tido influência de cunhagens anteriores – dos anos 50 e 40 – em que os antepassados eram destacados em tais emissões numismáticas. Neste período, os *monetales* acabavam cunhando a efígie de seus familiares que haviam falecido há pouco tempo. Exemplo disso seriam as moedas de Pompeu, cunhadas no mesmo ano em que teria sido assassinado. O antigo conselho dos *IIIvirimonetales* foi, aos poucos, se tornando ineficaz frente à crescente prática dos *imperatores*, que passaram a cunhar com maior frequência moedas em suas *provinciae* militares. Tal conselho tornou-se ainda mais marginalizado quando César passou a ter o controle sobre o *aerarium* e a oficina de cunhagem de Roma. Ou seja, a banalização da prática de se cunhar autoridades teria atingido seu ápice, sendo oficializada pelo decreto de 45 a.C. As consequências desse processo foram decisivas para a cunhagem imperial:

> Estampar efígies de autoridades imediatamente se tornou o mais poderoso instrumento de "propaganda" numismática – se assim se pode aventurar a usar o termo – que competidores ao poder, após o assassinato de César, tiveram à sua disposição. Quase todo mundo teve oportunidade, mesmo Brutus, em dois tipos *aureus* e na famosa cunhagem *imperatorial*, corajosamente comemorando os idos de março. No seu caso, a escolha de cunhos de moeda causou comentários mesmo na Antiguidade (Dio Cassius 47, 25), enquanto os

> chefes herdeiros políticos de César, Marco Antônio e Otaviano, revelaram-se não de forma inesperada: Antônio já havia sido retratado em cunhagem de Roma em 44 a.C., como o enlutado chefe oficial do ditador morto. Através da cunhagem triunviral, o novo conceito iconográfico foi transmitido ao período imperial: a partir de Augustus, retrato do governante tornou-se o mais importante – porque para a maioria facilmente era reconhecível – elemento do projeto da moeda imperial romana. O legado de César foi decisivo também (WOLTERS, 1999).

Aos poucos, a autoridade pessoal passou a representar a autoridade de todo o Império. A cunhagem republicana passou a combinar duas características: a arte da declaração finita com a característica de passar informações de forma pictórica e verbal conjuntamente. O que, de forma curta, permitia aos cunhadores colocarem, na moeda, troféus de origem gaulesa e a legenda CAESAR, de modo que alcançassem a compreensão de todo o corpo social de que tal moeda retratava a vitória de César na Gália.

A melhor exemplificação disso passa a ser a série de moedas cunhada pelos *IIIviri monetales* juntamente a César, que vão predominar as cunhagens realizadas em Roma em 44. Marcos Métio, Emílio Buca e Servílio Macer serão os primeiros a cunharem a efígie de César. O primeiro exemplar que temos dessa série de moedas é um denário, da autoria de Marcos Métio (Figura 24), que traz, no anverso, a efígie de César, laureada – como fora costumeiramente representada – e a inscrição CAESAR·DICT·QVART, indicando a ocupação do posto consular pela quarta vez. A representação de *Juno Sospita*, tem como atributos uma lança e escudo, que faziam alusão à proteção de pessoas, característica que muito serviria à imagem de César neste momento.

Figura 24 - RRC 480/2b. Denário de prata. O anverso traz a efígie laureada de César e um lituus curvado à esquerda, juntamente com a inscrição CAESAR.DICT.QVART. O conteúdo do reverso traz a representação de Juno Sospita em uma biga, segurando as rédeas, com um escudo na mão esquerda e uma lança na direita, e a inscrição M.METTIVS

Fonte: http://numismatica-classica.lamoneta.it/moneta/R-I2/10

É importante notar que até a fisionomia de César passou a ser trabalhada nas moedas, de modo que sua imagem fosse transmitida de forma uniforme. A efígie de César é demarcada por algumas características, como: traços simples, sérios e pensativos e uma sensação de força de vontade muito grande pertencente a um espírito ansioso e ativo.

> O retrato é eloquente da benevolência fiel, da infalível penetração e da sabedoria superlativa do homem, mas ao mesmo tempo, temos consciência de um trágico pressentimento que encobre o rosto como uma fina névoa de outono envoltória de uma paisagem heroica (HEKLER, 1912, p. XXIX).

Outra moeda cunhada por Métio (Figura 25) retoma a temática ao apresentar Vênus, que, segundo o próprio César, era a divindade da qual sua família descendia. Porém, a representação como um todo traz uma série de elementos diferentes. Na mão direita, a presença da Vitória, algo que, até então, a numismática cesarista não havia representado, mas que depois seria comumente representada em Augusto e seus sucessores. O simbolismo da Vitória sobre a mão de outra divindade quer dizer que o cunhador coloca sob as bênçãos da divindade a conquista de determinada vitória. Além disso, há a representação no escudo – que já fora mencionado anteriormente e que passa a aludir à segurança –, de um globo, que designa um território limitado onde um poder ilimitado é exercido por um indivíduo (CHEVALIER; GHEERBRANT, 20I6). Provavelmente, tal cunhagem teria sido realizada no momento das últimas vitórias de César na África e Hispânia contra os pompeianos, ao mesmo tempo em que lhe invocavam o título de ditador perpétuo, tornando César o indivíduo com maior autoridade dentro do Império Romano.

Figura 25 - RRC 480/3. Denário de Prata. No anverso, observa-se a efígie laureada de César, e, em um segundo, plano um lituus e um culullus, juntamente com a inscrição CAESAR•IMP. No reverso, há uma representação de Vênus segurando a Vitória em sua mão direita, enquanto seu braço esquerdo repousa sobre um escudo, que possui um globo gravado, juntamente com a inscrição M·METTIVS

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-480.3

Emílio Buca, outro *monetalis* a cunhar denários de prata em louvor a César, estabelece um diálogo direto com Métio. Em uma primeira série de denários (Figura 26), a temática de Vênus juntamente com a Vitória, mais uma vez, se torna recorrente no reverso. No anverso, o diferencial ficou por conta da não presença dos instrumentos augurais – como nas moedas anteriores –, mas pela alusão a este ofício através da legenda CAESAR·IM P M, assim já o aclamando como *pontifex maximus*.

Figura 26 - RRC 480/4. Denário de prata. O anverso traz a efígie de César usando corona aurea e, atrás de sua efígie, uma meia lua juntamente com a inscrição CAESAR IMP M. O reverso contém a representação de Vênus com Nike (Vitória) em sua mão esquerda e um cetro na direita, com a inscrição L AEMILIVS BVCA

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-480.4

Já a segunda moeda (Figura 27) desse *monetalis* traz uma representação mais interessante, ligando a esfera religiosa e política. O anverso mantém a maioria dos elementos visuais, a não ser pela legenda que já trata César como Ditador Perpétuo. No anverso, a referência passa a ser o ofício consular, através da representação de *fasces*. Há, também, uma representação de mãos dadas, que, entre muitos significados, possui uma conotação simbólica jurídica, o que, a princípio, poderia significar a junção de ofícios, ou mesmo uma concordância entre magistrados.

Figura 27 - RRC 480/6. Denário de prata. O anverso traz a efígie laureada de César junto à legenda CAESAR DICT PERPETVO. No reverso, tem-se a representação de fasces entrecruzados ao centro. À esquerda dessa imagem, um machado, à direita, luvas e, abaixo, mãos dadas se cumprimentando, juntamente à legenda L.BUCA

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-480.6

O terceiro *monetalis* também teve suas emissões numismáticas dialogando com a dos demais, principalmente quanto à representação de Vênus com a Vitória sobre suas mãos, o cetro e o escudo. A efígie de César e as legendas também concordam com as dos demais. Algumas moedas traziam elementos adicionais com uma efígie velada de César (Figura 28). Neste período, um quarto membro entre os *monetales*, Cossutio Maridiano, também surge cunhando moedas com os mesmos elementos visuais dos *IIIviri* anteriores.

Figura 28 - RRC 480/13. Denário de prata. O anverso traz uma efígie laureada e velada de César junto à inscrição CAESAR DICT.PERPETVO. No anverso, vê-se Vênus segurando, em sua mão direita, a Vitória e um cetro na esquerda. Ao fim do cetro, repousa um escudo, acrescido da inscrição P.SERVILLIVS MACER

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-480.13

Deste mesmo *monetalis*, observamos uma das poucas exceções desse período. Em uma de suas cunhagens (Figura 29), nota-se a retomada de uma autopropaganda, similar ao que havia acontecido antes da Guerra Civil. Em um reverso, ele cita, através da legenda – sendo o único elemento desse espaço na moeda –, o ofício de Auro, Argento, Aere, Flando, Feriundo. No anverso, o elemento que merece ser destacado é a titulatura de *Parens Patriae*, conferida a César após sua vitória contra pompeianos na Hispânia.

Figura 29 - RRC 480/19. Denário de prata. O anverso apresenta a efígie de César velada e laureada juntamente com a inscrição CAESAR PARENS.PATRIAE. No reverso, observa-se como único elemento as legendas dispostas em duas cruzes de forma perpendicular A.A.A.F.F e C·COSSVTIVS MARIDIANVS

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-480.19

Servílio Macer, no entanto, é um *monetalis* que realmente traz elementos visuais diferenciados dos demais em um denário. Nesta moeda (Figura 30), a efígie de César cede espaço para o enaltecimento das virtudes de César tratando da clemência do ditador. Tal cunhagem pode remeter justamente ao momento em que as guerras realmente cessam. Outro elemento que pode levar a pensar dessa forma é a alusão ao templo de Jano com as portas fechadas. Porém, nenhuma fonte afirma que tal fato tenha ocorrido ao final dos confrontos na Hispânia.

Figura 30 - RRC 480/21. Denário de prata. O anverso traz um templo de estilo tétrico, com suas portas fechadas, com um globo acima da trave, rodeada pela inscrição CLEMENTIAE CAESARIS. No reverso, tem-se um desultor – uma espécie de acrobata que se apresentava nos circos romanos fazendo números com cavalos ou bigas; à esquerda dessa representação, visualiza-se um ramo de palmeira e uma guirlanda, além da inscrição P·SEPVLLIVS MACER

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-480.21

É importante notar que, enquanto teve o *aerarium* sob seu controle, César, como *monetalis*, não cunhou nenhuma moeda com sua efígie, o que poderia passar aos observadores da época que ter sua efígie cunhada nas moedas era uma honra adquirida, e não algo que ele estivesse impondo. Ou seja, nesse momento, o que se observa são honras a César, e não a autoconstrução de uma *imago*. As suas cunhagens continuam a remeter aos mesmos elementos utilizados por ele durante o processo das guerras civis: a referência à Vênus e suas vitórias na Gália. Ainda é relevante o fato de que, em sua grande maioria, as moedas analisadas são denários de prata, mas, entre as cunhagens de César, encontra-se um *aurus*. Isso sim poderia significar uma imposição de César ao Senado, e que depois teria reflexos diretos na cunhagem imperial. Isso porque, na teoria, uma moeda de ouro teria maior circulação entre ricos senadores do que na plebe em geral. No período imperial, houve um monopólio das cunhagens desse material por parte da *Domus Caesaris*.

Além da concessão de diversas honras e o controle do *aerarium* a César, não é possível observar nenhuma manifestação da autoridade do Senado nas moedas. Quando se analisa o *corpus* de moedas desse período, é inexistente qualquer menção ao Senado ou decreto deste – representado pela legenda S C. Mesmo entre as disputas de representação que ocorreram entre os partidários de César e Pompeu (inclusive após a morte deste), o Senado não parece ter mais nenhum controle sobre as emissões numismáticas ou o sobre o que elas continham.

Assim, podemos ver esta modificação nas moedas como parte do processo de revolução política pelo qual Roma teria passado do final da República e no início do Principado. No entanto, a inexistência de fontes literárias que discutam sobre as transformações numismáticas

tanto sobre os cunhos faz com que alguns historiadores no início do século XX desconfiassem de que tais mudanças não tenham sido tão intensas para a política romana (SUTHERLAND, 1959).

A partir da morte de César, não vemos mais atividades do conselho dos *IIIvirimonetales*, até mesmo após a vitória de Augusto em Ácio. O que será observado é uma frutífera cunhagem externa à Roma, realizada pelos generais nas suas províncias militares: Otaviano, Marco Antônio, Lépido e seus subordinados passam a cunhar moedas de prata e ouro utilizando reservas de metais próxima a eles e espólios de campanhas militares.

Algumas legendas e cunhos tinham um grande valor propagandístico, celebrando vitórias, titulaturas e benfeitorias de uma determinada autoridade já no período final da República e se estendendo por todo o Principado. Outra discussão levantada é o fato de a legenda ser compreendida por uma parcela muito pequena dentro do universo do Império Romano (SUTHERLAND, 1959). Uma grande parcela da sociedade ocidental era analfabeta e o o latim das legendas era pouco compreensível no Oriente, o que tornaria as moedas um veículo de informação pouco eficiente. Segundo Sutherland (1959), algumas afirmações dos historiadores do início do século XX podem ser discutidas a ponto de se mudar o olhar sobre a inteligibilidade das cunhagens romanas.

A primeira refere-se à variação das cunhagens de moedas: o sistema de denário praticamente se mantém inalterado por um longo período. Sutherland (1959) afirma que era tecnicamente mais fácil para qualquer governo manter um tipo de cunhagem, que era mais econômico. Assim, diversos cunhos ficariam inalterados por longos períodos. No entanto, é importante observar como os cunhos e legendas foram utilizados nestes poucos formatos de moedas.

> Assim, levantando a variação, devemos incluir necessariamente tão grandes variantes de todos os cunhos em que, essencialmente, os cunhos primários dos antigos foram alterados, como quando um cunho em desuso está associado a uma nova legenda, ou uma legenda em desuso é recombinada com um novo cunho, para além da produção de moedas com ambos os novos tipos e novas legendas (SUTHERLAND, 1959, p. 50).

A variação oscila muito de um governo para outro quando comparamos os quinze primeiros imperadores – sendo que o governo mais inovador nos cunhos teria sido o de Nero. Até mesmo quando analisamos a cunhagem augustana, nos deparamos com uma grande variedade, porém, com pouca inovação para os cunhos. Entretanto, o importante é salientar que

há a variação, o que contrapõe a ideia de que a cunhagem teria sido estática e que não promovia um interesse das classes dominantes.

O segundo ponto diz respeito às tópicas das moedas que, por vezes, narravam complexos eventos não somente de forma simbólico-pictórica, mas na grande frequência de detalhes. Era a reminiscência de fatos históricos, que devia ser percebida do mesmo modo pelo visualizador da Antiguidade assim como se apresenta para os pesquisadores de hoje. Podemos pensar que, se tal evento foi cunhado, é porque merecia ser monumentalizado.

O terceiro ponto a ser analisado é o aspecto das moedas comemorativas. Mesmo através de complexas representações, podemos captar a necessidade do povo romano em enaltecer acontecimentos de seu presente e, ao mesmo tempo, remeter a um passado. Mas quando uma moeda comemorativa é analisada, precisamos pensar em três questões. A primeira é a autoria da cunhagem: quem a cunhou? A partir disso, passamos a pensar no momento: quando a moeda foi cunhada? E, por fim, a causa da cunhagem: por que tal moeda foi cunhada? Ou seja, por que alguém, no presente da cunhagem, estaria resgatando determinado fato no passado? Qual sua intenção? Não parece que seja algo aleatório e indiferente a um quadro de interesses, mas uma decisão bem deliberada.

> Você comemora o que você deseja para comemorar e, na política, o que você deseja fazer é, geralmente, o que você favorece. A escolha de tais cunhos, portanto, deve refletir (como quarto comentário Jones admitiria) a operação de interesse oficial. A profundidade total desses interesses não pode, evidentemente, ser calculada a partir dos poucos e selecionados exemplos aqui dados. Ele pode ser visto apenas a partir da imensa variação de cunhos registrados acima, e da diferença intrínseca de sentimento entre os cunhos de um reinado e os de outro (por exemplo, Tibério e Caio). O fato de que, embora saibamos muito sobre os trabalhadores das oficinas de cunhagem, nós não sabemos que oficial escolhia os cunhos imperiais, é lamentável, mas não em si mesmo mais grave do que a nossa ignorância de virtualmente todas as personalidades do serviço civil em Roma, neste período (SUTHERLAND, 1959, p. 52).

Já na fase final da República romana, aparecem cunhos comemorativos tanto de momentos do passado, como também de eventos do presente. Nessa fase do final da República, a escolha dos cunhos estava legada ao conselho dos *IIIvirimonetales*. No Principado, não existe um registro sobre quem efetivamente realizava a escolha pelos cunhos. O que se percebe é que a maioria das moedas girava em torno da administração imperial, mesmo porque, após a vitória em Ácio, Augusto fez uso de seu *imperium* para controlar toda a cunhagem.

Cabe discorrer também acerca da efetividade de tais mensagens devido à diferença linguística entre Oriente e Ocidente, e o desinteresse da aristocracia em ler o que estava cunhado

na moeda, além da porção analfabeta. Sobre as diferenças de línguas entre Ocidente e Oriente, não podemos ser tão inflexíveis no que tange ao conhecimento do latim pela parte oriental do Império. Devemos refletir que o latim era a língua administrativa do Império, então, muitos termos eram utilizados no cotidiano da população e, assim, o latim essencial utilizado nas moedas poderia ser compreensível a uma boa parcela desse público-alvo. Um fato que pode colaborar com esta colocação é que diversas cidades no Oriente cunhavam moedas com legendas latinas[13]. Da mesma forma, a capacidade da porção oriental do Império de se entender o simbolismo não pode ser subestimada. Além disso, a face do imperador era bem conhecida, mesmo que através de outros meios de representação artística, tal como a estatuária. Sobre a absorção da mensagem na moeda pelos diferentes segmentos sociais, trata-se de um estudo mais complicado, mas que, com o auxílio da Arqueologia, podemos nos aproximar de uma resposta para esta questão. Segundo levantamentos arqueológicos de pesquisas feitas por Carol Sutherland (1959), as moedas mais comuns encontradas nos acampamentos militares eram *asses* e *dupondii*, muito poucos exemplares de sestércio e quase nenhuma prata ou ouro. O sestércio estava mais próximo de pessoas que viviam em cidades, e prata e ouro estariam em posse de pessoas com altas rendas, como generais e administradores civis. Mas não temos meios de confirmar ou mesmo negar que a população como um todo não tivesse modos de reconhecer o que estava presente nas moedas, mesmo porque havia poucas informações nelas: legendas com poucas palavras e duas imagens, uma no anverso e outra no reverso.

> Em última instância, a pesquisa de cunhos de moedas imperiais é muito simples e eficaz. Sabemos da imensa quantidade e de sua constante mudança. Mas, será que algum deles remetia para o que foi dito anteriormente e, especificamente, para registrar com precisão os eventos registrados de forma independente? A resposta para esta questão, claro, é que eles o fazem, e isso surge em muitos casos ao longo da época imperial. Se, então, muitos eventos registrados independentemente já foram espelhados reconhecidamente na cunhagem, a lógica pode sugerir que a operação de escolha apta e deliberada daqueles cunhos, que não são confirmados de forma independente, ainda que não se compreendam a totalidade do idioma e suas significâncias. Na verdade, o numismata é obrigado a estar alerta para esse significado. Ele adquire uma consciência peculiar de significância, de um tipo que o epigrafista também adquire em seu próprio campo, e espera-se adquiri-lo, e o fato de um historiador comum não possa ser treinado deste modo, não o autoriza a penalizar um processo como a numismática. Ou seja, o numismata pode entender porque o recurso de uso de cunhos imperiais era, por vezes, provincial e, às vezes, metropolitano, porque alguns cunhos eram comuns e alguns, por tipo de variação rara, duraram geração após geração, e porque os

[13] Fato que pode ser comprovado observando cunhagens de diversos imperadores, inclusive de Cláudio, quando analisamos cunhagens da cidade e Éfeso. Isso foi recorrente tanto em cunhagens imperiais como nas provinciais (SUTHERLAND, 1959, p. 52).

> cunhos de um reinado podem diferir tão radicalmente no espírito de outro. O historiador não tem, de fato, feito isso ainda. E esses fenômenos não podem, em caso algum, ser entendidos a menos que uma profunda familiaridade entre numismatas e historiadores seja adquirida, através de uma investigação sistemática do tipo que muito poucos historiadores, desde Mommsen, têm tentado ou mesmo contemplado (SUTHERLAND, 1959, p. 54-55).

Cabe lembrar que as estátuas, também presentes na maior parte das cidades do Império, possuíam uma linguagem similar à da moeda. Deste modo, estas duas esferas imagéticas contribuíam para que houvesse um entendimento único sobre a representação e legenda das moedas em circulação (HOWGEGO, 2001).

É permitido afirmar que não se pode duvidar que a propagação de diversos cunhos nas moedas servisse ao Estado romano como um veículo de informações desejadas pela mentalidade oficial. Assim, podemos considerar a cunhagem imperial o mais volumoso *corpus* documental sobre as administrações imperiais.

> Foi planejado para uma plateia de incontáveis milhares, todos eles, em maior ou menor grau, olharam para os *princeps* como o ápice de um sistema político no qual dependia a paz e a estabilidade do mundo civilizado; e que a opinião pública mundial mobilizada com um comentário em miniatura, mas estritamente oficial sobre o homem e sua administração (HOWGEGO, 2001, p. 55).

Em meio à Guerra Civil entre Marco Antônio e Augusto, como uma herança de César, foi intenso o uso das moedas como meio para a disputa imagética. Logo nos primeiros anos após a morte de César e sua divinização, Augusto começou a cunhar, em suas moedas, referências à divinização de César e se intitulou seu filho (Figura 31). Ainda haverá cunhagens em que Augusto faria alusão ao *clypeus virtutis*, com o qual fora agraciado pelo Senado.

Figura 31 - RRC 490/2. Aurus de ouro. O anverso traz a efígie de César com uma coroa de louros e a inscrição C CAESAR COS PONT AVG. No reverso, é possível observar efígie de Augusto e a inscrição C CAESAR D[ICT P]ERP PONT MAX

Fonte: http://numismatics.org/crro/id/rrc-490.2

Nas emissões monetárias, a transição entre República e Império serve como meio para a ruptura no tratamento e no arranjo de material, sem haver um rompimento dos padrões econômicos do passado. Basicamente, as moedas imperiais mantiveram o padrão das moedas republicanas, com a exceção da iconografia numismática imperial, que torna esse tipo de moeda facilmente reconhecível. Restou claro deste estudo que não se trata de uma ruptura abrupta e imediata, mas de um processo que ocorreu com modificações progressivas, perceptíveis ao longo do período das guerras civis e que corresponderam a, pelo menos, duas gerações. Ainda em conformidade com o que analisamos até aqui, a ruptura repentina não faria sentido em termos numismáticos, porque a própria legibilidade das mensagens se vinculava à repetição de certos tipos a fim de que um amplo espectro da população pudesse decodificar as mensagens sem maiores dificuldades.

Os imperadores, assim, são a culminância de um processo de transformação vivido ao longo das guerras civis, e o consolidam, mas não marcam o início *ex ovo* deste tipo de discurso imagético mais personalista e mais ligado à família do responsável pelas emissões monetárias. Augusto, ressalte-se, após a obter o controle supremo em Roma com sua a vitória de Ácio sobre Marco Antônio, teve que reorganizar a situação econômica e da cunhagem de moedas. Havia uma grande necessidade de ouro e prata para manter os pagamentos e gratificações do enorme contingente militar do qual Roma dispunha ao fim das Guerras Civis – tanto que uma das medidas de Augusto ao longo de seu principado seria a diminuição dos números de legiões – e, para isso, foi necessária a cunhagem rápida de *aes*. A essa altura, já havia a aceitação e o reconhecimento do poder de *imperator* do *Princeps*, que, fazendo uso de seu *imperium*, podia cunhar moedas em seu nome com a reserva de metais preciosos a sua disposição.

Uma última análise que se pode extrair ao observar estas moedas republicanas e que pode ajudar a entender como a *Domus Caesaris* surge como espaço de poder na era imperial, e que por fim remeteria a essa questão no Principado de Cláudio, está no aspecto que a família assume nas representações numismáticas ao final da República. Como foi apresentado ao longo desse capítulo, a recordação de feitos familiares dos *monetales* pode ser entendida como o primeiro passo nesse processo, Afinal, os *monetales* utilizavam de seus antepassados – distantes ou recentes – para imprimir uma autoridade a ele próprio.

Em César, a recordação da família alcança um novo estágio, passando a louvar a origem divina da *gens Iulia*. A constante repetição desse elemento visual na numismática torna a própria linhagem de César divina, o que não dá poder apenas ao ditador, mas, sim, a sua família como um todo. Augusto, depois, por adquirir laços de parentesco com César, usaria este

elemento para tornar mais próximos destes símbolos ele próprio e seus descendentes, permitindo reforçar e transmitir no interior da família este patamar já estabelecido ao se divinizar a imagem do ditador. Posteriormente, com a divinização do próprio Augusto e a manutenção da mesma família no poder, a *Domus Caesaris* começou a usufruir de certo poder único, acompanhando o imperador, e se apresentando com uma linhagem divina que vinha de um passado distante, mas se reafirmava nas gerações mais próximas.

3 A FORMAÇÃO DA *DOMUS CAESARIS* AUGUSTANA: CONSOLIDAÇÃO DO PODER E REPRESENTAÇÕES NUMISMÁTICAS

Até aqui, apresentamos mudanças na vida social e política que foram surgindo nos anos finais da República e que deixaram profundas marcas nas estruturas de poder em Roma, inclusive na cunhagem de moedas. Uma dessas inovações foi a descentralização por parte das cunhagens nos momentos de crise. Como destacamos, os *monetales,* com o passar do tempo, passaram a gozar de uma autonomia progressiva e a identidade do povo romano aos poucos foi cedendo espaço para temas familiares e pessoais. O *status* anterior nunca foi recuperado. Mesmo em momentos onde foi possível observar um vislumbre de centralização da prática de cunhagem, essa centralização deixou de figurar na instituição Senado e passou a ser uma prerrogativa pessoal, como se apresentou na ditadura de César.

Ao tomar as cunhagens como referência para se entender o panorama político de Roma neste período, o que se destaca é que o Senado perdeu sua autônima política frente aos líderes populares e militares. As ondas frequentes de líderes que emergiam nas legiões e com o amor do povo causaram um abalo cada vez mais forte no Senado, que já convivia com uma crise de valores interna. O Senado de Roma já não conseguia representar o povo romano. As divergências internas tomavam mais espaço que as necessidades da cidade. A perda da identidade da instituição se apresentava como um mero reflexo de toda a conturbação política da instituição. O Senado de Roma claramente teve dificuldades para se manter como entidade dirigente na medida em que o domínio territorial se ampliava e as legiões e os aristocratas tinham seus interesses mais e mais distantes da capital. Outra transformação relevante com o crescimento do império é que a diferença de riqueza e poder entre os próprios imperadores se torna cada vez mais notável.

Há de se acrescentar que as bases para a formação de uma identidade imperial e a exaltação da família como um possível núcleo de poder também tenham surgido dessa crise apresentada pelo Senado nos tempos finais da República. A recorrência do uso de figuras familiares, de seus feitos e da ancestralidade – temas recorrentes nas cunhagens apresentadas anteriormente – como forma de autopromoção foi retomada a partir das cunhagens de Augusto. No momento em que este seguia acumulando poderes pessoais somados à desordem causada pelas divergências internas, bem como resultado das reformulações realizadas pelo próprio Augusto, a instituição familiar adquiriu um espaço na administração do Império, por vezes se apresentando como uma instituição autônoma do Senado (ou, ao menos, mais ativa).

O objetivo desse capítulo é apresentar a culminância desses fatos ocorridos no final da República como pontos definidores do início da era imperial, como permaneceram sendo reafirmadas e reforçadas e acabaram convergindo no Principado de Cláudio.

A escolha por este período não é aleatória. Desde a vitória de Augusto em Ácio até o assassinato de Calígula, são transcorridos 72 anos. Não houve interrupções brutas neste *status quo* e se imaginaria que as instituições existentes em Roma já teriam se adaptado à existência aos novos centros de poder – imperador, *Domus Caesaris*, Guarda Pretoriana. O assassinato de Caio Calígula reascendeu o retorno da República e do *status* do Senado como instituição central do Império. Por mais que tal ideia tenha sido passageira, ela se torna algo a ser analisado, já que o governo de Cláudio e suas diversas instâncias – inclusive sua imagem na numismática – fizeram algo que se pode pontuar como "refundação do Império", quando, mais uma vez, tentou-se concentrar todo o poder obtido nas últimas décadas nas mãos do imperador e, por consequência, em sua *domus*.

Alguns historiadores e suas obras são referência para levantar tal questão. O primeiro, por ser contemporâneo ao fato, é Flávio Josefo, um judeu romanizado que viveu logo depois da ascensão de Cláudio. Testemunhou a memória recente dessa esperança de vários setores da sociedade romana de que o Senado voltasse a governar sozinho. O primeiro desses momentos é o temor da guarda pessoal de Caio Calígula, de origem germânica, de uma eventual retaliação (JOSEPH. *AJ*. XIX, 1, 19). Outra atitude do Senado foi a emissão do decreto condenando a memória de Caio Calígula e exigindo que o povo saísse das ruas e voltassem às suas residências, assim como que os soldados voltassem a se aquartelar (JOSEPH. *AJ*. XIX, 1, 20). Ou seja, o senado tentou, rapidamente, apagar a memória do imperador assassinado e retomar sua autonomia. Uma passagem extremamente emblemática no relato de Flávio Josefo é o discurso do senador Saturnino demonstrando a seus pares que aquele episódio significava um sopro de liberdade que há muito eles não gozavam e que isso poderia lhes assegurar o retorno da República, pois Roma já não precisa da ação de tiranos:

> Depois que Júlio César, calcando aos pés a ordem tão religiosamente observada por nossos pais, estabeleceu a sua injusta monarquia sobre as ruínas da República, não há calamidade que não tenha afligido à cidade de Roma. Os que a ele sucederam no soberano poder demonstraram também não ter outro propósito senão subverter a antiga disciplina. E como só acreditavam que encontrariam segurança entre homens dispostos a cometer toda espécie de crimes para lhes obedecer, não há meios bárbaros de que não se tenham servido para oprimir as pessoas mais ilustres e mesmo para lhes tirar a vida. Entre esses intoleráveis senhores que nos fizeram gemer sob tão tirânica dominação, Caio podia vangloriar-se de superar a todos, pois não exercitava o seu furor apenas sobre os nossos cidadãos, mas também sobre os parentes e

> amigos, e não era menos ímpio para com os deuses. [...] Agora, então, que disso nos livramos, com a vantagem de só dependermos de nós mesmos, a nossa união presente pode gerar segurança para o futuro. Quem nos impede de reerguer a glória de Roma e dar à República o seu antigo brilho e o primeiro esplendor? Podemos falar com liberdade contra as desordens e propor sem perigo tudo o que julgamos mais vantajoso para o bem público, pois sacudimos o jugo desses senhores prepotentes. Lembremo-nos de que nada favoreceu tanto a tirania em seu início quanto a covardia daqueles que a ela não se ousaram opor e que foram essa fraqueza e a mesquinhez de se preferir, como escravos, uma vida vergonhosa a uma morte honrosa que lançaram Roma neste abismo de infinitos males (JOSEPH. *AJ*. XIX, 2, 2).

Dando continuidade a seu relato, Josefo apresenta de forma sequencial que outras instâncias passaram a apreciar este discurso de liberdade. Soldados (as coortes urbanas) e o povo, que outrora eram temidos por se rebelarem pela falta de um imperador, passavam a contemplar com anseio pela volta da República e liberdade. No entanto, os pretorianos, partidários da causa imperial, se colocaram à parte. Josefo descreve que a manifestação desse grupo ao saber que Cláudio estava vivo era de alegria, pois

> [...] não ignoravam os males que a ambição desmedida dos maiorais do Senado havia causado quando este ainda possuía autoridade. Crendo que era impossível restaurar aquela forma de governo, tinham de eleger um imperador, e importava escolher alguém que lhes ficaria devendo obrigação (JOSEPH. *AJ*. XIX, 3,2).

Após fazer este apontamento da decisão tomada pelos pretorianos, Josefo volta sua atenção para a reação de muitos senadores e de parte do povo. Mais uma vez, é demonstrado que nem mesmo dentro do próprio Senado havia uma coesão sobre o rumo a ser tomado, e isto era resultado de ambições e sentimentos pessoais. No entanto, o discurso que predomina no relato de Josefo é de um Senado firme em sua decisão de manter sua autonomia, dizendo ser possível se sustentar em uma guerra contra os partidários de Cláudio. Josefo não aponta quem estava por trás desse discurso, mas, pelo desenrolar da situação, é possível que este estivesse falando pela maioria dos senadores.

Porém, a divisão no Senado é indicada mais uma vez na obra de Josefo nos acontecimentos do dia anterior, quando muitos senadores se recusaram a encontrar com a maioria no Templo de Júpiter (JOSEPH. *AJ*. XIX, 4). Ou seja, quanto mais a situação não se definia, mais a causa da autonomia senatorial foi se esvaziando, remetendo a um *status quo* anterior, quando os senadores estavam acostumados a lidar com a subserviência aos imperadores em preferência a uma Guerra Civil de resultado incerto. O povo, também acostumado a situação anterior, passou a clamar por um imperador escolhido por eles. Mais

uma vez, a impressão que Josefo passa ao seu leitor é de desqualificação do Senado, incapaz de ações firmes e de afirmação de sua unidade. O povo, na ausência de um imperador, clamava pela autoridade do Senado, mas, devido às divergências internas e pretensões pessoais, os senadores não conseguiam corresponder a esta expectativa. O próximo grupo a abandonar a causa foi o dos soldados, que, de início apoiou a causa senatorial:

> Em vez de atendê-lo, no entanto, eles puseram-se a gritar, exigindo que eles sem demora lhes dessem um imperador. Desse modo, o senado compreendeu o desprezo que aqueles soldados tinham pela autoridade deles, e isso anulava toda a possibilidade de se restaurar a antiga forma de governo (JOSEPH. *AJ*. XIX, 4,4).

Outros dois autores que abordam este momento da história romana também apresentam um discurso similar. Suetônio (SUET. *Claud*. X, 3) e Dio Cássio (DIO CASS. LX, 1) também apontam que os senadores, avaliando os rumos a serem tomados, se alinharam pelo retorno à república e à volta da autonomia senatorial. Contudo, as divergências internas impediram que tal caminho fosse alcançado.

Tendo este fato, então, como um momento de crise do sistema imperial (tomando como referência o Principado de Cláudio), a ponto de se cogitar a volta do sistema republicano e da autoridade suprema do Senado, é que levantamos algumas questões: i) o que haveria ocorrido nos principados anteriores que ainda permitiram, por um lado, a permanência dessas divergências internas no Senado e, por outro, que fosse despertado o desejo pela autonomia senatorial? ii) em meio a estas conturbações e construção de novos poderes, como se manifesta o poder da *Domus Caesaris*e de seus membros frente ao poder senatorial? iii) como se desenvolveu a disputa imagética entre estas diversas instâncias de poder em Roma? iv) como todos estes acontecimentos tiveram influência sobre a criação de uma imagem nas moedas do Principado de Cláudio?

O início para a busca por essas respostas remonta aos principados de seus antecessores. A historiografia do período de Augusto indica, de maneira riquíssima, boa parte desse processo, sendo um dos trabalhos mais influentes a obra de Ronald Syme, *The Roman Revolution* (1939). Nela, Syme indica diversos pontos que contribuíram para a construção do poder desse imperador e a derrocada da autonomia do Senado.

A análise de Syme (1939) parte do ponto de que todos os poderes conferidos a Augusto são consequências da necessidade de que alguém conduzisse o povo de Roma após os eventos das guerras civis, sob a fachada de uma República restaurada. Esses poderes conferidos a Augusto garantiriam uma transformação em todos os setores da sociedade com a finalidade de

se conquistar o bem comum. Por consequência, esse poder acabou sendo dividido com um corpo de pessoas que colaborariam para a manutenção desse *status* de estabilidade interna, mesmo diante da ineficácia do Senado e do povo romano, ou de um *Princeps* despreparado. Por este argumento, o que se pode refletir é que o autor estaria já levantando a ideia da necessidade de se haver uma *domusCaesaris*, que serviria de suporte na ausência do Senado e do *Princeps* e que depois seria vista como fio condutor de um principado para outro.

Apesar de a manutenção da maior parte das instituições republicanas no Principado, o exercício delas tinha sofrido diversas transformações, principalmente pelo entrave que a *auctoritas* de Augusto causava aos demais magistrados. Qualquer um que almejasse gozar de certo tipo de poder concorrente ao do imperador estava condenado a cair em desgraça. Isso pode ser analisado como uma atitude de precaução para que não houvessem os mesmos tipos de conflitos no governo, observados nos consulados de César e Pompeu, anteriores à Guerra Civil. Tal atitude também incomodava o chamado partido dos cesarianos, que, após a morte de César, manifestou total apoio a Augusto. Isto conduz a mais um ponto que pode ser visto como uma chave para se entender a necessidade de uma *domus Caesaris* ou, em outras palavras, a necessidade de que houvesse um grupo que estivesse fora da esfera política de magistrados senatoriais e que, em um primeiro momento, não oferecesse resistência às ações do imperador.

O primórdio da estruturação de uma *domus Caesaris* se apresenta na figura de Agripa, que, na ausência de Augusto – seja por doenças que o debilitaram de 26 a.C em diante, seja por necessidades de viagens –, ficava em posse do anel com sinete imperial. Tal medida se provava necessária, uma vez que o partido "republicano" ainda existia, sobre uma estrutura ainda vista como republicana, mas que, mesmo os contemporâneos, já não a enxergavam como tal há tempos.

> Se o herdeiro de César perecesse pela doença ou pelo punhal, poderia ocorrer novamente, como quando César, o ditador caiu, dissensão em suas (do partido cesarista) fileiras, terminando em guerra civil e arruinando Roma. O "patriotismo" conspirou com interesses pessoais para descobrir um modo seguro, uma fórmula de governo mais coesa. Independente do que houvesse, a nova ordem deveria durar. Foram tomadas duas medidas, em nome de César Augusto. A base constitucional de sua autoridade foi alterada. Mais importante do que isso, a posição oficial foi conferida ao homem mais inteligente entre os seus adeptos, o principal de seus marechais, VipsânioAgripa, três vezes cônsul. Esta foi a medida do ano 23 a.C (SYME, 1939, p. 336).

Associado a esta medida, Augusto abdicou do posto consular de maneira perpétua para assumir outros dois poderes: o *imperium proconsulare* e a *tribunicia potestate*. O primeiro viria a ser uma medida de controle sobre os exércitos e províncias, transformando qualquer procônsul

em seu legado, possibilitando manter um *imperium* militar mesmo dentro dos portões de Roma, o que lhe permitiu criar um corpo militar a serviço direto do imperador – a Guarda Pretoriana. O segundo lhe atribuía, de forma perpétua, o ofício de uma tribuna, contendo todas as prerrogativas possíveis. Isso passava um tom de legitimidade à monarquia militar maquiada de República, instituída por Augusto e seus partidários.

Tais poderes também são visto por Syme (1939) como uma forma de abrir espaço para que partidários de Augusto fossem honrados, aumentando a coesão interna de seu partido no Senado. Mesmo para aqueles que se mostrassem a favor da República, o regime de Augusto deixava algumas brechas, como algumas provinciais que voltaram para o controle de procônsules nomeados pelo Senado. No entanto, com exceção da África, as demais não permitiam qualquer ação militar, afastando tais indivíduos da glória militar e, por consequência, do triunfo. É importante enfatizar que esta medida está além de um simples controle militar, sendo, também, um controle do imaginário político.

Ao monopolizar as honras militares e, eventualmente, cedê-las a seus partidários, Augusto passava uma imagem militarmente vitoriosa de seu partido, enquanto desqualificava o partido republicano. Muito dessa imagem passa pela distribuição de estátuas por pontos centrais do império e por cunhagens de moedas. No entanto, como citamos, a cunhagem nas oficinas de Roma havia cessado no final dos anos 40 a.C. Isso gerou uma fragmentação nas cunhagens de moeda[14], sendo que outros centros, periféricos do Império, passaram a suprir a necessidade de novas cunhagens nesse período. Entretanto, a administração do *aerarium* continuava a cargo do Senado e de seus magistrados.

Foi necessário que Augusto realizasse uma série de medidas para estabilizar não somente a economia do Império, como também a política interna e externa. Dentre essas medidas – além da centralização do comando militar –, realizou, por exemplo, o assentamento de veteranos, aumentou a segurança nas fronteiras, reforma fiscal, reforma provincial, reformas no serviço público, além de uma reformulação de poderes magistráticos e do Senado. No que tange exclusivamente à cunhagem de moedas, agiu da seguinte forma:

> Mas o controle monetário e sua disposição, mesmo que menos espetacular, ou menos cuidadosamente observados (porque universalmente dado como certo), não foram de menor importância, e durante um período de cerca de vinte anos, ele revisou as instituições monetárias, passo a passo, e muitas vezes (nos parece) em uma oportunista ou hesitante forma, deixando-os, finalmente, de

[14] Tal fragmentação, como apontamos, foi, sobretudo, uma consequência do poder dos generais, os quais, fazendo uso de seu *imperium*, cunharam moedas nas províncias militares.

> uma forma que seria a base da cunhagem imperial durante por quase três séculos depois (MATTINGLY; SYDENHAM, 1948, p. 23).

A primeira ação foi sobre o *aerarium Saturni*, que era o fundo principal das receitas do Estado romano, e que, na República, era administrado pelos questores. Era através dele que se pagavam as legiões e os serviços públicos. Quando fora agraciado com a *tribunicia potestas*e, principalmente, o *imperium proconsulare maius et infinitum*, transferiu uma grande quantidade de riquezas para o *aerarium*, declarando que fazia aquilo não somente pelas províncias e pelas legiões, mas pela própria República. Em 16 a.C., Augusto transferiu parte de sua riqueza para o *aerarium* – riqueza esta advinda dos seus diversos espólios de guerra, incluindo os do Egito. Sua doação teria girado em torno de 2,4 milhões de sestércios (MATTINGLY; SYDENHAM, 1948). Essas doações foram, gradualmente, enfraquecendo a distinção entre as finanças públicas e o que seria o fundo imperial. Dessa forma, Augusto ganhou cada vez mais influência sobre a administração pública das rendas do Império.

O processo para sair de uma situação emergencial para uma condição mais estável foi posto em prática através de algumas ações. A primeira foi a transferência do controle do *aerarium* dos questores para pretores e ex-pretores, que passaram a ser conhecidos como *praetores aerarii*. Aos dois ex-pretores também lhes foi concedido o controle da *cura annonae*, responsável pelo fornecimento e distribuição de grãos na cidade de Roma. Já os festivais públicos, em 7 d.C., eram administrados por ex-pretores e passou, em 6 d.C., a ser gerido por um conselho de três ex-cônsules (MATTINGLY; SYDENHAM, 1948). Não se pode dizer simplesmente que Augusto tenha fundido as finanças públicas à sua riqueza particular, como afirmam algumas fontes, mas é imprescindível dizer que a sua enorme *auctoritas* somada a sua imensa riqueza, proveniente da herança de César e os espólios da Guerra Civil e campanhas de conquistas, consideradas conjuntamente com sua capacidade para controlar a composição do Senado, lhe permitiram exercer um governo centralizado, ainda que dissimulado. Desse modo, mesmo não havendo base legal para essa ação, ele passou a controlar as finanças do Estado e esta prática se perpetuaria para os seus sucessores. Desse modo, o Senado deixa de ter o controle financeiro do Império Romano e, por consequência, da cunhagem de moedas:

> O Senado, então, tinha perdido a preeminência financeira de que gozava no âmbito da República. Passou a administrar certos ramos das finanças, como antes, mas sob a direção ou sugestão, e sem a liberdade independente que anteriormente ordenara a inovar ou mudar a política. Como veremos, parece ter exercido nenhum controle sobre a emissão de ouro e moedas de prata, função que parece ter ficado exclusivamente com os *princeps*, e até mesmo em relação à série abundante de *aes*, marcados com S C, assinado por

> *IIIviria.a.a.f.f.* e produzido nas oficinas de Roma, há boas razões para supor que a marca S C indicava muito menos do que afirmação evidente de autoridade senatorial para intervir (MATTINGLY; SYDENHAM, 1948, p. 24).

Esta afirmação contrasta com a antiga afirmação de Mommsen sobre a possibilidade de uma diarquia funcional entre imperador e Senado no governo do Império. Alguns estudiosos, como Reinhard Wolters (*apud* METCLAF, 2012), afirmam que o S C tornou-se apenas um modo de distinguir as cunhagens de bronze feitas em Roma daquelas elaboradas nas demais localidades do Império. Outros estudiosos pensam que a cunhagem de bronze contendo S C honrando Augusto teria sido um artifício para acrescentar mais autoridade às emissões e aceitação das novas denominações de moedas de bronze cunhadas naquele momento. Deve-se pensar, também, no projeto inicial de Augusto de gerar a aparência de que estava restaurando a República. Inscrever a sigla S C nas cunhagens de bronze – metal de grande circulação entre os diversos meios – poderia servir como testemunho desse projeto, que, na prática, nunca fora executado.

Um ponto pouco tocado neste capítulo é sobre os pesos e medidas das moedas romanas. A ausência deste tema se deve ao fato de que tais informações não terão influência sobre a análise que queremos realizar sobre a numismática do principado Claudiano, mas é necessário introduzir tais informações pelo menos no que tange à numismática augustana, como forma de apresentar o panorama da cunhagem de moedas que se estende de Augusto a Cláudio. Nos tempos de Augusto, observamos ter havido um controle muito mais rígido sobre o peso e a medida das moedas de ouro e prata, e mesmo sobre os *aes*, se comparado ao que houve depois, quando se percebe uma maior variação. O peso do *aureus* girava em torno de 8,00 a 7,70 gramas, o que sugere um padrão de 7,96 gramas. Ao observar todo o *corpus* documental da numismática augustana, percebemos que as oficinas de Roma e de outras cidades da Itália eram bem rígidas quanto ao peso, diferentemente do que se pode ser visto nas províncias, onde é possível – em alguns casos – encontrar uma quantidade menor de metal em cada peça.

As moedas de prata tinham o peso variando de 4,0 a 3,6 gramas, o que sugere um padrão estabelecido em 3,99 gramas. A quantidade de prata cunhada pode ter superado em 7% a de ouro – metal mais precioso. Entretanto, tal diferença é menos notada nas províncias extremo ocidentais. Já as moedas de bronze possuíam uma variedade maior: o sestércio tinha como peso médio 26,5 a 24 gramas, o *dupondius* variava de 13,5g a 11 gramas, o *as* de 12 a 9 gramas, e o *quadrans*de 3,3 a 2,9 gramas. Quanto à pureza dos metais utilizados nas moedas, estudos envolvendo técnicas laboratoriais indicam um alto grau de pureza nas cunhagens, o que

sugere que a existência do monopólio imperial da cunhagem de moedas foi claramente dependente da estabilidade econômica, o que permitia a manutenção da alta pureza.

Obtendo este controle, Augusto pôde perpetuar uma imagem que lhe fosse conveniente. Ainda que o uso do termo propaganda possa ser tomado como algo anacrônico para o período aqui abordado, tendo-se em vista que apenas muitos séculos depois tal termo assumirá uma acepção similar àquela que é corrente hoje em dia, é o que parece ser mais adequado de ser pensado. Zanker (1998) passa aos seus leitores a ideia de que, em Augusto, as moedas ofereceram um ar estético ao seu ideal político. A imagem criada por Augusto – muitas vezes influenciada pela imagem criada por outros – fez das moedas um veículo de fácil propagação:

> Os *tokens* de honra de 27 a.C., e o novo tipo de retrato ilustra como um novo conjunto de imagens surgiram para atender às necessidades das circunstâncias alteradas depois que Augusto ganhou o poder supremo e "restaurou a República". Uma rede sutil de associações substituiu a autoglorificação levada à frente dos rivais anteriores pelo poder. Os princípios, por certo, determinaram os temas e o teor geral dessas imagens e, de fato, seu estilo político era, em alguns aspectos, não menos importante do que o que ele realmente fazia. A cidadania "resgatada" respondeu a ele com todas as honras, seja como indivíduos ou através de suas diversas organizações e representantes escolhidos. Essas honras podiam ser simples *tokens* tradicionais, de acordo com a situação política alterada, ou aqueles que eram exclusivamente adequados aos princípios, como o título de Augusto. O fato de honrar-se a si mesmo foi completamente reprimido, mas, claro, não fez nada para impedir esse derramamento geral de honras. Ele foi capaz de se identificar plenamente com as imagens criadas por outros para glorificá-lo, incluindo o novo retrato, e permitir que outros propaguem essa imagem. A "restauração da República" não era simplesmente uma farsa destinada a enganar o público romano, como também era frequentemente mantida. Mesmo antes de 27 a.C. ficou claro que o novo estilo político de Augusto não representava uma saída do sentido da missão que sempre o motivava. Foi simplesmente que, como único governante, ele havia concebido seu papel um tanto diferente do anterior (ZANKER, 1998, p. 100).

Ou seja, para Zanker (1998), duas características da construção da imagem de Augusto – que foram transmitidas e repassadas também pelas moedas – foram fundamentais para distanciar ele de seus antecessores e rivais: fugir da autoglorificação, apropriando-se somente das honras oferecidas a ele por outros indivíduos ou instituições, como o Senado, e a valorização de seus feitos que se mais aproximassem da ideia de uma República “restaurada”. O mesmo é afirmado por Caterina Maderna-Lauter (1988), acrescentando que estas imagens não ficaram restritas a monumentos públicos, mas também a ambientes privados, elogiando, inclusive, a intensidade pela qual como essa arte política acabou sendo inserida nesses ambientes em Roma.

Ao analisar essa colocação de Zanker, e pensando também na difusão dessas imagens em âmbito particular, como apontado por Maderna-Lauter pode-se pensar além. A fachada de uma República restaurada serviria ao propósito de Augusto em evitar a autoglorificação. Tendo o apoio de seus partidários, agindo como indivíduos ou dentro de instituições chaves no controle do Império, ou mantendo o controle – ou submissão – do Senado, os partidários poderiam votar e conceder honras pensadas pelo próprio Augusto. No entanto, as imagens que seriam transmitidas seriam de honras concedidas, e não de honras pensadas, ainda mais as que tivessem o peso de uma instituição como o Senado por trás. Tal artifício teve que ser revisto após o tempo de Augusto, pois a temática de República restaurada deixa de ter fundamento devido à perpetuação do Principado. No entanto, esse aspecto de tentar evitar a autoglorificação continuaria em pauta nos sucessores de Augusto, principalmente fazendo uso de seus partidários no Senado.

Para Paulo Martins (2011), a imagem criada por Augusto visava produzir uma série de combinações de características e simbologias que agrupassem em torno de um mesmo conjunto imagético o maior número de qualidades que se pudesse associar a ele mesmo. Dessa forma, em praticamente todo o período posterior a 27 a.C., a imagem de Augusto veiculada era diferente da imagem real de Augusto, apresentando uma juventude necessária para alguém que acabara de obter o poder supremo, principalmente quando se pensava na estabilidade do novo regime, bem como as honras que a ele eram atribuídas e as funções que lhe destacavam. Nestes dois últimos pontos, temos a presença, principalmente, das coroas, que, nas moedas, tornam-se bastante presentes. Estas características, segundo Martins (2011, p. 198), tendem a aproximar a imagem de Augusto tanto de características em voga na Itália quanto de características mais helenizadas:

> O que se pode dizer, nesse sentido, é que, se, por um lado, a representação do presente do figurado inicia-se com a recuperação da tradição médio-itálica das imagens, que produzem alto grau de credibilidade, de *fides* em relação ao objeto figurado, dada a sua proximidade com o real. Por outro lado, ao fim do período do primeiro principado, as *repraesentationes* já se afastaram desse mecanismo elocutivo e passam a assumir a "tendência helenizante" do *simulacrum* que, se mantém algo próximo do mundo real, não são seguramente as marcas físicas do representado, senão apenas o que o representado significa, sob o ponto de vista da estrutura do poder. Se perde no grau de proximidade do real (modelo ou molde) do ponto de vista físico, se ganha em credibilidade por conta da representação de todos os poderes de que está investido.

Sobre este estilo de representação de um Augusto jovem, pode-se complementar esta ideia com o apontamento de Simone Certelli (2015), que afirma que estas representações de Augusto teriam sido perpetuadas até os tempos de Nero, quando a ação de se criar as efígies começou a ser mais realistas e menos idealizadas:

> O retrato de Augusto que conhecemos não corresponde ao rosto que ele realmente tinha. De acordo com Suetônio, é evidente que ele era bonito e cheio de graça, mas também que estava desgastado tanto no modo como se vestia como nos penteados, com dentes pequenos e manchados por tártaro, manchas naturais espalhadas no peito e na barriga; que não era muito saudável e sempre carregava um chapéu. Seu retrato é, portanto, uma imagem idealizada, inspirado no cânone clássico, o de Policleto, calibrado para dar a ideia de que se queria propagar o novo estado através da calma estética, a nobreza do corpo, ou seja, a moderação do '*princeps*'. Seus retratos que permanecem assim até chegarem à realidade sob Nero (CERTELLI, 2015, p. 17).

A imagem de Augusto nas moedas, assim, ganha uma certa autonomia e liberdade criativa que permitem que ele seja apresentado sem as mudanças que o tempo impunha ao corpo físico do governante. Desse modo, além de esteticamente mais belo, a efígie de Augusto passa a ser reconhecível enquanto simulacro, algo que remete a Augusto e também à sua autoridade e capacidade política, ao governante, e não à pessoa particular. Esta construção da imagem do governante nas moedas como um conjunto de atributos de autoridade, ligado a uma casa, como símbolo de estabilidade do império, será fundamental nesse momento inicial do Principado e também sob Cláudio.

Voltando para as bases do governo de Augusto e de seus sucessores e a relação dessas com o Senado, mais uma vez, Syme (1939) enfatiza que a família e o núcleo de pessoas próximas a Augusto estavam situados no centro de poder, e que mesmo esse grupo, em momentos de crise, poderia lutar internamente para aumentar sua influência e poder. Seja por influência ou necessidade, Lívia e os filhos dela – Tibério e Druso – estiveram ativamente presentes no Principado de Augusto, a primeira aconselhando o *Princeps*, e os demais assumindo magistraturas e comandos militares, mesmo que de forma precoce. Este apontamento de Syme indica que, cada vez mais, o círculo de pessoas ao redor do imperador tendia a se tornar composto por mais familiares que menos amigos. Outro membro da *Domus Caesaris*que adquiriu estes mesmos atributos foi Marcelo, filho de sua irmã, Otávia. A intenção de Augusto é que a sucessão imperial continuasse a partir dele, a ponto de colaborar para uma rápida e precoce ascensão dele à vida pública. Ele teria sido agraciado com o consulado dez anos antes da idade correta, e com pouco mais de vinte anos já possuía grande proeminência no Império. Dada a morte prematura de Marcelo, o processo tem sua continuidade com Agripa.

Neste ponto, mais uma vez é bom remeter à numismática augustana para entender o jogo de poder imagético. Se, no final do período republicano, o importante era o hábito – quanto ao assunto familiar – de retomar antepassados ou seus feitos para fazer uma autopropaganda de si, no Principado – pelo menos na cunhagem imperial –, esta prática sofre uma complementação. Na cunhagem de Augusto em diante ainda se faria uso da ancestralidade como uma de suas características, principalmente ao remeter à ligação entre ele e César, enfatizando o caráter divino de deste último. Mas, à medida que Augusto vai elevando seu poder, não é mais necessária que haja uma autopropaganda de si tão intensa como no início do Principado. Assim, a numismática servirá a outro ideal: a promoção de membros da *Domus Caesaris*, com um propósito de se estabelecer uma sucessão arquitetada pelo centro de poder. Desse modo, o foco vai se alterando progressivamente da afirmação e preservação do poder (reforço dos vínculos ancestrais) para a construção da sucessão (reforço da apresentação da descendência).

Assim, membros do círculo de poder da *Domus Caesaris* também são representados nas moedas imperiais, como Agripa, que, como dito anteriormente, era encarregado de boa parte das ações militares, principalmente quando Augusto estava ausente. Ou seja, não era necessariamente um familiar, mas alguém junto ao centro de poder. Nas moedas– séries de *dupondii* e *asses* – onde Agripa aparece (Figura 32), o que prevalece é uma temática militar, em que tanto Augusto quanto Agripa têm em suas efígies algum elemento que remeta à glória militar. O reverso, ao trazer um crocodilo, muitas vezes tido como símbolo da duplicidade e da voracidade no Ocidente, amarrado em um ramo de palma, símbolos de vitória e ascensão, mostra claramente uma ligação forte e vitoriosa entre as duas personagens (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2016).

Figura 32 - RIC 154. Dupôndio de bronze. Cunhado entre 20 e 10 a.C. No anverso, as efígies de Agripa com a coroa rostral e Augusto usando uma coroa de louro, acompanhados pela legenda IMP DIVI F. O reverso traz um crocodilo preso a um ramo de palma com um laço na ponta e a legenda COL NEM

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).aug.154

Antes de Agripa, como já lembramos, Marcelo, sobrinho de Augusto, também foi apresentado como postulante à sucessão. No entanto, com uma morte prematura, apenas moedas orientais surgem fazendo referência ao jovem.

A necessidade em manter o regime estável e a morte de Agripa no Oriente fizeram com que Augusto colocasse seus netos Lúcio e Caio dentro da linha sucessória, assumindo o mesmo molde do que ocorrera com Marcelo. Nas representações numismáticas em que os meninos aparecem, uma característica de destaque é a presença da toga *virillis*, que, segundo Certelli (2015, p. 17), traria um significado maior para a "República restaurada" do que propriamente para os meninos:

> Outra série é a de que, com Caio César e Lúcio César, os dois netos do Príncipe destinados a sucedê-lo e que, por sua vez, deixaram o campo livre para o não querido Tibério, aparecem em toga *virillis* na produção generalizada de *auras* (Figura 7), *denarii* e *quinari*. Isso é de particular importância, de fato, sendo uma opinião atual que a mesma [toga *virillis*] serve como um "uniforme de Estado", um símbolo de pureza moral, pois abrange totalmente o corpo e constitui um sinal de restauração dos valores republicanos e dos costumes irrepreensíveis dos romanos de origens.

Essa imagem citada por pela autora está presente nas moedas que englobam, além da toga *virillis* dita anteriormente, aspectos militares e religiosos (Figura 33). Nos denários (Figura 34) cunhados entre 9 e 8 a.C. em Lugdunum, ambas as temáticas aparecem. Já em moedas romanas, de responsabilidade do *monetalis* C. Mário, o destaque é dado a *Domus Caesaris Augustana*, ao representar não apenas os meninos indicados à sucessão imperial, mas, também, a mãe, Júlia. Este conjunto de denários (Figura 35) traz apenas as efígies dos meninos e da mãe. Além desse elemento da sucessão e a presença da mãe, dando uma ênfase maior na questão de uma *Domus Caesaris* coordenando a condução do regime, é relevante o fato de que tal cunhagem parte não de Augusto propriamente dito, mas de um *monetalis*, levantando, mais uma vez, a questão: qual o papel dos demais magistrados diante desse novo regime de poder – o Principado – e de uma instituição que concentra em si uma alta gama de poder, e que visa a perpetuação de tal – a *Domus Caesaris*? Há alguma manifestação contrária a esse papel assumido?

Figura 33 - RIC Augustus 206. Denário de prata cunhado entre 9 – 8 a.C. No anverso, traz a efígie laureada de Augusto seguida da legenda CAESAR AVGVTVS DIVI F PATER PATRIAE. No reverso, a representação dos dois meninos, Caio César e Lúcio César, com uma de suas mãos repousando sobre um escudo e lanças. Há, também um lituus e um simpulum, além da legenda AVGVSTI F COS DESIG PRIC IVVENT C L CAESARES.

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).aug.206

Figura 34 - RIC Augustus 199. Denário de prata, cunhado entre 9 – 8 a.C. O anverso traz a efígie laureada de Augusto, acompanhada da legenda AVGVSTVS DIVI F. No reverso, tem-se Caio César galopando e a presença de estandartes de legiões, em conjunto com a inscrição C CAES AVGVS F

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).aug.199

Figura 35 - RIC Augustus 405. Denário de prata, cunhado em 13 a.C. O anverso traz a efígie de Augusto acompanhada da inscrição AVGVSTVS DIVI F. No reverso é possível observar as efígies de Júlia, Caio e Lúcio centralizadas em uma guirlanda e acompanhadas da inscrição C MARIVS TRO IIIVIR

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).aug.405

Uma resposta, e a mais segura para essa questão, talvez seja aquela determinada pelo patronato imperial. O fato de o imperador ser o elo mais poderoso da estrutura de poder do Principado e fazer com que os indivíduos próximos a ele também gozassem de parte desse poder, fez com que o Senado perdesse o status que teve ao longo dos séculos. Um círculo vicioso surgiu quando os senadores concederam honras a Augusto. Ele passou a gozar de uma *auctoritas* que lhe permitia ter relativo controle sobre as eleições e acessos às magistraturas, superando a *auctoritas* senatorial. Os membros do Senado, por outro lado, continuavam a lhe fornecer honras com o intuito de agradar ao imperador e se aproximar de seu núcleo de poder. No entanto, a *auctoritas* senatorial resistia a nível provincial, uma vez que, neste contexto, o objetivo sempre estava ligado às magistraturas senatoriais. Como aponta Fergus Millar (2001, p. 341):

> O fato de que um homem fora do Senado só poderia entrar com a permissão ou o patrocínio do imperador; essa nomeação para o ingresso dele depende diretamente dele; e de seus membros, apenas o *praefectus urbi* controlava as tropas em Roma; que encontrava com pouca frequência, apenas duas vezes em cada mês não gozando de uma normalidade; já que o imperador estava muitas vezes ausente de Roma e não participava, necessariamente, de seu encontro quando ele estava lá - todas essas e muitas outras considerações semelhantes poderiam levar à suposição de que o Senado rapidamente perdeu todo o significado sob o Império. É notório, no entanto, que não era assim. O próprio fato de uso extensivo de cargos senatoriais e senadores como a moeda do patrocínio imperial tendia a dar-lhe um *status* em amplas áreas da sociedade provincial a que de outra forma poderia permanecer irrelevante. A sensação de identidade corporativa, tradições e direito do senado eram fortemente sentidas.

Se esta afirmação, por um lado, lança uma luz sobre uma possível resistência senatorial nos tempos de Cláudio, até mesmo com a ideia de restabelecer um governo sem um imperador, por outro, permite que se pense nesse controle ao acesso de magistraturas como algo que tenha limitado a liberdade dos senadores e de seus sucessores nos tempos de Augusto. Ao se pensar a sucessão imperial, começando por postos senatoriais, Augusto teria gerado certa legitimidade ao processo de sucessão, bem como uma *auctoritas* ao Senado. Isso se prova nas moedas de Caio e Lúcio, em que o *status* senatorial ainda está presente, sendo, assim, o Senado visto como porta de entrada para a vida política de um membro da *domus Caesaris*.

Dessa maneira, podemos considerar com Millar que o imperador seguia precisando dos senadores e equestres para conduzir o governo de Roma. Ele não poderia fazer tudo por si mesmo e nem estar em todos os lugares ao mesmo tempo, então, irá recrutar auxiliares no interior de sua própria sua casa (desde seus familiares até libertos e escravos) e também nos estratos sociais mais elevados da sociedade, especialmente no Senado. Desse modo, poderia

criar um compromisso que envolvesse confiança mútua e colaboração entre o imperador e o senado. Por um lado, os senadores reconheciam o poder e honra mais elevados do imperador e, por outro, o imperador dava a essa elite a capacidade de governar e decidir, desde que ela decidisse buscando atender seus próprios desígnios e honrando-o. Assim, o senado não anulava seu poder, mas o colocava a serviço da casa imperial. Quando isto não acontecia, havia crise e o imperador passava a perseguir senadores que, ao mesmo tempo, conspiravam contra o imperador. Deste modo, uma boa comunicação entre imperador e senado será a chave para a existência do que se considerava um bom imperador. Assim, a nosso ver, Augusto não retirou simplesmente o poder do Senado e das demais magistraturas, mas as manteve e as viu funcionando nas mãos de seus aduladores, sempre buscando honrá-lo e seguir suas vontades.

Esse espaço de relativa autonomia também existia na casa imperial, ao menos é o que notamos nas moedas augustanas que retratam o último membro da *domus Caesaris* como sucessor de Augusto: Tibério, filho de Lívia e adotado pelo imperador, em companhia de seu irmão, Druso. No entanto, diferentemente do que havia ocorrido com Marcelo, Caio e Lúcio, Augusto deixou que Tibério obtivesse as honras por méritos próprios, assim como ocorrera com Agripa, de tal modo que Augusto não tratou Tibério como aos demais e, em sua ausência– devido a uma enfermidade –, não concedeu os mesmos poderes a Tibério.

> Um fato importante, no entanto, requer ênfase. A *tribunicia potestas* e o *imperium maius* que Augusto havia concedido a Agripa cessaram na morte deste em 12 a.C.. Augusto não os transferiu para Tibério ou para ninguém naquele momento. Por quê? Uma explicação tenta justificar melhor essa omissão. Augusto tornou-se mais sensível à crítica potencial que ele estava preparando o cenário para uma dinastia monárquica. Ele evitou cuidadosamente a aparência de tal esquema. Uma transferência automática das distinções extraordinárias de Agripa para Tibério sobre a morte dos primeiros indicaria inevitavelmente uma sucessão real. Augusto recuou do movimento. Deixou Tibério ganhar suas distinções, como Augusto tinha feito, e como Agripa também o tinha. Então eles poderiam vir como recompensa por serviços e realizações, não como direitos pertencentes ao herdeiro de um trono. Augusto, parece, ainda lidou com esse dilema que o atormentou por mais de uma década: como perpetuar seu sistema sem fazer parecer que ele estava instalando uma sequência de governantes. Sua apreensão sobre esta questão pode ser ilustrada de mais de uma maneira. Duas vezes ele exibiu aborrecimento com a população pelas honras intempestivas e prematuras que deram sobre seus netos jovens (Dio Cass. 54.27.1, 55.9.1-4, Suet., *Aug* 56, Tac., *Ann*. 1.3). E quando o Senado votou um triunfo para Tibério em 12 a.C., Augusto recusou-se a deixá-lo conduzir, embora concedeu-lhe honras triunfais em vez disso (GRUEN, 2007, p. 45-46).

A adoção de Tibério, de fato, era o modo de preservar a sucessão de Germânico, que, na ocasião de um casamento com Agripina – filha de Agripa e Júlia –, poderia ainda continuar uma

linhagem sanguínea dentro da *domus Caesaris*. Assim, tal adoção foi aceita mediante a uma espécie de "protetorado" a Germânico. Apesar de não querer deixar às claras o processo de fazer da sucessão imperial algo dinástico, Augusto não conseguiu deixar de ter este desejo como meta. E essas ações tornam ainda mais difícil de imaginar que, após Augusto, o Principado cedesse espaço novamente a uma República. Assim, no ano 4, Augusto adota Tibério e Agripa Póstumo, cedendo, ao primeiro, poderes tribunícios. Tibério também teve o compromisso de adotar o sobrinho, Germânico.

A adoção de Tibério se seguiu por um anúncio no Senado. Para Seager (2005), a estratégia de Augusto em adotar Tibério, mas deixar que este galgasse o reconhecimento e amor popular, partia da necessidade de que Germânico ao seu lado também obtivesse tal reconhecimento. Ou seja, a estratégia de Augusto sempre foi a manutenção de uma dinastia sanguínea dentro da *domus Caesaris*. No entanto, mesmo que a ascensão de Tibério fosse pensada como algo temporário, Augusto não poderia deixar que Tibério fosse visto como alguém incapacitado e que pudesse colocar todos os seus planos a perder. Isso de fato se mostrou ativo quando Augusto dividiu com Tibério por dez anos os direitos tribunícios (DIO CASS. LV, 13.2). Desse modo, Augusto tentava evitar especulações sobre uma tentativa de rompimento com o Principado e a *domus Caesaris* por parte dos senadores e de seus partidários.

Isso serviu para engrandecer o lado político de Tibério, já que, como militar, este já tinha se mostrado eficiente e vitorioso, principalmente na Germânia. Faltava a ele conquistar o povo romano pela política E, nesse aspecto, Tibério seguiu todos os passos e expectativas de Augusto:

> A lealdade filial desempenhou um papel proeminente na tradição aristocrática a que Tibério foi dedicado. Sua consciência de sua posição como filho de Augusto foi notável durante o resto de sua carreira, mostrando-se numa dedicada lealdade à pessoa, às políticas e aos preceitos de Augusto (SEAGER, 2005, p. 31).

Assim como se deu com os outros candidatos, a sucessão de Augusto, a *imago* de Tibério passou a circular nos meios de representação, indicando os atributos que levariam Tibério à sucessão. Analisando propriamente as moedas, coincidência ou não, estas começam a ser cunhadas e a entrar em circulação após este período de dez anos que Tibério teria dividido com Augusto os poderes tribunícios. Um *topos* comum da *imago* de Tibério neste momento inicial foi destacar o fator de militar vitorioso. Em um conjunto de *aurei* (Figura 36) e denários, cunhados em Roma e Lugdunum, Tibério é representado como militar triunfador, em uma quadriga. O elemento quadriga é por si só cheio de simbolismo. Segundo os dicionários especializados em simbolismo, requer uma análise da quadriga, do modo como é conduzida e

por quais animais. Este tipo de veículo era utilizado nas cerimônias públicas em Roma, como triunfos militares. Este aspecto se torna mais forte quando se nota a presença do ramo de louro e do cetro. Ainda quando se analisa o simbolismo do cavalo, podemos aproximar o condutor de Apolo, o que acaba se transformando em um carro condutor solar, ou seja, algo que traz luz. Esse elemento de aproximação entre Tibério e Apolo poderia ser visto como uma tentativa de estabelecer um diálogo com a iconografia já existente nos tempos de Augusto, que aproximava esse de Apolo, como mostra o estudo de Paulo Martins (2001).

Figura 36 - RIC Augustus 221. Aureus de ouro cunhado entre 13 e 14 d.C. O anverso traz a efígie laureada de Augusto com a legenda CAESAR AVGVSTVS DIVI F PATER PATRIAE. No reverso, tem-se Tibério em uma quadriga triunfal, segurando em sua mão esquerda um cetro militar e, na direita, um ramo de louro, juntamente à inscrição TI CAESAR AVG F TR POT XV

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).aug.221

Outro ponto de destaque dessas moedas é a forma como a legenda apresenta Tibério. Primeiro, colocando-o como filho de Augusto e como possuidor da *tribunicia potestas* pela décima quinta vez. O mesmo volta a se repetir em um conjunto de denário cunhado na mesma época (Figura 37), que, no reverso, traz somente a efígie de Tibério, sem nenhum ornamento militar, o que poderia simbolizar a intenção de não restringir a *imago* de Tibério apenas ao aspecto militar.

Também nesse período surgem algumas cunhagens de *asses* de bronze (Figura 38) que apresentam de forma singela uma interação do Senado com o escolhido para a sucessão imperial. Pelas legendas, tanto do anverso quanto do reverso, informa-se que, por decreto do Senado – *senatus consultum* –, Tibério teria recebido o posto de pontífice máximo e de *imperator*. Isso, pelo menos, indica que a construção de uma sucessão não passava apenas pelas ações de Augusto, mas por aceitação do Senado. Não que isso justifique algo como uma diarquia, mas indica que, na teatralidade de uma "República restaurada", era necessário acontecer.

Figura 37 - RIC Augustus 226. Denário de prata cunhado entre 13 e 14 d.C. O anverso traz a efígie laureada de Augusto e a legenda CAESAR AVGVSTVS DIVI F PATER PATRIAE. No reverso, observa-se a efígie de Tibério acompanhada da legenda TI CAESAR AVG F TR POT XV

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).aug.226

Figura 38 - RIC Augustus 470. As de bronze cunhado entre 8 e 12 d.C. O anverso traz a efígie de Tibério acompanhada da legenda TI CAESAR AVGVST F IMPERATOR V. No reverso, é observada a sigla S C e, rodeando esta sigla, a legenda PONTIFEX TRIBVN POTESTATE XII

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).aug.470?lang=nlediting

Com a morte de Augusto e a ascensão de Tibério, realmente, o Principado foi posto à prova, já que, por mais que Augusto tivesse delegado algum poder a Tibério, a *auctoritas* era algo que dificilmente seria transferível de um para outro. Assim como Augusto utilizou-se do fato de deificar César e de, no, início sempre se apresentar como filho deste, Tibério também o fez com Augusto. Esse *modus operandi* de Tibério tinha como objetivo não somente continuar a honrar Augusto, como já o fazia em vida, mas também de colher a mesma *auctoritas* que Augusto teria colhido de César.

Tal necessidade fica evidenciada nas primeiras cunhagens do Principado de Tibério. Logo no primeiro ano de consulado, surgem, na oficina de Lugdunum, conjuntos de *aurei* (Figura 39) onde Tibério se apresenta como filho do Divino Augusto, assim como Augusto se

apresentava como filho do divino César. A titulatura de forma simples – como é apresentada nas moedas – indica também como foram retratados pelas fontes os primeiros anos de Tibério, em que o imperador teria dado abertura e não negado glórias àqueles que merecessem dentro Senado. Até mesmo a *adulatio* foi combatida, talvez pelo mesmo motivo que Augusto e César tenham feito (DIO CASS. LVII, 8).

Figura 39 - RIC Tiberius 24. Aureus de ouro cunhado em 14 d.C. O anverso traz a efígie de Tibério junto da legenda TI CAESAR DIVI AVG F AVGVSTVS. No reverso observa-se a efígie de Augusto com estrela acima, e a legenda DIVOS AVGVST DIVI F

Fonte: http://www.wildwinds.com/coins/sear5/s1781.html#RIC_0024

Sua política inicial com os senadores ainda é marcada pela volta do direito do Senado em realizar eleições para demais magistraturas, onde o imperador, em um primeiro momento, teve pouca influência. Apenas alguns nomes eram indicados por Tibério, como foi Veleio Patérculo. No entanto, ainda que, no início de seu principado, Tibério não tivesse a mesma *auctoritas* de Augusto, essa, inicialmente, era maior que a dos demais senadores, de forma que alguém dificilmente contrariaria a aprovação de Tibério a um determinado nome. Aqueles que o fizessem, provavelmente, teriam insucessos em seus objetivos (SEAGER, 2005).

Disso se percebe duas características, pelo menos para esta fase inicial do Principado de Tibério, que podem ser representadas como virtudes que este imperador quer passar como representações pessoais: a de pacificador, não confrontando o Senado em sua autoridade, e de *moderatio* em suas ações, tanto no exercício do poder como na aquisição de honras. Isso se reflete em diversas moedas do início de seu principado. Em conjuntos de *aurei* e denários (Figura 40), apresenta ao público um reverso trazendo uma representação feminina da *Pax* (possivelmente Lívia), com uma legenda simples, porém não alusiva à paz ou *status* de pacificador, mas à sua condição de *pontifex maximus*, que remete obviamente à esfera religiosa em oposição ao domínio militar aludido pelo título de *imperator*.

Figura 40 - RIC Tiberius 26. Denário de prata cunhado em 16. O anverso traz a efígie laureada de Tibério e a inscrição TI CAESAR DIVI AVG F AVGVSTVS. No anverso, o simulacro de Lívia como Pax sentada em uma cadeira. Em uma das mãos, ela segura um ramo e, na outra, um cetro, além da inscrição PONTIF MAXIM

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).tib.26

A outra virtude aparece cunhada em um conjunto de *dupondii* (Figura 41) é a *moderatio*. É interessante notar, no reverso desse conjunto de moedas, que a cunhagem deixa claro que a *moderatio* foi algo avaliado pelo Senado, mas que, ao estar presente em uma cunhagem imperial, significava um sinal de que o imperador aceitava aquilo como uma virtude para si e para seu governo. O enfeite de flores pode ser visto tanto como representação de virtude como, também, um princípio de passividade.

Figura 41 - RIC Tiberius39. Dupôndio de bronze cunhado em 16. O anverso traz a efígie laureada de Tibério e a inscrição TI CAESAR DIVI AVG F AVGVST IMP VIII. No reverso, observa-se o busto de Tibério rodeado por coroas de pétalas e louros junto à inscrição MODERATIONI S C

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).tib.39

Alguns estudos apontam que, com o decorrer do Principado de Tibério, os cunhos utilizados nas moedas de bronze foram se tornando cada vez mais variados, tornando a legenda

S C um símbolo decisivo de diferenciação da moeda de Roma para as demais moedas provinciais (MATTINGLY; SYDENHAM, 1948). Além disso, esta legenda – associada à capital do Império –, demonstrava que o Estado romano poderia garantir o valor da moeda, função esta que foi exercida e mantida até o século III. Quando a cunhagem de *asses* foi retomada – quinze anos mais tarde –, as transformações no poder e na sua representação através da numismática já se mostravam permanentes:

> Quando a cunhagem de *asses* retomou, cerca de quinze anos mais tarde, as novas peças se assemelhavam muito às cunhagens dos *monetales*, mas a legenda da moeda continha apenas a titulatura do imperador ou seu sucessor destinado, Tibério: o tempo, quando as moedas podiam ser usadas para autorepresentação dos magistrados aspirantes, tinha definitivamente acabado, mesmo que, de acordo com a evidência epigráfica, o ofício dos *monetales*, no entanto, tenha se mantido adentro do terceiro século (WOLTERS, 2012, p. 339).

Como já mencionado, Augusto possuiu o controle direto sobre as cunhagens de prata e ouro, além de possuir um controle indireto sobre as cunhagens do *aes* com a marca S C. Augusto teria autoridade para controlar a escolha do cunho, o peso, o volume de produção e a periodicidade de cada cunhagem. Ou seja, ele tinha o poder de sugerir o que o Senado deveria fazer. Em 12 a.C., ouro e prata eram cunhados apenas em Lugdunum, enquanto o bronze – cunhado cada vez mais em quantidades menores – foi deixado a cargo para as oficinas de Roma (WOLTERS, 2012) e, em 4 a.C., a produção cessou completamente. Entretanto, há mais duas categorias de oficinas de cunhagem de *aureus* que dependiam de um controle diferenciado: as oficinas de províncias militares e as oficinas de colônias desarmadas. No caso das províncias militarizadas, o controle das oficinas era exercido, direta ou indiretamente, pelo *legatus* provincial que tinha posse do *imperium* subordinado a Augusto. Já nas colônias desarmadas, o que se observa é um processo em que essas adquiriram uma importância econômica e que necessitaram um acordo entre *princeps* e colônias para que elas pudessem exercer o direito de cunhar moedas, gerando, assim, certo controle sobre a cunhagem (WOLTERS, 2012).

Ainda sobre a relação entre Tibério e o Senado no seu tempo, Barbara Levick (1999) faz uma leitura que as ações de Tibério, mesmo que tivessem por objetivo dar uma autonomia cada vez maior à instituição, acabaram gerando uma maior subserviência desses senadores ao imperador. Mesmo em casos onde se observa que houve lampejos dessa autonomia sendo manifestados em alguns assuntos do Império, principalmente aqueles levados por Tibério ao Senado, o Senado perde poder. Como exemplo disso, temos o fisco imperial, ora confundido com o *aerarium*, em um momento sob controle do Senado, outrora sofrendo intervenção do

imperador. De certo modo, o Senado foi passando a ter uma importância secundária diante da economia, já que os maiores gastos eram representados pela administração das províncias imperiais, que, por consequência, tinham exércitos estacionados nessas regiões, o que tornava os custos ainda mais elevados. Isso influía diretamente na cunhagem de moedas e, de modo direto, sobre o que era cunhado nelas. Essa diminuição da importância do Senado foi representada de forma mais contundente diante da crise econômica de 33, quando todas as medidas tomadas pelo Senado se mostraram ineficazes (LEVICK, 1999)

Levick (1999) define o Senado no tempo de Tibério como um espaço de lei, onde as leis eram elaboradas executadas. Para isso, a autora mostra as transformações que ocorreram desde Augusto a Tibério:

> Sob o Principado, tornou-se uma questão de indiferença no qual o mecanismo era empregado. Augusto continuou a promulgar *leges*, agindo através dos cônsules ou trazendo-os para si próprio como *leges Iuliae*. No entanto, não havia ninguém para desafiar meros *consulta senatus* não se tivessem o apoio; era um *senatus consultum* (*Calvisianum*) que em 4 a.C. estabeleceu um procedimento novo e encurtado para julgamentos de extorsão; e foi provavelmente por meio de *senatus consultum* que em 14 d.C. as pessoas foram privadas de seus direitos eleitorais. Que a consumação deste processo deve pertencer ao principado de Tibério está totalmente de acordo com a nossa visão de seu regime. *Leges* não são desconhecidas, mas as certas instâncias pertencem aos primeiros anos, 19 e 24 d.C., e nenhum deles é atestado após 28 (LEVICK, 1999, p. 78).

Há de se ter em mente que foi no Principado de Tibério que surgiu a *lex Iulia Maiestatis*, foi aplicada com um maior rigor desde sua criação e que foi estabelecida uma melhor delimitação da mesma, que acabou definindo ainda mais a relação entre imperador, *domus Caesaris* e Senado. Neste caso específico, a ação de Tibério para definir os parâmetros e a extensão dessa lei pode ser definida como decisiva e autocrática. Entretanto, como nos mostra Levick (1999), o trabalho de Tibério em relação ao Senado, muitas vezes, se mostrou como normativo, ou seja, visava sempre uma organização e estipulação de limites das ações dos senadores e do Senado como um todo. Outra função que coube exclusivamente ao Senado de Roma foi a manutenção dos edifícios públicos e do bem-estar material e moral do povo romano. Aliás, esse é um ponto enfatizado por Barbara Levick, que faz jus não apenas no Principado de Tibério, mas se perpetuando até Cláudio: a continuidade de uma autoridade tradicional em Roma e na Itália é mantida.

Pode-se dizer que isso é interrompido por Cláudio, quando este resgata a prática da censura e passa a ter uma influência maior sobre essa autoridade tradicional do Senado nestas

regiões e nas províncias públicas, onde os procônsules eram escolhidos sem a influência do *Princeps*. No entanto, não significa que isso não acontecesse em episódios anteriores, esporadicamente. Quanto ao assunto poderes de procônsules, Levick (1999) deixa claro que Tibério impediu que seus procuradores interviessem diretamente nas províncias públicas, assim mantendo a autonomia dessas (e do Senado) em relação ao *Princips*.

A conclusão de Barbara Levick (1999) é que foi dada, sim, uma autonomia, uma abertura ao Senado nos tempos de Tibério, mas algo no limite, no qual, de alguma forma, ele pudesse manter o controle. Neste ponto, deve-se avaliar quem melhor se encaixou no jogo político do Principado:

> O que toda essa atividade acrescenta é difícil dizer. Havia um elemento formal na política tiberiana: questões importantes estavam em pauta; quão eficazmente foram tratadas é outra questão. E por mais eficaz e forte que fosse o Senado, havia limites para além dos quais não podia ir. Tibério estabeleceu esses limites, mas ele os definiu de maneira mais ampla, mais do que tinham sido desde 43 a.C. e mais do que jamais seriam novamente, exceto por um breve interregno em 41. Alguns espíritos ousados, alguns inspirados pela malícia, ousaram explorar a terreno aberto a eles até os limites. Outros fizeram um jogo dele: Valério Messala Messalino é um exemplo, que abusou da liberdade de expressão, mesmo quando ele propôs que o juramento de fidelidade a Tibério fosse repetido anualmente (LEVICK, 1999, p. 85).

O Principado de Tibério mostra que, pelo menos nesse período, fica nítido que o imperador restringia a função do Senado a prática do *imperium* e da *tribunicia potestas*. Com exceção de alguns casos nos quais a *auctoritas* do imperador se faz presente, o Senado era livre para agir como quiser, mesmo que, por vezes, prefira transferir tal autoridade e ofício ao imperador. Outros dois pontos que merecem ser ressaltados é que um dos principais ofícios do Senado era agir como uma corte jurídica e, através dessa função, notamos o segundo ponto: a luta de facções internas do Senado. Essa luta, em muitos episódios, levaria a uma ineficiência da ação dessa instituição e, por consequência, à necessidade da intervenção do imperador.

No entanto, para Levick (1999), é errado encarar essa autonomia com o afastamento de Tibério para Capri. A historiadora analisa tal ato como um ato falho do Principado de Tibério e afirma que, enquanto esteve presente em Roma, Tibério teria regularizado as relações entre Senado e imperador, – graças à sua *auctorita s*– agindo como um consultor. Sem sua presença, o centro de poder se deslocou perceptivelmente de Roma para onde estava o imperador, dificultando as tomadas de decisão. Levick ainda define que um dos erros de Tibério foi tratar o Senado como um grupo coeso, sem enxergar que, internamente, havia uma disputa entre

facções que lutavam por seus interesses individuais, o que acabava comprometendo o exercício de seu ofício, situação que já vinha se arrastando desde os tempos de Pompeu e César.

Desse modo, todas estas informações presentes nos apontamentos de Seager e Levick podem ser comparadas ao que é representado pela numismática tiberiana. Para além das virtudes imperiais, há uma série de signos que o imperador utiliza em seu principado e que, por vezes, estabelece um diálogo com as moedas de bronze, que poderiam ter sido cunhadas por ordem do Senado. Mais uma vez, cabe ressaltar até que ponto realmente existia uma autonomia senatorial – refletida também na questão da cunhagem das moedas de bronze – neste aspecto do uso do poder imagético. Como vimos, uma das teorias, apontada pelos estudiosos para o uso da sigla S C nas moedas romanas durante o Principado de Tibério é a serventia de diferenciação entre as cunhagens de demais cidades.

Uma das moedas de bronze que traz outra virtude, que pode ter sido assimilada como uma virtude imperial, a *clementia*, passou a ser representada em *dupondii* nos períodos de 16 a 22. Estas moedas (Figura 42) fazem referência ao *clipeus virtutis*, dedicado a Augusto pelo Senado. Este período no qual as moedas foram cunhadas e começaram a circular é marcado pelos episódios da morte de Germânico e da acusação de conspiração a Pisão. Nesta fase (de 16 a 22), segundo Tácito (*apud* SEAGER, 2005), também foram frequentes os processos de "leis de traição" contra o imperador. Como era de práxis, era possível que o réu fosse condenado à morte ou ao desterro. A opção pelo desterro poderia simbolizar um possível uso da *clementia*, reconhecido de tal forma pelo Senado e simbolizado através de um *clipeus*, como é representado nas moedas. Tácito não cita em seu relato qualquer tipo de honra desse tipo sendo oferecida a Tibério.

Figura 42 - RIC Tiberius38. Dupondius de bronze, cunhado entre 16 e 22. O anverso traz a efígie laureada de Tibério acompanhada da legenda TI CAESAR DIVI AVG F AVG IMP VIII. No reverso, observa-se o busto de Tibério ao centro de um escudo cerimonial, tendo como legenda posicionada acima CLEMENTIAE, ao dos lado S C

Fonte: http://www.wildwinds.com/coins/sear5/s1767.html

A representação da imagem de Tibério também diz sobre sua relação com as províncias públicas. Em sestércios (Figura 43), no período entre 21 e 22, a temática do zelo imperial com províncias de caráter público – em que, supostamente, a autoridade do Senado se mostraria mais preponderante que a do imperador – evidencia que este aspecto entre a autoridade do Senado e do imperador não é uma coisa tão simples de ser definida. A representação tenta aproximar a ajuda dada por Tibério a uma ação divina, principalmente quando se analisa que os elementos utilizados na cunhagem estavam atrelados aos ofícios sacerdotais.

Figura 43 - RIC Tiberius48. Sestércio de bronze, cunhado entre 21 e 22. O anverso traz a representação de Tibério sentada em uma cadeira cúrule, segurando uma patera e um cetro, acompanhado da legenda CIVITATIBVS ASIAE RESTITVTIS. No reverso, observa-se apenas a sigla S C, circundada pela legenda TI CAESAR DIVI AVG F AVGVSTVS P M TR POT XXIIII

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).tib.48

Neste ponto, é importante destacar que existia uma disputa imagética. Em meio ao período em que Sejano adquiriu poder, com o afastamento de Tibério para Capri, observamos que os principais pontos de apoio ao imperador estão justamente dentro do Senado. Nesse contexto, pessoas que possuem algum tipo de *auctoritas* na sociedade, como Agripina Maior e seu filho Nero, têm forte influência, inclusive imagética, dentro dessa sociedade e do próprio Senado, como nos mostra Barret (2001, p. 23):

> Enquanto isso, enquanto eles decidiam, uma manifestação ocorria fora do Senado. As pessoas desfilaram imagens de Agripina e Nero e alegaram que a suposta carta de Tibério era uma falsificação. Folhetos sob o nome de senadores consulares se espalharam, denunciando Sejano.

Outra temática que não pode ser deixada de lado quando se analisa o Principado de Tibério é a premissa de que este imperador teria tentado seguir a mesma política de sucessão

que teria empreendido seu antecessor. Após a morte de Germânico, as atenções do imperador se voltam para seu filho Druso, seu neto Gemelo e aos filhos de Germânico. Algumas moedas acabam representando suas escolhas e ideias para a sucessão imperial. Assim como os candidatos de Augusto, Druso também teria iniciado seu *cursus honorum* de forma antecipada, sendo questor em 11, cônsul designado em 14, tornou-se cônsul em 15, e teria sido ovacionado ao retornar à cidade de Roma após campanhas e a criação de assentamentos na Germânia, em 20. Em 22, tornou-se cônsul pela segunda vez, no mesmo ano em que Tibério lhe concedeu a *tribunitiapotestas*. Considerado um hábil soldado e com um caráter estável, foi envolvido nos planos de Sejano para tomar o poder, sendo envenenado por Livíla, sua esposa.

Quanto às moedas, temos duas representações de Druso. A primeira, frequente em *asses* de bronze, tem, no anverso, a efígie de Druso, apresentado de maneira muito simples, sendo que as legendas apontam para o desenvolvimento de seu *cursus honorum* e de sua filiação com Tibério e Augusto (Figura 44). Outra moeda não possui uma representação direta do mesmo, mas traz uma virtude – que pode ser considerada pessoal a Druso ou imperial, ligada a Tibério – em um *dupondius*. A única coisa que nos permite fazer esta análise, de fato, é a legenda. O processo de sucessão nas moedas imperiais continua com o neto de Tibério, Gemelo. Este passa a figurar em sestércios (Figura 45) entre 21 e 22, e, pela data, já indica ser após a morte de Druso. Apesar de ser uma moeda de bronze, não podemos dizer que seja uma mensagem do Senado de Roma para o povo.

Figura 44 - RIC I Tiberius 43. As de bronze, cunhado entre 21 e 22. O anverso traz a efígie de Druso acompanhada da legenda DRVSVS CAESAR TI AVG F DIVI AVG N. No reverso, observa-se a sigla S C, circundada pela legenda PONTIF TRIBVN POTEST INTER

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).tib.43

Figura 45 - RIC I Tiberius 42. Sestércio de bronze, cunhado entre 21 e 22. O anverso traz duas cornucópias cruzadas com as éfigies de dois jovens, Gemelo e – supostamente – Calígula, e um caduceu entre eles. No reverso, observa-se a legenda DRVSVS CAESAR TI AVG F DIVI AVG N PONT TR POT II envolvendo a sigla S C

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).tib.42

Isso se enquadra na ideia de que uma moeda de bronze tem maior circulação naquela sociedade do que uma moeda de ouro, então, demonstra a proposta de propagação da imagem dos sucessores de Tibério. A recepção dessas imagens pode ser averiguada com o surgimento de representações desses mesmos indivíduos em moedas cunhadas nas províncias. Partindo da premissa de que elas começaram a circular nos meios provinciais após um estímulo do centro do poder – Roma – para que tais representações circulem, é possível ver uma estratégia de propagação da imagem neste encadeamento de ações.

Este episódio está a par da adoção de Calígula por parte de Tibério e o estabelecimento dos dois como sucessores ao trono imperial. Calígula, pela idade, torna-se sucessor imediato de Tibério. Com a morte deste último, inicia-se o curto Principado de Calígula. Entre as marcas de sua administração pela historiografia, destaca-se, primeiramente, uma continuidade da força da Guarda Pretoriana junto aos assuntos políticos. Assim como já tinha sido observado com Sejano no governo de Tibério, foi com Macro em Calígula. Isto se dá antes mesmo da ascensão de Calígula. Dio Cássio (DIO CASS. LIX, 1) indica que Macro teria agido com muita contundência para que os planos de Calígula fossem seguidos junto ao Senado, considerando-o como herdeiro de Tibério e descreditando Gemelo, devido à idade. A necessidade de desqualificar a posição de Gemelo para assegurar a aclamação de Calígula, associada a uma morte prematura do primeiro, explica o fato de não se observar na numismática do período de Calígula qualquer referência ao garoto (pelo menos no que diz respeito às moedas de caráter imperial).

A tradição, costumeiramente, divide o Principado de Calígula em duas partes: a primeira com um curto espaço de tempo de poucos meses, e o restante, sendo que alguns aspectos diferenciam os períodos (BARRET, 2001). Na numismática, porém, um período tão curto acaba passando despercebido. Então, o que se pode perceber da numismática em Calígula perpassa dois pontos: i) a reafirmação dos dogmas anteriores de uma linguagem imagética que se apresenta como *topos* comum entre todos os sucessores de Augusto, enfatizando seu lugar e de seus descendentes dentro da *domus Caesaris*, bem como as características pelas quais ele gostaria de ser referido, ii) a necessidade de se criar uma iconografia que lhe fosse própria, aproximando-o, diversas vezes, de divindades – algo possível de ser observado nas imagens numismáticas de Augusto. Ou seja, no que diz a respeito a esse aspecto, a numismática do período de Calígula tenta abordar uma linguagem imagética mais próxima do que havia sido feito em Augusto do que em seu antecessor, Tibério.

Boa parte da propagação de sua imagem pode ter sido realizada durante os primeiros meses do Principado, quando Calígula buscou pagar uma série de benefícios ao povo, os mesmos que foram retidos por Tibério. Muitos deles foram pagos a soldados, tanto em Roma como nas províncias, algo que servia como forma de movimentação dessa imagem numismática.

O que se observa nas primeiras emissões numismáticas em Lugdunum e Roma são moedas que associam a imagem de Calígula a de seu bisavô, Augusto. Assim, as primeiras moedas de Calígula cunhadas em Lugdunum trazem a efígie do imperador sem qualquer ornamento nos anversos, enquanto o reverso traz a efígie de Augusto, usando como ornamento uma coroa radial. Estes cunhos são possíveis de serem encontrados tanto em *aurei* como em denários (Figura 46). Dentro dessa linguagem imagética, as estrelas (que, pelo formato que se apresenta, podem ser associadas a estrelas polares) indicariam um tom de centralidade, com as demais coisas girando ao seu redor (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2016). Se tal ideia realmente corresponder, elas indicariam tanto uma importância da continuidade da *domus Caesaris* Augustana como centro do poder da sociedade romana, como pode indicar também os dois ramos familiares de Augusto que tinham a benção do imperador divinizado – de um lado Agripina I e por outro Germânico. Essa hipótese se liga ao fato de haver continuidade das emissões numismáticas sobre esse tema familiar[15].

[15] Isso pode ser comprovado porque existem menções feitas a Augusto na numismática do período de Calígula em, pelo menos, mais quatro tipos de cunhos distribuídos em sete cunhagens distintas.

Figura 46 - RIC I Gaius, 2. Denário de Prata, cunhado entre 37 e 38. O anverso traz a efígie de Calígula sem qualquer ornamento, acompanhada da seguinte legenda C CAESAR AVG GERM P M TR POT COS. No reverso, observa-se a efígie de Augusto juntamente a duas estrelas

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).gai.2

Outro cunho apresentado no início do governo de Calígula diz respeito a uma representação da Vitória sentada sobre um globo, segurando em uma das mãos um ramo com ambas as mãos e com asas visíveis a suas costas. Tais cunhos são apresentados em moedas em *aurei quinarii* (Figura 47). Tal representação pode claramente representar a ascensão de Calígula ao Principado. A Vitória alada se repete como elemento já no Principado de Augusto.

Figura 47 - RIC I Gaius5. Aureus Quinariusde ouro, cunhado entre 37 e 38. Traz no anverso a efígie de Calígula acompanhada da legenda C CAESAR AVG GERMANICVS. No reverso, observa-se a representação da Vitória sentada sobre um globo. Ela segura um ramo com as duas mãos, e tem asas nas costas. Acompanha a legenda P M TR POT COS

Fonte: http://davy.potdevin.free.fr/Site/caligula.html

Assim, em Calígula, percebe-se a existência de uma linguagem imagética imperial que já havia se consolidado nas emissões dos imperadores anteriores, especialmente em Augusto. As mesmas temáticas ressurgem nas moedas em diferentes tempos. Isso, por certo, poderia fortalecer as mensagens passadas nesses materiais, pois estariam dialogando com as moedas do

próprio Augusto ainda em circulação, tornando mais fácil o entendimento dos indivíduos que visualizassem tais imagens.

Outras moedas, também cunhadas em Lugdunum, apresentam não somente Augusto, mas também os pais de Calígula. Em conjuntos de *aurei* e denários (Figura 48) encontram-se moedas de Agripina, com destaque para um elemento específico: a trança em seus cabelos. Simbolicamente, a trança pode significar força vital, dada a maternidade de Agripina em relação a Calígula (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2016). A outra importância da trança é pela representação moda naquela sociedade romana, percebendo que estátuas particulares reproduziam, muitas vezes, penteados estampados em moedas com membros da *domus Caesaris* (HERRMANN JR., 1991). Por outro lado, Germânico é representado também em *aurei* e denários (Figura 49), no entanto, não traz qualquer elemento que o destaque, bastando a ele somente o nome.

Figura 48 - RIC I Gaius, 8. Denários de Prata, cunhado entre 37 e 38. Traz no anverso a efígie de Calígula sem nenhum ornamento, acompanhado da legenda C CAESAR AVG GERM P M TR POT. No reverso, a efígie de Agripina I com uma trança por trás da cabeça e a legenda AGRIPPINA MAT C CAES AVG GERM

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).gai.8

Figura 49 - RIC I Gaius, 12. Denário de Prata, cunhado entre 37 e 38. Traz no anverso a efígie de Calígula sem nenhum ornamento, acompanhado da legenda C CAESAR AVG GERM P M TR POT. No reverso, observa-se a efígie de Germânico e a legenda GERMANICVS CAES P C CAES AVG GERM

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).gai.12

Tais cunhagens ajudam a entender que, em um primeiro momento, Calígula procurou fortificar sua posição frente à sociedade romana e ao Senado, aproveitando, também, para resgatar a memória de seus pais e irmãos e para reverenciar as irmãs e a avó, ainda vivas até então. A leitura que se tem a partir da obra de Dio Cássio é a de que os atos votados contra a mãe e os irmãos foram revogados e as irmãs e a avó ganharam os mesmos privilégios das vestais, além de mostrar imposições de sua vontade frente ao Senado (DIO CASS. LIX, 3). Ademais, o autor aponta que Calígula se afastava cada vez mais da imagem de Tibério, ressaltando sempre Augusto e seu pai, Germânico.

A noção de que o principado de Calígula se divide em dois momentos derivam fundamentalmente de uma passagem do mesmo Dio Cassio (LIX, 3-1):

> Ele passou por esse mesmo processo de deterioração, em quase todos os outros aspectos. Assim, ele parecia, a princípio, mais moderado, a tal ponto que, de fato, não enviaria cartas nem para o povo nem para o Senado, nem assumiria nenhum dos títulos imperiais; no entanto, ele se tornou mais autocrático, de modo que aceitou em um dia todas as honras que Augusto foi induzido a aceitar com dificuldade, e somente quando foram votadas a ele uma de cada vez durante a longa extensão de seu reinado. Algumas delas que de fato Tibério se recusou a aceitar. De fato, ele adiou nenhuma delas, exceto o título de pai, e este mesmo que ele adquiriu depois de muito tempo.

Este é um modo de interpretar o Principado de Calígula, vendo as práticas de assumir as magistraturas e títulos como uma ação autocrática. Entretanto, os títulos, em específico, não podem ser vistos dessa forma. Ao estabelecer este tipo de interpretação, desconsidera-se que os demais sucessores de Augusto tiveram atitudes similares E, como a citação anterior demonstra,

Calígula teria aceitado algo que lhe fora oferecido. Neste ponto, o questionamento deveria partir em relação ao Senado. É ele quem oferece os títulos e, como já fora comentado anteriormente, a recusa de honrarias vindas do Senado por parte do imperador poderia gerar constrangimentos ao segundo e alimentar as oposições a ele dentro daquela instituição. Calígula, estando no início de seu governo, não poderia correr este risco, pelo contrário, precisava cooptar membros que fortalecessem a posição e os interesses da *domus Caesaris* dentro do Senado*,* ao mesmo tempo em que se afastava da imagem de Tibério.

De fato, na numismática de Calígula, a partir de 38, começam a ser emitidas moedas que trazem uma série de titulaturas, mas a que acaba chamando mais atenção é a de *Pater Patriae*, que, até aquele momento não tinha aparecido desde Augusto, e o fato de Tibério não as ter assimilado à sua numismática pode gerar ainda mais a impressão de uma inovação por parte de Calígula. Uma hipótese a ser aventada diz que Calígula e seus apoiadores pretenderam transformar esta titulatura como algo associado aos imperadores – tal como, anos depois, Cláudio faria com o título de *Caesar* –, o que corrobora para a possibilidade da construção progressiva de uma linguagem imagética imperial. Cunhagens com este título começam a ser emitidas em 38, nos mais diferentes materiais (ouro, prata e cobre).

A primeira emissão que poderia passar essa imagem seriam aquelas (Figura 50) feitas em Lugdunum que, associadas à efígie de Calígula cunhada no anverso, trazem no reverso a efígie de Augusto e a legenda DIVVS AVG PATER PATRIAE. Ainda que não se possa dizer ao certo a quem a emissão esteja se referindo quando apresenta o título *Pater Patriae* – ou a Augusto ou a Calígula –, é certo pensar que pode se tratar de uma remissão da titulatura no imaginário dos visualizadores. O fato de restar incerto a quem se liga o mencionado título reforça a hipótese de que se desejava associar essa dignidade à posição imperial mais do que simplesmente a um indivíduo. As moedas contribuíam, assim, para a construção de uma imagem imperial que se consolidaria com a mudança e transmissão de poder de um indivíduo a outro. O poderio imperial não se construiria a partir do zero na ocasião da ascensão de cada imperador, mas constituiria uma acúmulo que seria apropriado e ampliado por cada novo governante.

Figura 50 - RIC I Gaius10. Denário de Prata, cunhado em 37. Traz no anverso a efígie de Calígula juntamente com a legenda C CAESAR AVG GERM P M TR POT. No reverso, observa-se a efígie de Augusto, usando uma coroa radial agregada à legenda DIVVS AVG PATER PATRIAE

Fonte: http://wildwinds.com/coins/ric/caligula/RIC_0010.1.jpg

Outra emissão que traz essa titulatura, feita nas oficinas de Roma, faz menção à concessão do título por parte do Senado, por servir ao povo de Roma, possível de ser observado em denários cunhados entre 37 e 38. A moeda em questão (Figura 51) traz uma coroa cívica e a menção da expressão OB CIVES SERVATOS. Ela gerou muita discussão na historiografia (ECKEL *apud* STEVENSON, 1964), principalmente por aquilo que viria a ser apresentado pelo Principado de Calígula nos anos posteriores em relações às proscrições. O *A Dictionary of Roman Coins*, ao comentar o verbete, trata a questão da seguinte forma:

> Por estas moedas, portanto, nos é revelado que esta distinção de louvor meritória merecida por Augusto; depois, decretada, mas rejeitada por Tibério, foi conquistada bastante cedo por Calígula, e subsequentemente invadiu a cunhagem pública, por um homem tão totalmente indigno, que longe de merecer recompensas por salvar seus concidadãos, abertamente desejou que todos tivessem apenas um pescoço para poder cortá-los de uma só vez (STEVENSON, 1964, p. 582).

Figura 51 - RIC I Gaius19. Denário de Prata, cunhado entre 37 e 38. Traz no anverso a efígie laureada de Calígula junto à legenda C CAESAR AVG GERM P M TR POT. No reverso, observa-se uma coroa cívica com a legenda S P Q R PP OB CS

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).gai.19

O título de *Augustus* já tinha sido utilizado por Tibério e, mesmo que o uso por Calígula tenha sido precoce em relação ao seu predecessor, não deve ter causado um choque tão grande quanto o uso de pai da pátria. Mesmo dizendo que não continuaria com as proscrições e os crimes de lesa-majestade, Calígula continuou perseguindo aqueles que tiveram algum envolvimento nos acontecimentos contra seu pai, sua mãe e seus irmãos, dentre eles, muitos senadores. Mas, mais uma vez, ao olhar do visualizador da moeda, a coroa cívica teria sido concedida a Calígula por ele ser um protetor de seus concidadãos, o que gera, outra vez, a questão: isto foi fruto da força de Calígula, de seu merecimento, ou simplesmente de uma subserviência do Senado, ou, ainda, de um forte partido dentro do Senado que realmente o apoiava e o louvava? Como relatou Dio Cássio (LIX, 4) era importante, ainda mais diante de Calígula, saber dosar os elogios para que eles não parecessem uma *adulatio* que poderia condenar um indivíduo à morte por expor o imperador a uma situação ridícula. Uma possível resposta para a introdução desta legenda reside no material que foram cunhadas as moedas – ouro e prata –, ambos de monopólio do uso imperial.

Todavia, o relato do próprio Dio Cássio nos apresenta os primeiros atos de Calígula como benéficos para todo o povo romano, inclusive libertando presos da época de Tibério, e jurando ao Senado que as perseguições iriam acabar, algo que dialogaria com a concessão do título de *Pater Patriae*, com a moeda da coroa cívica trazendo a legenda OB CIVES SERVATOS.

No final do seu primeiro ano de governo, Calígula foi acometido por uma doença que quase o levou a óbito. É a partir de sua recuperação que começa a ocorrer os processos de perseguição a vários indivíduos, sendo Gemelo uma de suas primeiras vítimas. Outras tantas

vítimas, mesmo as de crimes comuns, tiveram suas mortes nas arenas. Tais atos foram permitidos pelo Senado, atendendo a um pedido do próprio Calígula (DIO CASS. LIX, 10). Por trás dessas perseguições, estava o motivo para o confisco de propriedades dos acusados, que serviria para melhorar as próprias finanças imperiais. Segundo o relato de Dio Cássio (LIX, 13, 2-3), em 39, os processos de proscrição continuaram a acontecer:

> Durante estes e nos dias seguintes muitos dos principais homens pereceram em cumprimento de sentenças de condenação (pois não poucos dos que haviam sido libertados da prisão foram punidos pelas mesmas razões que levaram à sua prisão por Tibério) e muitos outros de menor destaque nos combates de gladiadores. De fato, não havia nada além de matança; pois o imperador já não demonstrava qualquer favor, nem para a população, mas opunha-se absolutamente a tudo o que desejavam e, consequentemente, o povo de sua parte resistia a todos os seus desejos. A conversa e o comportamento que poderiam ser esperados em tal conjuntura, com um governante zangado de um lado, e um povo hostil do outro, estavam claramente em evidência.

Segundo Dio Cássio, este teria sido o momento de início de um reino de terror no Principado de Calígula, com ações cada vez mais autocráticas em relação aos senadores e de imposição sobre o povo romano. Entretanto, pela análise possível de se obter da numismática, se realmente existiu uma mudança de comportamento, ela teria começado antes mesmo do episódio relatado por Dio Cássio. E isso é apresentado de forma muito clara nas moedas que representam suas irmãs. Assim, não podemos restringir as ações de Calígula como autocráticas, apenas nos posicionando diante de referências à titulatura por ele assumida.

Para avaliar melhor essa hipótese, compreendemos que é importante considerar um conjunto de sestércios (Figura 52) que foram cunhados entre 37 e 38, quando Calígula associa sua imagem e seu poder às legiões. Supostamente, tais moedas poderiam ter sido cunhadas para dobrar o soldo dos soldados, prometido desde os tempos de Tibério. A iconografia fornece uma associação entre o imperador e as legiões romanas, algo que, em um governo que se mostrava cada vez mais autocrático e marcado por perseguições a magistrados, tornava-se uma mensagem intimidadora. Entretanto, tais cunhagens podem estar associadas ao seguinte fato, de 39, narrado por Dio Cássio (LIX, 17 1-8. Grifos meus):

> Caio, no entanto, não se importava com esse tipo de triunfo, já que não considerava grande conquista dirigir uma carruagem em terra firme; Por outro lado, ele estava ansioso para conduzir sua carruagem pelo mar, por assim dizer, fazendo a ponte entre Puteoli e Bauli. (O último lugar fica diretamente do outro lado da baía da cidade de Puteoli, a uma distância de vinte e seis estádios [4.810 m]. [...] Na construção da ponte, não apenas uma passagem foi

> construída, mas também foram construídos lugares de descanso e quartos de alojamento ao longo do seu curso, e estes tinham água corrente adequada para beber. Quando tudo estava pronto, ele colocou o peitoral de Alexandre (ou assim ele alegou), e sobre ele uma capa de seda roxa, adornada com muito ouro e muitas pedras preciosas da Índia. Além disso, ele cingiu uma espada, também um escudo, e vestiu uma guirlanda de folhas de carvalho. Então ele ofereceu sacrifício a Netuno e alguns outros deuses e invejou (em ordem, como ele disse, que nenhum ciúme o acompanhasse), e entrou na ponte desde o final em Bauli, levando com ele uma multidão de cavaleiros armados e soldados de infantaria; e ele correu ferozmente em Puteoli como se estivesse em perseguição de um inimigo. Ali permaneceu durante o dia seguinte, como se estivesse descansando da batalha. Depois, usando uma túnica bordada a ouro, ele retornou em uma carruagem sobre a mesma ponte, sendo puxado por cavalos de corrida acostumados a obter diversas vitórias. Um longo vagão do que pretendia estar os despojos da campanha seguiu-o, incluindo Dario, um membro da família dos Asacídeos, que era um dos partos que viviam em Roma como reféns. Seus amigos e associados em mantos floridos seguiram em veículos, e então vieram o exército e o resto da multidão, cada homem vestido de acordo com seu gosto individual. É claro que, enquanto estava em tal campanha e depois de uma vitória tão magnífica, ele teve que fazer um discurso. Então ele subiu numa plataforma que também havia sido erguida nas naves perto do centro da ponte. Primeiro ele se exaltou como um executor de grandes empreendimentos, e então elogiou os soldados como homens que haviam passado por grandes dificuldades e perigos, mencionando em particular essa conquista deles ao atravessar o mar a pé. *Para isso, ele lhes deu dinheiro*, e depois disso festejaram pelo resto do dia e durante toda a noite, ele na ponte, como se estivesse em uma ilha, e eles em outros barcos ancorados ao redor. A luz em abundância brilhava sobre eles do próprio lugar e abundante luz além das montanhas.

Figura 52 - RIC I Gaius32. Sestécio de bronze, cunhado entre 36 e 37. Traz no anverso a efígie laureada de Calígula e a inscrição C CAESAR AVG GERMANICVS PON M TR POT. O reverso traz Calígula com toga e sem adornos na cabeça em cima de uma plataforma. Com a mão direita estendida, se posiciona a frente de cinco soldados com elmos, escudos e parazonia. Dois carregam estandartes de legiões. Às suas costa, encontra-se uma cadeira curule. Por fim, a legenda ADLOCVT COH

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).gai.32

Não fossem as vestes utilizadas por Calígula, tanto no sestércio como na passagem apresentada por Dio Cássio, poderia se afirmar que esta moeda demonstrava a necessidade de estabelecer um caráter militar do Principado de Calígula, uma vez que estas temáticas são

apresentadas vinculadas a outras duas personagens da *Domus Caesaris* nas cunhagens de Calígula: Germânico e Agripa. Outro ponto que permite que se afaste ainda mais essa ideia é o fato de que estes sestércios voltam a ser cunhados em 40, ou seja, após o episódio da ponte.

Entre 37 e 39 também são observadas cunhagens em sestércios exaltando as irmãs do imperador, cada uma se apresentando como um simulacro de uma virtude (Figura 53). A temática da exaltação da família foi recorrente durante os dois primeiros anos do Principado de Calígula, porém, acontecimentos internos à própria *domus*, como o desterro de sua irmã Agripina, levaram o *princeps* a optar por fortalecer sua própria imagem em detrimento das delas. Importante notar que as irmãs tinham um papel importante em uma sucessão de Calígula e ele foi cuidadoso ao administrar seus casamento. Contudo, as suspeitas de que elas pudessem ter se envolvido em conspirações para sucedê-lo levou a uma mudança neste aspecto inovador das cunhagens de Calígula, que refletiam uma política mais ampla deste imperador. Miriam Griffin (1984, p. 26) afirma que:

> As suas [de Calígula] três irmãs foram exaltadas acima da posição previamente dedicada às princesas imperiais. Não somente foram feitas Virgens Vestais e receberam honrarias, mas permitiram-lhes assistir aos jogos do Circo nos assentos imperiais, além de terem sido representadas como figuras alegóricas nas moedas e incluídas nos preâmbulos das propostas senatoriais, nos votos anuais pela segurança do Imperador, e tanto no juramento de fidelidade a ele quanto no juramento anual a seus acta. Inclusão nestes juramentos é a honra mais significativa, uma vez que abertamente as reconhecia como parte da 'família real'.

Figura 53 - RIC I Gaius33. Sestércio de bronze cunhado entre 37 e 38. Traz no anverso a efígie laureada de Calígula acompanhada da seguinte legenda C CAESAR AVG GERMANICVS PON M TR POT. No reverso, as três irmãs do imperador, cada uma sendo simulacro de uma virtude. À esquerda, Agripina, simulando a SECURITAS, que repousa uma cornucópia sobre uma coluna e mantém a mão esquerda sobre o ombro de Drusila. Esta representa a CONCORDIA e segura uma patera e uma cornucópia. À direita, Júlia, representando a FORTUNA, que segura um leme e uma cornucópia. Por fim, as legendas AGRIPPINA DRVSILLA IVLIA SC

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).gai.33

Quando a reflexão se pauta na disputa de poder imagético entre a *Domus Caesaris*e e o Senado – principalmente focando nas emissões de moedas de bronze –, é importante notar que a maioria das moedas feitas desse material são acompanhadas da sigla S C, passando a imagem de que a representação presente naquela moeda era endossada pelo Senado romano. A exceção a este fato está localizada justamente nas moedas que associamos o poder imperial às legiões, as demais são todas acompanhadas da sigla. Se é realmente possível pensar, seguindo relatos de Dio Cássio ou Suetônio, em um período de terror, mais uma vez, permanece a dúvida: o imperador tem controle total sobre o Senado ou essas cunhagens representam um real sentimento da maioria dos membros daquela instituição (mesmo que seja um sentimento de bajulação)?

O que se conclui com a análise das emissões numismáticas de Augusto a Calígula, até então, é que a recorrência em trazer à imaginação e à memória dos indivíduos a *domus Caesaris* indica, sim, a criação de um novo polo de poder dentro do jogo político romano, algo que, até o final do governo de César, não era possível de ser observado. Não somente isso, mas pode-se afirmar que indica a existência de uma *Domus Caesaris* Augustana, que se perpetuou pelos seus dois próximos sucessores. Augusto é tomado como autoridade para que haja o governo de determinado indivíduo, sempre sendo relembrando nas emissões numismáticas. Os casos de Tibério e Calígula mostram uma união familiar e a expressão disso nas moedas, ao se referirem, respectivamente, como filho e neto de Augusto. Esta *domus Caesaris* torna-se representativa do próprio *princeps,* na medida em que, em muitas emissões numismáticas, indivíduos dessa casa trazem à memória feitos realizados pelos seus membros e virtudes pela qual o *princeps* quer ser reconhecido. A promoção dessas individualidades, contudo, ganha um sentido diferente quando são mostradas como parte de uma casa aristocrática específica, a *domus Caesaris*. Isso é especialmente importante em processos de sucessão e afirmação do poder imperial. O vínculo entre os indivíduos é, assim, um elemento chave para entender as suas representações. Eles, antes de serem indivíduos, são parte de um agrupamento do qual emana o poder: a *domus Caesaris*. Os indivíduos se sucedem e a casa governante permanece.

Logicamente, ainda há o Senado, que, apesar de ser formado por um corpo heterogêneo, nas emissões numismáticas nos é transmitido apenas de uma única forma: as moedas de bronze. Devido a isso, pela numismática, só se tem acesso a um determinado ponto de vista, aquele efetivamente representado. Como vimos em diversos cunhos analisados, há um constante diálogo com outras moedas de cunhagem determinada pelas autoridades imperiais. Todavia, é interessante notar que as fontes literárias fornecem inúmeros acontecimentos que indicam que havia uma oposição dentro do Senado, mas isso nunca é expressado na numismática. Mesmo

as ações de imperadores, como Calígula, ao se mostrar associado às legiões nas moedas de bronze senatoriais, indicam uma necessidade de expor a força militar do imperador, o que demonstra que as representações numismáticas emitidas pelo Senado possuem pouca independência com relação à voz imperial que se percebe nas cunhagens de ouro e prata. Isso pode ter se dado pela *adulatio* ou pela intimidação, mas o fato é que, em nenhum momento, transparece, nas moedas de bronze, um discurso independente do Senado, descolado do que é predominante nas emissões imperiais, e ainda menos de oposição aberta, que obviamente jamais seria tolerada.

Falando mais propriamente dos cunhos, o que se observa na análise das moedas do período Júlio-Claudiano é que os anversos cunhados eram carregados de influências absorvidas das monarquias helenísticas. Sendo assim, os anversos das moedas imperiais passaram a trazer as efígies dos imperadores ou de membros da família imperial (HOWGEGO, 2005). Seguindo o exemplo de Augusto, os primeiros imperadores foram representados com feições joviais. Se avaliarmos pela idade, apenas Calígula perdurou por todo seu principado como jovem, mas a representação jovial poderia passar uma noção de energia e prosperidade do Império, afinal, a partir de Augusto, o imperador é a representação do Império. O primeiro a quebrar este padrão foi Cláudio, pois já tomou posse com uma idade avançada, enquanto Nero foi representado de duas formas: nos primeiros anos de seu principado, foi representado jovem e, depois, trazendo barba e corpulência. Outra característica marcante nas cunhagens dos Júlio-Cláudio é a variação entre a cabeça nua ou o uso da coroa de louros e, ocasionalmente, o uso de uma coroa de carvalho (diadema).

O retrato, normalmente, é circundado pela legenda contendo nome e titulatura do imperador. A legenda com a titulatura do imperador, a princípio, é carregada de um caráter simbólico, a partir do momento que colocava em destaque as conquistas e honras com as quais o imperador era agraciado repetitivamente. Outra característica da legenda com a titulatura, bem como a variação das efígies voltadas para direita ou esquerda, era ter um controle das cunhagens (WOLTERS, 2012). Em alguns casos, quando comparada a emissão com demais fontes, percebe-se uma antecipação da legenda frente a um fato a ser consumado ou mesmo a uma comemoração:

> Uma questão extremamente problemática é se a titulatura era mantida rigorosamente até a data, se a cunhagem de um cunho era concluída com a legenda já produzida – independentemente dos novos desenvolvimentos – ou se legendas eram preparadas em antecipação à data de emissão. A legenda que parece servir como uma data pode também ter tido caráter comemorativo (WOLTERS, 2012, p. 340).

Os reversos das moedas cunhadas no período Júlio-Claudiano apresentam uma grande variedade. As temáticas mais presentes são de deuses e personificação de virtudes, os imperadores e membros da *domus Caesaris* em ação, honras concedidas a eles, eventos em Roma e nas fronteiras do Império, mas, também, trazem edifícios, estátuas e inovações. As legendas dos cunhos de reverso são formuladas deliberadamente para auxiliar ao espectador a compreender os cunhos na moeda e – não menos importante – a criar uma linguagem imagética já nos tempos de Augusto e adiante, para seus sucessores (WOLTERS, 2012). Por diversas vezes, a moeda traz uma legenda extensa, passando uma grande mensagem. Como exemplo deste artifício, temos uma moeda de Augusto (Figura 54), onde a legenda CIVIB ET SIGN MILIT A PART RECVPER significa *Civibus et signismilitaribusa Parthisrecuperatis* (cidadãos e insígnias militares recuperados dos partos). Este cunho, trazendo o arco triunfal de Augusto, associado à legenda, remete ao fato do envio dos cativos e dos espólios de guerra pelo rei dos partos – espólios e cativos da derrota de M. Crasso na batalha de Carrae – em virtude da pressão do imperador sobre o rei na eminência de uma nova guerra. Tal fato teria acontecido em 20 a.C., mas a moeda teria sido cunhada entre 18-17 a.C. Ou seja, podemos pensar que a moeda tenha sido elaborada para justificar o arco e para remeter a esta vitória de Augusto, mas a mensagem passada fica perfeitamente compreensível quando associada à legenda.

Figura 54 - RIC Augustus 132. Anverso: efígie de Augusto sem ornamentação e a legenda SPQR IMP CAESARI AVG COS XI TR POT VI. Reverso: arco triunfal com uma quadriga e figuras carregando o estandarte de águia das legiões e um arco. Por fim, a legenda CIVIB ET SIGN MILIT A PART RECVPER

Fonte: http://wildwinds.com/coins/ric/augustus/RIC_0132.jpg

Após as últimas conquistas de Augusto e com a consolidação das fronteiras do Império, os cunhos deixaram de servir para a identificação da moeda da cidade de Roma, tampouco sua

área de circulação. Passaram a trazer elementos ligados ao imperador, suas ações e seus familiares. No entanto, como afirma Wolters (2012), não devemos ver a moeda como uma espécie de jornal do dia a dia romano. Para o autor, mesmo que, em alguns casos, a moeda aborde eventos de forma direta, sua finalidade não era informar as pessoas, mas, sim, ser um reforço a percepções e, dessa forma, documentar um fato. Sendo assim, é comum que os cunhos tragam distinções concedidas aos imperadores, honras aos membros da *domus Caesaris*, sucessos militares do *princeps*, ou, quando este ou o Senado se dispunham a erigir uma obra em Roma, como forma de gerar diversas formas de representação na moeda e fixar, na memória das pessoas, a presença desse novo monumento. Ou seja, as moedas eram um dos veículos utilizados para se expressar e enraizar, no seio da sociedade romana valores, mentalidades e ideias (WOLTERS, 2012). As moedas podem ser entendidas, nesse sentido, como mecanismos de monumentalização mais do que de divulgação ou propaganda imediata.

Quando analisamos as moedas como um documento, ou mesmo como um monumento, devemos levar sempre em consideração o fator temporal e, neste caso, os cunhos podem ser percebidos como retrospectivos, promovendo a ideia de que emissor e receptor dividem os mesmos ideais. Com exceção da sucessão imperial, não vemos as moedas trazendo alusões a planos futuros. Os cunhos são diretamente um reflexo da política: nas duas guerras civis – a que marca a fase final do denário republicano com a vitória de Augusto em Ácio, e a que marca o fim da dinastia Júlio-Cláudia em 68-69 –, a variedade aumentou drasticamente em número, sua mensagem se tornou mais ambígua, além de visar a um prazo mais longo. No entanto, nos períodos de estabilidade política, a partir de Augusto, observa-se que a intensidade da cunhagem e a variedade de cunhos foram reduzidas. Os cunhos passaram a referendar somente ao imperador e a demais membros da *domus Caesaris* dando clara impressão que, desde Augusto, a sucessão imperial foi preparada intensamente. Ainda que vejamos estas imagens como representações da importância tradicional da família na sociedade romana ou, ainda, como prestígio da família na política e naquela sociedade, elas devem ser analisadas dentro de um contexto próprio, em que uma família passa a ser o centro do poder em Roma. Observa-se uma sutil mudança: enquanto, no período republicano, os *monetales* cunhavam referências aos seus antepassados para se elevar dentro da sociedade, no período imperial, iniciou-se uma nova lógica de representação, que será a exaltação a possíveis sucessores através das cunhagens de moedas. Ou seja, o olhar sobre a influência das imagens dos familiares no futuro.

Essa seleção de cunhos para as moedas indicam, também, uma análise de audiência para a qual a moeda deveria ser destinada. Quando se analisa as moedas de bronze – que tinham a cunhagem controlada pelo Senado –, é possível estabelecer certa correspondência com os

panegíricos, pois ambos celebram ações dos imperadores e se apresentam de maneira que haja uma autoidentificação. Estas moedas comunicam-se sempre com o próprio imperador, mas isso não exclui a hipótese de que o *princeps* participasse da seleção de cunhos, como acontece com Augusto e o cunho de Capricórnio (Figura 55) (WOLTERS, 2012).

Figura 55 - RIC Augustus 174. Anverso: efígie de Augusto com a legenda DIVI F AVGVSTVS. Reverso: Capricórnio e um globo entre suas patas e a legenda IMP XI

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).aug.174

Por outras vezes, pode-se gerar uma mensagem errada na moeda cunhada, como Wolters (2012) destaca nos exemplos do anúncio da deificação de Tibério ou do triunfo de Cláudio na Germânia. Sobre este segundo exemplo, pretendo retomá-lo no capítulo em que as moedas claudianas serão analisadas, mas, de antemão, aponto que possuo uma interpretação diferente deste cunho e não o classifico como uma mensagem errada. Wolters (2012) afirma que tais falhas tendiam a acontecer no período de transição entre imperadores, ou quando pretendiam expor uma rotina que era invisível aos olhos populares – que podemos entender como decisões tomadas no Senado ou dentro da *domus Caesaris*.

Isso ocorria quando as autoridades responsáveis pelas oficinas de cunhagens desenvolviam novos cunhos visando antecipar a vontade do imperador ou de associados próximos. Quando havia a reprovação do imperador, tais moedas já estavam em circulação e nunca eram recolhidas, o que fez com que uma série de imagens indesejáveis ainda chegassem a nosso conhecimento (WOLTERS, 2012).

Será mais comum ver eventos referentes à cidade de Roma representados nas moedas de bronze devido à vontade dos magistrados em exercício no Senado. Isto se deve à menor mobilidade dos *aes* em relação às outras moedas de metais preciosos, que percorriam um espaço maior dentro do Império, sendo, assim, melhores meios de propaganda de uma imagem desejada pelo imperador. O exemplo destacado por Wolters (2012, p. 344) para confirmar esta

ideia é que, quando o Senado queria anunciar uma nova medida fiscal – como aconteceu em moedas de Calígula e Cláudio – que afetaria somente Roma e a Itália, fazia uso de *quadrantes*, que, possivelmente, circulariam apenas na Península Itálica. Porém, Wolters (2012, p. 345) salienta que:

> Não existe evidência, por outro lado, que os grupos específicos foram alvo de mais ou menos de moedas valiosas, de acordo com o valor das peças individuais. Moedas eram encontradas em cidades e campos militares, que estavam em áreas intensamente monetarizadas da sociedade, dentro de todas as faixas de denominações.

Ainda dentro dessa temática sobre os cunhos imperiais, observamos que as moedas de bronze, sob emissão senatorial – principalmente os sestércios –, apresentam, muitas vezes, uma concepção e execução técnicas de seus cunhos mais estáveis, tornando-as moedas mais padronizadas em relação às moedas de prata e ouro, cuja cunhagem era de responsabilidade das oficinas imperiais. Sua produção é interpretada, pelos estudiosos como uma forma de *liberalitas* do imperador para o Senado (WOLTERS, 2012). Atentando apenas para o ponto de vista financeiro, além de possuir um custo abaixo das moedas de prata e ouro, as moedas de bronze eram tecnicamente mais eficientes e sua utilidade, no Império multicultural e plurilíngue, gerou cunhos mais simplificados do que os das moedas de prata e ouro, que continham extensas mensagens.

Sobre a circulação das moedas cunhadas nessa época, podemos afirmar que a melhor e mais eficiente maneira de se trazer as novas cunhagens para o conhecimento do público era através dos pagamentos estatais (WOLTERS, 2012). Poucas vezes, no entanto, coincidia a necessidade de moedas para pagamento e uma produção pronta para entrar em circulação, o que dificulta afirmar que as cunhagens tinham um público-alvo, ou que, ao menos, a mensagem tivesse um imediatismo para atingir esse público. Não há nenhuma evidência sólida – relato de fontes escritas ou epigráficas – que nos permita afirmar que a comunicação de um evento específico ou de ideias específicas foram desenvolvidas nas esferas de poder para circular nas moedas. As moedas não podiam ser colocadas em circulação sem uma razão particular, em geral, uma necessidade de pagamento que levasse a gerar uma emissão. Além disso, quando se tenta limitar um público-alvo, a análise sempre esbarra no fato de que, por vezes, este público não seria o primeiro a ter contato com estas moedas. Por fim, não temos como aferir se, havendo um público-alvo que se queria atingir, as moedas efetivamente chegariam a ele de forma eficaz.

Além disso, não podemos deixar de constatar que as antigas moedas – aquelas desde a fase inicial do denário – dividiam espaço na circulação monetária dentro do Império com as

mais novas. Isso sem falar nas moedas cunhadas nas províncias. Ou seja, a hipótese de que as moedas eram cunhadas com uma mensagem direta para determinado público-alvo ou pretendendo gerar uma mensagem para difusão imediata torna-se cada vez mais frágil. Por isso, para nossas análises das moedas do Principado de Cláudio, não haverá uma preocupação com o público-alvo, mas, sim, com a mensagem expressa na moeda – pensando-se sempre na moeda como um documento que pretende informar algo a todo um público e como um monumento, em uma temporalidade mais alargada do que apenas o momento de sua emissão, que visa edificar uma memória duradoura através das imagens cunhadas.

Quando é levantada a quantidade de moedas cunhadas no tempo dos Júlio-Cláudios em relação às moedas já em circulação, percebe-se um número relativamente pequeno. Isso teria favorecido o que Wolters (2012) chama de modelo de circulação de dinheiro dentro de esferas regionais autossuficientes. Grande parte dessa autossuficiência advém do sistema fiscal romano nas províncias:

> O *fiscus* provincial pode ter fornecido uma base para tal padrão: as receitas de uma província eram extraídas, em primeiro lugar, para atender as despesas incorridas no seu interior, e apenas o excedente era enviado à tesouraria central em Roma. A partir da tesouraria central, províncias em *déficit*, como aquelas com um elevado número de tropas estacionadas, recebiam ajuste. Para evitar o transporte físico de dinheiro, as províncias vizinhas teriam, certamente, que satisfazer tais necessidades diretamente, enquanto as transações com Roma eram meramente registradas em livros de contabilidade (WOLTERS, 2012, p. 349).

A administração financeira do Império era dividida em duas porções geográfica-administrativas: a primeira inclui a Itália, Roma e as ditas províncias do Povo de Roma; a segunda porção é representada pelas províncias sob controle do imperador, que, com ajuda do *a rationibus*, administra províncias que, em sua maioria, possuem tropas estacionadas. Nesta segunda porção, até pelo fato de haver a presença das legiões, observa-se uma integração mais rápida das novas moedas cunhadas, principalmente nas províncias situadas no Ocidente. Já na Itália – região mais antiga do Império –, a proporção das moedas republicanas é maior do que as moedas imperiais em circulação. Não foi possível vislumbrar uma manipulação do Estado para fazer circular essas moedas para além dessas esferas, o que se deu foi em função de um crescente fluxo comercial e de mobilidade pessoal. Quando analisadas com mais detalhe, percebe-se que nem mesmo as transações econômicas públicas eram totalmente monetizadas (WOLTERS, 2012).

Wolters (2012) reforça essa interpretação ao apontar que as cunhagens nas províncias, em muitos casos, poderiam servir para suprir uma necessidade de moedas em outras regiões do império, além de sanar necessidades locais e, dessa forma, restringiriam a mobilidade dessas moedas pelas regiões do Império:

> Algumas cidades do império, tais como Nemasus e Lugdunum no oeste, cunhavam significativamente mais moedas de base de metal que as necessidades locais nos tempos de Augusto. Essas cidades podem ter contribuído para a prestação do império com pequena mudança por atribuição oficial. Metades de bronzes, grandes quantidades de imitações – que muitas vezes se concentram em moedas de cunhos muito específicos (*asses* Providentia para *Divus Augustus*, *asses* Agripa, sestércios, e *asses* para Cláudio) –, bem como moedas com contramarca: esse fenômeno pode ser, de diferentes formas, associado ao fornecimento insuficiente de pequena conversões, e eles (os cunhos) manifestam a tolerância do Estado quanto à moeda irregular. Em termos metodológicos, tais fenômenos são uma indicação importante da mobilidade limitada de moedas de bronze (WOLTERS, 2012, p. 351).

Mas é fato que estas moedas circulavam e, para acompanhar seu caminho, era necessário fixar a oficina em que elas eram cunhadas e a velocidade de sua distribuição – dados estes obtidos através de levantamentos arqueológicos.

> Existem, além disso, acumulações notáveis de cunhos muito específicos de moedas comercialmente e politicamente nessas áreas geográficas separadas: demandas econômicas podem estar vinculadas a intenções propagandísticas concretas, como são comprovados neste campo de pesquisa (WALKER, 1988; KEMMER, 2003 *apud* WOLTERS, 2012, p. 351).

Outro fator que influenciava a distribuição de moedas para determinadas regiões do Império era a política de expansão realizada por Roma nos seus mais variados momentos. Exemplos desses movimentos seriam moedas de Augusto encontradas na Germânia, na região do Reno, entre os anos de 12 a.C. a 16 d.C., ou mesmo na Bretanha, durante as campanhas de conquista de Cláudio na ilha. Segundo Casey (1984, p. 30):

> A presença de guarnição militar geralmente pode ser detectada por um número anormalmente grande de moedas de início, por exemplo. Em Wroxeter, que serviu como base legionária do período Neroniano ao período Flaviano. A cunhagem Claudiana sofre de uma taxa muito baixa emissão, com, praticamente, nenhuma cunhagem imperial do antecessor de Cláudio, Caio Calígula, com exceção da moeda cunhada por ele em nome de Agripa, seu avô.

Mesmo com estes dados, nada impede que as demandas econômicas corroborem com intenções propagandísticas dos governos em Roma. Ou seja, hipoteticamente, pode-se aventar que a necessidade de gerar novas emissões era dada por demandas econômicas, mas que tais ocasiões eram aproveitadas para circular mensagens que correspondiam a interesses políticos. Nosso argumento, à luz de todos estes elementos, contudo, é o de que não se podia programar de forma muito estrita emissões com o fito de circular mensagens, quer porque o público-alvo não era fácil de definir e também não se podia ter segurança de que, definido, seria atingido, além de ser difícil precisar quantas moedas seriam necessárias em uma larga escala temporal e ainda mais imprecisa a capacidade de antecipar como se daria a sua circulação e prevalência frente às moedas já em circulação. Nossa pesquisa, desse modo, busca refletir sobre formas de representação e poder no período do Principado Romano no tempo dos Júlio-Cláudios, utilizando as moedas como elementos que se colocam em uma posição intermédia entre o documento e o monumento e se integram na construção de uma linguagem específica das moedas ao longo da dinastia Júlio-Cláudio, que mantém alguns aspectos constantes e altera outros, gerando um rico repertório. Em nossa perspectiva, as moedas servem para a difusão de mensagens sem ser possível tomá-las como algo voltado exclusivamente para o tempo imediato, mas que mescla as possibilidades de fazer propaganda do governo e seus feitos com o esforço para a construção de uma imagem positiva do governante e da casa imperial para a posteridade.

Retornando à política do Principado de Tibério, dados interessantes sobre a composição dos consulados neste período revelam que o imperador dava privilégio às famílias tradicionais às que ascenderam sob Augusto. Com algumas exceções – mais frequentes no final do principado –, os nomes que surgem nos postos consulares mostram membros de famílias tradicionais com uma linhagem de exercício na política romana, como é apontado pelo estudo de Seager (2005, p. 110):

> Embora a conduta das eleições consulares seja obscura, os nomes dos homens que ocupam o cargo sob Tibério revelam certos padrões claros e, principalmente, previsíveis. Ao longo do principado, a honra do cargo de cônsul ordinário foi reservada, com poucas exceções, aos membros das antigas famílias nobres republicanas e aos filhos dos homens que chegaram ao consulado sob Augusto. Entre os nobres *ordinarii* destacam-se vários Cornelii Lentuli - Cosso em 25, seu irmão Cn. Gétulico em 26, e provavelmente Ser. Cornélio Cethego em 24 - dois Junii Silani em 19 e 28, L. Calpúrnio Pisão em 27 - ele que mudou seu prenome de Gneo para Lúcio de acordo com o decreto firmado após o julgamento de seu pai em 20 - L. Cássio Longíno em 30 e Cn .Domitio Aenobarbo em 32, para ambos Tibério deu filhas de Germânico como esposas e Ser. Sulpício Galba, o futuro imperador e ex-favorito de Lívia, em 33 - seu irmão mais velho, Caio tinha sido cônsul em 22. Entre outros homens de descendência consular mais recente incluem Sisena Estatilio Tauro

> em 16, cujo pai, um dos tenentes mais confiáveis de Augusto, foi procurado duas vezes, dois filhos de Asínio Galo da e ex-esposa de Tiberius, Vipsania - C. Asínio Pólio em 23 e M. Asínio Agripa em 25 - M. Vinicius em 30, que também se casou com uma filha de Germânico e a quem Veleio dedicou a sua história e em 32 L. Arruncio Camilo Escriboniano, filho de M. Fúrio Camilo, cônsul em 8, e adotados pelo proeminente senador L. Arruncio, cônsul em 6. Ao longo de todo, um equilíbrio uniforme foi mantido entre os sobreviventes da antiga nobreza e as novas famílias que subiram sob Augusto. Mas antes da queda de Sejano em 31, apenas três homens não eram de descendência consular surgem como *ordinarii*: em 17 L. Pompônio Flaco, um companheiro íntimo do *princeps*, em quem Tibério teve grande confiança, em 29 o misterioso L. Rubelio Gemino e, em 31, o próprio Sejano. Esta escassez cede nos últimos anos a um aumento súbito: L. Vitélio em 34, o enérgico C. Cestio Galo em 35, Sex. Papinio Alenio em 36 e Cn. Acerronio Proculo em 37. Destes, Vitélio é o mais interessante. Pai do imperador, ele foi cônsul pela segunda e terceira vez sob Cláudio, com quem ele dividiu a censura. De seus irmãos, Aulo foi cônsul *suffectus* em 32, mas morreu em seu consulado, Públio, amigo de Germânico, estava envolvido na queda de Sejano e Quinto havia sido removido do Senado em 17. Sua irmã estava casada com A. Plautio, cônsul *suffectus* em 29, cunhado de P. Petrônio, cônsul *suffectus* em 19, e possivelmente irmão de Q. Pláutio, cônsul em 36. Os Vitellii, neste momento, eram um excelente exemplo de uma família que crescia em influência e distinção apesar de alguns grandes reversos. Não se sabe nada de Acerronio, mas mais tarde uma Acerronia, talvez sua filha, é registrada como uma amiga da Agripina, a Jovem. Seu colega, C. Petrônio Pontio Nigrino, foi talvez o filho adotado de C. Petrônio, cônsul *suffectus* em 25.

Isso, aparentemente, aproximava Tibério mais uma vez de uma política de harmonia com o Senado, agradando as famílias tradicionais que sobreviveram às guerras civis. No entanto, pode-se pensar que a maioria das famílias que sobreviveram a estes eventos foram aquelas que não se envolveram ou que foram partidárias de César e depois de Augusto. Ou seja, são famílias que aceitaram ou apoiaram as mudanças ocorridas no Estado romano nos anos anteriores. Isso, em grande parte, pode ser uma justificativa para entender como a sucessão de Augusto para Tibério é conduzida de forma tranquila, bem como para ir além e compreender como os primeiros imperadores acumularam tamanho poder, inclusive o imagético.

Isso, de certa forma, explica a liberdade dada por Tibério no início de seu principado para as ações do Senado, permitindo que eles executassem alguns debates de forma autônoma (sem a presença do imperador), como indica Tácito (*Ann*. II, 33), por exemplo. Entretanto, o comportamento que continuou imperando entre os senadores foi de servilismo, explicado pelo sistema de recompensas cedidas apenas pelo imperador e pela *auctoritas* que ele dispunha. Seager (2005) aponta para várias tentativas de Tibério de deixar que o Senado agisse de forma independente, mesmo que contrariando membros da *domus Caesaris*. No entanto, como conclui o autor, o Senado, mais uma vez, recorreu ao servilismo, renunciando à autonomia concedida e reclamando pela tutela imperial.

É importante salientar que, desde Augusto, é relevante o papel do *consilium* do imperador, que, além dos cônsules, cônsules designados e do próprio imperador, contava com a participação de membros da *domus Caesaris*, principalmente os indicados à sucessão imperial. Sua função era de preparar os assuntos a serem decididos no Senado. Nos tempos de Tibério, a composição desse *consilium* tem uma presença maior de membros permanentes do Senado, o que poderia contribuir para o aumento da *auctoritas* dessa instituição. Entretanto, cada recomendação e cada carta enviada pelo imperador acabavam colaborando para o efeito contrário: uma diminuição dessa *auctoritas* (LEVICK, 1999).

Tibério buscou reforçar o papel do Senado no Estado romano a partir do Principado. Reclama que este deveria zelar pelas suas funções administrativas e legislativas, assim como as honras e privilégios de seus membros. Por outro lado, a moralização desse corpo político continuava a ser, paradoxalmente, uma das prerrogativas imperiais. Outra prerrogativa do imperador era a admissão de novos membros entre os senadores e, para isso, Tibério fez o uso dos mesmos critérios utilizados para a indicação de cônsules, ou seja, a origem. Após isso, ele analisava o nome por suas qualidades em guerra e na paz, entretanto, ultrapassando, de forma não tão extravagante, as fronteiras da Itália. Segundo Levick (1999), quando se analisa os *novi homines* e sua ascensão dentro das magistraturas senatoriais – pensando sempre no consulado como o topo do *cursus honorum* –, são tidas como positivas as indicações de Tibério:

> Tibério mostrou-se mais empreendedor do que se esperava, mais do que Augusto havia sido. Alguns de seus homens progrediram bem: seis consulares entre onze provincianos *novi homines* é uma alta taxa de sucesso. Quanto à qualidade, os *Graecini* e os *Asiatici* parecem ter sido homens admiráveis; mas os brilhantes talentos satíricos de Afer o atrapalharam pelo modo como ele os usava, e Tibério se empolgou com Togonio Galo e criticou Júnio Galião por sua ridícula adulação. Galião perdeu seu assento; assim como Umbonio Silão, no Principado de Cláudio. Tibério ficaria mais satisfeito se ele pudesse assistir à carreira de Sêneca em sua fase final. Nele, a ambição assumiu uma forma nobre, e ele tentou por oito anos para manobrar o jovem Nero para se tornar seu príncipe como o modelo que Tibério havia elaborado (LEVICK, 1999, p. 75).

Tais fatos colocam em evidência que as relações entre imperador e Senado (e senadores) eram muito intensas e que a casa imperial poderia ter um papel importante na composição da instituição. Isso pode ser uma chave explicativa para haver uma aproximação entre as mensagens veiculadas nas moedas das oficinas imperiais e senatoriais. Claramente, havia muita aproximação entre a casa imperial e alguns senadores que ascendiam graças ao favor imperial ou entre aqueles que eram de famílias mais antigas, que ocupavam as magistraturas mais relevantes – senão pela indicação do imperador, pelo menos com sua anuência.

Wolters (2012) afirma que, desde o Principado de Augusto, o tema da sucessão imperial dentro das cunhagens imperiais não tinha sido abordado, até que houve o resgate dessa prática em Cláudio. Discordo deste posicionamento, pois, como já observamos, em Tibério, há continuidade dessa estratégia implementada por Augusto. O primeiro indicado por Tibério à sucessão imperial foi seu filho Druso, representado em moedas que foram cunhadas – pela datação do *RIC* – em 33-34. Os demais indicados realmente são apresentados nas moedas provinciais. O problema do plano sucessório estabelecido por Tibério, talvez, tenha sido a morte de Druso. Os outros dois candidatos, Calígula e Gemêlo, não foram cunhados nas moedas tidas como imperiais. Já em Calígula pode-se, sim, afirmar que, dentro das cunhagens imperiais, a sucessão imperial não é abordada, dado o fim prematuro de seu principado. Mas, mesmo com um espaço de quatro anos, observam-se moedas com a efígie de Gemêlo. Além disso, há de se destacar a presença das irmãs nas moedas, que, potencialmente, poderiam gerar através de seus casamentos novos membros para a *domus Caesaris* e novos herdeiros para a posição imperial. Trata-se de uma inovação de Calígula, mas que se ajusta perfeitamente ao modelo anterior de apresentar o poder imperial como sendo de uma casa e não de um indivíduo. Reforçava, assim, a ideia de uma casa aristocrática governante em que os aspectos sucessórios ganham o interesse público.

Portanto, as moedas podem nos dizer muito sobre a sociedade romana e ainda mais sobre o exercício da política e o uso da imagem como instrumento de poder. Quando analisadas as moedas desde a fase inicial da República até o início do Principado, observamos que, primeiramente – sob influência da cultura grega e do governo de Alexandre Magno –, a moeda romana passou por diversas mudanças que foram reflexos da sociedade e da política em Roma. O primeiro momento a ser destacado é o louvor à cidade de Roma. A moeda trazia consigo a personificação da cidade, representada por uma deusa e por outros diversos símbolos. Ou seja, nesse momento, exaltava-se a grandeza de uma cidade que, neste período destacado, tornava-se uma potência continental e almejava tomar para si o controle do Mediterrâneo.

Em um segundo momento, observa-se a abertura para novas simbologias no corpo da moeda. É uma fase em que Roma já está consolidada como potência no Mediterrâneo e, cada vez mais, os inimigos se curvavam ao seu poder. Nesse momento, o conselho dos *monetales* – magistrados responsáveis pelas cunhagens das moedas – passa a gozar de maior liberdade para criar novos cunhos e, fazendo uso dessas, passam a enaltecer o feito de seus antepassados. Cada vez mais, a moeda passou a ser um espaço de disputa pelo poder entre as famílias mais poderosas de Roma. Essa disputa se estende até o período de César, o primeiro estadista a ter

sua efígie cunhada em uma moeda ainda em vida. Este fato seria determinante para a fase posterior, a de cunhagem no período Augustano e Júlio-Cláudio.

Nesta fase, findam-se as disputas internas pelo poder, este, de fato, concentrado em uma única família representada pela *domus Caesaris*. Podemos, contudo, destacar a presença do Senado como um foco de poder no Império. Como indicamos anteriormente, o fato de a casa imperial ser a mais importante e a constatação de que o Senado tinha menos poder do que antes não deve nos levar a pensar que o imperador tinha todo o poder e os senadores, nenhum. As interações entre senadores e casa imperial são importantes para explicar as cunhagens, especialmente as de bronze.

Fato é que, com o advento do Principado, as cunhagens romanas passaram a louvar o imperador e sua família. A simbologia do Principado visa destacar a vontade do imperador e de seus familiares, destacar seus feitos, estabelecer virtudes com as quais eles visam representar o Império no momento de seu principado e lançar a imagens de seu sucessor a fim de manter a política de Augusto, de uma sucessão imperial. Estas serão as bases para as cunhagens de moedas que seguirão abrangendo os Principados de Tibério, Calígula e Cláudio. No próximo capítulo, dissertaremos mais sobre o panorama político da *domus Caesaris* e do Senado de Roma, além de abordarmos como este cenário influenciou a cunhagem no Principado de Cláudio.

4 NUMISMÁTICA DO PRINCIPADO DE CLÁUDIO

Nessa sessão final, o assunto passa a ser o Principado de Cláudio (41 – 54). Diferentemente de grandes obras sobre este principado, como a de Bárbara Levick (1990), que se debruçou sobre as principais fontes escritas desse período para passar a ideia de um imperador que, mesmo com pouco apoio, conseguiu governar de forma estável, ou a de Arnaldo Momigliano, que enalteceu todos os feitos desse imperador considerando-o alguém que centralizou decisões chave para o desenvolvimento do Império em um núcleo de escravos e de membros da *domus Caesaris,* ou ainda a de Josiah Osgood, que, através de imagens, conseguiu estabelecer uma representação de um Principado de Cláudio que tentou superar todas as adversidades que se apresentavam até aquele momento, este estudo analisa a linguagem numismática desse período, dialogando ou se afastando – dependendo da ocasião – das demais fontes disponíveis para a investigação.

Este estudo não debaterá as inaptidões físicas exploradas por historiadores como Ernestine Leon ou José Luiz Brandão, ou sobre a composição de uma *domus Caesaris* dominada por mulheres e libertos, como trabalharam Theodor Mommsen, Mirian Griffin, ou outros assuntos já tão bem explorados por estes historiadores. Nosso foco recairá na análise da documentação numismática do período de Cláudio, visando estabelecer um estudo sobre a formação de uma linguagem imagética política que vem sendo perpetuada desde César, transmitida de sucessor a sucessor. E, mesmo que Cláudio não tenha sido designado um sucessor direto de Calígula, de certa forma, ele acabou inserido na mesma linguagem, que não estava ligada a um *princeps* individual ou que se confundiria com um governo monárquico helenístico, mas a uma casa aristocrática, ligada a tradições republicanas, reinterpretando-a e recriando-a para o novo quadro do principado. As cunhagens de Cláudio, assim, não devem ser entendidas de forma isolada, mas integrando uma longa tradição republicana que se alterou sensivelmente a partir das guerras civis e se consolidou em um novo formato a partir dos Júlio-Cláudios, como pudemos ver nos capítulos anteriores.

O Principado de Cláudio torna-se foco para essa análise, uma vez que é a primeira vez que algum indivíduo não indicado como sucessor ao trono imperial se tornava imperador – fato que só viria a se repetir em 68, com o suicídio de Nero. De certo modo, o que se observa é que a ausência de um *cursus honorum* abrangente, juntamente a um desprezo familiar a Cláudio, teriam o tornado a pessoa mais distante da imagem transmitida pela *domus Caesaris*. Neste ponto, há algo que torna a análise desse *corpus* documental importante: o fato de a linguagem imagética presente nas moedas nos indicar que, com o desenvolvimento do Principado, alguns

padrões se tornaram pré-requisitos e que há abertura para a introdução de novas imagens. Pode-se notar que, mesmo não sendo um membro destacado dentro da *domus Caesaris*, este imperador não produziu uma linguagem imagética distante desta casa. Pelo contrário, ao assumir a condição de *princeps*, cunhou moedas que o associaram à casa governante e, progressivamente, ligou suas esposas e potenciais sucessores à *domus Caesaris*.

Elementos presentes nas cunhagens do Principado de Cláudio nos indicam a continuidade de imagens que vinham se perpetuando desde Augusto. Imagens estas que já, de certa forma, fazia parte da "linguagem imagética" da sociedade romana e, por isso, foi aceita sem estranheza por aquelas pessoas que observavam as moedas. Mesmo a introdução de novos elementos obedeceu a este caráter, o que tornou figuras desconhecidas aos olhares dos romanos – como o próprio imperador Cláudio – passíveis de serem assimiladas por esta sociedade.

Em sua obra sobre Cláudio, Barbara Levick (1990) chegou a afirmar que o modo político seguido por Cláudio não teria sido o de Augusto, mas, sim, o de César. Entretanto, se não tivéssemos acesso a nenhuma fonte escrita sobre Cláudio, teríamos a impressão que o Principado de Cláudio nada mais era do que uma cópia do período augustano com algumas ressalvas. Esta observação da documentação numismática também leva à conclusão de que o Senado, representado através das cunhagens de bronze no período de Cláudio, também comungava com a mesma linguagem, uma vez que, na maioria das emissões de autoria dessa instituição, são observados símbolos, representações e uma linguagem semelhante à da *Domus Caesaris*. Cabe destacar que Levick (1900) analisa o Principado de Cláudio, observando suas instituições, não se restringindo ao aspecto de aptidão – ou não – de Cláudio ao Império. Por consequência, a autora não pensa nas cunhagens de moeda para esse principado apenas sob o viés da representação imagética, pura e simples, mas também a cunhagem de moeda como forma institucional de poder.

Em 41, com o assassinato de Caio Calígula, a *domus Caesaris* parecia ter perdido o poder na cidade de Roma. Com o fim prematuro de seu governo, Calígula não trabalhara a ideia de uma sucessão imperial como havia sido trabalhada por Augusto, em relação a Agripa, Caio, Lúcio e Tibério, ou por Tibério em relação a Druso, Gemélo e Calígula. Diante dos horrores representados pelo Principado de Calígula, principalmente em relação à perseguição a senadores e a uma autocracia sem disfarces, o Senado de Roma articulava-se para recuperar o poder. Este, inclusive, é um assunto discutido pela historiografia acerca do Principado de Cláudio: a ideia da volta do sistema republicano. Mommsen (1999) dissertou sobre isso com base nos relatos de Suetônio, Dião Cássio e Flávio Josefo, e, segundo a análise do historiador sobre os acontecimentos, conclui-se que – apoiado na ideia de que, com a ascensão de Augusto,

teria se instituído uma diarquia entre Senado e imperador – as relações de dependência do Senado em relação à *domus Caesaris* eram tão grandes que seria impossível pensar numa sociedade que retornasse ao sistema republicano anterior ao período de César.

Entretanto, mesmo na impossibilidade de uma retomada da República em seus moldes anteriores, não se descartou a ideia de eleger um imperador dentre os senadores para dar continuidade ao mesmo sistema político, extinguindo somente a ideia de *domus Caesaris* e todas suas prerrogativas. Sob este viés, a análise de Mommsen (1999) nos parece perfeitamente aceitável, mas, uma vez que se colocou em questão a volta da República, é digno de reflexão que houvesse uma grande oposição a este sistema (muito em decorrência do Principado de Calígula) dentro do Senado. Do outro lado, tinha-se a principal família associada à *domus Caesaris*: os Cláudios. Desde o casamento de Lívia com Augusto, os Cláudios foram inseridos na *domus Caesaris*, e, por adoção, Tibério se tornou imperador, mesmo sendo inicialmente um Cláudio. Os Cláudios continuavam a ser uma família influente em Roma e, justamente desse ramo familiar, provinha um integrante que sobrou da chacina contra Caligula: Tibério Cláudio Druso. Ele, que sempre foi excluído das grandes celebrações familiares, sendo lembrado por Calígula para dividir o consulado apenas por ser irmão de seu pai, foi utilizado pela Guarda Pretoriana para que esta se mantivesse como unidade especial dentro das legiões romanas e preservasse suas prerrogativas. A falta de candidatos aptos e o medo de uma guerra civil fizeram com que o Senado de Roma recuasse a aceitasse Cláudio como imperador. Havia outros candidatos que possuíam vínculos com a *domus Caesaris*, mas que, naquele momento, não estavam presentes em Roma. Dessa forma, após ser aclamado pela Guarda Pretoriana e pelo povo, o Senado se viu obrigado a aceitar Cláudio.

A partir desse ponto, o que as fontes escritas nos indicam é uma clara transição contínua entre um governo colaborativo e uma autocracia exercida por Cláudio, principalmente em decorrência dos já citados concorrentes ao trono imperial, bem como de uma clara oposição imperial.

> Ele procurou converter a crítica saudável no Senado a hostilidade clandestina de alguns senadores e o servilismo de quase todos. Sua campanha para aumentar a dignidade do senado e as *maiestas huius ordinis* das quais ele fala não foram mais severas do que os muitos regulamentos impostos por Augusto. Sua clemência era de molde a remover todos os preconceitos, menos obstinados, em relação à sua atitude em relação ao Senado. Ele perdoou e deu mandato e honras àqueles que esperavam uma restauração republicana ou que aspiraram ao trono. Os filhos daqueles que participaram da revolta de Escriboniano, ao contrário dos filhos de muitos conspiradores sob Nero, receberam imunidade e às vezes presentes em dinheiro. Os filhos de Valério

> Asiático e Escriboniano tornaram-se senadores após a morte dos pais (McALIDON, 1956, 115-116).

De certa forma, não foi somente esta abertura da possibilidade do retorno da República ou de concorrentes ao trono imperial que surgiram, mas, também, conspirações ao longo dos primeiros anos de seu Principado. Somado a isso, temos as articulações de outros membros da *domus Caesaris* que acabaram eliminando outros indivíduos com um *cursus honorum* melhor que o de Cláudio para assumir o comando do Império. Sobre essa *domus Caesaris* sob Cláudio, é importante enfatizar que a influência de mulheres e libertos, já tão debatida nas fontes e pela historiografia, a princípio, foi uma artimanha utilizada por Cláudio, uma vez que ele não tinha confiança em nenhum membro do Senado e os poucos por ele prestigiados rapidamente fizeram uso da influência da *domus Caesaris* para aumentar sua própria influência.

Todavia, Cláudio gozava do apoio popular, já que o povo o amava, principalmente em decorrência de seu pai, Druso, importante militar dos tempos de Augusto. Fortificando este amor, Cláudio levou à frente um enorme projeto de obras públicas, como a renovação de aquedutos – *Anius Novus* e o *Acqua Claudia* – e a reconstrução do Porto de Óstia; tudo isso associado a uma política "Pão e Circo", com a finalidade de entreter a massa. Outro aspecto utilizado por Cláudio para manter o amor do povo romano foram as conquistas militares, sendo a campanha da Bretanha a de maior destaque, que lhe permitiu três triunfos, algo que não se via desde os tempos de Augusto (MOMIGLIANO, 1975; LEVICK, 1990).

Quanto à *domus Caesaris*, se não dermos demasiada atenção aos escândalos de Messalina ou a manipulação de libertos, esses sujeitos imperiais foram de extrema importância para a governabilidade de Cláudio, uma vez que era seu núcleo de confiança ao lado dos pretorianos. Cláudio já assumira o Império em uma idade avançada e, por isso, era necessário manter uma política estável a ponto de criar uma expectativa de sucessão imperial (MOMIGLIANO, 1975). Este também pode ser um dos motivos para a eliminação dos demais candidatos ao trono imperial (MOMIGLIANO, 1975). A partir do momento que surgiu uma estabilidade e o novo imperador se consolida no poder, a *domus Caesaris* passou a trabalhar com a sucessão a Cláudio. Essa etapa pode ser melhor percebida especialmente após seu casamento com Agripina (OSGOOD, 2011). Num primeiro momento, é possível ver, como primeiro candidato, Britânico, filho de Messalina – segunda esposa de Cláudio e primeira imperatriz –, mas, devido à pouca idade, não possuía um *cursus honorum* como Caio e Lúcio nos tempos de Augusto. Posteriormente, a oportunidade recai sobre Nero, filho de Agripina – terceira esposa de Cláudio e segunda imperatriz –, que era mais velho que Britânico e que fora

adotado por Cláudio, assumindo alguns postos no governo com a ausência do imperador, além de ter se casado com Otávia, filha de Cláudio com Messalina (OSGOOD, 2011).

É notório, dentro das fontes e mesmo pela historiografia, que, entre os anos de 47 e 49, momento em que a *Domus Caesaris* se mostra desestabilizada internamente, não há uma oposição senatorial capaz de derrubar Cláudio, sendo que a troca de imperatriz e o surgimento de novos elementos na *Domus* pouco interferem na continuidade do Principado de Cláudio, o que possibilita dizer que a instabilidade, a concorrência e a oposição, vistas em 41, deixaram de existir ou, pelos menos, tornaram-se mais desarticuladas[16]. Mais uma vez, deve-se levar em conta o papel do Senado neste período. Falar de ausência de uma oposição nesta instituição seria um erro gravíssimo, pensando os membros como sujeitos pensantes e passíveis de aspirar às glórias do Império. Todavia, quando eclipsamos a noção de indivíduos para enaltecer a ideia de um corpo político, temos um Senado que ajuda a manter esta estabilidade no Principado de Cláudio (MOMIGLIANO, 1975).

Logicamente, não se pode excluir a ideia de que há, nesta instituição, membros que estão muito próximo à *domus Caesaris* e que estes, ao lutarem pelo imperador, estão lutando, também, pelos seus próprios interesses. De certo modo, dois exemplos mostram bem como isso funcionava. No episódio da concessão de direitos senatoriais aos habitantes da Gália Comata, Tácito (*Ann*. XI, 23) nos mostra a existência de uma oposição interna:

> No consulado de Aulo Vitélio e Lúcio Vipsânio, a questão de completar os números do Senado estava sob consideração, e os principais cidadãos da Gália Comata, como eram denominados, que tinham muito antes obtido direitos federativos e cidadania romana, reivindicavam o privilégio de realizar magistraturas na capital. Comentários sobre o assunto foram numerosos e diversos; e na corte imperial o debate foi conduzido com exaltações de ambos os lados[17]

Ou seja, Tácito nos indica que há uma divisão dentro do grupo de senadores, até entre aqueles que possuíam certa proximidade com o imperador, ou seja, que estavam inseridos na lógica da *domus Caesaris*. Mas isso deve ser analisado enquanto indivíduos atuando no Senado e na corte, uma vez que, para passar essa noção ao seu público, Tácito traz o discurso de um deles contra. Porém, no decorrer desse episódio, o mesmo apresenta o discurso de Cláudio em

[16] Através do estudo apresentado por McAlindon em 1956, no qual é traçado um perfil da oposição senatorial a Cláudio, é possível analisar a ausência de uma liderança forte que pudesse liderar um movimento de amplitude comparável ao que ocorrera no início do principado claudiano, como Frugi, Escriboniano e Vinicius.

[17] Do original: A. Vitellio L. Vipstano consulibus cum de supplendo senatu agitaretur primoresque Galliae, quae Comata appellatur, foedera et civitatem Romanam pridem adsecuti, ius adipiscendorum in urbe honorum expeterent, multus ea super re variusque rumor. et studiis diversis apud principem certabatur.

defesa dessa proposta diante dos senadores – destacado da mesma forma pelo autor. Dessa vez, o historiador trata do Senado como um corpo, e este corpo acaba por seguir a proposta do imperador. É notório que, enquanto indivíduos, são levantadas questões como honra, privilégios de nascimento, ao passo que, no discurso de Cláudio, recorre-se à história dos tempos da fundação até seus antecessores, e o corpo político – submisso ou não ao imperador – acata o voto do imperador (TAC. *Ann*. XI, 25).

Além desse, há outro caso notório, em que há um apoio do Senado a Cláudio: após a execução de Messalina, Cláudio pretendia obter a permissão do Senado para se casar com a sobrinha, Agripina. O processo quase que totalmente foi conduzido por Vitélio, o elo mais forte entre Senado e *Domus Caesaris*, que, através de discursos inflamados sobre a importância de dar tranquilidade e estabilidade ao imperador, ressalta que o casamento era importante para a continuidade do Império. Somado a isso, Vitélio enaltecia Agripina, que tinha nascido dentro da *domus Caesaris*, era fértil e já tinha mostrado que era mais digna do que Messalina, que, por sua vez, ainda trazia rancor a muitos membros do Senado.

> Não faltava aos membros sair correndo da Cúria, com emulantes protestos de que, se o imperador hesitasse, eles prosseguiriam pela força. Uma multidão heterogênea reuniu-se e clamou que tal também era a oração do povo romano. Não aguardando mais, Cláudio os encontrou no Fórum, ofereceu-se às suas felicitações, entrou no Senado e pediu um decreto que legitimasse para o futuro também a união dos tios com as filhas de seus irmãos (TAC. *Ann*. XII, 7)[18].

Ainda, na continuidade desse relato de Tácito, as mudanças na *domus Caesaris* foram notórias, mas se observa que o Principado de Cláudio já gozava de uma estabilidade junto ao Senado. Podemos pensar sob duas perspectivas, pelo menos: i) de 47 em diante, já é possível observar um servilismo do Senado em relação a Cláudio, uma vez que a centralização de muitas ações dentro da *domus Caesaris* afastou muitos senadores das honras do Império. Ou seja, a tentativa da aproximação com o imperador tinha como objetivo alcançar essas honras ofertadas por ele às pessoas mais próximas em detrimento de uma atuação independente no Senado. ii) O controle e a eliminação de uma oposição interna dentro do Senado favoreceram a manutenção da política claudiana. Ações como exclusão do status senatorial de alguns indivíduos com conduta inadequada para aquela instituição e a entrada de novos membros – mesmo aqueles

[18] Do original: Haud defuere qui certatim, si cunctaretur Caesar, vi acturos testificantes erumperent curia. conglobatur promisca multitudo populumque Romanum eadem orare clamitat. nec Claudius ultra expectato obvius apud forum praebet se gratantibus, senatumque ingressus decretum postulat quo iustae inter patruos fratrumque filias nuptiae etiam in posterum statuerentur.

com origens nas províncias – favoreceram a permanência de uma política em que a d*omus Caesaris* continuava como o centro das decisões, cabendo ao Senado ser suporte e um modo de contato do imperador com o povo romano (MOMIGLIANO, 1975).

Esse suporte que o Senado ofereceu não se limitava ao imperador, mas se estendia à *domus Caesaris,* uma vez que serviu também como lugar para promover a sucessão imperial, posto que tanto Britânico – em um primeiro momento – como Nero receberam honras diretamente do Senado. O segundo, inclusive, foi agraciado com título como *Princeps Iuventis* e conduziu diversos negócios na ausência de Cláudio. Assim, a transição do Principado de Cláudio para Nero teria ocorrido de forma harmoniosa, como já havia acontecido de Augusto para Tibério e deste para Calígula.

De modo geral, cremos ser possível concluir, então, que, malgrado a existência de sinais de oposição individual em momentos determinados, a instituição do Senado ofereceu apoio a Cláudio, cuja intensidade e importância variou ao longo do tempo. Mais importante, em momento algum, pode-se afirmar que o Senado atuou de forma coesa em oposição ao principado como instituição ou contra a casa imperial ou seu dirigente, o imperador Cláudio. Na nossa interpretação, devemos ser cuidadosos em distinguir ações pontuais de indivíduos contra o imperador ou a *domus Caesaris*, que são valorizadas nas fontes textuais para a crítica *post-mortem* dos imperadores, e a atuação institucional do Senado. Esse aspecto é muito importante para a leitura das cunhagens, pois parte delas estava sob a autoridade da casa imperial e parte sob a égide do Senado. Portanto, a percepção de uma forte oposição senatorial, de caráter institucional, poderia gerar diferenças perceptíveis entre as mensagens presentes nas moedas de ouro e prata (imperiais), em contraposição àquelas de bronze (senatoriais). É verdade que isso não necessariamente ocorreu, como pudemos indicar anteriormente, quando tratamos do principado de Calígula. No entanto, considerando o caso de Cláudio, que é nosso foco, teria ainda menos sentido segregar nossa leitura das moedas entre senatoriais e imperiais, pois descontinuidades não são esperadas.

Sobre a numismática do Principado de Cláudio, somente no ano de 48 e no biênio 53/54 não vemos emissões de prata ou ouro partindo da *domus Caesaris*. No total, têm-se o número de 126 cunhos distintos que podem ser qualificados como cunhos imperiais – que tenham partido do centro de poder – e, dessa forma, são diferentes dos cunhos realizados nas províncias, que são cunhos imperiais produzidos longe da presença física do imperador. Nos demais metais, sempre houve cunhagens desses dois tipos – de ouro e prata, e de outros materiais – na *domus Caesaris*, principalmente nos anos de 41/42, 46/47 e 51. O montante de

cunhagens desses materiais realizadas nesses anos corresponde a quase 80% das emissões desse principado (BURGES, 2001).

Falando um pouco sobre as oficinas de moedas imperiais, no Principado de Cláudio, são encontradas cunhagens provenientes de cinco regiões: Lugdunum, Roma, Eféso, Pérgamo e Cesareia (Capadócia). A oficina de Lugdunum teve pouca atividade durante o Principado de Cláudio, onde apenas um tipo monetário foi produzido. Foram quadrantes raros, pois acabaram sendo mais pesados que os posteriores cunhados por Cláudio em Roma.

As oficinas de Roma são as que mais forneceram cunhagens, sendo possível vislumbrar um pouco mais de sua organização, já que suas fontes foram as que mais sobreviveram para repassar esses dados. Segundo apontamentos de R. W. Mac Dowall (*apud* RIC, p. 116), pode-se pensar em certo grupo de *officinae* responsáveis por determinado cunho ou grupos de cunhos interligados para as moedas de *aes*. Quando examinadas as moedas de ouro e prata, a tese é confirmada, acrescentando a possibilidade de se datar essas moedas, pois são estas que carregam consigo dados que lhe permitem estipular mais precisamente os anos de cunhagem. Dessa forma, é possível traçar o seguinte paralelo de cunhagens nas *officinae* de Roma: entre 41/42, são seis cunhos de moedas de ouro por *officina*, e seis cunhos de moedas de prata por *officina*; entre 42/43, não houve cunhagens de moedas de ouro ou prata; em 43/44, são três cunhos de moedas de ouro por *officina* e três de prata; entre 44/45, repete-se a mesma proporção; em 45/46, não há cunhagens de moedas; em 46/47, foram seis cunhos de ouro e seis de prata por *officina*; nos períodos de 47/48 e 48/49, não foram cunhadas moedas; no período de 49/50, foram cunhados quatro cunhos de prata e quatro de ouro; nos períodos 50/51, foram três cunhos para cada metal; e, em 51/52, apenas dois cunhos para cada metal. Nos anos 52/53 e 53/54, não foram cunhadas moedas nas oficinas de Roma. A apresentação dos anos em pares se deve ao fato de que o exercício da *tribunicia potestas* de Cláudio começava em outubro e encerrava somente no ano subsequente. Há de se notar ainda que existem moedas nas quais é impossível estabelecer uma datação (MATTINGLY; SYDENHAM, 1948).

Graças a esta datação, podemos ligar a cunhagem a eventos do Principado de Cláudio:

> Até agora, com o ouro e a prata sozinhos em questão, um padrão razoável emerge em relação aos principais eventos que são conhecidos por necessitarem de um bom dinheiro em suprimentos destes metais. Se aceitarmos a equação 1 cunho = 1 *officina*, em 41-42 a consequência da ascensão, em termos de donativo e generosidade, manteve seis *officinae* em atividade, a partir do qual os guardas pretorianos e jogos esplêndidos e espetáculos puderam ser pagos. Em 43-44 e 44-5 a invasão da Grã-Bretanha e os jogos comemorativos subsequentes necessitaram de abastecimento de novas cunhagens, e 3 + 2 (ou 3 + 3) *officinae* foram ativas. Seis foram

> necessárias em 46-47 para se preparar para desembolso nos Jogos Seculares de 47; e de 50 em diante da popularização do casamento de Cláudio com Agripina e adoção de seu filho Nero, que necessitaram da suplementação de novas cunhagens, no total de cinco novos cunhos: também havia atividade militar no Oriente, em 51 e 52 (MATTINGLY; SYDENHAM, 1948, p. 117).

Vários estudos tentaram datar as cunhagens de *aes* com base nos eventos do Principado Claudiano. Mac Dowall (1979) propõe que quatro *officinae* estiveram em atividade normal nos tempos de Cláudio. C. Kraay (1978) acredita que devemos considerar a produção de *aes* no Principado de Cláudio se estendendo de 41 a 50 e, possivelmente, após este período, apenas sendo realizadas cunhagens em dois anos.

A oficina de cunhagem de Éfeso esteve parada desde Augusto, porém, em Cláudio, ela é responsável pela cunhagem de três moedas imperiais. Pelos cálculos de numismatas, é bem provável que todos os exemplares tenham tido uma tiragem baixa, já que são muito raras de serem encontradas, e que tenham sido cunhadas no período de 50 – 51, por apresentarem Agripina no reverso, o que leva a pensar que tais moedas teriam tido uma função apenas comemorativa da *domus Caesaris*. Após estas emissões, Éfeso fica mais uma vez inativa para moedas imperiais até Adriano (MATTINGLY; SYDENHAM, 1948).

Pérgamo segue a mesma tendência de Éfeso, tendo cunhado uma pequena quantidade de moedas. Mais uma vez – pelo que indicam dados arqueológicos dessa região –, as cunhagens realizadas nos tempos de Augusto teriam se limitado a atender a demanda apenas dessa mesma região. A cidade de Pérgamo era sede da *Commune Asiae* e teria cunhado duas moedas imperiais em momentos distintos para louvar a *Domus Caesaris* (MATTINGLY; SYDENHAM, 1948). Mais uma vez – como em todas as moedas cunhadas fora de Roma – a datação é dificultada por não trazerem as titulaturas do imperador. No entanto, podemos restringir o recorte cronológico através de alguns fatos. A primeira, possivelmente, foi cunhada na ascensão de Cláudio, pois teria sido uma em louvor da *Commune Asiae* pela sua ascensão. A segunda teria sido cunhada após 50, pois louva a Nero através de uma legenda na declinação dativa. Diferentemente de Éfeso, Pérgamo desvincula as imagens de Nero e de Agripina nas moedas imperiais. Talvez, a inclinação de Éfeso por Agripina parta da premissa de valorizar o templo de Diana, através do sincretismo entre a estátua[19] e a imperatriz.

> Cláudio não havia permitido (ou iniciado?) a cunhagem de qualquer prata Efésiana ou de Pergamene com inscrição latina por quase dez anos (ou seja, desde a cunhagem de cistóforos em comemoração a sua ascensão em 41 d.C.).

[19] Presente no famoso templo de Artêmis, reconhecido como uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo, mencionadas por Antipatro de Sídon (IX, 58).

> Por que agora esta dupla cunahgem que enfatiza a posição de Agripina foi realizada? E por que enfatiza claramente o significado de Diana dos efésios? Sutherland expõe a atraente sugestão de que 'Éfeso tendeu para um sincretismo de Agripina com Diana. Tal possibilidade está certamente de acordo com o que sabemos ter sido o forte desejo de Agripina pelo reconhecimento oficial de poder e títulos imperiais (KREITZER, 1996, p. 108).

A última oficina de cunhagem imperial dos tempos de Cláudio é Cesareia (Capadócia). Durante os Principados de Tibério e Calígula, cunhou *drachmas* e *didrachmas* com legendas latinas e, no Principado de Cláudio, continuou cunhando *didrachmas* (MATTINGLY; SYDENHAM, 1948). Nenhuma delas possui datação, mas alguns aspectos delas sugerem que tenham sido cunhadas antes de 50, pois a disposição do retrato de Cláudio indica que seria o período da campanha da Bretanha[20] (MATTINGLY; SYDENHAM, 1948). Trata-se de tema comum para uma região militarizada como Cesareia. Outro fator hipotético que pode sugerir uma datação mais específica é o fato de as moedas imperiais conterem a titulatura P P (*Pater Patriae*) apenas de 46 em diante. Um segundo cunho louva a *domus Caesaris*, mostrando o apreço das legiões por Cláudio desde o momento de sua ascensão. Já o terceiro cunho diz respeito ao louvor ao pai de Cláudio, Nero Cláudio Druso. Foram poucas as moedas batidas com esse cunho, o que indica que o seu propósito era o de estimular a lealdade legionária. Uma característica marcante das moedas dessa oficina é a forma mais elíptica, além da diferença de peso quando comparada às *didrachmas* de Calígula e às *drachmas* de Tibério (MATTINGLY, SYDENHAM, 1948).

Ao analisar o *corpus* documental juntamente à quantidade de cunhos emitidos, podemos trabalhar dois momentos no Principado de Cláudio: a ascensão ao poder e sua manutenção que se estenderiam pelos sete primeiros anos do Principado, de 41 a 48, abarcando eventos como a ascensão de Cláudio e a campanha da Bretanha, que indicam uma gradual estabilidade do poder de Cláudio e a consolidação do papel de alguns membros da *Domus Caesaris*; e a sucessão imperial delimitada aos anos finais de seu governo, estendendo-se de 49 a 52, em que Messalina é morta, Cláudio se casa com Agripina e adota de Nero, que ocupa magistraturas. Há, aqui, um critério arbitrário para tal divisão: ao dividir as cunhagens do Principado Claudiano desta forma, perceberíamos a construção de uma estabilidade da nova *domus Caesaris*, juntamente com a construção de uma relação com o Senado, em que é possível notar a inserção de novos elementos na linguagem imagética da *domus Caesaris.*

[20] Por volta de 45 - 47.

Tratando deste primeiro período, temos como primeira temática abordada na numismática claudiana a questão da origem, que, nas imagens, é trabalhada de duas formas: o nascimento e a família. O nascimento é tratado em um quadrante de bronze (Figura 56) cunhado em Lugdunum, cidade onde Cláudio teria nascido, quando, na ocasião, sua mãe, Antônia, acompanhava seu marido, Druso, em uma campanha na Germânia. Essa moeda gera uma discussão importante sobre o que os imperadores ou as pessoas responsáveis por pensarem sobre os cunhos tinham como objetivo ao escolherem determinados elementos para serem cunhados nas moedas. Associar o nascimento de Cláudio a um lugar onde havia a inauguração de um altar em louvor a Augusto pareceu útil como uma aproximação entre os dois, que, como já observamos anteriormente, é rememorado nas moedas como exemplo de imperador virtuoso, e, dentre os antecessores, como importante patriarca da *domus Caesaris*. A ocasião contou com a presença de Augusto e Tibério. Entretanto, ao fazer tal associação com o local, passava-se a tratar Cláudio como excessivamente conectado com interesses provinciais, particularmente gauleses. Observamos tal aproximação sendo tomada como algo negativo em críticas feitas por Sêneca em *Apocolocyntosis* (SEN. *Apocol*. VI, 1). Ao longo do tempo, por efetivamente defender interesses gauleses em seu principado, a segunda concepção, negativa, pode ter se tornado a preponderante para a sociedade romana.

Figura 56 - RIC I Claudius 1. Quadrante de bronze cunhado em 41. O anverso traz a efígie laureada de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG P M TR P IMP. No reverso, tem-se a representação do Altar da Paz, em posição central, erigido em Lugdunum em louvor a Augusto em 10 a.C. Também é possível observar figuras estilizadas nos flancos, além de coroas e a representação de Vitórias sobre colunas. Por fim, a legenda ROM ET AVG

Fonte: Mattingly e Sydenham (1948).

Já tratando sobre a família, vemos representados na numismática claudiana tanto elementos que indicam a origem de Cláudio, trazendo a memória dos indivíduos já presentes ou que estiveram na *domus Caesaris*. São os casos de Antônia e Druso, e novos membros, como Messalina, Antônia, Britânico e Otávia. Observa-se que a apresentação das figuras masculinas sempre está associada ao contexto político-militar, enquanto as mulheres estão inseridas em um contexto religioso-familiar, quando são apresentadas individualmente.

Sobre Druso, o que se sabe é que, nos momentos de ausência de Tibério, ainda no Principado de Augusto, assumiu o lugar do irmão, também exercendo as magistraturas de questor, governador em nome de Augusto na Germânia em 15 a.C. Neste momento, teria levado à frente um projeto que melhorou a urbanização e organização política da província, escolhendo a cidade de Lugdunum como ponto central dessa organização (SUE., *Claud.* 1-2). E foi durante este período em que esteve presente em Lugdunum que o altar citado na moeda anterior foi erigido e que Cláudio teria nascido.

Suas campanhas militares acumularam acessos a novos territórios na Germânia, acordos com novos aliados, além da navegação no Mar do Norte, o que lhe teria rendido honras em Roma. Em 11 a.C., foi aclamado *imperator* pelas legiões que comandava. Em 9 a.C., foi eleito cônsul, mas, mais uma vez, deixou a cidade para retornar ao fronte de batalha. Esse período do legado militar de Druso na Germânia é o que acabou sendo resgatado logo nos primeiros anos do Principado de Cláudio. Neste primeiro período da numismática claudiana, há, pelos menos, nove cunhos relacionados a Druso.

O primeiro cunho que apresenta Druso na numismática claudiana é observado em *aurei* e denários cunhados logo nos anos iniciais do Principado de Cláudio. Estes *aurei* (Figura 57) ilustram as conquistas na Germânia, para a qual Druso teria contribuído, com sua memória resgatada dos primeiros anos do principado claudiano até o momento das vitórias na Britânia. O arco de triunfo ali representado teria sido restaurado por Cláudio logo no início de seu principado, servindo para preservar essa memória do pai como militar vitorioso não apenas com a cunhagem da moeda, mas, também, com a revitalização do monumento (OSGOOD, 2011). A representação, em si, tenta ser a mais próxima possível do arco original.

Figura 57 - RIC I Claudius 3. Aureus de ouro. Cunhado entre 41 e 42. Traz no anverso a efígie laureada de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVD CAESAR AVG P M TR P. No reverso, observa-se, ao centro, um arco triunfal com uma estátua equestre no topo e dois troféus nas extremidades. Na trave desse arco, há a legenda DE GERMANIS

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.3

Algumas cunhagens traziam também a efígie de Druso acompanhada de algumas variações deste cunho de reverso: em alguns *aurei (*Figura 58) é possível observar cativos presos ao lado dos troféus, representando a dominação romana. De certa forma, tais cunhagens dialogam com campanhas realizadas por generais no tempo de Cláudio na Germânia, narradas por Tácito, que contaram com a presença de Corbulão entre os generais e o resgate da última

das águias legionárias perdidas por Varo no desastre de Teutoburgo (TAC. *Ann*. XI 18-21; SUE. *Claud.* 24.3). Essa combinação entre efígie de Druso e arco triunfal – porém, sem os cativos localizados aos lados dos troféus – também é observada em denários e *aurei*.

Figura 58 - RIC I Claudius 69. Aureus de ouro, cunhado entre 41 e 45. No anverso, tem-se a efígie laureada de Druso com a legenda NERO CLAVDIVS DRVSVS GERMANICVS IMP. O reverso traz o arco triunfal com uma estátua equestre no centro do topo e dois troféus nas extremidades. Na trave desse arco, há a legenda DE GERM. Ao lado dos troféus, há cativos sentados aos pés e lanças em pé

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.69

Outro reverso que acompanha o anverso com a efígie de Druso é composto por equipamentos legionários entrelaçados. Tais cunhagens são observadas em *aurei* (Figura 59) e denários, dando continuidade à exaltação de Druso por seus feitos militares. Em uma série de sestércios, mais uma vez, a efígie de Druso foi cunhada, porém, trazendo um novo reverso. Nestes sestércios (Figura 60), a temática de Druso como militar ainda é recorrente, entretanto, Cláudio toma posse do legado de seu pai.

Figura 59 - RIC I Claudius 73. Aureus de ouro, cunhado entre 41 e 45. No anverso, a efígie laureada de Druso com a legenda NERO CLAVDIVS DRVSVS GERMANICVS IMP. O reverso traz pares de escudos oblongos, dois pares de lanças e um par de trompetes. Todos cruzados entre si. Ao centro, uma flâmula de legião, que passa a sensação de estar em movimento. Por fim, a legenda DE GE R MA NIS

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.73?lang=en

Figura 60 - RIC I Claudius 93. Sestércio de bronze cunhado entre 41 e 50. No anverso, observa-se a efígie de Druso acompanhada da legenda NERO CLAVDIVS DRVSVS GERMANICVS IMP. O reverso traz uma representação de Cláudio sentado em uma cadeira curul. Em sua mão direita está um ramo de oliveira, enquanto em seus pés são observados escudos, lanças e outros equipamentos de legionários. Há, ainda, a legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG P M TR P IMP S C

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.93

Pode-se notar na moeda reproduzida na Figura 5 que Cláudio ganha centralidade na representação. Três pontos são importantes de serem discutidos sobre esta cunhagem, a começar pelo fato de que ela é a primeira a estabelecer um vínculo de Cláudio e as legiões, diferente da relação que teve com os pretorianos, que será apresentada mais adiante. Tal cunhagem poderia estabelecer um diálogo com os *aurei* cunhados entre 41 e 45, fazendo uma alusão às vitórias dos comandados de Cláudio na Germânia. O segundo ponto é que se trata de uma cunhagem com a chancela do Senado romano (S C). Retomar esse ponto parece necessário, uma vez que, se a percepção de que ambas moedas dialogam, poder-se-ia afirmar que as duas instituições comungam de uma mesma linguagem imagética nesse período, mesmo sendo uma fase descrita pelas fontes literárias como um momento de instabilidade nas relações entre imperador e Senado, inclusive sendo um período marcado pela conspiração de Escriboniano. Por fim, apesar de se tratar de uma temática militar, Cláudio faz uso de vestimentas civis e aparece com uma cadeira curul. Ele é representado de maneira diferente daquela que se observa nas cunhagens de Calígula, que é figurado discursando às legiões com o uso de um palanque – plataforma – para se dirigir aos soldados (Figura 61). De certa forma, a imagem utilizada nas moedas de Calígula passa um caráter mais militar do que aquela usada na representação de Cláudio.

Figura 61 - RIC I Gaius 32. Sestércio de bronze, cunhado entre 37-38. O anverso traz a efígie laureada de Calígula acompanhada da legenda C CAESAR AVG GERMANICVS PON M TR POT. No reverso, observa-se a representação de Calígula em roupas civis, em uma palanque discursando para as legiões (direita), e soldados com estandartes, escudos e gládios ouvindo a fala do imperador (esquerda). Acompanha a legenda ADLOCVT COH

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).gai.32

Desse modo, podemos concluir que Cláudio, sem abdicar da sua ligação com a esfera militar, insere de forma destacada um elemento civil na representação de seu governo. Ao entrar nessa temática, ganha relevância o estudo de Wallace-Hadrill (1982, p. 33) sobre o *Princeps Civillis*.

> A cunhagem pode servir como outro exemplo de ambivalência. Os anversos imperiais trazem a efígie do imperador, como os anversos helenísticos tinham apresentado. A efígie do rei; apenas divindades aparecem nas moedas de uma *pólis* livre. No entanto, a iconografia do Principado enfatiza o status "republicano" do imperador: sua titulação chama atenção às formalidades legais, enquanto a imagem muitas vezes desnuda a indicação do "cidadão simples". Contraste as imagens sobrecarregadas do domínio, o imperador representado, por exemplo, na língua dos catálogos "laureado" (ou com diadema), vestindo *trabea*, com cetro com ponta de águia na mão direita.

O que Wallace-Hadrill (1982) pretendia era afirmar que as cunhagens dos imperadores romanos misturavam dois elementos que, a princípio, são dicotômicos. Entretanto, ambos fazem parte da representação imperial: aproximação e afastamento de seus súditos. O caráter da dominância, a diferenciação do imperador, é representada por uma temática militar, o controle das legiões, monopólio do imperador, que, da mesma forma, a equidade é apresentada em suas vestes e na cadeira curul, elementos republicanos, o que indica que aquele indivíduo ainda é um cidadão dentro de uma política republicana. Ou seja, outra vez, temos a fachada republicana representada na numismática imperial. Trata-se de algo que é recorrente na numismática imperial desde Augusto. A questão militar sempre é utilizada como aspecto de

autoridade, enquanto os aspectos civis e republicanos são utilizados para apaziguar as distinções entre imperador e demais senadores.

O militarismo presente nas moedas serviu de como uma muralha protetora contra qualquer fragilidade do poder. Outras cunhagens do Principado de Cláudio, neste primeiro momento, também trouxeram esta temática do militarismo como forma de proteção do imperador.

Para encerrar as moedas que trazem Druso como personagem das moedas claudianas, destacamos uma série de sestércios que, mais uma vez, trazem o arco triunfal no reverso, porém, nas legendas, há a marca senatorial (S C) (Figura 62). Isso ratifica a ideia de que há uma sintonia entre a linguagem imagética da *domus Caesaris* e o Senado, partindo da premissa que as moedas de bronze foram produzidas pela segunda instituição.

Figura 62 - RIC I Claudius 98. Sestércio de bronze, cunhado entre 41 e 50. No anverso, há a efígie laureada de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG P M TR P IMP. No reverso, observa-se a representação do arco triunfal dedicado a Druso. No topo, temos uma estátua equestre entre dois troféus e, na trave do arco, a legenda NERO CLAVDIVS DRVSVS GERMAN IMP. Nas extremidades da moeda encontra-se a sigla S C

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.98

Tratando de Antônia, o que sabemos através das fontes é que ela era filha de Otávia e Marco Antônio – triúnviro ao lado de Augusto –, o que lhe permitiu manter um status elevado dentro da *domus Caesaris*, que foi fortalecido ao se unir em matrimônio a Druso. Graças à herança social de seu pai, ela tinha grande influência nas cortes orientais e, talvez, por esse motivo, Augusto tenha encaminhado muitos reféns para serem educados juntos a seus filhos, como foi o caso de Herodes Agripa I, que teria convivido com o próprio Cláudio quando mais novo (BARRET, 2001; OSGOOD, 2011).

Se, em Druso, a temática das representações numismáticas repousava sobre o militarismo, com Antonia, esteve centrada na religião. Tal temática corresponde a duas

expectativas: apresentar um caráter divino da ascensão – dialogando com a questão da legitimação –, como, também, caracterizar virtudes do novo principado. Como pudemos notar anteriormente, tal ligação entre personagens femininas e temática religiosa tinha se feito tradicional nas cunhagens do principado até aqui. Marca, assim, como os usos da esfera militar e política civil para os personagens masculinos, uma continuidade. Quatro cunhos (RIC I, *Claudius* 2, 13, 31, 65) fazem referência direta a Antonia, e alguns outros que supostamente poderiam ser vistos como simulacros entre ela e a representação de Ceres, aproximando da virtude da *Constantia*[21]. O primeiro cunho a ser analisado, frequente em *aurei* (Figura 63) e denários, traz Antonia como simulacro da *Constantia,* ao representá-la no anverso com as vestes de Ceres. Sobre a efígie de Antonia, é notório que ela foi representada de forma diferente do tempo real, uma vez que é apresentada jovem e vigorosa. De certa forma, isso pode ter sido visto como uma artimanha, uma vez que era impossível representar Cláudio como novo, já que o próprio imperador chegou ao poder aos 50 anos. Entretanto, esperava-se que a ideia de renovação (algo novo) surgisse dentro da *domus Caesaris*. Essa aspiração ficou por conta da efígie de Antonia, que traz consigo uma virtude pela qual Cláudio gostaria que seu principado e a *domus Caesaris* fossem reconhecidos.

Figura 63 - RIC I Claudius 65. Aureus de ouro cunhado entre 41 e 45. Traz no anverso a efígie de Antonia, ornada por uma coroa (estilo espiga) e o cabelo é organizado em uma longa trança na parte traseira da cabeça, acompanhada da legenda ANTONIA AVGVSTA. No reverso, observa-se Antonia como simulacro da Constantia em pé e voltada para frente, segura uma cornucópia na mão esquerda e uma tocha na direita. A inscrição presente nessa moeda é CONSTANTIAE AVGVSTI

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.65

Isso fica mais evidente ao analisar o restante do conjunto imagético da moeda, uma vez que o anverso traz um simulacro de Antonia como *Constatia*. Aliás, essa seria uma virtude

[21] Este argumento é apresentado no verbete *Constatiae Avgvsti* presente em Stevenson (1964).

muito representada ao longo de todo o principado Claudiano, em anos iniciais, associada ao próprio Cláudio (RIC I, *Claudius* 2, 13, 31), e, em outros momentos, associada à sua mãe, Antônia (RIC *Claudius* 65). Em uma nota do *Romam Imperial Coinage*, os editores do livro discutem a quem a virtude da *Constantia* estaria relacionada (MATTINGLY; SYDENHAM, 1948). Pela inscrição, CONSTANTIAE AVGVSTI, não poderia estar relacionada à Antônia, pois o genitivo AVGVSTI se refere ao masculino e, assim, os editores acreditam que a virtude enaltecida estaria se referindo a Augusto. Antônia fora sacerdotisa do culto do Divino Augusto, de quem a autoridade imperial teria advindo. Mas, quando analisamos os fatos que ocorreram nos primeiros anos do Principado de Cláudio, narrados por Suetônio (*Claud*. X-XIII), e por Dio Cássio (LX, 1 – 16), pode-se perceber uma grande perturbação e uma grande luta para Cláudio se manter no poder. Como tenta explanar o verbete sobre esta legenda no *A Dicitionary of Roman Coins*, o cunho – conjunto da imagem e a legenda – fora elaborado por *monetales imperiais*[22] que queriam, unicamente, representar a vida de Cláudio:

> No entanto, mesmo estas [moedas], apresentam as mesmas dificuldades [de interpretação] das quais parece haver nenhuma dúvida, que os *monetales* tinham em vista a vida de Cláudio, passada desde a infância em meio ao desprezo, ridicularização e medo, e a todo o tipo de desvantagens, e por sua constância invencível (ou perseverança, ou resistência), ele provou-se superior. Esta opinião é suportada pelo gesto de ambas as figuras, feminina e masculina, que parecem impor um silêncio em si, uma qualidade que constituem a parte principal da *Constantia* (STEVENSON, 1984, p. 256).

Essa perseverança mostrada por Cláudio poderia ser uma virtude que ele gostaria que fosse caracterizada como imperial. Esta visão da *Constantia* como uma característica de Cláudio contrapõe a análise do RIC, baseada na descrição do caráter de Cláudio feita por Suetônio[23]. Percebe-se algo recorrente ao longo da historiografia do Principado de Cláudio: o uso das fontes escritas como padrão para se sintetizar todo o período, dando a essas fontes proeminência, enquanto as outras fontes, incluídas as numismáticas, ficavam submetidas à leitura prévia das fontes escritas que dariam sentido a todas as demais. Nesse sentido, mesmo em um catálogo numismático, afasta-se a possibilidade de Cláudio se associar à *constantia*, por uma fonte afirmar que ele não mereceria ser ligado a essa virtude. Nossa interpretação, como afirmado anteriormente, prima pela leitura dessas fontes de forma articulada, mas respeitando

[22] Os quais não temos registros de quem seriam.
[23] Mas, ao ouvir e determinar causas, ele exibia uma estranha inconsistência de temperamento, sendo, ao mesmo tempo, prudente e sagaz, irreverente e precipitado, e, às vezes, frívolo ou como se estivesse fora de sua mente (SUET. *Claud*. XV. Tradução nossa). Do original: “In cognoscendo autem ac decernendo mira varietate animi fuit, modo circumspectus et sagax, interdum inconsultus ac praeceps, nonnumquam friuolus amentique similis”.

a possível autonomia desses discursos. Desse modo, especialmente considerando a distância temporal entre as fontes e também os padrões de representação numismática que temos analisado, parece-nos ser possível interpretar que Cláudio buscou destacar *contantia* não como uma virtude de Augusto ou sua, mas de ambos, ou seja, uma virtude comum ao governante atual e seu antepassado. Essa interpretação reforça algo que nos parece coerente com outras mensagens: o imperador projeta suas qualidades de forma relativamente independente, mas associando-a com seus antepassados. Propomos, assim, que *constantia* é representada nessa moeda como virtude de Augusto e de Cláudio, não de um ou de outro. Com a memória ainda recente de Calígula, dificilmente seria possível ir mais longe, atribuindo tal virtude à *Domus Caesaris* como um todo.

Fora do contexto de disputa política entre a *Domus Caesaris* e o Senado, era necessário, também, que o imperador se reportasse ao povo romano, expressando as virtudes pela qual ele gostaria de ser conhecido. O melhor jeito de fazer isso era através das cunhagens de moedas, como nos indica Wallace-Hadrill (1981, p. 299):

> Para a massa da população do Império, a posição legal e constitucional de seu governante [imperador] era irrelevante. O que importava era a crença de que ele era o certo para eles e que eles precisavam dele. Essa crença se centrou na posse de certas "virtudes". Espalhavam a crença neles, e a opinião do governante era segura. O veículo para propagação da crença eram as moedas oficiais, que frequentemente trazia em seu reverso as representações de várias "virtudes" personificadas. A escolha da virtude era anunciada em suposições sobre quais eram os "ideais" de um governante, que em última análise fluíram do pensamento filosófico grego sobre a realeza, e que se tornaram "canonizados" no Escudo Dourado apresentado a Augusto.

Um ponto do texto da análise feita por Wallace-Hadrill (1981) que acaba sendo muito relevante é o fato da propagação da virtude imperial ter se iniciado em Augusto e ter se transformado em um cânone para os demais principados vindouros. Pelo texto do autor, percebe-se que essa temática da virtude é dirigida ao povo. É uma forma de comunicação entre imperador e o povo de forma macro, com a finalidade de atingir diversos estratos sociais em diferentes momentos. Logo após essa passagem no texto, Wallace-Hadrill questiona se dentro desse povo romano todos teriam a capacidade de entender essa relação da virtude com uma visão filosófica grega de governante. Sob esse aspecto, a religião, algo extremamente presente na prática e no universo visual que permeava o cotidiano do povo romano, serviria como fio condutor.

Em outras cunhagens que também traz a efígie de Antônia, ela já não aparece mais ligada à virtude da *Constantia,* mas, sim, ao culto de Augusto. No reverso de uma série de *aurei*

e denários (Figura 64), aparece relacionada ao culto de Augusto. Segundo o verbete *SACERDOS DIVI AVGVSTI em "A Dictionary of Roman* Coins", essa alusão estaria ligada a dois fatos (STEVENSON, 1984). O primeiro foi o de Calígula ter honrado Antonia com o título de Augusta e lhe concedeu todas as honras de uma Vestal. Esse ar de divindade dialoga com a aproximação de Antonia com Ceres. Além disso, foi nomeada pelo próprio Calígula como sacerdotista do culto de Augusto. O culto imperial, ainda em vida, servia como mais uma base para legitimação do poder do imperador pela cultuação aos seus ancestrais

Outra variação de cunho que surge na numismática claudiana apresenta uma série de dupôndios (Figura 65) mostra Cláudio em vestes sacerdotais, remetendo às funções como *Pontifex Maximus*. Todas essas moedas, como temos indicado, conformam um complexo de imagens que se comunicam entre si, constituindo uma mensagem coerente que pode auxiliar na interpretação de cada uma delas individualmente. Isso vale tanto para o principado de Cláudio em particular, como para o conjunto do principado Júlio-Cláudio ao longo do qual, mesmo resguardadas as particularidades das cunhagens de cada *princeps*, constituiu uma tradição imagética monetária que facilitava a leitura das imagens e dava a elas mais capacidade persuasiva crescente, ao se ligar a qualidades políticas que se pretendia apresentar como antigas e seguras.

Figura 64 - RIC I Claudius 68. Denário de prata, cunhado entre 41 e 45. Traz no anverso a efígie de Antonia, ornada por uma coroa (estilo espiga) e o cabelo trançado na parte traseira da cabeça, acompanhada da legenda ANTONIA AVGVSTA. No reverso, observa-se duas longas tochas acesas e ligadas por uma fita, acompanhadas das legendas SACERDOS DIVI AVGVSTI

Fonte: http://www.ancientcoins.ca/RIC/RIC1/RIC1_Claudius.htm

Figura 65 - RIC I Claudius 92. Dupôndio de bronze, cunhada entre 41 e 50. O anverso traz a efígie de Antonia com uma longa trança na parte de trás da cabeça, acompanhada da legenda ANTONIA AVGVSTA. No reverso, observa-se a representação Cláudio, com a cabeça coberta e utilizando toga. Com sua mão direita, segura um simpulum e, com a esquerda, uma patera. Acompanha a legenda S C

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.92

Ao mesmo tempo em que Cláudio utilizou membros de sua família para legitimar sua ascensão ao trono imperial, ele construía a simbologia dos pretorianos como grande suporte para sua ascensão ao poder. A importância dos pretorianos tiveram em sua ascensão e manutenção – uma vez que Cláudio intimidava seus adversários usando este controle que tinha sobre a legião –, por seguidas vezes, é mostrada em cunhagens nesse primeiro período da numismática claudiana.

A legitimação intermediada pela relação com os pretorianos, nesse período, é apresentada em, pelo menos, treze cunhos diferentes (RIC I, *Claudius*, 6, 7, 11, 12, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 29, 36, 37). Um deles é de um conjunto de *aurei* (Figura 66) e denários cunhados logo nos primeiros anos do Principado. Diferentemente das demais, a efígie de Cláudio traz um tom mais jovial. Tal fato poderia ter ocorrido por um desconhecimento de sua real fisionomia, uma vez que, nas demais cunhagens este imperador sempre será representado conforme sua idade, de cinquenta anos ou mais. Se pensarmos na aparência mais jovem de Antônia, a hipótese de um mecanismo para representar um novo regime se fortalece (OSGOOD, 2011). Sobre o reverso em si, o conjunto entre a representação do campo pretoriano, principalmente com base nos relatos que as fontes literárias nos apresentam (SUE, *Divus Claudius*, X; JOS, XIX, 894; DIO CASS. LX, 1), e a legenda indicam o grau de importância que os pretorianos adquiriram para a estabilidade inicial do Principado de Cláudio. Aliás, essas cunhagens podem ter sido juntamente realizadas com o propósito de pagar o prêmio prometido por Cláudio por sua ascensão. Porém, a mensagem contida nessas moedas visava intimidar os membros do Senado que esboçaram uma oposição à sua posse.

Figura 66 - RIC I Claudius 7. Aureus de ouro, cunhado entre 41 e 42. O anverso traz a efígie laureada de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVD CAESAR AVG P M TR P. No reverso, observa-se o acampamento pretoriano, com um soldado em pé com uma lança na mão. Em frente a ele, há uma águia legionária e, atrás, muros fortificados. No frontão desse acampamento, a legenda IMPER RECEPT

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.7

Um outro conjunto de *aurei* e denários (RIC I, *Claudius*, 11, 12) (Figura 67) apresenta o anverso com uma efígie mais jovial de Cláudio, o que também indica ser uma das primeiras cunhagens feitas nesse período. No reverso desse conjunto de moedas, uma nova representação da relação de Cláudio com os pretorianos. O aperto de mãos é tido na arte como elemento de distinção, reafirmando o poder de uma pessoa:

> Mesmo quando indica uma tomada de posse ou afirmação de poder – a mão da justiça, a mão posta sobre um objeto ou território, a mão dada em casamento –, ela distingue aquele que a representa, seja no exercício de suas funções, seja em uma situação nova (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2016. p. 592).

Figura 67 - RIC I Claudius 12. Denário de prata, cunhado entre 41 e 42. O anverso traz a efígie do imperador acompanhada da legenda T CLAVD CAESAR AVG PM TR P. No reverso, observa-se Cláudio, vestido com toga, cumprimentando com um aperto de mão, um soldado pretoriano que segura um escudo e o estandarte de águia da legião. Acompanha a legenda PRAETOR RECEPT

Fonte: http://www.wildwinds.com/coins/ric/claudius/RIC_0012.jpg

Outra ressalva deve ser dada para o fato de o militarismo estar figurado apenas na representação do soldado pretoriano: Cláudio é mantido com vestes civis, mantendo a característica de uma república velada em meio a um novo Principado. O restante dos cunhos que envolve essa relação de Cláudio com os pretorianos surge em outros conjuntos de moedas, mas a variação ocorre apenas nos anversos com acréscimo de titulatura ao imperador.

O povo romano acabou sendo utilizado por Cláudio como forma de legitimar-se no poder. Isso acabou sendo representado por um *clipeus* com os dizeres EX S C OB CIVES SERVATOS. Tal temática aparece em, pelo menos, cinco cunhos (RIC I, *Claudius* 4, 5, 15, 16, 96), com poucas distinções entre eles. Sobre essa temática específica gera-se um debate sobre a questão do Senado presente nas cunhagens imperiais. A mensagem passada por essa moeda é inequívoca: o Senado estava agraciando Cláudio por se portar como um protetor do povo. Diante dos acontecimentos do Principado de Calígula, o surgimento de um novo imperador que colocasse fim à desordem gerava um sentimento positivo com relação ao novo regime. Entretanto, a postura de alguns membros do Senado contrapondo-se ao regime, especulando sobre um possível retorno à República, e ao novo imperador, conspirando, a partir de nossa leitura da documentação numismática, torna difícil pensar em um Senado que fosse um corpo coeso a ponto de gerar oposição de fato ao poder do imperador. A oposição não fez com que as mensagens das moedas senatoriais se descolassem das imperiais em termos de mensagens. Além de haver uma preservação de mensagens favoráveis ao principado e ao Cláudio, temos, algumas vezes, como no caso dessa cunhagem, um reconhecimento mais assertivo das qualidades do imperador. Tais atitudes poderiam, sim, ser vistas como uma *adulatio* a Cláudio, contudo, não influenciou no fato de Cláudio fazer uso dessa representação em sua numismática.

> Muitas moedas, em ouro, prata e bronze, cunhadas por *monetales* nos tempos de Augusto, exibem esta legenda comendatória (a letra I sendo extraordinariamente alongada), dentro de uma coroa de folhas de carvalho, ou em volta de um escudo votivo (CL. V.) e inscrito (às vezes) S P Q R. Isto ocorreu mais frequentemente depois que o Imperador acima mencionado fez com que os cidadãos romanos feitos prisioneiros na Pártia fossem restaurados à liberdade no ano de 734 a.U.c, como pode ser visto nas moedas de Aquílio, Caninio Durmio, e Petrônio, que sobre esse período foram III Viri *monetalis* em Roma. (Veja a família Caninia.) - "Este reverso (observa Eckhel), que faz sua primeira aparição sob Augusto, foi frequentemente revivido por sucessivos Césares, não sendo muitas vezes cuidadosos sobre se tal louvor poderia realmente ser concedido a eles." - Por exemplo, palavras escritas com uma coroa de louros formam a legenda do reverso de uma primeira moeda de bronze de Cláudio, como se o mais indolente e apático, senão o mais estúpido, dos imperadores tivesse feito alguma ação heroica ou humana para merecer o elogio transmitido neste *senatus consultum* (STEVENSON, 1964, p. 582).

Apesar de ásperas, as críticas de Eckel citadas anteriormente fazem sentindo, uma vez que se estabelece uma comparação entre a primeira cunhagem feita com esta temática e a feita no Principado de Cláudio. O sentindo inicial é corrompido, pois se separaria de uma homenagem merecida para Augusto, para uma relembrada, mas não recebida, por Cláudio. Porém, como o próprio Eckel afirmou, Cláudio não foi o primeiro e não seria o último a se aproveitar dessa honra para enriquecer seu processo de legitimação. Do mesmo modo, independente da opinião pessoal sobre o merecimento ou não da mensagem, o fato é que o Senado cunhou a moeda fazendo a homenagem. Essa continuidade e a busca de estabilidade do poder também interessava ao Senado, que poderia promover essas homenagens, inclusive, não porque os imperadores fossem merecedores dela, mas como um estímulo para que se comportassem de acordo com o que se esperaria de um bom imperador. Não há como saber, assim, se a moeda é um gesto de adulação, homenagem imerecida e irreal ou um cálculo político do Senado como instituição para estabilizar o regime (mesmo que alguns senadores em particular conspirassem contra o imperador). O fato é que se constata uma afinidade entre as mensagens expressas pelas moedas de responsabilidade do Senado e aquelas que estavam diretamente sob a égide do imperador. Seja por adulação, seja por cálculo, o Senado como instituição se mostra afinado com a casa imperial.

A primeira aparição desse cunho esteve distribuída entre *aurei* e denários (Figura 68), em que, no anverso, traz a efígie de Cláudio, já apresentando uma feição mais envelhecida e comum ao restante das emissões numismáticas desse *princeps*, enquanto o anverso traz uma coroa de louro com a legenda EX S C OB CIVES SERVATOS. Pelo menos nesse primeiro período de cunhagens do Principado de Cláudio, esse reverso não sofreu modificações, variando apenas os anversos que foram acompanhando as titulaturas do imperador. Isso indica que esse tema foi altamente explorado pelas autoridades na *domus Caesaris*.

Figura 68 - RIC I Claudius 6. Denário de prata, cunhado entre 41 e 42. O anverso traz a efígie laureada de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVD CAESAR AVG P M TR P. No reverso, observa-se uma grande coroa de louros e, no centro dessa coroa, a legenda EX SC OB CIVES SERVATOS

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.6

A questão da Paz (Pax) é outro tema que se tornou recorrente no início das cunhagens de Cláudio. Após os anos de perseguição de Caio Calígula, seguidos de seu assassinato e da complicada ascensão de Cláudio, o novo imperador parece querer se portar como pacificador. Assim, suas cunhagens trouxeram a representação da *Paci Avgvstae*. Esta moeda (Figura 69) – um *aureus* – traz em seu anverso a efígie do novo imperador com uma coroa de louros e, no seu reverso, a representação da Pax andando rumo a direita, segurando um *caduceus* frente a uma serpente, e a inscrição PACI AVGVSTAE. No verbete da PACI AVGVSTAE, na obra *A Dictionary of Roman Coins*, esta moeda traz elementos que englobam uma série de virtudes que eram esperadas de Cláudio naquele momento. Na representação da *Paci Avgvstae*, é possível visualizar símbolos da Vitória, da Paz, da Felicidade, da Prudência e da Modéstia.

Figura 69 - RIC I Claudius 9: Aureus de ouro, cunhado entre 41e 42. No anverso, a efígie de Cláudio com coroa de louros e inscrição T CLAVD CAESAR AVG P M TR P. No reverso, Pax andando rumo a direita, segurando um caduceus frente a uma serpente, e a inscrição PACI AVGVSTAE

Fonte: http://wildwinds.com/coins/ric/claudius/RIC_0009.jpg

Ou seja, esta moeda é uma resposta contrária aos anos de terror vividos pelos romanos no Principado de Caio Calígula. Quando analisado o *corpus* de moedas dos Principados anteriores, não percebemos uma representação como esta e, portanto, podemos caracterizá-la como própria do período Claudiano. Tal moeda condiz com a imagem que o imperador busca passar, de que, com sua ascensão, estava reestabelecida a paz entre *domus Caesaris* e o Senado. Em estudo feito sobre essa temática, Hannah Cornwell (2017) aponta que a *Pax Avgvsta* após Cláudio veio a se repetir com Vespasiano, Trajano e Adriano. Ela argumenta que esse tema passou a ser usado como forma de se incrementar a legitimidade almejada por esses governos.

> Durante a maior parte de seu reinado, Cláudio cunhou *aurei* e *denarii* em Roma celebrando *Pax Augusta* (PACI AVGVSTAE) onde a *Pax* aparece como uma figura alada, segurando um caduceu em direção a uma cobra e, no gesto característico de Nemesis, removendo-a de seu caminho. Esta é a única representação numismática de Pax Augusta sob Cláudio. A iconografia desta moeda continuou sob imperadores posteriores, aparecendo em cunhagens de Vespasiano, Trajano e Adriano, embora as legendas que as acompanham possam oferecer uma variedade de significados com nuances. As moedas de Nemesis da PACI AVGVSTI de Vespasiano foram cunhadas somente em Lyon (71-72), embora tenha cunhado uma larga escala da moeda através do império que comemorando a Pax Augusta / Augusti de maneiras diferentes. [...] É notável que, no caso de Cláudio e Vespasiano, a Pax Augusta não era apenas um princípio central de sua ideologia imperial, aparecendo consistentemente na cunhagem de moedas em Roma (e no caso de Vespasiano também em Lyon, Éfeso e Antioquia). Mas, foi parte crucial de sua mensagem de aceitação e estabilidade em suas ascensões, após as crises que precederam seus reinados – e também uma das muitas maneiras pelas quais eles poderiam escolher alinhar-se com a figura fundadora do Principado [Augusto], ganhando assim legitimidade extra (CORNWELL, 2017, p. 185).

De certo modo, esta hipótese levantada por Cornwell ajuda a entender por que essa temática está ausente nas cunhagens de Tibério e Calígula – por se tratarem de momentos em que não existe uma crise de sucessão –, bem como explica o retorno do tema em Cláudio e Vespasiano. Em parte, isso é confirmado por relatos como o de Suetônio[24], que afirma que Cláudio não executou perseguições a menos a alguns tribunos e centuriões que haviam

[24] "Assim, em um ato de esquecimento e de perdão perpétuo, ele (Cláudio) deixou passar cada coisa que foi dito ou feita naqueles dias; e que fora executado rigorosamente, com exceção de mandar executar alguns tribunos e centuriões envolvidos na conspiração contra Caio (Calígula), tanto para servirem de exemplo como porque estes também tinham planejado sua própria morte. A partir disso, passou a voltar seus pensamentos para honrar o respeito à memória de seus familiares. Seu juramento mais solene e habitual passou a ser 'Por Augusto'" (Suet. *Claud.* XI. Tradução nossa). Do original: *Omnium itaque factorum dictorumque in eo veniam et oblivionem in perpetuum sanxit ac praestitit, tribunis modo ac centurionibus paucis e coniuratorum in Gaium numero interemptis, exempli simul causa et quod suam quoque caedem depoposcisse cognoverat. Conversus hinc ad officia pietatis ius iurandum neque sanctius sibi neque crebrius instituit quam per Augustum*.

conspirado para a morte de Calígula e para a sua; e de Dio Cássio[25], que ainda destaca o nome de Cássio Cherea como uma das pessoas a perecer sob as ordens de Cláudio, mas que este não teria agido como um vingador de Calígula.

Não somente a Paz é contemplada por este primeiro período da numismática de Cláudio, mas também a Vitória. Ela é apresentada em três cunhos. No primeiro, a *Victoria Augusti* é representada sentada em um globo segurando uma coroa de louros com as duas mãos (Figura 70); no segundo ela é representada com apenas um pé sobre o globo e um escudo com inscrições apoiado sobre os joelhos – ambos os cunhos (que foram feitos sob forma de um *quinarius* de ouro no período de 41-42) têm inspirações em outros do período augustano (Figura 71); o terceiro cunho (Figura 72) traz elementos próprios do Principado de Cláudio, com a representação da Vitória segurando um escudo que faz referência à inscrição *Ob Cives Servatos*, sobre a qual tratamos em outro momento.

Figura 70 - RIC I Aug 121 – Anverso: Efígie de Augusto sem ornamentos e a inscrição AVGVST. Reverso: Vitória com o pé direito sobre o globo, segurando uma tocha e um ramo de palma

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).aug.121

[25] Mandou executar Cherea e alguns outros, apesar de ter apreciado a morte de Caio (Calígula). Em outras palavras, ele parecia, antes de tudo, garantir a sua própria segurança e não demonstrava gratidão pelo homem que, por seu ato, permitiu-lhe ascender ao *imperium*, já que estava descontente com a ideia de que qualquer um poderia assassinar um *Princeps*. Deste modo, agiu não como um vingador de Caio, mas como alguém que tinha apanhado outrem conspirando contra o próprio Cláudio (DIO CASS. LX, 3).

Figura 71 - RIC I Aug 268 – Anverso: Efígie de Augusto sem ornamentos. Reverso: Vitória voltada para frente e olhando para a esquerda sobre o globo. Em uma mão segura uma guirlanda e, na outra, um vexillum. Acompanha a inscrição IMP CAESAR

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).aug.268

Figura 72 - Vagi 585 – Anverso: Quinarius cunhado entre 41 – 42. Efígie de Cláudio com coroa de louros e a inscrição TI CLAVD CAESAR AVG P M TR P. Reverso: Vitória voando, segurando, em sua mão esquerda, um escudo com a inscrição OB CI

Fonte: http://dirtyoldbooks.com/roman/id/clau/clau036.jpg

É interessante notar que a simbologia da Vitória sobre o globo é um elemento recorrente entre todos os predecessores de Cláudio, aparecendo, além do Principado de Augusto, em Tibério, Calígula e, posteriormente, em Nero. Outro ponto em comum é que todos foram feitos em *quinarius* de ouro. Tal cunho parece ser a representação do início do *Imperium* para estes imperadores, simbolizando um controle sobre o *Orbs*. Já o terceiro cunho, parece ser uma particularidade do Principado Claudiano, mais uma vez, com o intuito de desfazer a imagem de terror passada por Calígula.

Retomando a questão das virtudes imperiais, outras três são abordadas nesse primeiro período de cunhagem no Principado de Cláudio. Para tratar da primeira delas, apresentamos este cunho que foi parte de um conjunto de *Asses* (Figura 73). Trazia uma mulher desnuda que,

em uma das mãos, carregava o *pileus,* símbolo de liberdade dos escravos nas cerimônias de manumissão, neste caso, com a função de representar a liberdade no Império proporcionada por Cláudio após os anos de terror de Calígula, como afirma o verbete sobre esta cunhagem, em "*A Dictionary of Roman Coins*"[26]. Outra vez, temos a questão da legenda do Senado em uma emissão de moedas. Neste caso, parece menos deslocado do campo de interesses imediatos do Senado e adulatório do que a cunhagem do OB CIVES SERVATOS, já que isso poderia ser visto como uma reação a um caso particular – o fim da tirania de Calígula. A *libertas Augusta* é entendida, assim, como a recuperação de um regime que favorece ao Senado e seus membros se comparado à tirania. Serve, assim, como estímulo para que o imperador esteja à altura do elogio e não estabeleça mais perseguições aos senadores. Por outro lado, *ob ciues seruatos* indica qualidade imperial que é elogiada sem relação direta com o Senado, pode ser tomada simplesmente como pura adulação. Cabe destacar, mais uma vez, que as cunhagens compartilham de valores expressados pela *domus Caesaris*, por vezes, fazendo elogio ao governante e, por vezes, celebrando qualidades do regime político.

Figura 73 - RIC I Claudius 97. As de bronze, cunhado entre 51 e 50. O anverso traz a efígie de Cláudio, acompanhada da legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG P M TR P IMP. No reverso, observa-se a representação da Libertas, uma figura desnuda, segurando, em sua mão direita, um pileus, acompanhada da legenda S C LIBERTAS AVGVSTA

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.97

A virtude da *Spes Avgvsta* é apresentada em sestércios (Figura 74). Possui na legenda do anverso a indicação de que Cláudio já teria sido agraciado com o título de *Pater Patriae* no momento da cunhagem dessa moeda. A *Spes,* em si, remeteria ao louvor prestado, no dia do seu

[26] No verbete *LIBERTAS AVGVSTA,* o seguinte texto é utilizado para definir essas emissões numismática: A deusa andando segura o *pileus* na mão direita e estende a esquerda. Esta legenda e cunho aparecem em um *as* de Cláudio, como se ele tivesse restaurado a liberdade para a república depois da tirania e opressão de Calígula.

nascimento, a essa divindade (STEVENSON, 1964). Alguns estudiosos, como Richard Bauman (1992) afirmam que a legenda – *SPES AVGVSTA* – seria mais um simulacro de uma mulher da *domus Caesaris*.

Figura 74 - RIC I Claudius 99. Sestércio de bronze, cunhado entre 41 e 50. O anverso traz a efígie laureada de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG P M TR P IMP P P. No reverso, observa-se a representação da Spes (Esperança), com vestes rasgadas, segurando, em sua mão direita, uma flor. Acompanha a legenda SPES AVGVSTA

Fonte: http://wildwinds.com/coins/ric/claudius/RIC_0099.4.jpg

Duas outras divindades também são observadas nesse período inicial da cunhagem claudiana: Ceres e Minerva. Ceres, outra vezes, ao olhar de muitos estudiosos, é utilizada como forma de emular Antônia, em forma de simulacro. Em um estudo sobre a deusa Ceres, Barbette Spaeth (1996) apresenta o fato de que era comum a representação de mulheres dentro da *Domus Caesaris* com características que remetessem à deusa, e sempre voltando à ideia de fertilidade.

> A conexão de Ceres com a fertilidade foi utilizada no simbolismo político do Império de várias maneiras. Primeiro, ela era identificada com membros femininos da família imperial: as esposas, irmãs, filhas e mães de príncipes governantes. [...] A pretensão deste atributo da deusa pelos príncipes simbolizava sua assimilação à Ceres e sinalizava sua garantia de fertilidade agrícola do Império com bênção da deusa. Ceres é frequentemente mostrada no verso dos cunhos de moedas imperiais com a imagem dos príncipes governantes no anverso. Por exemplo, um dupôndio de bronze datado de 41 d.C. traz a efígie de Cláudio no anverso; enquanto no reverso aparece Ceres, sentada e velada, segurando uma tocha na mão esquerda e dois ramos de trigo na direita, com a legenda CERES AUGUSTA. O epíteto da deusa, Augusta, a liga diretamente ao *princeps* e sugere que ele opera com sua aprovação e apoio. Esse tipo de moeda é geralmente interpretado como sinalizando o interesse dos príncipes no suprimento de grãos (SPAETH, 1996. p. 46).

Na moeda (Figura 75), o anverso traz uma figura feminina, segurando uma cornucópia e um ramo de grãos. Caso seja correta a hipótese de Ceres ser simulacro de Antônia, observamos que apontar para suas raízes familiares por meio da louvação a seus pais foi um importante

mecanismo para Cláudio se consolidar no poder. A imagem de Ceres figura, neste contexto, vai além de um simulacro de Antônia. Possivelmente, tal cunhagem remeteu à crise de abastecimento enfrentada por Cláudio no início de seu Principado (SUET. *Claud.* XIX).

> Legendas e cunhos como *Annona* ou CERES, que se esperaria ser mais relevante para as pessoas que precisavam de comida, aparecem quase exclusivamente em menor denominação nas cunhagens dos principados de Cláudio, Nero, Galba, Vitélio, Domiciano e Nerva, mas elas são destaque, exibidas em todos os tipos de moedas (incluindo *aurei*) nos reinados de Vespasiano, Tito, Trajano e Adriano (HEKSTER, S/D, p. 05).

Dessa maneira, é interessante notar como essa representação articula um elemento elogioso ao regime, particularmente ligado ao abastecimento por meio de Ceres, mas, também, ao governante, por sua ancestralidade através do simulacro de Antônia. Governante e regime se confundem nesse conjunto de moedas que representam virtudes femininas, sendo o governante, no caso, o elemento de estabilização de um regime desejável também pelo Senado, desde que preservadas suas qualidades. Cláudio busca associar, desse modo, a sua figura pessoal a uma ancestralidade elevada que o dignifica para o exercício do poder e também assegura as virtudes do regime com suas melhores características. Portanto, a leitura do conjunto de moedas permite não apenas perceber a constituição de um simulacro através das virtudes/divindades femininas, mas, também, perceber um poder persuasivo nesse complexo discursivo que o conjunto das moedas configura.

Figura 75 - RIC I Claudius 94. Dupôndio cunhado possivelmente em 41-45. Anverso: Efígie de Cláudio com a legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG P M TR P IMP. Reverso: Antônia como simulacro de Ceres velada e drapeada, sentada em um trono, mais a legenda CERES AVGVSTA S C

Fonte: http://dirtyoldbooks.com/roman/id/clau/clau012.jpg

Minerva, por outro lado, parece retornar com o aspecto militar que o governo de Cláudio assume nesse primeiro período das cunhagens e que procederia com a intensificação das lutas na Britânia. Em um conjunto de *asses* (Figura 76), Minerva tem sua representação

voltada para a questão da guerra e da paz, e que, de certo modo, indicaria o início das campanhas na Britânia, sendo possível estabelecer um diálogo com as primeiras cunhagens que remetem a vitórias militares naquele local. Entretanto, também é tida como representação de uma combatividade espiritual (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2016), para além da questão única de guerra e paz. Contudo, pela proximidade das duas cunhagens – Minerva e arco triunfal da campanha da Britânia –, é bem provável que a primeira proposta seja mais plausível.

Figura 76 - RIC I Claudius 100. As de bronze cunhado entre 41 e 50. O anverso traz a efígie de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG P M TR P IMP. No reverso, observa-se Minerva como deusa da guerra e da paz, segurando uma lança com a mão direita e um escudo com a mão esquerda e com um elmo na cabeça, acompanhada da legenda S C

Fonte: http://wildwinds.com/coins/sear5/s1861.html#RIC_0100

Aliás, é importante destacar que, a nosso ver, as primeiras emissões sobre a campanha da Britânia já serviriam como um elo de transição da primeira fase da cunhagem para a posterior. Em um conjunto de *aurei* e denários (Figura 77), é possível observar a representação de um arco triunfal, contendo uma estátua equestre de Cláudio na parte superior central e, em ambos os lados, existem troféus e espólios de guerra, muito similares aos arcos em homenagem a seu pai pelas campanhas na Germânia. Alguns historiadores (BARRET, 1991) acreditam que um dos arcos seja a indicação de que o Senado pretendia construir um arco para louvar os feitos de Cláudio na Germânia. Não há menção em um triunfo a esta campanha de Cláudio e, por este motivo, pode-se dizer que seria, mais uma vez, Cláudio fazendo uso da imagem do seu pai – simbolizado através do arco triunfal da Germânia – para valorizar seus próprios atos.

Figura 77 - RIC I Claudius 34. Denário de prata, cunhado entre 46 e 47. O anverso traz a efígie laureada de Cláudio, acompanhada da legenda TI CLAVD CAESAR AVG P M TR P VI IMP XI. No reverso, observa-se um arco triunfal, com a inscrição DE BRITANN na trave. No topo, uma estátua equestre de Cláudio e, em ambos os lados, troféus e espólios de guerra

Fonte: http://wildwinds.com/coins/ric/claudius/RIC_0034.jpg

Sobre tal fato, o historiador Anthony Barret (1991, p. 01-02) disserta:

> Alguém poderia ser tentado a concluir através dessas moedas que a Cláudio foi concedido um arco não só por suas realizações na Bretanha, mas para as esplêndidas vitórias sobre o Chatti e Chauci na fronteira da Germânia, vencida por Galba e Gabinius logo após sua ascensão. Tal, no entanto, não é certamente o caso. Não há evidências nem arqueológica nem literária para um arco triunfal germânico. Além disso, a série Claudiana *De Germanis* é muito semelhante a uma série de *aurei* sem data e denários (BMC 95-103) com o arco vitória no reverso, inscrito *De Germanis*, e no anverso a legenda não de Cláudio, mas de seu pai Druso, que alcançou feitos notáveis nas campanhas da Germânia, e ali morreu em 9 BC, legando o cognome "*Germanicus"* para seus descendentes. Um sestércio Claudiano, datado possivelmente de 41 dC (BMC 121-3; FIG.2), semelhante carrega um arco vitória com cavaleiro montado no reverso e a legenda do Drusus. Após a morte de Druso, o Senado havia o honrado com, entre outras coisas, um *marmoreum arcum cum tropaeis via Appia* (‘um arco de mármore com troféus na Via Apia’). Não há grandes dúvidas de que os *tropaeis arcus cum germanicos* figuram nas moedas de Cláudio destinam-se a representar o seu pai, e que Cláudio procurou glória a mais com a associação de seu Arco britânico com as vitórias germânicas de Druso.

O arco triunfal da campanha da Britânia será uma marca dentro do Principado de Cláudio, talvez, por ter partido de oficinas de Roma e, por, neste momento, estar na província da Itália, represente um regionalismo. É importante notar que, na oficina de Cesareia, observa-se uma cunhagem distinta sobre os triunfos militares de Cláudio. Em um conjunto de *didrachmas* (Figura 78), Cláudio é representado conduzindo uma quadriga e segurando um cetro tripé com uma águia na ponta.

Figura 78 - RIC I Claudius 122. Didrachma de prata, cunhado entre 46 e 47. O anverso traz a efígie laureada de Cláudio acompanhada da legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG GERM P M TR P. No reverso, observa-se a representação do imperador conduzindo uma quadriga, segurando uma cetro tripé com um águia no topo. Abaixo dessa representação, encontra-se a legenda DE BRITANNIS

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.122

O cetro é a representação da autoridade consular romana, enquanto a quadriga puxada por quatro cavalos representa a majestade:

> Em conclusão, vê-se que o Cavalo constitui um dos arquétipos fundamentais dentre os que humanidade inscreveu em sua memória […] No frontão do Partenon, são cavalos que puxam tanto o carro do Sol como o da Lua. O cavalo passa com igual desenvoltura da noite ao dia, da morte à vida, da paixão à ação. Religa, portanto, os opostos numa manifestação contínua. Ele é essencialmente manifestação de Vida e Continuidade, acima da descontinuidade de nossa vida e de nossa morte (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2016, p. 211).

Isso nos permite entender que, apesar de se tratar de uma cunhagem imperial, a cunhagem de Cesareia possui uma variedade de linguagem imagética em relação às de Roma. Neste caso, ainda se constrói a imagem de um imperador vitorioso, mas que torna a ação do triunfo em algo contínuo, com movimento, pela presença da quadriga com cavalos, enquanto o arco triunfal com a estátua equestre passa ao imaginário algo estático, porém, memorável, algo digno de ser monumentalizado. Entretanto, não se pode dizer que a cunhagem de Cesareia esteja criando algo totalmente novo, uma vez que existem moedas de Augusto que representam o imperador da mesma forma.

Ainda como *topos* dentro das cunhagens imperiais dos antecessores de Cláudio – bem como de seus sucessores –, foi o resgate da memória de Augusto, que acaba sempre sendo visto como um ato de legitimação. Todavia, em Tibério e Calígula, esse resgate foi realizado dentro

de uma mesma família, o que era, justamente, o ponto fraco da legitimação de Cláudio: ele não fora diretamente adotado por qualquer um de seus antecessores. O recurso imagético utilizado pela numismática claudiana, nesse caso, volta-se para o estabelecimento de uma ligação sanguínea entre Cláudio e Augusto. Por isso, surge, nas cunhagens desse período, a figura de Lívia, avó de Cláudio e esposa de Augusto. Tal moeda, que foi cunhada logo no período entre 41 – 42, estaria dentro da linha de realizações de Cláudio para que, no ato de honrar seus familiares, também mostrasse ao *populus* suas raízes familiares. A moeda (Figura 79), um dupôndio, traz no anverso a efigie de Augusto com uma coroa radiada e a legenda DIVUS AVGVSTVS S C. O reverso traz Lívia sentada em um trono, portando ramos de grãos e uma longa tocha e a legenda LIVIA AVGVSTA.

Figura 79 - RIC I Claudius 101: Dupôndio de Bronze cunhado em 41 – 42. Anverso: Efigie de Augusto com uma coroa radiada e a legenda DIVUS AVGVSTVS S C. Reverso: Lívia sentada em um trono ramos de grãos e uma longa tocha. Acompanha a legenda LIVIA AVGVSTA

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.101

Augusto é um *topos* dentro da cunhagem imperial, principalmente no que tange a *domus Caesaris Augustana*. Já a imagem de Lívia, do modo como ela foi representada, mostra-se como uma particularidade do Principado de Cláudio. Lívia – já utilizada nas moedas do Principado de Tibério – está, como destacamos, entronada e segurando ramos de grãos e uma longa tocha. Tal representação remete à estátua que Cláudio mandou colocar no templo de Augusto, que se situa entre o Capitólio e o Palatino. Com esse ato, pretendia-se reconhecer a divindade de Lívia. Sobre tal estátua, Osgood (2011) traz uma imagem de um relevo presente no museu do Vaticano e conecta ambas as obras para mostrar um fato maior do Principado de Cláudio – o reconhecimento de Cláudio pelo Senado e o Povo de Roma como *Pater Patriae*:

> Ainda mais espetacularmente, Lívia foi oficialmente reconhecida como uma deusa, diva Augusta. Cônjuge do Divino Augustus. Agora ela iria compartilhar o templo de seu marido situado entre o Capitólio e o Palatino, onde Cláudio edificou uma imagem dela sentada num trono, coroada, com espigas em sua mão e em sua esquerda uma tocha. A consagração teve lugar em 42 d.C. em 17 de janeiro (seu aniversário de casamento), em uma cerimônia que deve ter sido visualmente impressionante. É, ou, pelo menos, algo parecido, o que é retratado em um relevo parcialmente preservado da cidade de Roma, o qual se imagina ter sido esculpido sob Cláudio. Sobre ele, movendo-se em direção à perna do que deveria ser o trono de uma divindade sentada, há uma procissão de magistrados com *lictores*, seguido de três animais para o sacrifício - um touro, um boi e uma novilha - acompanhados por assistentes. Músicos, incluindo trompetistas, estão espalhados através do grupo, enfatizando o elemento aural da procissão sacrificial (e para nós recordando a dedicação dos instrumentistas). Em seguida, vêm várias figuras em túnicas, três deles transportando estátuas do *genius* (espírito guardião) do imperador e seus *Lares* (famílias divindades), seguido por outro grupo, em togas, incluindo, talvez, o próprio imperador. O *genius* do imperador era venerado, junto com seus *Lares*, em analogia com o culto tradicional do *genius* de cada imagem da cabeça de membro importante falecido de família em Roma. É o grupo em túnicas com estatuetas em particular, que sugeriu uma relação com a consagração de Lívia, por apenas cinco dias antes daquele evento, Cláudio foi feito oficialmente "Pai da Pátria" pelo voto de Senado e povo de Roma, naquele momento, ele (o relevo) traz a hipótese, de que o *genius* do novo "Pai" foi oficialmente introduzido na religião do Estado. O *genius* iria receber um touro em sacrifício, embora, como é atestado de outra forma, o Divino Augusto e Divina Augusta tenham recebido um boi e novilha respectivamente (OSGOOD, 2011, p. 57-58).

Ou seja, a moeda tem por objetivo não apenas destacar os laços familiares de Cláudio com os membros anteriores da dinastia dos Júlio-Cláudios, mas, também, promover uma festividade com a participação do povo de Roma e do Império através de ações executadas pelo imperador, como a dedicação da estátua. Mais uma vez, percebe-se que Cláudio busca articular sua ancestralidade com qualidades do regime e virtudes presentes com vistas a se consolidar no poder, não como feito pessoal, mas como uma conquista a ser celebrada pelo Senado e pelo povo de Roma e também pela guarda pretoriana e pelos exércitos. Cláudio se apresenta, assim, como produto de um consenso que vai sendo fabricado em um discurso numismático que se conecta a outras esferas comunicativas, mas que mantém uma relativa autonomia. A análise das moedas como um conjunto permite uma leitura mais complexa e ampla dessas estratégias, mostrando-se uma alterativa mais apropriada do que pensar as moedas como meros exemplos ou ilustrações isoladas do que podemos ler nas fontes escritas.

Essa relação de uma nova simbologia dentro da *domus Caesaris* se expressa através das legendas monetárias também. A palavra CAESAR, cunhada nas primeiras moedas do Principado de Cláudio, apresenta uma particularidade deste imperador e que depois viria a se tornar uma característica comum a todos os demais imperadores. CAESAR era um nome

familiar da *gens Julia*, da qual fazia parte Júlio César. Ao ser adotado por este, Augusto passou a usar o nome César e, já nas cunhagens como triúnviro, podemos atestar o esse uso (Figura 80). Ao ser adotado e entrar na família de Augusto, Tibério também adotou o nome de César. Já Calígula, por parte de mãe, já era da família de César, então este nome não lhe era estranho.

Figura 80 - ANEXO 87 - Sear 1573: Denário de Prata cunhado em 39 a.C. Anverso: Efígie de Augusto e a inscrição CAESAR IMP. Reverso: Caduceus alado e a inscrição ANTONIO IMP

Fonte: http://www.wildwinds.com/coins/imp/octavian/Sear_1573.jpg

No entanto, Cláudio não passou pelo processo de adoção e, mesmo que tivesse vínculos dentro da *Domus Caesaris*, soava estranho que adotasse o nome César como um nome de família. Ao fazê-lo, pode-se afirmar que foi o primeiro imperador a adotar *Caesar* como um título, o que seria levado a frente pelos imperadores posteriores. O desenvolvimento do título de César seguiria até o final do século III, quando Diocleciano instituiu a tetrarquia e o título de César ficou caracterizado por ser uma espécie de "imperador júnior", enquanto os outros dois imperadores "sêniores" carregavam o título de *Augustus* (LEVICK, 1990).

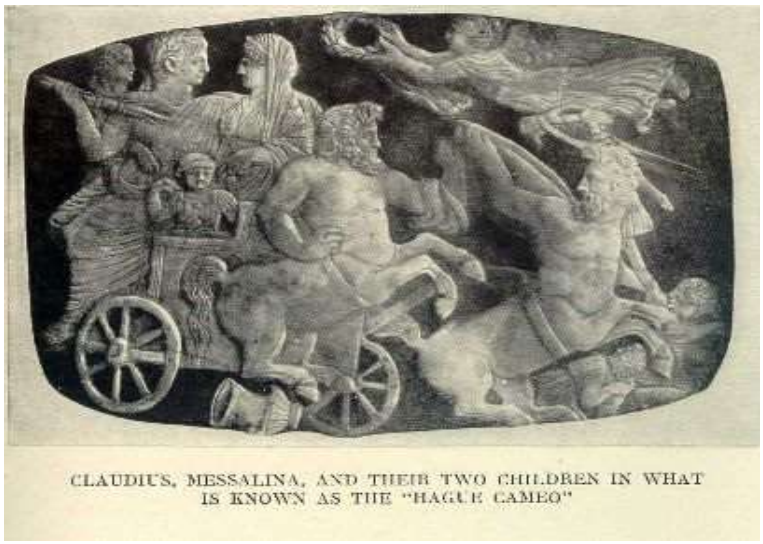
No final desse período da numismática do Principado de Cláudio, também foram apresentados os demais membros da nova *domus Caesaris,* não mais com o fito da legitimidade, mas sim do reconhecimento da formação de um núcleo governante já estabelecido. São poucos os exemplares deste período que trataram de apresentar outros membros da *Domus Caesaris*. Messalina gozou de diversos privilégios durante o Principado de Cláudio, entretanto, não encontramos muitas cunhagens imperiais referentes a ela, sendo catalogado apenas um exemplar de Cesareia na Capadócia. Nesta moeda (Figura 81), há a efígie da imperatriz no anverso e, no reverso, os três filhos de Cláudio: Antônia (do segundo casamento) e Britânico e Otávia (filhos de Cláudio com Messalina). Dois fatores são interessantes de se notar sobre esta cunhagem sobre Messalina. O primeiro é que na cunhagem há o título de Augusta referindo-se

a ela, título este que lhe foi negado por Cláudio (RÓLDAN, 2008). Não sabemos ao certo se se tratou de uma antecipação a uma possível decisão de tornar Messalina uma Augusta ou se é um costume das províncias sempre intitular as imperatrizes como Augustas (como observaremos nas cunhagens provinciais) (RPC 2130). Fato é que, oficialmente, a imperatriz nunca recebeu este título. Outra representação de Messalina e da família imperial refere-se a um camafeu, provavelmente representando o triunfo de Cláudio na Bretanha. Neste camafeu (Figura 82), o imperador, a imperatriz e seus dois filhos são apresentados em uma biga puxada por dois centauros e, em sua direção, vem Nike com uma coroa de louros.

Figura 81 - RIC I Claudius 124. Didrachma de Prata cunhado antes de 48. Anverso: efígie de Messalina com cachos de cabelos até o pescoço e uma trança, com a legenda MESSALLINA AVGVSTA. Reverso: Os três filhos de Cláudio. Ao centro, Britânico, à esquerda, Otávia, que está de mãos dadas a ele, e, à direita, Antônia, que segura uma cornucópia. Acompanha a legenda OCTAVIA BRITANNICVS ANTONIA

Fonte: Mattingly e Sydenham (1948)

Figura 82 - Camafeu com Cláudio, Messalina, Britânico e Otávia. Hauge Cameo



Fonte: Ferrero (1911)

O outro fator suscitado por esta cunhagem é a não observação de mais cunhagens imperiais da imperatriz. Além da tentativa do Senado de conceder à Messalina o título de Augusta, outra série de privilégios foi cedida a ela, isto incluiu desfilar em *carpentum* por Roma em qualquer ocasião (STEVENSON, 1984) e estar no balcão com o imperador durante as festividades no Circo e durante os triunfos. Então, por que a falta de moedas de uma personagem tão proeminente da *domus Caesaris*? A resposta pode estar nos acontecimentos que se sucederam em 48, quando Messalina caiu em desgraça (devido a um adultério com Caio Sílio) e foi executada[27] logo em seguida. Após sua morte, foi votado pelo Senado uma sanção *de nomen et effigies privatis ac publicis locis demovendas* (TAC. *Ann*. XI, 38). Tácito não entra em detalhes sobre como se desenrolou o processo de danação da *imago* de Messalina, entretanto, Eric Varner (2004), tomando como ponto de partida essa passagem taciteana, levanta que, através de vestígios arqueológicos, é possível atestar que muitas obras foram adulteradas:

> A declaração de Tácito é suportada por inscrições existentes nas quais o nome de Messalina foi apagado, incluindo uma inscrição funerária pertencente a um de seus libertos e do Fórum de Augusto, em Roma, bem como inscrições honoríficas de Lepcis Magna, Lindos, e Arneae que tinham sido danificadas ou reutilizadas em outros contextos. A inscrição apagada da Lepcis também atesta a remoção do retrato de Messalina do grupo Claudiano de retratos no templo de Roma e Augusto, assim como a imagem de Livila tinha sido removida e seu nome apagado da dedicação Tiberiana anterior. A *Damnatio* de Messalina foi ainda estendida para moedas como é atestado pelas

[27] Sobre a ordem de execução, as fontes divergem. Sêneca e Suetônio apontam Cláudio como mandante da execução. Já Tácito narra que tal atitude teria partido do liberto Narciso, sobrepujando a autoridade do imperador e temendo que Messalina o convencesse de sua inocência, seduzindo-o.

> cunhagens de Tralles que têm o seu nome cinzelado intencionalmente. C.B. Rose tem também sugerido que plausivelmente Messalina pode ter originalmente aparecido nos relevos de Ravenna (e o grupo estátua pode reflectir) e, nesse caso, a sua imagem teria sido removida, substituída, ou recortada (VARNER, 2004, p. 95-96).

Ou seja, apesar de a historiografia nunca ter apontado para um recolhimento de moedas imperiais, parece que esta prática foi executada tendo como base os dados das moedas provinciais de Tralles. Tal prática pode ter se mostrado mais efetiva sobre as cunhagens imperiais, onde o controle das autoridades imperiais era mais ativo do que sobre as cunhagens provinciais, em que muitos exemplares da efígie da imperatriz continuaram a circular e depois foram recuperados pelas pesquisas arqueológicas. Talvez, esta moeda cunhada em Cesareia só tenha sobrevivido a esta possível danação da memória de Messalina por estar ligada a um contexto provincial e por trazer, no anverso, os filhos de Cláudio.

A maior parte do tempo, como vem sendo apresentado nas moedas citadas, pode-se concluir que a linguagem imagética utilizada por *domus Caesaris* e Senado são correspondentes, uma vez que a maioria da simbologia das cunhagens das duas instituições corresponde, seguindo um padrão helenístico de representação do monarca. Somente em dois casos há uma quebra desse padrão nesse período de cunhagem. Observamos, no começo do Principado Claudiano, cunhagens como um quadrante (Figura 83) de bronze com referência unicamente ao nome de Cláudio e a um *modius* de três pernas, um instrumento de prática sacerdotal. Outra cunhagem com esta mesma temática é encontrada em outro grupo de quadrantes (Figura 84). Neste cunho, encontramos referência à restauração dos pesos das moedas (*Pondus Numi Restitutum*).

> Os pesos de várias denominações foram pouco afetados pela mudança do imperador. Para o *aureus*, encontramos um pico de frequência em c. 7,80 - 7,65 g (como, por Caio), e para um *denarius* C. 3,85 - 3,60 g (visivelmente mais amplo do que os de Caio com 3,80 - 3,65 g). As moedas de *aes* são menores ainda, com sestércios em um pico c. 29.50 - 27.50g (28,75-27,25 sob Caio), *dupondii* c. 16,25-15,00 g (+/- 16 sob Caio), *asses* c. 11,50-10,25 g (11.75 - 10.75 sob Caio), e Quadrantes c. 3,50 - 3,00 g com quedas fracionadamente inferiores aos de Caio (MATTINGLY; SYDENHAM, 1948, p. 114).

Figura 83 - RIC I Claudius 84. Quadrante de bronze cunhado em 41. Anverso: Um modius de três pernas e a legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG. Reverso: A sigla S C envolta pela legenda PON M TR P IMP COS DES IT

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.84

Figura 84 - RIC I Claudius 85. Quadrante de bronze cunhado em 41. Anverso: Mão direita segurando uma balança e um par de escalas, e, embaixo, a sigla PNR, além da legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG. Reverso: A sigla S C envolta pela legenda PON M TR P IMP COS DES IT

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.85

No ano seguinte, há cunhagens – deste mesmo tipo de moeda – trazendo os mesmos cunhos, porém, acrescentado o título de *Pater Patriae* na legenda. O interessante deste novo grupo de cunhagens é que Cláudio somente aceitou este título em 49, segundo relato taciteano (TAC. *Ann*. XI, 25), mas, nas cunhagens imperiais de ouro e prata tal título, começa a ser usado já no período 46 – 47, seguindo a titulatura utilizada por antecessores e reforçando a noção de continuidade tanto política quanto das formas de representação das moedas. No Principado de Calígula, já era registrada a experiência de remeter a representação de Augusto e, posteriormente, o título de *pater patriae* nas moedas (BARRET, 2001), de forma que tal ação criasse legitimidade aos anos iniciais desse principado. Cabe destacar que todas estas moedas eram quadrantes, ou seja, as de menores valores cunhadas nos tempos de Cláudio, o que não muda o fato de que é possível observar que, tanto a comunhão de uma mesma linguagem

imagética entre *Domus Caesaris* e Senado como o número de honrarias recebidas por Cláudio, acabem indicando uma noção de estabilidade do governo e do regime.

Assim, é possível estabelecer o início de um novo período da cunhagem desse principado a partir do momento em que Cláudio passa a colher as honras dos triunfos na Britânia, mediante a uma relativa estabilidade nas relações da *domus Caesaris* com o Senado a partir do ano de 48. A possibilidade de enxergar esta divisão na numismática claudiana dessa forma está no surgimento de novos cunhos. A transição entre esses dois momentos das cunhagens de Cláudio pode ser caracterizada por mudanças, mas, também, por permanências. Por um lado, as mudanças estão ligadas à introdução de temas novos ligados à conquista da Britânia e às mudanças na casa imperial, com o casamento com Agripina e a adoção de seu filho como potencial sucessor, além do uso na nova titulatura de *pater patriae.* As continuidades são marcadas pelo vínculo com a casa de Augusto e com valores importantes para a estabilidade do regime, que podem ser exemplificados pela exaltação de Antônia ou pela cunhagem de imagens ligadas à *constantia Augusti* ou à *pax Augusta*. De uma maneira geral, pode-se estabelecer o ano 48 como o momento central nessa transição.

Este período também marca a entrada de novos membros na *domus Caesaris*, o que, por consequência, gera uma ausência das efígies do imperador em alguns momentos dentro das cunhagens. Assim sendo, Agripina e Nero acabam se tornando figuras mais frequentes nas moedas, seja as cunhadas nas oficinas de Roma como nas províncias. As moedas que mantêm temáticas anteriores mudam apenas a titulação expressa nelas, sem que haja uma variação de representação ou mesmo de inserção de novos elementos.

Por outro lado, as moedas que apresentaram Nero e Agripina trouxeram novos elementos que passaram a dar uma nova roupagem às representações da *Domus Caesaris*. Cláudio procurou trabalhar a questão da sucessão imperial tão bem quanto Augusto fez com Tibério. Desse modo, logo após a adoção de Nero como possível sucessor, sua *imago* começa a ser veiculada em um número muito grande de moedas até o final do Principado de Cláudio. Agripina não ficou fora desse processo, já que ela também representava uma renovação nas forças da *Domus Caesaris*. Em diversas cunhagens, somente a *imago* dos dois – mãe e filho – são apresentadas.

Após os acontecimentos de 48, quando Cláudio esteve na eminência de sofrer um golpe (TAC. *Ann*. XI, 26) e Messalina caiu em desgraça pelo seu adultério com Caio Sílio (TAC. *Ann*. XI, 36 – 38), o imperador vivenciou um forte abalo na estabilidade que gozava há alguns anos. Apesar de as grandes obras por ele realizadas estarem em fase final de construção, talvez, ele julgasse que nenhuma delas era suntuosa para representar sua grandeza (SUET., *Claud.* 26

– 28). A campanha da Bretanha se arrastava por mais tempo que o planejado, gerando ainda mais gastos ao Império (TAC. *Ann.* XII, 31). O imperador estava sem esposa e. o olhar da sociedade romana para a figura da imperatriz ainda era muito tradicional e rígido (OSGOOD, 2011), o que tornava a questão de um futuro matrimônio para o imperador mais delicada, como afirma Guglielmo Ferrero (1911, p. 70):

> Era necessário que ela fosse de origem nobre; ou seja, uma descendente de um dessas grandes famílias romanas que a cada ano que estavam se tornando menos numerosas, menos prolíficas, menos virtuosas, e mais ferozmente divididas entre si por ódios irreconciliáveis. Esta última era uma dificuldade mais grave; para casar-se por uma dessas linhas, o imperador corria o risco de antagonizar com todas as outras famílias que eram suas inimigas. A imperatriz, além disso, devia ser o modelo de todas as virtudes; frutífera, a fim de obedecer ao *Lex de maritandis ordinibus*; religiosa, casta e virtuosa, que ela não poderia violar a *Lex de adulteriis*; simples e modesta, em deferência à *Lex sumptuaria*. Ela deveria ser capaz de governar com sabedoria sobre a vasta família do imperador, cheia de seus escravos e libertos, e ela deveria ajudar o marido no cumprimento de todos os deveres sociais; recepções, jantares, entretenimentos; que, apesar de sérias preocupações para cada nobre romano, eram ainda mais graves para o imperador.

A escolha de uma nova esposa para Cláudio ficou a cargo de seus libertos, que buscavam adquirir maior influência dentro da *domus Caesaris*. O episódio é narrado detalhadamente por Tácito (*Ann*. XII, 1). Segundo o historiador, o imperador se mantém omisso. Narciso, liberto que tinha denunciado Messalina a Cláudio e dado a ordem para executá-la, sugeria que o imperador reatasse o matrimônio com Elia Petina, mãe de Antônia e com quem era casado antes de Messalina. Seus atributos eram a falta de interesse pelos assuntos políticos e por intrigas. Calisto, outro liberto, sugeria como esposa para Cláudio Lolia Paulina, que era rica e já havia sido esposa de Calígula.

Por fim, havia Pallas, que indicava Agripina como futura esposa do imperador. A escolha por esta última era carregada de significados: a união entre Cláudio e Agripina significava, enfim, a união definitiva entre o ramo dos *Claudii* e dos *Julii*. Além disso, Agripina carregava todo o prestígio do pai – Germânico, irmão de Cláudio – para com os exércitos. Enfim, foi uma tentativa de recuperar o prestígio frente à sociedade, mesmo esta relação se mostrando incestuosa, já que Agripina era sobrinha de Cláudio.

> Sem se importar com o impedimento de consanguinidade imposta pela moral e pelo próprio direito Romano, que eles consideravam um casamento incestuoso. Cláudio brevemente decidiu por sua sobrinha, não só por os seus encantos, incluindo o fato de ter um duplo canino do lado direito, símbolo de boa sorte. A dupla ascendência Juliana e Claudiana da noiva foi uma grande

> façanha para quem ele sempre procurou reforçar os seus fracos laços familiares com a *domus Augusta* para justificar o seu direito ao trono. E ela trouxe para o casamento um filho, neto de Germânico e com pedigree, portanto, incontestável, que na antiga tradição da dupla herança, iniciada por Augustus, reforçava a segurança da sucessão, juntamente com o seu próprio filho, Britânico. Não foi difícil contornar o tabu religioso e moral que impedia o casamento. Lúcio Vitélio, o encarregado intrometido e bajulador de Cláudio conseguiu uma autorização especial do Senado e a união foi realizada no início do ano 49 (ROLDÁN, 2008, p. 39-40).

Segundo a visão de Tácito, tal ação de Vitélio foi possibilitada por dois fatores: a proeminência de Vitélio junto à *domus Caesaris*, onde, além de ter acesso direto ao imperador também compartilhava a magistratura de censor no momento da questão matrimonial entre Cláudio e Agripina; e o servilismo mostrado pelo Senado de Roma, que, no relato taciteano, mostra-se apático e condescendente com a vontade de Vitélio e Cláudio.

Diante de tal importância dada ao matrimônio entre Cláudio e Agripina e pela rápida ação desta em se incumbir dos assuntos da *domus Caesaris* e do Império, ela adquiriu uma série de privilégios, inclusive o mesmo de sua antecessora, o de poder utilizar o *carpentum* no Capitólio, mas foi além, ao obter o título de Augusta (TÁC. *Ann*. XII, 26). Apesar de existir uma evidência numismática que também se refira a Messalina como Augusta, é possível que isso seja apenas um regionalismo, uma vez que esta cunhagem foi feita no Oriente, como já analisamos anteriormente. Pelas fontes escritas que nos chegaram, apenas Antônia, Lívia e Agripina, de fato, foram contempladas com o título.

Tal destaque dentro do cenário político foi refletido na linguagem imagética, observável, inclusive, na numismática. Enquanto a *imago* de Messalina sofria a *damnatio mamoriae*, a da nova imperatriz era veiculada. Fato é que, olhando as diversas expressões visuais em Roma, percebe-se que a realização de Agripina ao unir os dois ramos familiares – *Julii* e *Claudii* – é intensamente valorizada.

O primeiro exemplo que se destaca é uma de suas representações no *Sebasteion*, de Afrodisias. Esse monumento teve sua construção iniciada pelo imperador Tibério e seguiu sendo sofrendo alterações e acréscimos até o principado de Nero[28]. Nessa obra (Figura 85), há a representação de uma figura masculina à direita, cuja face foi danificada e, portanto, não se pode afirmar ao certo quem seja, mas a maioria dos estudiosos tratam como se fosse a representação do Senado de Roma (OSGOOD, 2011). A representação de Cláudio, ao centro, é carregada de divindade, pois contém atributos que lhe podem assemelhar a Marte ou Júpiter, e,

[28] Para detalhes sobre esse monumento e sobre o processo de escavação, ver: http://aphrodisias.classics-.ox.ac.uk/sebasteionreliefs.html. Acesso em: 14/09/2018.

à sua esquerda, encontra-se a representação de Agripina. Sobre esta obra, Geraldine Thommen (2012) destaca a questão do aperto de mãos, que, em um contexto romano, poderia significar a união marital ou *fides* política. Entretanto, no contexto oriental, o aperto de mãos simbolizava morte ou despedida:

> Atributos pessoais do imperador, admirados e honrados pelas populações provinciais, representavam o tema transmitido no relevo imperial, Cláudio e Agripina (Fig. 3). O painel mostra o terceiro príncipe do Império Romano apertando a mão de sua quarta esposa, Agripina, o Jovem, enquanto uma figura togada fica na mesma altura, uma interpretação oriental de igualdade entre essas três figuras. Apertar as mãos na arte romana comumente simbolizava concordância conjugal ou *fides* entre líderes políticos, mas na iconografia oriental essa ação tipicamente denotava morte ou despedida. O relevo imperial, Cláudio e Agripina, certamente honravam a *concordia* romana entre o imperador e sua esposa (THOMMEN, 2012, p. 89).

Figura 85 - Cláudio coroado pelo Senado e por Agripina. Sebasteion de Aphrodisias. New York University Excavation at Aphrodisias (Institute of Fine Arts, New York)

Fonte: https://hiveminer.com/Tags/agrippina%2Caphrodisias

Na numismática, a representação de Agripina se mostra simples e em equidade com a de Cláudio em diversos momentos, como destacamos ocorrer também no Sebasteión de Afrodisias. Suas primeiras aparições (Figura 86), dividindo o espaço da moeda com Cláudio, são em cunhagens que ocorrem em 50. Essas emissões foram motivadas, provavelmente, pela concessão do título de Augusta à Agripina. Nas outras vezes que sua imagem foi veiculada em moedas de prata e ouro cunhadas nas oficinas de Roma, ela estava sem a imagem de Cláudio, mas, sim, com a de seu filho – que já fazia uso do nome adotivo Nero – como forma de

patrocinar a sua posição de sucessor ao trono imperial. Mais adiante, discorreremos mais sobre essas moedas.

Figura 86 - RIC I Claudius 80. Aureus de ouro, cunhado em 50. Anverso: Efígie laureada de Cláudio e a legenda TI CLAVD CAESAR AVG GERM P M TRIB POT P P. Reverso: Efígie de Agripina com coroa tipo espiga, cabelos longos com um coque atrás, e a legenda AGRIPPINAE AVGVSTAE

Fonte: http://wildwinds.com/coins/sear5/s1885.html#RIC_0080

Em cunhagens de bronze e cobre, que seriam moedas cunhadas sob a supervisão do Senado nas oficinas de Roma, a imagem de Agripina é associada ao *carpentum*, podendo significar o momento em que a imperatriz obteve o privilégio de desfilar pelo Capitólio com tal transporte (Figura 87). Esse privilégio foi concedido pelo próprio Senado. Por este motivo, pode-se validar a ideia de que houve um período de estabilidade ou dominância na relação *domus Caesaris* e Senado. Mesmo com a mudança brusca de membros na composição da casa imperial, a linguagem imagética utilizada em ambas instituições continuou sendo a mesma.

Figura 87 - RIC I Claudius 103. Sestércio cunhado em 50-54. Anverso: Efígie de Agripina II com coque na parte de trás e a legenda AGRIPPINA AVG GERMANICI F CAESARIS AVG. Reverso: Carpentum

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.103

Ainda dentro das cunhagens imperiais, mas em oficinas nas províncias, a *imago* de Agripina surge em cunhagens em Éfeso. Um primeiro cunho (Figura 88) é muito similar ao

apresentado em Roma. Já o segundo cunho é bem interessante, pois apresenta as duas efígies no anverso, talvez com a intenção de mostrar a equidade entre as imagens (Figura 89). Tal representação é bem similar à apresentada em um camafeu (Figura 90), em que, além de Agripina, tem-se as efígies de Germânico – pai de Agripina e irmão de Cláudio – e Agripina maior (*Gemma Claudia*. Kunsthistorisches Museum, Vienna, Austria). É interessante que esta cunhagem, mesmo sendo imperial, tenha saído de uma província, pois reflete as diferenças de mentalidades das populações de Roma e do Oriente. Trazer imperador e imperatriz dividindo o mesmo espaço nas moedas, até em tom de equidade, é algo que parece ser restrito ao contexto provincial. Em Roma, uma sociedade que, pelo menos idealmente, centrava todas as atividades em figuras masculinas, tais representações seriam mal vistas. A forte presença de Agripina nas moedas pode ter suscitado a construção posterior de Cláudio como um imperador dominado por suas mulheres.

Figura 88 - RIC I Claudius 117. Cistophorus de prata cunhado em 50-51. Anverso: Efígie laureada de Cláudio e a legenda TI CLAVD CAESAR AVG P M TR P X IMP XIIX. Reverso: Efígie de Agripina II, cabelo trançado e com cachos, e a legenda AGRIPPINA AVGVSTA CAESARIS AVG

Fonte: http://wildwinds.com/coins/ric/claudius/RIC_0117.1.jpg

Figura 89 - RIC I Claudius 119. Cistophorus de prata. Anverso: Efígies conjugadas de Cláudio (laureada) e Agripina II e a legenda TI CLAVD CAES AVG AGRIPP AVGVSTA. Reverso: Estátua de culto à Diana Efesia com a legenda DIANA EPHESIA

Fonte: http://wildwinds.com/coins/sear5/s1888.html#RIC_0119

Figura 90 - Gemma Claudia: Camafeu de ônix, apresenta a imago de Cláudio como Júliter, sobrepondo à efígie de Agrippina II, à esquerda. À direita, apresenta a efígie de Germânico sobrepondo à de Agripina I. No centro, uma águia, representando o divino e o poder sobre as legiões de Roma. Kunsthistorisches Museum, Vienna, Austria

Fonte: http://ancientrome.ru/art/artworken/img.htm?id=4370

Aliás, por influência da presença de Agripina na *domus Caesaris*, esses personagens ligados à ancestralidade dela própria também são resgatados nas cunhagens do Principado de Cláudio. Agripina maior, mãe da imperatriz, surge em cunhagens de sestércio (Figura 91) em 50-54. Já a representação de Germânico surge em sestércios e asses (Figura 92) no mesmo período. Ambas as personagens apresentam suas efígies e legendas, demonstrando ao espectador sua ancestralidade e, ao mesmo tempo, reforçam os vínculos da casa de Cláudio com Augusto. Na moeda de Agripina, a legenda AGRIPPINA M F GERMANICI CAESARIS informa que ela é filha de Marcos (Agripa) e, fica implícita a palavra *uxor* (esposa), pois Germânico César está no genitivo. Já nas moedas de Germânico, a legenda apresentada é GERMANICVS CAESAR TI AVG F DIVI AVG N. O cognome CAESAR mostra que Germânico fora inserido na família dos *Julii*, sendo adotado por Tibério (T*iberii* AVG*usti* F*ilius*), tornando-se, por consequência neto de Augusto (DIVI AVG*usti* N*epos*).

Figura 91 - RIC I Claudius 102. Sestércio de Bronze cunhado em 50-54. Anverso: Efígie de Agripina I com longa trança e a legenda AGRIPPINA M F GERMANICI CAESARIS. Reverso: Apenas a legenda S C TI CLAVDIVS CAESAR AVG GERM P M TR P IMP P P

Fonte: http://numismatics.org/ocre/id/ric.1(2).cl.102

Figura 92 - RIC I Claudius 106. As de bronze cunhado em 50-54. Anverso: Efígie de Germânico e a legenda GERMANICVS CAESAR TI AVG F DIVI AVG N. Reverso: Apenas a legenda S C TI CLAVDIVS CAESAR AVG GERM P M TR P IMP P P

Fonte: http://www.wildwinds.com/coins/sear5/s1905.html#RIC_0106[claudius]

O que essas moedas indicam é a nova situação de Agripina, como consorte imperial. Chamamos a atenção por ser um processo semelhante ao que Cláudio executara com sua própria ascensão, o resgate dos laços familiares para mostrar a proeminência de sua família. Neste caso, não apenas a *imago* de Agripina se beneficiou de toda essa construção imagética, mas também o próprio Cláudio, já que, por meio de imagens, propagava a ideia da união definitiva entre os ramos *Julii* e *Claudii*.

Juntamente à união de Cláudio e Agripina, há a promoção de Lúcio Domício Enobarbo a candidato à sucessão imperial. Adotando o nome de Nero Druso (o mesmo do pai de Cláudio), passou a figurar associado a Britânico como sucessor ao trono imperial, porém, por ser mais velho, teria uma vantagem (LEVICK, 1990). A partir deste momento, o tema da sucessão

imperial começou a ser corriqueiro nas cunhagens do Principado de Cláudio. Segundo Howgego (2001, p. 81), o tema requer certo tratamento por parte dos numismatas:

> O tema da sucessão, assim como o da divindade, é um tópico que requeria uma manipulação cuidadosa na constituição ficcional do Alto Império. A primitiva relutância das cunhagens imperiais (note-se a carência de representações de Marcelo como primeiro herdeiro de Augusto) teria tomado espaço a partir do momento quando a monopolização dos cunhos imperiais sugere uma demonstração mais explícita de autocracia.

Diferentemente de seu antecessor, Cláudio desenvolveu o projeto de sucessão ao trono imperial, tendo como modelo o que foi desenvolvido por Augusto. O tema da sucessão imperial no principado de Cláudio foi recorrente a partir do casamento com Agripina. No relato de Tácito (*Ann*. XII, 25), ficava claro que ele seguiria o modelo de Augusto na continuação da dinastia:

> Com C.Antistio e M. Suilio como cônsules, a adoção estava sendo apressada para Domício por instigação de Pallas, que, obrigado por Agripina como o arranjador de seu casamento e logo enredado com ela em sexo ilícito, estava incitando Cláudio para atender aos interesses do Estado e para posicionar um cordão de proteção à maturidade em torno da infância de Britânico: semelhante à casa do Divino Augusto, embora tivesse sido apoiado por seus netos, seus enteados tinham prosperado; Tibério, além de seu próprio filho, tinha adotado Germânico: os *princeps* também devem equipar-se com o jovem propensos a assumir uma parte de suas preocupações . Através destas palavras, Cláudio deu a Domício – o mais velho de três anos –a precedência sobre seu filho, apresentando diante do Senado um discurso ao longo das mesmas linhas como as que ele tinha sido dado por seu liberto. (Especialistas observaram que nenhuma adoção ocorrera antes entre os *Claudii* patrícios desde Ato Clauso).

Ou seja, para os espectadores, já era possível perceber tal processo, de certa forma mais compreensível graças às representações numismáticas. Muito do que Augusto aplica a seus herdeiros também foi aplicado aos herdeiros de Cláudio: Britânico e Nero. Britânico era filho de Cláudio e Messalina (sua 3ª esposa) e Nero de Agripina (4ª esposa) com Domício Enobarbo, adotado por Cláudio como sucessor. Britânico era muito jovem na ocasião do casamento entre Cláudio e Agripina e ainda pesava negativamente à sua imagem o fato de ser filho de Messalina, representada como adúltera e tendo sua imagem perseguida por Agripina após o matrimônio. Há poucos registros de moedas imperiais cunhadas com a efígie de Britânico. Uma delas, já apresentada, cunhada em Cesareia na Capadócia, em que junto à representação do infante, encontra-se a mãe e as duas irmãs.

Outra moeda imperial em que Britânico figura é em um sestércio (Figura 93) cunhado no período de 50-54, em uma oficina senatorial. Britânico é apresentado como filho de Cláudio

e, no reverso, Marte, o deus da guerra. Tal situação pode ser resultado de dois fatores principais. O primeiro é a pouca idade de Britânico – 10 anos –, que não podia assumir magistraturas que lhe permitiriam o começo de um *cursus honorum*. Porém, desde cedo, Cláudio lhe apresentara para os soldados e para o povo de Roma, como afirma Suetônio (*Claud*. XXVII):

> Ele (Cláudio) foi muitas vezes sinceramente parabenizado pelos soldados, segurando-o (Britânico) em seus braços ante suas fileiras; e também lhe mostraria para as pessoas no teatro, colocando-o em cima do seu colo, ou segurando-o para frente, enquanto ele ainda era muito jovem; na certeza de receber suas aclamações, e bons desejos em seu nome[29].

Figura 93 - BMC Claudius 226. Sestércio de bronze cunhado 50-54. Anverso: Efígie de Britânico e a legenda TI CLAVDIVS CAESAR AVG F BRITANNICVS. Reverso: Representação de Marte com uma lança e escudo e a legenda S C

Fonte: http://wildwinds.com/coins/ric/britannicus/Cohen_0002.jpg

Tácito trata a questão apontando para o fato que, em 51, Britânico apenas fazia uso da *toga praetexta* (TAC. *Ann*. XII, 41), em oposição a Nero – com 14 anos –, que, no mesmo ano, começou a usar a *toga puralvirillis* (TAC. *Ann.* XII, 26 – 27). Aqui, relaciona-se o segundo fator. Agripina agiu ativamente para Nero eclipsar Britânico, tomando para ele todas as honras e poder, fato comprovado através do superior número de cunhagens que surgem em seu nome.

Uma das primeiras cunhagens que saem com a efígie de Nero aponta claramente Agripina como patrona de sua adoção. Trata-se de um denário (Figura 94) em que, no anverso, observa-se a efígie de Agripina e que traz, no reverso, a efígie de Nero, já ostentando o título de *Princeps Iuventis*, concedido pelo Senado em 51. Apesar dos pedidos do Senado para que Nero já pudesse alcançar postos consulares, Cláudio apenas fez a exigência de que ele exercesse seus poderes fora dos limites da cidade (TAC. *Ann.* XII, 51).

[29] Do original: natum sibi paruulum etiam tum, et militi pro contione manibus suis gestans et plebi per spectacula gremio aut ante se retinens assidue commendabat faustisque ominibus cum adclamantium turba prosequebatur.

Figura 94 - RIC I Claudius 75. Denário de Prata cunhado em 50 – 54. Anverso: Efígie de Agripina II com uma coroa tipo espiga e uma trança na parte de trás, mais a legenda AGRIPPINAE AVGVSTAE. Reverso: Efígie de Nero e a legenda NERO CLAVD CAES DRVSVS GERM PRINC IVVENT

Fonte: http://wildwinds.com/coins/ric/agrippina_II/RIC_0075.jpg

Assim como Augusto fizera com Caio e Lúcio, Cláudio e o Senado, concederam a Nero uma série de magistraturas para lhe conferir um bom *cursus honorum*, alcançando a graça dos soldados e da plebe. Nas moedas, essa construção é bem representada. Em cunhagens de *aurei* (Figura 95), denários e dupôndios, há menção a *Sacerdos cooptatus in omnia conlegia supra numerum* e, pelo cunho, podemos constatar que Nero havia sido adotado ou eleito em todos os colégios como supranumerário. São quatro colégios representados por quatro instrumentos sagrados: o *simpulum*, o *lituus*, o *tripus* e a *patera*.

Figura 95 - RIC I Claudius 76. Aureus de ouro cunhado em 50 – 54. Anverso: Efígie de Nero e a legenda NERO CLAVD CAES DRVSVS GERM PRINC IIVENT. Reverso: Um simpulum sobre um tripus e lituus sobre uma patera, mais a legenda SACERD COOPT IN OMN CONL SVPRA NVM EX SC

Fonte: http://wildwinds.com/coins/sear5/s1915.html#RIC_0076[claudius]

O *simpulum* é o sinal de pontificado, o *lituus* denota o ofício de áugure ou adivinho, o *tripus* é a marca de *quindecimviririate* (ou comissão de quinze magistrados responsáveis por assunto religioso), a *patera* é a de *septemdecimvirate*, oficiais chamados *Epulones*, cujo número aumentou de três (ou sete) para 17, e cujo dever era fornecer banquetes em dias de festa para

Júpiter e o resto dos Deuses (STEVENSON, 1985). Ou seja, mostra que Nero já assumia encargos pontificais e que era popular em diversas ordens.

Outro cunho encontrado em *aurei,* denários (Figura 96) e sestércios que mostram a evolução do *cursus honorum* de Nero ainda sob Cláudio traz a legenda NERONI CLAVDIO DRVSO GERM COS DESIGN, indicando que o infante, por conta de uma designação do Senado, foi eleito cônsul extraordinariamente. De fato, este cônsul não possui a mesma *potestas* e a posse do *imperium*, no entanto, era ouvido com mais atenção no Senado, ainda mais se tratando de alguém indicado pelo próprio imperador. Possivelmente, tal cunhagem entrou em circulação no ano 51, quando Cláudio passou por problemas de saúde e se retirou de uma série de afazeres, repassando-os para Nero, que, na ocasião, tinha apenas 13 anos. O reverso traz a legenda EQVESTER OR DO PRINCIPI IVVENT, gravada em um escudo, que remete a uma felicitação da ordem dos equestres a Nero pelo título de *Princeps Iuventis*. Era um costume de a Ordem Equestre presentear o Príncipe da Juventude com uma lança de prata e um pequeno escudo (STEVENSON, 1985). Tal procedimento foi tomado com Caio e Lúcio, príncipes da Juventude na época de Augusto, como é possível observar no Anexo 49.

Figura 96 - RIC I Claudius 79. Denário de prata cunhado em 51 – 54. Anverso: Efígie de Nero e a legenda NERONI CLAVDIO DRVSO GERM COS DESIGN. Reverso: Escudo com a legenda EQVESTER OR DO PRINCIPI IVVENT

Fonte: http://wildwinds.com/coins/sear5/s1918.html#RIC_0079[claudius]

Mostrando a preferência de Cláudio por Nero ou a preferência que Agripina fez ser construída não apenas com Cláudio, mas com o conjunto da *Domus Caesaris*, também existem cunhos em que a efígie do imperador divide espaço com ao candidato à sucessão no trono imperial. Cunhos em denários (Figura 97) e *aurei* trazem o imperador no anverso e Nero no reverso.

Figura 97 - RIC I Claudius 83. Denário de prata. Cunhado em 51 – 54. Anverso: Efígie laureada de Cláudio e a legenda TI CLAVDIVS CAESAR GERM TRIB POT P P. Reverso: Efígie de Nero e a legenda NERO CLAVD CAES DRVSVS GERM PRINC IVVENT

Fonte: http://dirtyoldbooks.com/roman/id/clau/clau039.jpg

O processo de propagação da *imago* de Nero como provável sucessor de Cláudio ao trono imperial perpassa as oficinas imperiais de Roma. Em Pérgamo, encontramos cunhos similares aos feitos nas oficinas da capital do Império, mostrando que a transmissão da *imago* em emissões monetárias imperiais atendia a um padrão, relacionando, na maior parte, os mesmos símbolos. Isto é observável porque o escudo, elemento já presente e que o liga à *Ordo Equester*, é cunhado na província, mas com uma legenda diferente. Na moeda de Pérgamo, um cistophorus de prata (Figura 98), o escudo traz a legenda COS DES PRINCI IVVENT, além de ser ornado com uma coroa de louros. No anverso, além da efígie de Nero, há a legenda NERONI CLAVD CAES DRVSO GERM.

Figura 98 - RIC I Claudius 121. Cistophorus de prata. Cunhado em 51 – 54. Anverso: Efígie de Nero e a legenda NERONI CLAVD CAES DRVSO GERM. Reverso: Escudo envolto por uma coroa de louros e a legenda COS DES PRINCI IVVENT

Fonte: http://wildwinds.com/coins/ric/nero/RIC_0121[claudius].1.jpg

O que se pode concluir sobre o fator da sucessão nas moedas imperiais é que a *imago* propagada na cunhagem como artifício para gerar uma "documentação" da vontade do imperador foi um fator muito importante para dar seguimento ao plano de se estabelecer uma

dinastia. Tal processo, iniciado por Augusto e levado adiante por Tibério, não se baseava unicamente na propagação da imagem do candidato à sucessão, mas em oferecer elementos para que esta *imago* se tornasse forte e conhecida, ponto importante para que o candidato fosse inserido no *cursus honorum* romano de maneira rápida. Essa inserção gerava não só eventos que dessem lugar a cunhagens, mas, também, produziam vínculos com diversos setores que poderiam ser reforçados e difundidos por imagens monetárias, como no exemplo que acabamos de dar do recebimento por Nero de um título dado pelo Senado que implicava em uma obrigação por parte da ordem equestre.

Apesar da quebra desse processo no Principado de Caio Calígula, Cláudio utiliza os mesmos fundamentos de Augusto para dar continuidade à dinastia e para manter sua *Domus*, propagando a imagem de Britânico, mas, principalmente, a de Nero, seja por influência de Agripina ou por vontade própria – e pela pouca idade de Britânico. Devido a sua idade avançada, Cláudio pôde conduzir com estabilidade a sucessão de Nero, diferente do que ocorrera com ele. O reconhecimento de Nero como sucessor de Cláudio extrapolou a esfera da *domus Caesaris*. Cláudio concedeu uma série de afazeres ao jovem Nero, sendo, também, reconhecido pela *Ordo Equester* e por colégios sacerdotais, além do Senado e legionários. Deste modo, quando foi anunciada a morte de Cláudio, em outubro de 54, rapidamente foi assimilado pela plebe, pelos pretorianos e por outros setores da sociedade romana que Nero sucederia Cláudio.

Neste mesmo período do Principado de Cláudio, podem ser observadas cunhagens reafirmando as virtudes imperiais, titulaturas cedidas a Cláudio e eventos especiais. Entre os cunhos relacionados às virtudes imperiais, cabe destacar o CONSTATIAE AVGVSTI, trazendo o simulacro de Antônia como Ceres sentada em uma cadeira *curul*, e o PACI AVGVSTAE, no qual a Pax-Nemesis anda com um *caduceus* apontando para uma serpente, indicando que, possivelmente, dentre todas as virtudes propagadas na fase inicial e central de seu Principado, Cláudio optou por preservar essas mencionadas.

As legendas S P Q R / P P / OB C S também voltam a figurar nas moedas de ouro e prata nesse período do Principado Claudiano. Aliás, tais legendas – contendo apenas mudanças quanto ao registro das *tribunicia potestate* e dos consulados exercidos pelo imperador – permanecem as mesmas até o final das cunhagens claudianas.

Por fim, cabe um destaque para o cunho DE BRITAINN, que também demarca o último triunfo Claudiano na campanha da Bretanha. Nesta ocasião, Carataco foi preso e enviado a Roma. Ostório era o general nessa última fase de batalhas no Principado Claudiano, em um momento em que o conflito completava nove anos. Tácito (*Ann*. XII, 36-38) narra o episódio da seguinte forma:

> Dentro mesmo de Roma era assaz famoso o nome de Carataco; e o César, exaltando a sua própria glória, havia feito ainda mais brilhante a do vencido. O povo teve um convite solene como se fosse para assistir a um magnífico espetáculo, e todas as coortes pretorianas estiveram em armas no campo vizinho aos quartéis. Apareceram primeiramente os clientes e amigos do rei; mostraram-se os colares, e outras ricas insígnias que ele havia ganhado nas guerras estrangeiras; e acabado isto foram apresentados seus irmãos, sua mulher e sua filha; e o último de todos foi Carataco. Todos falaram sem dignidade, e com muita covardia, porque se achavam cortados de medo: só o rei com um ar nobre e majestoso sem implorar misericórdia, tanto que chegou diante do tribunal, se exprimiu desta sorte [...]Tirando-lhes então as algemas, como já o tinham praticado com o príncipe cumprimentar e agradecer a Agripina, a qual se achava pouca distância sentada em outro tribunal. Coisa realmente nova, e nunca vista nos tempos antigos, que uma mulher estivesse presidindo entre as bandeiras e as águias romanas; porém ela sempre queria participar de um império que seus maiores tinham adquirido. Foram depois disto convidados os padres que disseram mil coisas, e todas mui pomposas sobre o cativeiro de Carataco, asseverando que este fato não era menos ilustre do que os antigos quando foram apresentados ao povo Sifax, aprisionado por P. Cipião; Perseu, por L. Paulo; e outros mais reis prisioneiros de diferentes capitães. Decretaram-se para Ostório as insígnias do triunfo, o qual até aquela época havia sido sempre feliz, mas que passada ela deixou de ser tão mimoso da fortuna; ou porque, preso Carataco, deixasse afrouxar a disciplina militar, ou porque os inimigos compadecidos com as desgraças de tão grande monarca, entrassem depois a pelejar com dobrada energia.

Essa passagem pouco pode nos ajudar sobre a questão do triunfo de Cláudio em 50, a não ser por precisar certamente a data. Todavia, o que Tácito nos mostra através desses capítulos do livro XII dos Anais é a importância de Agripina dentro da corte. Sua posição no triunfo se assemelha a tomada pelo imperador e tal atitude é exercida na frente dos membros do Senado e de autoridades estrangeiras. Explicita ainda que sua dignidade não derivaria apenas de seu vínculo matrimonial com o imperador, mas, também, de sua ilustre ascendência. Fica claro o tom crítico de Tácito, que escreve mais de meio século após os eventos, com relação a essa nova posição assumida pela mulher. No entanto, as cunhagens anteriores às de Calígula e às de Cláudio reforçam a aceitação de uma posição importante das mulheres na casa imperial e, no caso presente, com um peso importante para a construção do processo sucessório. O que foi tomado como uma fraqueza posteriormente é apresentado pela cunhagens como um ponto forte: a união de duas ascendências fortes (a de Cláudio e a de Agripina) com uma sólida descendência (representada por Britânico e Nero, com proeminência do segundo).

Outro aspecto interessante que a numismática do Principado de Cláudio fornece para além dos estudos já realizados é uma nova maneira de se olhar para a relação entre Senado e *domus Caesaris*. Através das fontes escritas, em diversos momentos, são relatados diversos

casos que mostram tensões entre Senado e imperador. Por diversas vezes, observa-se conspirações nos tempos de Augusto, Tibério, Calígula e do próprio Cláudio, e, como reação a isto, alguns movimentos de perseguição a senadores. Em muitos momentos, tais perseguições foram seguidas por confisco de propriedades ou rebaixamento de membros da ordem senatorial para a equestre, além de penas de exílio ou mesmo condenações capitais, assassinatos e suicídios por motivos políticos. No Principado de Cláudio, tal ação esteve diretamente ligada à tumultuada ascensão desse imperador ao poder:

> Cláudio, cuja legitimidade é disputada e cujo início do principado é atravessado por muitas conjurações reais ou supostas, é o primeiro a aproveitar, pelo confisco, dos *horti* na vizinhança imediata do centro de Roma, a fim de eliminar potenciais rivais e, assim, afirmar e consolidar seu poder, recuperando para o seu benefício a carga simbólica dos *horti* (MICHEL, 2015. p. 73-74).

Entretanto, é inegável que, entre os senadores, existiam membros que tinham grande contato com a *domus Caesaris* e que estas pessoas fossem representantes da vontade do imperador dentro do Senado. No caso de Cláudio, a necessidade da amizade imperial para alcançar as honras do Império agiram, de fato, para, gradualmente, minar as forças do Senado como oposição a um imperador e tornaram esta instituição parte ativa da sustentabilidade imperial. Na numismática, isso acaba sendo evidente na medida em que analisamos todo o *corpus* documental das moedas de Cláudio e percebemos que as moedas de cobre e bronze, dialogam ou comungam da mesma linguagem imagética que as moedas de ouro e prata.

Aliás, esse monopólio de cunhagem de moedas de ouro e prata associado à proibição de que os *monetales* inserissem seu nome nas moedas mostra que esse espaço de representação era extremamente importante no mundo romano. Pois, mesmo que haja discordância de alguns historiadores quanto a intenção de certos cunhos ou a existência de um público-alvo para tais moedas, o que se observa é uma variedade de cunhos em diferentes materiais e, como procuramos demonstrar, que a análise desse material como um conjunto que tem algum nível de coesão pode gerar percepções bem diferentes dessa documentação quando confrontamos com seu uso documental mais corriqueiro, que é o estudo isolado das moedas a par, ou, ainda pior, como ilustração da documentação textual. Ter controle de uma linguagem imagética representaria ter controle sobre uma comunicação visual e, assim, construir uma imagem desejável de imperador, da *domus Caesaris* ou mesmo do Império.

Dentro do contexto das moedas imperiais, poucas apresentam um distanciamento da linguagem imagética corriqueira desde o início do Principado de Cláudio, porém, estas moedas

ainda correspondem a um mesmo modelo padrão de louvor ao *princeps*, assim como o modelo helenístico. Mesmo que a efígie do imperador não esteja presente na cunhagem, algo traz a memória deste, seja pela legenda, seja por fatos ou ações que remetam a ele. Tal lógica é restrita apenas a esse contexto das moedas imperiais, uma vez que as moedas provinciais seguem uma lógica diferenciada, em que é possível observar as autoridades locais responsáveis pelas cunhagens, representações de regionalismos e aspirações de honras junto do imperador.

CONCLUSÃO

Concluímos que a numismática nos fornece uma nova perspectiva sobre o Principado de Cláudio no que tange diversos assuntos já abordados pelas fontes e pela historiografia desse período. Isso se deve a fatores atrelados ao próprio tipo de fonte, uma vez que ela trabalha com a memória visual ao mesmo tempo em que é uma fonte que tem origem no centro de poder do Império, o imperador e sua *Domus Caesaris*. Através da análise, observa-se estratégias imagéticas de Cláudio para lidar com problemas que foram surgindo ao longo de seu governo. Ao mesmo tempo, é possível obter uma perspectiva sobre a relação imperador – Senado, uma vez que muitas moedas têm origem de cunhagem por ordem, ou, pelo menos, com o atestado por esta instituição.

De tal modo, devemos entender a moeda como um meio de se propagar ideias, sentimentos, virtudes e a imagem de pessoas que estavam no poder. Assim, devemos nos centrar na ideia de que a moeda tem a intenção de fazer uso de uma memória coletiva, utilizando elementos que são comuns ao mundo greco-romano e mesmo uma série de mecanismos para que esta memória seja construída. Dessa forma, mesmo uma pessoa que não saiba reconhecer a intenção daquela imagem, poderá reconhecer signos e formular uma interpretação próxima da desejada, já que aqueles elementos ali presentes fazem parte de sua cultura.

Assim sendo, a moeda passa a adquirir um caráter documental, pois traz nela elementos que remetem ao presente e que visam passar uma mensagem para ser entendida naquele tempo. Talvez, esperasse uma reação imediata, mas as moedas permaneciam circulando na sociedade romana mesmo após o governante deixar o poder. Nesse momento, a moeda deixaria de ter uma característica apenas documental e passaria também a contemplar características monumentais, já que imortalizaria aquela imagem veiculada para outros períodos históricos, resgatando sempre aquela memória coletiva.

Alguns estratagemas utilizados para se gerar essa memória coletiva das moedas não estão restritos ao uso apenas das artes visuais, mas em qualquer tipo de material que tivesse uma ligação com o ato de resgate de uma memória ou a geração de uma memória. Assim, termos como efígies, simulacros e representações eram utilizados para nortear esse processo da formação de uma *imago* na mente do espectador. Isso é possível de ser verificado em algumas obras da Antiguidade Greco-Romana, tais como Simônides, Cícero, Quintiliano e Filóstrato.

Nesse caso, a moeda precisa ter uma linguagem simples, mas que faça um bom uso desse elemento, pois ela englobava um grupo muito grande de indivíduos que tinha acesso a esse material (pessoas de origens distintas e com educações distintas). Até por isso, observa-se

que um elemento muito utilizado para haver esse primeiro contato com a memória do espectador era a religião tradicional.

Como meio para se propagar ideias e uma imagem desejada, a moeda torna-se mais efetiva devido a sua mobilidade: uma vez que ela entre em circulação, a possibilidade que ela atinja um número grande de espectadores em regiões diversas é maior do que a das demais representações visuais existentes em Roma. Uma estátua não conseguiria ter a mesma mobilidade que uma moeda. Era um material que permitia que desde um senador até um soldado em uma província militarizada tivesse acesso a uma moeda contendo o mesmo cunho. E devido ao pouco espeço disponível, era necessário que houvesse uma eficiência na transmissão das mensagens, através de elementos que fossem possíveis de serem entendidos por qualquer público em que esta moeda circulasse.

Ainda é importante notar que a moeda no mundo romano foi, cada vez mais, se aproximando de uma personificação das figuras no poder, similar ao que acontecera no mundo helenístico, principalmente após Alexandre Magno, e deixando de louvar a cidade de Roma, como era possível observar no início do sistema de denários. Progressivamente, as moedas foram deixando apresentar imagens relativas à cidade de Roma e passaram a mostrar elementos ligados aos magistrados responsáveis por suas cunhagens, os *monetalis*. Este teria sido o princípio para que a moeda fosse utilizada pelos *monetalis* como modo de apresentar sua ancestralidade, associada a ações históricas de parentes, como forma de se obter alguma influência e legitimidade de poder. Temas relacionados à religião continuaram a fazer parte do universo imagético das cunhagens, porém, dividindo espaço com efígie de personalidades ou ações de romanos ilustres.

Com o advento do Triunvirato, e depois a disputa de poder entre Pompeu e César, percebemos uma mudança nas representações numismáticas. Progressivamente, nota-se que os *monetalis* foram deixando de representar elementos ligados a eles ou a suas famílias e passaram a representar elementos ligados a esses dois triúnviros. Com isso, passamos a contemplar uma perspectiva sobre mudanças de postura do Senado romano. As divergências internas acabaram enfraquecendo a instituição nesse momento do Triunvirato. Alguns senadores, com o objetivo de se manterem influentes politicamente em Roma, acabaram se aliando ou a Pompeu ou a César, de tal modo que isso passa a ser refletido na numismática. Diversos *monetalis* passaram cunhar moedas que estabeleciam algum tipo de ligação com um dos dois políticos. A eclosão da guerra civil só intensificou esse processo, pois, muitas vezes, é possível observar *monetalis* que acompanharam os dois políticos em campos de batalhas e, de lá, realizaram cunhagens de moedas que traziam alguma imagem relativa aos dois.

Com a vitória de César, após a batalha de Farsália em 48 a.C., ele passou a dominar progressivamente as representações numismáticas. Com uma frequência cada vez mais visível de elementos, signos e legendas são cunhados em moedas, trazendo ao espectador a presença de César no poder. Por fim, a medida em que o poderio de César chegou ao ápice, sua efígie começou a ser veiculada nas moedas.

Esse processo iniciado com Pompeu e César viria a se repetir com Marco Antônio e Otávio quando os dois disputaram pelo legado político e imagético de César, o que nos permite refletir que as imagens nas moedas passaram a ter uma conotação política extremamente importante para o mundo romano. Com a vitória de Otávio, em Ácio, em 31 a.C., e a concentração de poderes em suas mãos, podemos notar que o processo de César se repetira, porém, em um estágio mais avançado. *Monetalis,* com a intenção de obter os favores de Otávio, que passou a ser conhecido como Augusto César, começaram a cunhar moedas em louvor a este imperador. Entretanto, agora, o próprio imperador tinha controle sobre a cunhagem de moedas, sobretudoo as de prata e ouro.

A cunhagem de moedas possuía uma profunda importância, uma vez que as legiões passaram a ser pagas pelo fundo imperial, já que, muitas vezes, elas eram utilizadas nas províncias militarizadas como parte da estrutura administrativa, além do fato de que o pagamento servia, também, para manter a lealdade dos soldados. A partir de Augusto, podemos separar a cunhagem em duas categorias: imperiais e provinciais. Essa divisão, mesmo que, em alguns momentos, não apresente uma separação ou um entendimento muito claro, pode ser entendido da seguinte forma: as moedas imperiais são aquelas que têm origem no centro de poder e em suas necessidades, cunhadas pela vontade do imperador e ou pelo Senado, sendo que, ainda nos primeiros governos, podíamos identificar o *monetales* responsável pela cunhagem. Já as moedas provinciais eram aquelas cunhadas nas províncias e visavam atender a uma demanda local. Nelas, é mais frequente observar o responsável pela cunhagem, geralmente alguém indicado pelo imperador ou que queria obter favores do mesmo. Ao contrário das moedas imperiais, nas quais a legenda é exclusivamente em língua latina, as províncias traziam legendas em grego, mostrando, em alguns momentos, alternâncias de caracteres em grego ou romano. Ainda cabe destacar que as cunhagens provinciais possuíam uma maior liberdade para apresentar elementos locais, que valorizassem a região ou o responsável pela cunhagem, permitindo, de certo modo, que entendêssemos mais sobre a dinâmica provincial entre imperador/administração/súditos do que a relação entre imperador/*Domus Caesaris/*Senado, mesmo que, muitas vezes, as cunhagens provinciais apresentassem signos que dialogavam diretamente com as cunhagens imperiais.

A partir de Augusto e de seus sucessores, nota-se a criação de uma linguagem imagética em que alguns temas, legendas, virtudes e ações passaram a nortear as cunhagens imperiais. As moedas passam a ser veículos de propagação de uma imagem desejável de Augusto, tanto para documentar algo que ele quisesse que fosse entendido naquele instante, como para monumentalizar e perpetuar alguma coisa. Assim, temas como a *Paci Avgvsta* e o *clipeus* são símbolos que passaram a ser recorrentes na numismática imperial.

Outro tema profundamente construído nas representações numismáticas a partir de Augusto é a noção – ou ao menos a intenção – de um plano de sucessão. Em diversos momentos, outras personagens, membros da *Domus Caesaris*, começam a fazer parte desse universo imagético. Geralmente, esses membros são associados a magistraturas ou honrarias, que acabam por dar destaque ao indivíduo ali representado. Assim, sendo a *Domus Caesaris* algo, até então, sem grande relevância nas cunhagens de César, com Augusto, passa a adquirir um status de grande importância, já que suas representações nas moedas poderiam indicar uma vontade do imperador, além de que muitas pessoas buscariam se associar a estes supostos sucessores.

Paralelo a isso, vemos que o Senado, por meio das representações numismáticas, acaba trazendo uma linguagem similar à apresentada pelo imperador e a *Domus Caesaris,* o que possibilita que julguemos tal ato como um sinal de domínio do imperador sobre esta instituição, fosse por força política e militar ou através de uma subserviência, gerando uma *adulatio*. Dessa forma, as emissões numismáticas por parte do Senado – representada em grande parte por moedas de bronze e cobre – acabam dando embasamento às ideias disseminadas pelo imperador e pelas pessoas ligadas à *Domus Caesaris*.

Nos governos de Tibério e Calígula, o que as fontes escritas – principalmente Tácito, Suetônio e Dio Cássio – apresentam é que houve vários momentos em que Senado e imperadores divergiram. Houve conspirações, condenações, confiscos de bens, mas, nem mesmo de forma sutil, é possível observar, em todo o *corpus* documental, algo que pudesse representar uma oposição ao imperador em qualquer momento. Nem no Principado de Calígula, morto por uma conspiração arquitetada por senadores, entre outras pessoas, há algum sinal, pelo menos nesse plano imagético, de que pudesse haver alguma oposição aos imperadores. Pelo contrário, do começo ao fim, percebe-se uma permanência no modo de se expressar entre ambas instituições.

Nas representações numismáticas, há uma continuidade da política de Augusto, representando os mesmos temas, alguns próprios a cada imperador, mas seguindo as mesmas diretrizes. Mesmo a questão da sucessão imperial – executada apenas em Tibério, graças ao fim

precoce do Principado de Calígula – continua sendo executada tanto em moedas que parte diretamente do imperador e da *Domus Caesaris* (moedas de ouro e prata), como do Senado (moedas de bronze). Nesse sentido, as moedas senatoriais que poderiam servir de um veículo de expressão para oposição acabavam dando suporte à ideia.

Como dito anteriormente, o final do Principado de Calígula, que terminou com o assassinato do imperador, representou, de certo modo, um momento em que o Senado – como corpo político –, através das ações, se opõe à política imperial. Naquele momento, haviam lideranças que gostariam de desfazer o legado de Augusto, construir um novo centro de poder ou mesmo retornar com a República em Roma, o que nos permite afirmar que Cláudio, então, teria ascendido ao poder em meio a uma oposição do Senado.

Ao pensarmos por este viés, o Principado de Cláudio teria começado em uma situação de rompimento com aquela política de Augusto, que criava um processo de sucessão imperial. Por mais que Cláudio fosse um membro da *Domus Caesaris* Augustana, ele nunca tinha sido cotado para a sucessão imperial, sendo que até mesmo a falta de um *cursus honorum* extensivo o desqualificava como sucessor imperial, já que o Senado contava com diversos indivíduos que se mostravam mais qualificados.

Assim sendo, Cláudio chegou ao poder com o apoio dos pretorianos, sem o legado político e familiar de Augusto como sustentabilidade. Ao olhos de muitos, Cláudio poderia ser considerado um desconhecido, um inapto e um usurpador, o que acabou influenciando as cunhagens de ouro e prata durante o seu Principado. Isso possibilitou separar, para melhor compreensão, as cunhagens em dois momentos: o primeiro marcado por mais da metade de seu governo, em que as representações numismáticas indicam um esforço desse imperador em alcançar uma estabilidade em seu governo; e o segundo, em que já estando com uma relativa estabilidade, Cláudio buscou garantir a sucessão imperial.

O primeiro momento representa a parte em que Cláudio se dedicou em reforçar sua posição dentro da *Domus Caesaris* Augustana, apresentando elementos que possibilitaram ao espectador estabelecer uma ligação entre o imperador e seus antecessores. Para tal, utiliza-se da imagem da mãe, Antônia, e do pai, Druso, como artifício de resgate de um passado, uma ancestralidade. Por trás dessas duas figuras, há, ainda, a apresentação de dois temas: a virtude da *Constantia*, relacionada às representações da mãe, e as glórias militares do pai.

Outro elemento que ganhou destaque dentro dos primeiros anos das cunhagens claudiana foi a presença de temáticas que o relacionava aos pretorianos. Esse grupo que apoiara Cláudio no início de seu principado, muitas vezes, surgia nas moedas demonstrando uma imagem de concórdia entre ele e imperador. De certo modo, isso poderia ser analisado como

algo intimidador, uma vez que foi graças ao apoio dos pretorianos que o Senado admitiu a ascensão de Cláudio.

Mesmo com esse aspecto de intimidação, as representações numismáticas também traziam significações de pacificação, já que Cláudio se mostrava interessado em se afastar da imagem de seu antecessor, Calígula. Por esse motivo, cunhagens como a da *Paci Avgvstae* foram frequentes nos primeiros anos do principado Claudiano, do mesmo modo que cunhagens como a legenda OB CIVES SERVATOS apresentariam nesse contexto alguém que realizaria ações para o povo romano.

Outra temática que passa a ser comum nas representações numismáticas claudianas é a campanha que Cláudio realiza na Bretanha. Isso mostrava, de certo modo, que ele entendia que sua legitimidade necessitava de conquistas militares próprias, uma vez que era fraco seu *cursus honorum* e que ele não podia se apoiar para sempre nas conquistas de seu pai. Dessa forma, a campanha da Bretanha e sua representação dentro da numismática indicam um momento de instabilidade, pois representa uma fase em que Cláudio já não precisava mais da imagem de seus antepassados para gerar legitimidade, buscando criar seus próprios elementos imagéticos para tal.

Nesse processo de gerar sustentabilidade no poder e construir uma representação própria, não se nota que, em momento algum, houve qualquer representação numismática que demonstrasse uma oposição a Cláudio. Pelo contrário, o que se percebe é que houve muitas moedas trazendo a sigla S C ou mesmo SPQR, que apresentavam elementos similares ou idênticos aos apresentados pelo imperador e a *Domus Caesaris*. Isso nos permite afirmar que, sendo as representações numismáticas um dos elementos que podem representar poder no mundo romano, a imagem apresentada é a de que houve uma permanência ou uma dominância de uma subserviência dessa instituição em relação ao imperador. Não há nenhum indício que aponte uma independência dessa instituição em relação ao imperador.

Isso fica mais claro quando se analisa o momento posterior nas cunhagens claudianas, período em que, pela historiografia, apresenta uma crise interna na *Domus Caesaris*, marcada, principalmente, pelas ações de Messalina, que acaba sendo assassinada. Nesse momento em que Cláudio e a *Domus Caesaris* se mostram mais desestabilizados, as cunhagens com origem no Senado corroboram para manter uma imagem de estabilidade do deste Principado.

Esse também é o momento que marcou o início do processo de sucessão imperial. Inicialmente, observa-se a demanda por apresentar os novos membros da *Domus Caesaris*, Agripina e Nero, bem como uma reconstrução de uma linhagem augustana no poder, devido à ancestralidade de Agripina. Britânico, filho de Messalina, e Nero, filho de Agripina, também

passam a ser figuras que ganham destaques devido à necessidade de apresentar os dois supostos sucessores ao povo romano. Claramente, nota-se uma predileção pelo segundo, uma vez que existem mais cunhagens relacionadas a Nero, sobretudo, ligando-o a assuntos referentes a honrarias e magistraturas. O modo como Nero foi apresentado, bem como os elementos aos quais sua imagem foi interligada foi similar ao modo como Augusto apresentou Caio e Lúcio durante seu principado. Nesse sentido, Cláudio parece ter seguido à risca o exemplo deixado por Augusto, de modo que, quando morreu, nenhuma grande mudança ou qualquer questionamento foi feito em relação à sucessão imperial.

Temas do momento anterior da cunhagem claudiana ainda permanecem sendo feitos tanto em prata como em bronze. Talvez, isso indique que era sempre necessário reforçar essa linguagem imagética e, aos poucos, ir somando os novos elementos.

Por fim, conclui-se que as representações numismáticas nos fornece uma perspectiva diferenciada sobre a dinâmica do poder em Roma, uma vez que se trata de uma fonte que parte do centro do poder e tem uma mobilidade diferenciada, atingindo um público diverso. Observa-se que a constante personificação que a moeda foi adquirindo dos anos finais da República ao início do Principado colaboraram para que a construção imagética dos imperadores fosse construída.

A partir de Augusto, há o reconhecimento de uma linguagem imagética que traz símbolos e elementos que se tornam comuns não somente de imperador para imperador, mas, também, entre Senado e imperador. Isso se mostra como um estratagema definitivo, ao passo que Cláudio, que poderia representar um rompimento dessa tradição, utiliza-se dos mesmos aparatos. Assim, refletindo sobre a afirmação de Bárbara Levick (1990), de que Cláudio teria seguido um modelo de governo próximo ao de César, o que se pode afirmar é que, pelo menos no plano imagético, a inspiração mais presente em seu principado foi Augusto, tanto nos elementos para mostrar uma legitimidade, que, aos poucos, foram gerando uma representação de seu principado, como no processo de sucessão imperial, em que não só as imagens dos candidatos a sucessores foram divulgadas através das moedas, mas as sucessivas magistraturas e honrarias das quais foram tendo acesso, em especial Nero.

A análise da numismática claudiana acaba nos fornecendo uma perspectiva em que a busca por uma legitimidade e instabilidade norteou boa parte as ações desse principado, e mesmo que a historiografia apresente uma oposição senatorial, quando analisamos as ações dessa instituição através das cunhagens de origem senatorial, notamos que, como corpo político, essa instituição se mostrou alinhada aos anseios da *Domus Caesaris*, em muitos momentos, servindo como apoio para propagar uma imagem idealizada de Cláudio.

REFERÊNCIAS

FONTES

CÍCERO, M. T. **De Oratore**. I & ii. translated by e. W. sutton, com- & II. Translated by E. W. Sutton, completed with and introdution by H. Rackham. Cambrigde: Harvard University Press, 1988 (Loeb Classical Library).

DIO'S. **Roman History**. English translation by Earnest Cary. Londres: William Heinemann, 1961. v.9 (The Loeb Classical Library).

FRONTINO. **The Stratagems and The Aqueducts of Rome**. Trad. Charles E. Bennet. Harvard: University Press, 1914 (LOEB, V. 174).

JOSEPHUS. **Antiquities of Jews**. Whiston, W., Project Gutemberg, 2009.

PHILOSTRATUS. **Imagines**. English translation by Arthur Fairbanks. Cambridge> Harvard University Press, 1979.

PLUTARCH. **Lives**. Tradução de Bernadotte Perrin. Londre/Cambridge: William Heinemann/Harvard University Press, 1988.

QUINTILIANO. **Institutuio Oratoria**. With an English translation by H. E. Butler. London / Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1989. 4 v. (Col. The Loeb Classical Library).

RHETORICA AD HERENNIUM. With an English translation by Harry Caplan. London: Heineman / Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1989. (Col. The Loeb Classical Library).

SILVA, F. S. **Apocolocintose do Divino Cláudio**. Tradução, notas e comentários. Dissertação de mestrado inédita. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

SUETÔNIO. **As Vidas dos Doze Césares**. Trad: SADY-GARIBALDI. Rio de Janeiro: Ediouro s/a.
SUETONIUS. **Suetonius**. English translation by J. C. Rolfe. Cambridge/ London: Harvard University Press/Heinemann, v. 1, 1979. (Loeb Classical Library).

TACITUS. **Annales**. With an English translation by A. J. Woodman. Indianápolis: Hackett Publishing Company, 2004.

OBRAS DE REFERÊNCIAS

CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos:** mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores e números. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2016.

FERREIRA, Agripina E. A. **Dicionário de Imagens, Símbolos, Mitos, Termos e Conceitos Bachelardianos**. Londrina: Eduel, 2008.

LEXIKON, Herder. **Dicionário de Símbolos**. São Paulo: Editora Cultriz, 1997.

STEVENSON, Seth W. **A Dictionary of Roman Coins:** Republican and Imperial. London: B. A. Seaby Ltd, 1964.

CATÁLOGOS

MATTINGLY, Harold; SYDENHAM, Edward A. **The Roman Imperial Coinage**. v. I. London: Spink & Son, 1948.

BIBLIOGRAFIA

ANKERSMIT, F. Representação e referência. In: **A Escrita da História:** a natureza da representação histórica. Londrina: Eduel, 2012.

BALOT, Ryan. **A Companion to Greek and Roman Politics Thought**. Oxford: Wiley – Blackwell, 2009.

BARBOSA, Gisele O. A. **Iconografia e religiosa e discurso político nas moedas republicanas do século II**. Rio de Janeiro: Revista Alétheia, v.9/2 2014.

BARRET, Anthony A. **Caligula:** The Corruption of Power. Londres: Routledge, 2001.

_____. **Claudius' British Victory Arch in Rome**. V. 22. Britannia, 1991.

BAUMAN, Richard. **Women and Politics in Ancient Rome**. Londres, Routledge, 1992.

BERNARD, Seth. Workers in the Roman Imperial Building Industry. In: VERBOVEN, K., LAES, C. **Work, Labour, and Professions in the Roman World**. Boston: Brill, 2016.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.

BRANDÂO, José Luiz L. **Máscaras dos Césares:** teatro e moralidade nas Vidas Suetonianas. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), 2010.

BURGERS, P. Coinage and State Expenditure: The Reign of Claudius AD 41-54. **Historia:** Zeitschrift für Alte Geschichte, Bd. 50, H. 1, 2001.

CASEY, P. J. **Roman Coinage in Britain**. s/l Shire Publications LTD, 1984.

CERTELLI, Simone. **La Monetazione Romana al Tempi dell'Imperatore Ottaviano Augusto**. Roma: Università degli Studi de Roma Sapienza, 2015.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CLARK, A. J. **Divine qualities**. New York: Oxford University Press, 2007.

COLLARES, M. A. **Representações do senado romano na Ab Urbe Condita Libri de Tito Lívio:** livros 21-30. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010

CORNWELL, H. **Pax and the Politics of Peace:** Republic to Principate. Londres: Oxford Classical Monography, 2017

CROOK, J. A., LINTOTT, A., (ed) **Cambridge Ancient History**. Vol. IX: The Last age of Roman Republic 146 – 43 BC. Cambridge: Cambridge Univesrty Press, 2008.

D'ENCARNAÇÃO, José. **A Estratégia do Poder na Roma Antiga**. Cascais: Associação Cultural do Cascais, 2014.

DUNCAN-JONES, R. **Money and Goverment in the Roman Empire**. Londres: Cambridge University Press, 2006

FERRERO, Guglielmo. **The Women of Caesars**. New York: The Century Co., 1911.

GALINSKY, Karl. **The Cambridge Companion of The Age of Augustus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

GRIFFIN, Miriam. Claudius in Tacitus. **The Classical Quarterly**, New Series, Vol. 40, No. 2 (1990), pp. 482-501. Publicado por: Cambridge University Press on behalf of The Classical Association.

_____. **Nero. The end of a dinasty**. New Haven: Yale University Press, 1984.

_____. The Lyons Tablet and Tacitean Hindsight. **The Classical Quarterly**, New Series, Vol. 32, No. 2 (1982), pp. 404-418.

GRUEN, Erich. Augustus and the Making of the Principate. In: GALINSKY, Karl. **The Cambridge Companion of The Age of Augustus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. P. 45 – 46.

HARLAN, MICHAEL. **Roman Republican Moneyers and their coins 63 BC – 49 BC**. London: Seaby B. T. Batsford Ltd, 1995.

HEKLER, A. **Greek and Roman Portrait**. New York: Putnam's Sons, 1912.

HEKSTER, Olivier. Coins and messages: Audience targeting on coins of different denominations? In: **Academia.edu (online)**, S/D. Disponível em: http://www.academia.edu/1576692/Coins_and_messages._Audience_targeting_on_coins_of_different_denominations. Acesso: 16/01/2019.

HILL, G. F. **Historical Roman Coins**. Londres: Constable & CO LTD, 1909.

HOWGEGO, C. **Ancient History from Coins**. London: Routledge, 1995.

JONES, A. H. M. Economia Romana. Turim: Piccola Biblioteca Einaudi, 1984.

JOSHEL, Sandra. Desire and the Discourse of Empire: Tacitus's Messalina. **Signs**, Vol. 21, No. 1 (Autumn, 1995), pp. 50-82. Publicado por: The University of Chicago Press.

KLAWANS, Z. **Reading and Dating Roman Imperial Coins**. Racine: Whitman Publishing Company, s/a.

KRAAY, C. **Scripta Numaria Romana:** Essays presented to Humphrey Sutherland. London, 1978.

KREITZER, Larry. **Striking New Images:** Roman Imperial Coinage and the New Testament World. Sheffield: Shhefield University Press, 1996.

LENDON, J. E. **Empire of Honour:** The Art of Goverment in the Roman World. New York, Oxford University Press, 2001.

LEVICK, Barbara. **Claudius**. Yale University Press, 1990.

_____. **Tiberius:** the politician. Londres: Routledge, 1999.

LO CASCIO, E. State and Coinage in the Late Republic and Early Empire. In: **The Journal of Roman Studies**, Vol. 71 (1981)

MADERNA-LAUTER, Caterina. Glyptik. In: HOFTER, M. (Ed). **Kaiser Augustus und die verloreneRepublik**. Berlim: Von Zabern, 1988.

MARTINS, Paulo. **Imagem e Poder:** Considerações sobre a representação de Otávio Augusto. São Paulo: Edusp, 2011.

McALIDON, D. Senatorial Opposition to Claudius and Nero. In: **The American Journal of Philology**, Vol. 77, No. 2, 1956.

MAC DOWALL, D. **The Western Coinages of Nero**. New York: Numismatic Notes and Monographs, v. 161, 1979.

MEADOWS, A.; WILLIAMS, J. Moneta e monuments: coinage and politics Republican Rome. **The Journal of Roman Studies**, v. 91, 2001

METCLAF, W. (org.). **The Oxford Handbook of Greek and Roman Coinage**. Oxford: Oxford University Press, 2012

MICHEL, Anne-Claire. **La Cour sous l'empereur Claude:** Les enjeux d'un lieu de pouvoir. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015.

MILLAR, Fergus. **The Emperor in the Roman World**. Londres: Duckworth, 2001.

_____. **The Roman Republic and Augustan Revolution**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Claudius:** The Emperor and his Achievement. Trans: W. D. Hogarth. Cambridge: W. Heffer & Sons, LTD., 1961.

MOMMSEN, T. **A History of Rome under Emperors**. London: Routledge, 1999.

NOREÑA, Carlos F. The Ethics of Autocracy in the Roman World. In: BALOT, Ryan. **A Companion to Greek and Roman Politics Thought**. Oxford: Wiley – Blackwell, 2009

OSGOOD, J. Claudius Caesar. **Power and image in Early Roman Empire**. Cambridge University Press, 2011.

RÓLDAN, José Manuel. **Césares:** Júlio César, Augusto Tibério, Calígula, Claudio y Néron. La Primera Dinastia de la Roma Imperial. s/l: J.A. Diseño Editorial S.A., 2008

SALLER, Richard. **Patriarchy, property and death in the Roman Family**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. **Personal Patronage under the Early Empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SEAGER, Robin. **Tiberius**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.

SPAETH, Barbette S. **The Roman Goddess Ceres**. Austin: Texas University Press, 1996.

SUTHERLAND, C. The intelligibility of Roman Imperial coin types. **The Journal of Roman Studies**, v. 49, parts 1-2, 1959.

SYME, Ronald. **The Roman Revolution**. Oxford: The Clareon Press, 1939.

TATUM, W. **Always I am Caesar**. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

THOMMEN, Geraldine. The Sebasteion at Aphrodisias: An Imperial Cult to Honor August and Julio-Claudian Emperors. **Chronika Magazine**, 2012, v. 2, p. 82-91

VARNER, E. **Mutilation and Transformation:** Damnatio Memoriae and Roman Imperial Portraiture. Leiden: Brill, 2004.

WALLACE-HADRILL, Andrew. Princeps Civillis: Between Citizen and King. In: **The Journal of Roman Studies**, Vol. 72, 1982.

_____. The Emperor and his Virtues. In: **Historia:** Zeitschrift für Alte Geschichte Bd. 30, H. 3 (3rd Qtr.), 1981.

WINTERLING, Aloys. **Politics and society in Imperial Rome**. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

WISEMAN, T. P. The Senate and Populares, 69 – 60 BC. In: CROOK, J. A., LINTOTT, A., (ed). **Cambridge Ancient History**. Vol. IX: The Last age of Roman Republic 146 – 43 BC. Cambridge: Cambridge Univesrty Press, 2008.

WOLTERS, R. **Nummi Signati zur Untersuchungen. römischen Münzaprägung und Geldwirtchaft**. Munique: Vestiga, 49, 1999.

WOOLF, Greg. **Rome:** Na Empire's History. Oxford: Oxford Univesity Press, 2012.

WOYTEK, Bernhard E. The Denarius Coinage of the Roman Republic. In: METCALF, William (org). **The Oxford Handbook of Greek and Roman Coinage**. New York: Oxford University Press, 2012.

ZANKER, Paul. **The Power of Images in The Age of Augustus**. S\l: The University of Michigan Press, 1998.